

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO - TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO

**O DISCURSO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: UM ESPAÇO
DISCURSIVO INTERVALAR**

EVANDRA GRIGOLETTO

Dr^a. Maria Cristina Leandro Ferreira
Orientadora

Porto Alegre, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO - TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO

**O DISCURSO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: UM ESPAÇO
DISCURSIVO INTERVALAR**

EVANDRA GRIGOLETTO

Dr^a. Maria Cristina Leandro Ferreira
Orientadora

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Teorias do Texto e do Discurso.

Porto Alegre, 2005.

“Supor que, pelo menos em certas circunstâncias, há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, significa colocar que, no interior do que se apresenta como o universo físico-humano (coisas, seres vivos, pessoas, acontecimentos, processos...) “há real”, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser “assim”. (O real é o impossível... que seja de outro modo).

Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra” (Pêcheux, 1988).

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Maria Cristina Leandro Ferreira, pela leitura sempre atenta e crítica, pela segurança nas orientações, pelas discussões e, em especial, pelo vínculo mais do que acadêmico que construímos ao longo desses mais de seis anos.

À professora Freda Indursky, pelas aulas, pelas discussões e, sobretudo, pelas contribuições significativas da leitura desse trabalho no momento da banca de qualificação.

À professora Ana Zandwais, pelas aulas, pelas discussões e por acreditar sempre no meu trabalho.

À professora Ida Stumpf, pela leitura atenta que fez desse trabalho no momento da qualificação, pelas leituras indicadas e, em especial, pela receptividade com que aceitou participar tanto da banca de qualificação quanto da banca final.

À minha família, em especial, aos meus pais, pelo incentivo, pela torcida, pelo amor e carinho que sempre demonstraram ao longo dessa minha trajetória, por acreditarem em mim.

À minha irmã Cassiana, pelo incentivo, pelo carinho e amor e, principalmente, pelo companheirismo, por compartilhar comigo os momentos mais difíceis da escrita dessa tese.

A todos os colegas do GEPAD (Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise do Discurso), pelas discussões sempre acaloradas, pelo incentivo, pela torcida e por compartilharem comigo a experiência de escrever uma tese.

À Beti, companheira de orientação e de eventos, pelas muitas discussões sobre o lugar discursivo.

A todos os meus amigos que, de uma forma ou outra, acompanharam a minha trajetória na realização desse trabalho, pelo estímulo e pelo carinho sempre demonstrados.

Ao CNPq e a UFRGS, pela bolsa de estudos, sem a qual não teria sido possível a realização desse trabalho.

SUMÁRIO

RESUMO.....	10
RÉSUMÉ.....	11
NO PRINCÍPIO ERA A RELIGIÃO, DEPOIS VEIO A CIÊNCIA E AGORA A DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA.....	12
1. A CIÊNCIA E SEUS DESLOCAMENTOS SOCIAIS.....	17
1.1. CIÊNCIA X NÃO-CIÊNCIA	18
1.1.1. CIÊNCIA X RELIGIÃO.....	25
1.2. A CIÊNCIA E SEU DISCURSO.....	28
1.3. O JORNALISMO CIENTÍFICO.....	31
1.4. O DISCURSO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA.....	41
2. A CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO TEÓRICO.....	58
2.1. AS APROXIMAÇÕES COM BAKHTIN.....	59
2.2. AS CONTRIBUIÇÕES DE FOUCAULT.....	77
2.3. AS FORMULAÇÕES DE PÊCHEUX.....	95
2.3.1. FORMAÇÃO DISCURSIVA.....	96
2.3.2. A NOÇÃO DE SUJEITO.....	99
3. A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS: PREPARANDO AS ANÁLISES..	109
3.1. AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO.....	109
3.2. O UNIVERSO E OS DOMÍNIOS DISCURSIVOS.....	112

3.3. A CONSTRUÇÃO DOS RECORTES: OS BLOCOS E OS CONJUNTOS DE SEQÜÊNCIAS DISCURSIVAS.....	118
4. A TRAMA DAS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DA CIÊNCIA E DO CIENTISTA.....	121
4.1. SOBRE O CONCEITO DE FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS.....	121
4.2. SOBRE A NOÇÃO DE IDENTIDADE.....	126
4.3. AS ANÁLISES.....	131
4.3.1. A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DA CIÊNCIA E DOS CIENTISTAS: A PROJEÇÃO DO JORNALISTA	131
4.3.2. A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DA CIÊNCIA E DOS CIENTISTAS: A PROJEÇÃO DOS PRÓPRIOS CIENTISTAS.....	143
5. O LUGAR DISCURSIVO DO JORNALISTA E DO CIENTISTA: O IMBRICAMENTO DE DIFERENTES POSIÇÕES-SUJEITO.....	152
5.1. LUGAR É SINÔNIMO DE POSIÇÃO?.....	152
5.2. AS ANÁLISES.....	162
5.2.1. O LUGAR DISCURSIVO DO JORNALISTA - DOMÍNIO 1..	162
5.2.1.1. Recorte 1 - o funcionamento da generalização “os cientistas”	163
5.2.1.2. Recorte 2 - bloco 1 - a posição-sujeito de incorporação..	170
5.2.1.3. Recorte 2 - bloco 2 - a posição-sujeito de aderência.....	177
5.2.2. O LUGAR DISCURSIVO DO JORNALISTA - DOMÍNIO 2...183	
5.2.2.1. Recorte 1 - bloco 1 - o lugar discursivo de editor.....	183
5.2.2.2. Recorte 1 - bloco 2 - o lugar discursivo de editor.....	189

5.2.2.3. Recorte 2 - bloco 1 - o lugar discursivo de jornalista científico - a posição-sujeito de incorporação.....	194
5.2.2.4. Recorte 2 - bloco 2 - o lugar discursivo de jornalista científico - a posição-sujeito de aderência.....	197
5.2.3. O LUGAR DISCURSIVO DO CIENTISTA - DOMÍNIO 1....	204
5.2.3.1. Recorte 1 - o lugar discursivo de cientista divulgador - a posição-sujeito de legitimação do discurso de divulgação.....	204
5.2.4. O LUGAR DISCURSIVO DO CIENTISTA - DOMÍNIO 2..	213
5.2.4.1. Recorte 1 - o lugar discursivo de cientista divulgador - a posição-sujeito de identificação com o discurso científico.....	213

6. O SUJEITO-LEITOR: ENTRE A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM, DO EFEITO E DA POSIÇÃO-SUJEITO..... 222

6.1. A LEITURA E O SUJEITO-LEITOR.....	223
6.2. AS ANÁLISES.....	228
6.2.1. O LEITOR VIRTUAL: A POSIÇÃO-SUJEITO DE INTERPRETADO E A CONSTRUÇÃO DO EFEITO-LEITOR.....	228
6.2.1.1. Recorte 1 - bloco 1 - a antecipação da imagem do leitor pelo cientista.....	228
6.2.1.2. Recorte 1 - bloco 2 - a antecipação da imagem do leitor pelo jornalista.....	233
6.2.2. O LEITOR REAL: A POSIÇÃO-SUJEITO DE INTERPRETANTE E A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DA CIÊNCIA.....	241
6.2.2.1. Recorte 2 - bloco 1 - as cartas de leitores da revista Superinteressante.....	242

6.2.2.2. Recorte 2 - bloco 2 - as cartas de leitores da revista Ciência Hoje.....	249
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	257
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	263

RESUMO

O presente trabalho investiga o funcionamento do discurso de Divulgação Científica, tomando como corpus de análise as revistas *Superinteressante* e *Ciência Hoje*. Partindo da concepção de ciência enquanto prática social e ideológica e tendo como referencial teórico a Análise de Discurso de linha francesa, a preocupação central dessa investigação está pautada no modo como os diferentes sujeitos - o cientista, o jornalista e o leitor - se movimentam, isto é, se constituem no discurso de Divulgação Científica, sendo interpelados tanto pelo poder/verdade da ciência quanto pelo poder/verdade da mídia.

Para investigar, então, o funcionamento de tal discurso, a tese está dividida em seis capítulos. O primeiro capítulo aborda a concepção de ciência, de forma a marcar os limites entre a ciência e a não-ciência, bem como trata dos deslocamentos sociais produzidos a partir do conhecimento científico. Entre esses deslocamentos, está o Jornalismo Científico e, por sua vez, o discurso de Divulgação Científica, que também é caracterizado nesse primeiro capítulo.

No segundo capítulo, trava-se um diálogo entre três autores: Mikail Bakhtin, Michel Foucault e Michel Pêcheux, havendo um destaque para Pêcheux, que é o fundador da Análise do Discurso. A partir desse diálogo, são apresentadas as principais noções da teoria do discurso que sustentarão as análises sobre o funcionamento discursivo da Divulgação Científica.

O terceiro capítulo trata da constituição do corpus e da explicitação da metodologia a ser adotada durante as análises. No quarto capítulo, são apresentadas as primeiras análises sobre o modo como são representadas as imagens da ciência e do cientista no discurso de Divulgação Científica.

O quinto capítulo privilegia a discussão acerca do lugar discursivo em que se inscrevem tanto o jornalista quanto o cientista no discurso de Divulgação Científica. Ainda são analisadas as posições-sujeito que operam nesse discurso, a partir da inscrição do jornalista e/ou do cientista em um determinado lugar discursivo.

No sexto e último capítulo da tese, as análises estão centradas no sujeito-leitor, enfocando a construção do efeito-leitor e da imagem projetada à ciência, a partir de seqüências selecionadas das Cartas de Leitores de ambas as revistas - *Superinteressante* e *Ciência Hoje*. Tais análises focalizam a distinção entre leitor real e leitor virtual.

Dessa forma, essa tese enfoca a caracterização do discurso de Divulgação Científica como um espaço discursivo intervalar, no qual se entrecruzam diferentes sujeitos, mas também as diferentes ordens de saberes/as diferentes vozes que esses sujeitos mobilizam, bem como as instituições que eles representam, o que atesta a constituição eminentemente heterogênea desse discurso.

RÉSUMÉ

Le présent travail examine le fonctionnement du discours de Vulgarisation Scientifique, en prenant comme corpus d'analyse les revues *Superinteressante* et *Ciência Hoje*. On part de la conception de science en tant que pratique sociale et idéologique et prend comme référentiel théorique l'École Française de l'Analyse du Discours. Ainsi, la préoccupation centrale dans cette investigation est réglée dans le façon comme les différents sujets - le chercheur, le journaliste et le lecteur - se meuvent, c'est-à-dire, se constituent dans le discours de Vulgarisation Scientifique, en étant interpellés autant pour le pouvoir/vérité de la science que pour le pouvoir/vérité de la média.

Pour examiner, alors, le fonctionnement de tel discours, la thèse est divisée en six chapitres. Le premier chapitre aborde la conception de science, de façon à marquer les limites entre la science et la non-science, tel que traite de les déplacements sociaux produits à partir de la connaissance scientifique. Parmi ces déplacements est le journalisme scientifique et, à son tour, le discours de Vulgarisation Scientifique, qu'est aussi caractérisé dans ce premier chapitre.

Dans le second chapitre, on institue un dialogue entre trois auteurs: Mikail Bakhtin, Michel Foucault et Michel Pêcheux, en mettant en relief Pêcheux, qu'est le fondateur de l'Analyse du Discours. À partir dans ce dialogue, sont présentées les principales notions de la théorie du discours qui supporteront les analyses sur le fonctionnement discursif de la Vulgarisation Scientifique.

Le troisième chapitre traite de la constitution du corpus et de l'explicitation de la méthodologie à être adoptée pendant les analyses. Dans le quatrième chapitre, sont présentées les premières analyses sur le façon comme sont représentées les images de la science et de le chercheur dans le discours de Vulgarisation Scientifique.

Le cinquième chapitre privilégie la discussion en tour du lieu discursif dans le quel s'inscrivent autant le journaliste que le chercheur dans le discours de Vulgarisation Scientifique. Encore sont analysées les positions-sujet qui opèrent dans ce discours, à partir de la inscription du journaliste et/ou du chercheur dans un déterminé lieu discursif.

Dans le sixième et dernier chapitre de la thèse, les analyses sont centrées dans le sujet-lecteur, en focalisant la construction du effet-lecteurs et de l'image projetée à la science, à partir de séquences sélectionnées de les Lettres du Lecteurs de le deux revues - *Superinteressante* et *Ciência Hoje*. Tels analyses focalisent la distinction entre le lecteur réel et le lecteur virtuel.

De cette façon, la présente thèse focalise la caractérisation du discours de Vulgarisation Scientifique comme un espace discursif des intervalles, dans le quel s'imbriquent différents sujets, mais encore les différents ordres de savoirs/ les différentes voix que ces sujets mobilisent, tel que les institutions qu'ils représentent. Ça atteste la constitution éminemment hétérogène dans ce discours.

NO PRINCÍPIO ERA A RELIGIÃO, DEPOIS VEIO A CIÊNCIA E AGORA A DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA

“Hoje, no teatro desmedidamente extenso das representações de nosso mundo oferecidas a todos pelo texto e pelas imagens, a ciência certamente aparece como uma personagem essencial. Misteriosa, porque o pormenor de sua figura não está ao alcance dos próprios cientistas; tutelar, porque dela dependem as maravilhosas máquinas que povoam os lugares em que vivemos; inquietante, porque estamos conscientes dos poderes antinaturais e aparentemente ilimitados que um tal saber foi e será capaz de desencadear” (Granger, 1994).

Início o meu texto retomando o título e a epígrafe escolhida para fazer o que tradicionalmente chamamos, no meio acadêmico, de **introdução**. Ao fazermos uma retrospectiva histórica das instituições que já tiveram muito poder em suas mãos, certamente a religião, especialmente representada pela Igreja Católica, pode ser apontada como uma das primeiras instituições a ser legitimada socialmente com status de poder e verdade. Depois, em algum momento da história, como o título anuncia, a religião¹ começa a perder espaço e poder e a ciência, representada sobretudo pelo meio acadêmico, passa a ser uma espécie de religião dos tempos modernos. Ou seja, ela se legitima socialmente como *personagem essencial*, para retomar o que diz Granger na epígrafe acima, assumindo o status de poder e autoridade que era atribuído à Igreja Católica em outros tempos. É interessante notar que, embora religião e ciência pareçam contraditórias, elas produzem, a partir da materialidade de seus discursos, efeitos muito parecidos, como é o caso do efeito de verdade, de neutralidade, de objetividade, entre outros. E, no primeiro capítulo da presente tese, procuro trabalhar, ainda que brevemente, essas aproximações.

¹ Refiro-me aqui principalmente àquela religião tradicional, praticada na Idade Média, já que hoje sabemos que novas religiões e, com elas, novas práticas discursivas religiosas têm surgido e se legitimado socialmente, conquistando muito poder. Um exemplo disso é o movimento da Renovação Carismática Católica, que foi objeto de estudo da minha dissertação de mestrado.

E, enfim, com a evolução da sociedade e, sobretudo, com a expansão do capitalismo, eis que surge o Jornalismo Científico e, com ele, a Divulgação Científica, resultado da demanda pela democratização do saber na sociedade moderna. Assim, a partir da década de 70, a ciência e a tecnologia se transformam em mercadoria dessa sociedade capitalista, já que elas são as grandes aliadas da sociedade em busca da melhoria da qualidade² de vida da população. Portanto, se o imaginário acerca da ciência, antes desses eventos, já projetava a ela um status de poder e verdade, hoje, em pleno século XXI, a imagem da ciência como produtora de verdades e detentora de poder está definitivamente legitimada socialmente, conforme o que nos mostra Granger (op. cit).

Dentro desse contexto, o Jornalismo Científico passa a ocupar um lugar central na mediação do conhecimento científico entre a academia e grande parcela da população, através da mídia. Assim, ao ser popularizada, expandindo-se além do campo científico, a informação científica ingressa em uma complexa rede de disputas pelo poder. Complexa porque, além das relações de poder já imbricadas na produção do campo científico, surgem as relações de poder pela disputa do espaço na mídia e, por sua vez, na sociedade. Dessa forma, o Jornalismo Científico enquanto representante da mídia, atua como um mediador, um administrador de sentidos da informação científica. E essa administração de sentidos é materializada, no Discurso de Divulgação Científica (DDC), pelo jornalista, que está determinado pelo poder/verdade da mídia, mas também pelo poder/verdade da ciência. No entanto, apesar de tantas determinações, esse discurso é constitutivamente heterogêneo, já que abriga, na sua materialidade, diferentes sujeitos e, conseqüentemente, diferentes vozes, diferentes ordens de saberes. Por isso, eu o caracterizo, no presente trabalho, como um *espaço discursivo intervalar*.

É, então, tentando entender o funcionamento dessa complexa rede que forma o DDC, bem como o modo como tanto o sujeito jornalista quanto o sujeito cientista se inscrevem nessa rede e como se relacionam com o leitor - que é o outro

² Qualidade aqui inclui não só a saúde da população, mas o bem-estar do indivíduo de um modo mais amplo, o qual pode ser possibilitado pelas novas invenções tecnológicas, pela rapidez da informação, entre outras coisas.

necessariamente implicado na escritura desse discurso - que me propus a desenvolver o trabalho de pesquisa que ora apresento nesta tese, que está dividida em seis capítulos. A saber:

1) A ciência e seus deslocamentos sociais; 2) A construção do edifício teórico; 3) A constituição do corpus: preparando as análises; 4) A trama das formações imaginárias na constituição da identidade da ciência e do cientista; 5) O lugar discursivo do jornalista e do cientista: o imbricamento de diferentes posições-sujeito; e 6) O sujeito-leitor: entre a construção da imagem, do efeito e da posição-sujeito.

No primeiro capítulo, com o intuito de cercar o meu objeto de análise, parto da definição da ciência, procurando delinear os limites entre a ciência e não-ciência, os quais são marcados, entre outras determinações vindas da exterioridade, pelas relações de poder da mídia. Abordo, a partir do conceito de ciência como prática discursiva e social, logo, ideológica e dotada de subjetividade, alguns de seus deslocamentos sociais. Entre eles, o discurso e o Jornalismo Científico, bem como o discurso de Divulgação Científica. Caracterizo o discurso de Divulgação Científica como um discurso próprio, novo, mas que não produz uma ruptura em relação ao discurso da ciência e sim um deslocamento. Os saberes que circulam na ordem da ciência são deslocados para um espaço próprio: um *espaço discursivo intervalar*, onde eles são (re)significados para o leitor. E isso já aponta para o desenvolvimento das análises.

No segundo capítulo, apresento os pressupostos teóricos que sustentarão as minhas análises, procurando sempre aproximá-los do meu objeto de estudo - o discurso de Divulgação Científica. Para tanto, trago à discussão alguns teóricos dos estudos da linguagem que contribuíram para o aprofundamento das questões discursivas. Estou falando de Bakhtin, Foucault e Pêcheux. Embora o referencial teórico que sustenta a presente pesquisa seja o da Escola Francesa de Análise do Discurso, preconizada por Michel Pêcheux, os outros dois autores também produziram reflexões importantes acerca do objeto discurso. Por isso, retomo

Bakhtin e Foucault, mostrando as aproximações possíveis, a contribuição de cada um para os estudos discursivos e os conceitos desses autores que pretendo mobilizar nas análises do trabalho. Em Bakhtin, interessa-me sobretudo a noção de discurso-outro, a qual, com os devidos deslocamentos, servirá de reflexão nas minhas análises. Já, em Foucault, vou buscar principalmente o conceito de poder, que é fundamental para o meu trabalho. Por isso, trata-se de uma construção teórica.

No capítulo três, procuro mostrar as condições de produção que constituem o corpus discursivo do trabalho, bem como a construção da metodologia para proceder às análises. As matérias de Divulgação Científica, publicadas nas revistas *Superinteressante* e *Ciência Hoje*, é que constituem tal corpus. O leitor ainda encontrará nesse capítulo a justificativa da escolha dessas revistas e algumas informações sobre elas.

No capítulo quatro, realizo as primeiras análises, mostrando como, através da antecipação de imagens, a ciência e o cientista são representados e/ou se representam no discurso de Divulgação Científica. Assim, trabalho com a antecipação da imagem da ciência, projetada tanto pelo jornalista quanto pelo próprio cientista, na constituição desse discurso. A partir das análises das formações imaginárias acerca da ciência, também observo como se constitui a identidade da ciência e do cientista. Nessa trama das formações imaginárias, bem como na constituição da identidade da ciência, as relações de poder da mídia intervêm fortemente, numa tentativa de administrar os efeitos de sentidos produzidos pelo discurso de Divulgação Científica, produzindo, assim, um efeito de homogeneidade. Logo, o resultado é a predominância de imagem da ciência como algo que supõe objetividade, provas, verdade, destituída de condições históricas e ideológicas.

No capítulo cinco, trabalho com o conceito de lugar discursivo, tomando-o como uma categoria analítica. Então, é via lugar discursivo, conforme o estou entendendo no âmbito desse trabalho, que o sujeito do discurso se relaciona tanto

com a forma-sujeito histórica quanto com a posição-sujeito. Assim, o lugar discursivo se situa no entremeio da forma e da posição-sujeito, estando afetado pelo lugar social/empírico que o sujeito do discurso ocupa socialmente. E, durante as análises deste capítulo, observei que o jornalista se inscreve em dois lugares discursivos diferentes - o de jornalista científico e o de editor - a partir dos quais operam também diferentes posições-sujeito. Já, o cientista se inscreve em apenas um lugar discursivo: o de cientista divulgador. Mas, também, a partir desse lugar, operam diferentes posições-sujeito. Portanto, o funcionamento discursivo destas duas categorias - o lugar discursivo e a posição-sujeito - mais uma vez atesta a heterogeneidade do discurso de Divulgação Científica e a sua inscrição, a partir dos deslocamentos produzidos nos intervalos entre a ordem da ciência, a ordem da mídia e a ordem do senso comum, num espaço discursivo próprio: *um espaço discursivo intervalar*.

Por fim, no último capítulo, trato do sujeito-leitor, o outro necessariamente implicado na escritura do DDC. Observei, nas análises desse capítulo, a construção do leitor virtual, projetado, discursivamente, através do efeito-leitor. E, para buscar o contraponto desse leitor virtual, analisei algumas cartas de leitores para verificar o funcionamento do leitor real. Assim, oscilando entre o leitor virtual e o leitor real, o sujeito-leitor do discurso de Divulgação Científica ocupa, respectivamente, as posições-sujeito de interpretado e interpretante. Na posição de interpretado, o leitor é projetado, discursivamente, pelo jornalista ou pelo cientista enquanto leitor ideal, modelo; já, na posição de interpretante, ele não é mais o leitor ideal, mas sim o leitor real, produzindo movimentos de resistência em relação à construção de sentidos imposta pelo jornalista e/ou cientista, bem como em relação à imagem a ele projetada.

Voltando ao título dessa introdução, agora, então, é a divulgação da ciência que tenta legitimar-se socialmente e, por que não, produzir a imagem de poder e autoridade atribuída à ciência. E a mídia, com certeza, está contribuindo para essa legitimação, com o seu olhar de “administradora” dos sentidos.

1. A CIÊNCIA E SEUS DESLOCAMENTOS SOCIAIS

“A idéia de que a produção dos conhecimentos consistiria no puro e simples desenvolvimento (empírico-dedutivo) das propriedades dos objetos é, pois, **um mito idealista**³, que identifica ciência e lógica e, ao colocar esta última como princípio de toda ciência, concebe inelutavelmente a prática científica como uma atividade de triagem entre enunciados verdadeiros e enunciados falsos, repelindo tudo o que diz respeito às condições próprias de aparição desses enunciados, isto é, às questões que lhe são correspondentes no interior de uma problemática historicamente determinada” (Pêcheux, 1995: 197).

Início o meu trabalho procurando (re)constituir, histórica e socialmente, o meu objeto de estudo - **o discurso de Divulgação Científica**. E tal objeto envolve, pelo menos, duas ordens de constituição. Quais sejam: a ciência e o jornalismo - o que já o inclui numa determinada formação social.

Assim, destacarei, neste capítulo, entre os deslocamentos sociais da ciência, o Jornalismo Científico e, conseqüentemente, o discurso produzido por tal deslocamento. E o surgimento desse novo desdobramento da ciência - o Jornalismo Científico - está diretamente relacionado com o avanço da ciência e da tecnologia, transformadas em mercadorias, na sociedade moderna, em virtude da necessidade de democratização do saber. Por isso, inicio minha reflexão apresentando uma discussão acerca da ciência, com o intuito de mostrar o que define os seus limites na sociedade atual, bem como de resgatar os seus padrões clássicos e tradicionais. Assim, apontarei aquilo que caracteriza a ciência enquanto tal e demarca, por sua vez, o espaço que ela ocupa em uma formação social, refutando aquilo que não pode e não deve ser considerado ciência, isto é, a não-ciência.

³ O grifo é meu.

1.1. CIÊNCIA X NÃO-CIÊNCIA

Vários autores, conhecidos como filósofos da ciência, estudaram os métodos, as práticas, enfim, os caminhos pelos quais os cientistas, nas mais diferentes áreas, chegam ao conhecimento, à 'verdade' sobre os fatos estudados, observados. Entre eles, podemos destacar Karl R. Popper, Imre Lakatos, Thomas S. Kuhn e Paul Feyerabend. E a preocupação desses filósofos, que começa a surgir na década de 60 do século passado, vem também da importância social que o conhecimento científico começa a ocupar na sociedade moderna. Cada um desses autores nos traz contribuições para que possamos melhor refletir sobre como se constrói o conhecimento. No entanto, suas teorias divergem em alguns aspectos, já que cada um deles lança um olhar próprio sobre a questão da ciência e dos cientistas. Não pretendo estudar aqui tais autores, por isso não vou me deter em explanar a teoria de cada um, mas, na medida em que julgar importante para o meu trabalho e para a construção da concepção de ciência que pretendo adotar, posso vir a apresentar algumas de suas idéias.

Lakatos (1979) nos lembra que durante séculos *o conhecimento significou conhecimento provado*, o que rechaçava qualquer dúvida, qualquer questionamento acerca do conhecimento científico. Uma vez provado, estava estabelecida a verdade acerca desse saber. Mas, com o surgimento de novas teorias e com a evolução da ciência, segundo o autor, *pouquíssimos filósofos ou cientistas ainda pensam que o conhecimento científico é, ou pode ser, o conhecimento demonstrado* (Lakatos, 1979: 110). No entanto, o próprio autor adverte que *não se pode simplesmente jogar por terra o ideal da verdade demonstrada* (op. cit.), reduzindo ao ideal da *verdade provável* o da *verdade por consenso*.

Isso nos aponta para o fato de que um dos objetivos da ciência, senão o principal, sempre foi (e continua sendo) o de produzir conhecimento, transformando os fatos enigmáticos em "verdades", não importando qual seja essa verdade.

Lakatos (1979) afirma que a *honestidade intelectual não consiste em tentar alguém entrincheirar-se ou firmar sua posição demonstrando-a (ou probabilizando-a) - a honestidade intelectual consiste antes em **especificar precisamente as condições em que uma pessoa está disposta a renunciar à sua posição.** Marxistas e freudianos comprometidos recusam-se a especificar tais condições: essa é a marca distintiva da sua desonestidade intelectual* (1979: 111 - os grifos são meus). Ora, a partir de tal afirmação, o autor ratifica a idéia de que o conhecimento, para ser considerado ciência, deve ser demonstrado, especificado, comprovado. Por isso, pela ausência de tal característica, os marxistas e freudianos são acusados de desonestos.

Popper (apoiado e defendido por Lakatos), desenvolveu a tese do conhecimento objetivo, o qual é *totalmente independente de qualquer alegação de conhecer que alguém faça; é também independente da crença ou disposição de qualquer pessoa para concordar; ou para afirmar, ou para agir. O conhecimento no sentido objetivo é conhecimento sem conhecedor; é conhecimento sem sujeito que conheça* (1999: 111). Assim, no objetivismo, o conhecimento transcende as crenças e estados de consciência dos indivíduos, enfatizando somente itens do conhecimento. As teorias científicas têm uma estrutura objetiva externa à mente dos cientistas individuais, sendo que as situações problemáticas existem dentro da estrutura da ciência, quer sejam apreciadas e aproveitadas pelos cientistas ou não. E Lakatos ratifica essa idéia, afirmando que *o valor objetivo, científico de uma teoria... é independente da mente humana que a cria ou a compreende* (apud Chalmers, 2000: 161). Portanto, a ciência basta por si só e o sujeito não é considerado constitutivo desse saber. Assim concebido, o conhecimento científico não tem nenhuma relação com o social, tampouco com o ideológico. No entanto, se o considerarmos do ponto de vista discursivo, não só todo o conhecimento, mas também todo o sujeito é ideológico. E juntos, sujeito e conhecimento, vão constituir o discurso científico.

Embora Popper negue o sujeito como constitutivo do conhecimento objetivo, ele admite a existência de um *conhecimento subjetivo*, o qual, na visão do autor, não tem valor de verdade, já que os fatos, estudados a partir dessa concepção

de conhecimento, nem sempre têm correspondência com a realidade. Para Popper *toda ciência e toda filosofia são senso comum esclarecido* (1999: 42). Logo, o senso comum (realidade) pode se transformar em conhecimento, desde que esclarecido pela ciência, através da *procura da verdade*. Nas palavras de Popper, *devemos procurar ver ou descobrir os problemas mais urgentes e devemos tentar resolvê-los propondo teorias verdadeiras* (1999:51). Portanto, se os fatos não forem provados e transformados em verdades, não podem ser considerados problemas da ciência. Assim, quanto mais próximos da verdade, quanto maior for a correspondência com a realidade, mais valor de teoria científica os fatos vão ter.

Há, no entanto, quem discorde da teoria do *falsificacionismo* de Popper. Kuhn (1979) critica o fato de Popper descrever como *falseamento* ou *refutação* o que acontece quando uma teoria falha na tentativa de aplicação. Para Kuhn *todas as experiências podem ser contestadas, quer quanto à relevância, quer quanto à exatidão. Todas as teorias podem ser modificadas por uma variedade de ajustamentos ad hoc sem por isso deixar de ser, em suas linhas gerais, as teorias* (1979: 20). Ainda que Kuhn abra um espaço para que as teorias possam ser questionadas, ele continua usando o critério da verdade para validar ou não uma teoria. E o próprio autor ratifica essa idéia, ao afirmar que *para ser científica, a teoria precisa ser falseável apenas por um enunciado de observação e não pela observação real* (1979:22). Percebemos, assim, que mudou apenas o foco da observação, mas a validação científica pelo critério da 'verdade' continua presente. Para Kuhn, critérios como *precisão de previsão*, especialmente da *quantitativa*, *o equilíbrio entre os assuntos esotéricos e os cotidianos*, *o número de problemas diferentes resolvidos* é que dão validade científica a uma teoria. E acrescenta que os meios pelos quais são especificados estes valores devem, em última análise, ser uma explicação psicológica ou sociológica. *Isto é, precisa ser a descrição de um sistema de valores, uma ideologia, juntamente com uma análise das instituições através das quais o sistema é transmitido e imposto* (1979:29). Assim, para o autor, a característica mais importante de um campo de indagação quanto à distinção entre a ciência e a não-ciência é a extensão em que o campo é capaz de sustentar uma tradição científica normal. Percebemos

aqui o valor, o papel que tal autor atribui à crítica. No entanto, fica uma questão: o que é uma tradição científica normal? Pelo já exposto, podemos concluir que se trata de todo conhecimento que é validado pela racionalidade e pela verdade e julgado, sobretudo, pelos cientistas, sustentados, entre outras coisas, pelas críticas.

Assim, conforme o que nos apontam esses autores, quando falamos em ciência, pensamos num conjunto de saberes sistematizados por um cientista, isto é, experimentados, observados, testados, enfim, provados, inclusive quantitativamente, em uma determinada área. Se o saber não for sistematizado e legitimado por um conjunto de cientistas, autorizados pela academia, não pode ser considerado ciência. Isso é o que tem sido chamado de ciência na academia. É o convencional, o tradicional, que ainda constitui a ciência como busca da verdade.

Feyerabend é o único, dentre os filósofos da ciência já citados, que argumenta contra a concepção da ciência enquanto busca de verdades. Ele demonstra que as metodologias da ciência fracassaram em fornecer regras para orientar as atividades dos cientistas. Diz ele: *a idéia de que a ciência pode e deve ser governada de acordo com regras fixas e universais é simultaneamente não-realista e perniciosa(...) a idéia é prejudicial à ciência, pois negligencia as complexas condições físicas e históricas que influenciam a mudança científica* (apud Chalmers, 2000:175). Por isso, sua teoria ficou conhecida como *vale tudo*. Percebemos que há uma preocupação do autor com o histórico, através do questionamento das regras, as quais, muitas vezes, são incompatíveis com dada situação histórica. Feyerabend também contribuiu para a reflexão sobre a ciência ao propor o conceito de *incomensurabilidade*, o qual relaciona a observação com a teoria, isto é, os sentidos e interpretações dos conceitos e as proposições de observação que os empregam dependerão do contexto teórico em que ocorram (cf. Chalmers, 2000).

Para Feyerabend, a ciência não é necessariamente superior a outras formas do conhecimento. Chalmers (2000) concorda com tal afirmação, no entanto, traz para discussão um olhar diferente. Vejamos:

"a falsa suposição de que há um método científico universal a que devem se conformar todas as formas de conhecimento desempenha um papel prejudicial em nossa sociedade, aqui e agora, especialmente considerando-se o fato de que a versão do método científico a que geralmente se recorre é grosseiramente empiricista ou indutivista. Isto é especialmente verdadeiro na área da teoria social, quando se defendem teorias que servem para manipular aspectos de nossa sociedade num nível superficial (pesquisa de mercado, psicologia behaviorista), mas que, para compreendê-la e ajudar-nos a usá-la em algum nível mais profundo, são defendidas em nome da ciência. Em vez de concentrar-se em problemas sociais prementes como estes, Feyerabend contrasta a ciência com o vodu, com a astrologia e coisas semelhantes e argumenta que estes últimos não podem ser excluídos recorrendo-se a algum critério de cientificidade ou racionalidade" (2000: 183).

Compartilho da afirmação de Chalmers de que não se pode falar de um método científico universal, já que cada área teórica tem as suas especificidades. Também partilho da afirmação de que algumas teorias reivindicam para si o nome de ciência simplesmente para manipular informações, através do status de poder e verdade que é atribuído à ciência. Por outro lado, gostaria de chamar a atenção para o fato de que, ao criticar Feyerabend por contrastar a ciência com o vodu, a astrologia etc, Chalmers também está contribuindo para rechaçar determinadas formas de conhecimento, para impor limites à ciência, reforçando assim o status de poder e verdade a ela atribuído. Afinal, se a ciência não busca verdades e não pretende ser objetiva, podemos julgar o que pode ou não ser considerado ciência?

Embora já existam críticas em relação a essa concepção empírica de ciência, ainda predomina a imagem da ciência como algo objetivo, que busca verdades. E tal imagem surge na academia e nos laboratórios, enfim, nos lugares onde se produz ciência, e é sustentada socialmente, graças, entre outras coisas, à intervenção, ao olhar da mídia sobre a produção de conhecimento⁴.

E tal concepção, tal imagem da ciência é predominante inclusive na ótica popular. Vejamos. Conforme o que nos aponta Chalmers (2000) sobre a concepção popular de conhecimento científico,

⁴ O leitor poderá verificar a predominância dessa imagem da ciência no capítulo 4 da presente tese, onde discuto a representação da imagem da ciência no discurso de Divulgação Científica.

"conhecimento científico é conhecimento provado (...) A ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar, etc. Opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência. A ciência é objetiva. O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é conhecimento provado objetivamente" (2000: 23).

Logo, a ciência supõe mérito, confiança, autoridade e deve ter a capacidade de explicar e mensurar o conhecimento. Essa é concepção popular da ciência, a qual lhe garante um estatuto e uma imagem de autoridade social. Mas tal imagem dominante não é construída do nada; ela é reflexo dessa concepção de ciência, constituída através da história do conhecimento científico e preconizada pela própria academia e pelos cientistas, conforme acabamos de ver.

Assim, não é só através da prática discursiva, tomada aqui enquanto legitimação do conhecimento, mas também através da técnica e da observação, por parte do cientista, que a ciência ocupa um estatuto de autoridade na sociedade. E, para avançarmos um pouco na reflexão sobre o papel do cientista, cito Coracini.

Coracini (1991) afirma que o objetivo da ciência tem sido não mais de 'descobrir', mas sim de construir o conhecimento humano com base na sistematização, na organização dos fatos que se entrelaçam e se relacionam. E *captar essas relações é tarefa do cientista que, inserido num determinado contexto histórico-social, partilha com outros cientistas a crença num paradigma, em normas prescritivas que lhe possibilitam 'ver' desta ou daquela maneira os fatos, os fenômenos naturais* (Coracini,1991: 27). Podemos pensar, então, na crença como a verdade que os cientistas buscam comprovar e que pretendem que seja inquestionável. Assim, tal 'verdade' só poderá ser questionada se um novo conjunto de crenças, baseado num determinado paradigma, comprovar outras 'verdades'.

Coracini (op. cit), ao trabalhar com o discurso da ciência, retoma historicamente o objetivo e os métodos utilizados pela ciência. Afirma que *há muitos séculos se acredita que o objetivo magno da ciência está na busca do conhecimento objetivo, ou seja, comprovado, dos seres e fenômenos do universo* (1991:26). E tal afirmação é ratificada pelo já exposto acima sobre o *conhecimento objetivo* de Popper. Logo, se não se tratar de

um saber que é reconhecido pela comunidade acadêmica e comprovado empiricamente, não é ciência.

Conforme estudo da autora, essa concepção de objetividade apresentou-se sob duas facetas distintas: a prova dos intelectos e a prova dos sentidos. No primeiro caso, conhecer significaria penetrar pela razão na 'verdade' dos seres e dos fenômenos naturais. No segundo caso, o da prova dos sentidos, a base do conhecimento estaria na concepção de que a verdade dos fatos só poderia ser atingida pelos sentidos: era o método indutivo por excelência. Deslocou-se, assim, o objetivo da ciência: não mais captar a realidade dos fatos por meios humanos, mas atingi-la por meios mecânicos, estatísticos, como se a quantidade pudesse constituir um critério 'objetivo'. Conhecer, segundo Coracini, *passou a consistir em atingir a essência dos fenômenos - a princípio, naturais, depois sociais e psíquicos - através de fórmulas estatísticas* (1991: 27). Conhecer, portanto, é diferente de apenas acreditar, já que o conhecimento não pode estar baseado em crenças.

Seja através do sujeito, seja através das fórmulas estatísticas, a ciência continua buscando as ditas 'verdades' objetivas sobre o conhecimento, até para se manter com o estatuto da cientificidade. Se o conhecimento não puder ser comprovado e observado, não pode ser considerado uma verdade dentro da comunidade científica. Logo, não é ciência.

Mas esse estatuto do saber se modifica conforme as mudanças ocorridas no estatuto social. E o processo de desenvolvimento das tecnologias da escrita faz parte dessas mudanças, trazendo conseqüências para o modo de produzir ciência e, sobretudo, para a Divulgação Científica. Dessa forma, a ciência procura acompanhar as evoluções ocorridas na sociedade para que ela possa, conforme já mencionei, se manter num lugar de autoridade. E Lyotard (1988, apud Coracini, 1991) ratifica essa idéia, afirmando que

"se antes o saber estava diretamente relacionado com o sujeito (aquele que sabe) e com o seu valor de uso, hoje, com a hegemonia da informática, o saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos,

para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim; perde o seu 'valor de uso' " (1991: 27).

Vemos, com isso, como a ciência procura acompanhar a evolução e as mudanças da sociedade. Passou-se a produzir mais conhecimento, num ritmo mais acelerado, o que ocasionou, por sua vez, um aumento significativo da divulgação. E aqui entra o papel da Divulgação Científica: tornar acessível ao grande público os resultados das pesquisas realizadas no meio científico⁵. Em outras palavras, tornar a ciência, através da divulgação, uma mercadoria em busca de consumidores⁶ e/ou financiadores. Mercadoria aqui entendida num sentido amplo, isto é, não só o conhecimento passa a ser consumido, através da leitura de artigos de Divulgação Científica, mas também os resultados desse conhecimento, que são a tecnologia, os medicamentos e outros tantos produtos. Assim, garante-se o estatuto de autoridade e o caráter de racionalidade à ciência, que pretende ser universal assim como a religião.

1.1.1. CIÊNCIA X RELIGIÃO

A religião enquanto crença sempre existiu, existe e está presente na nossa cultura e sociedade enquanto um efeito ideológico. Portanto, é anterior ao surgimento da ciência. Aliás, o nosso imaginário social sobre a ciência e os cientistas como portadores de verdades indiscutíveis sofreu a influência da Igreja Católica medieval, que consagrou santos (gênios), milagres (descobertas) e lugares sagrados (laboratórios). A religião, então, determina o que é sagrado e o que é profano, mas pode esbarrar no rigor da cientificidade, já que não há explicação científica⁷ para o fenômeno religioso. Normalmente, dogmas, milagres, fatos religiosos não são considerados da ordem da ciência, segundo a visão dos cientistas

⁵ Não estou considerando aqui meio científico como aquele que toma, exclusivamente, a Universidade como espaço de pesquisa, mas também aquele que toma os laboratórios e outros espaços para realização de pesquisas.

⁶ Incluídos aí os leitores de matérias de Divulgação Científica.

⁷ Explicação científica aqui tomada enquanto imagem dominante, que busca a verdade dos fatos.

e da própria Igreja. Mas, quando o assunto é a posse da verdade, ciência e religião disputam o mesmo espaço.

Pensando na relação objetividade/verdade, característica da ciência e, portanto, do discurso científico, podemos aproximar a ciência da religião. Na apresentação à edição brasileira da obra já citada "O que é ciência, afinal?", de Alan Chalmers, feita por Almyr Gajardoni, lemos: *Já houve quem considerasse a ciência a religião dos nossos tempos, e os cientistas seus infalíveis sacerdotes*. Lemos ainda na contracapa da mesma obra: *a ciência deve parte de sua alta estima ao fato de ser vista como a "religião moderna" desempenhando hoje papel similar ao do cristianismo na Europa, em séculos passados (...) o homem contemporâneo dedica uma fé cega ao que chamamos respeitosamente 'método científico'*.

Tal comparação feita entre o modo como funcionam a ciência e a religião junto aos homens nos permite visualizar a autoridade e o espaço conquistados pela ciência nos últimos tempos. Segundo Braga (1996), *a ciência desempenha hoje papel dominante e quase tudo é por ela influenciado. Se no passado os sacerdotes eram consultados antes de empreendimentos importantes, hoje se consultam os cientistas, pois não estamos muito longe de um iluminismo tardio em que só a ciência abre o justo acesso à verdade* (1996:17). Por outro lado, podemos também pensar no funcionamento da objetividade e da neutralidade nesses dois campos de saberes, as quais são materializadas através da linguagem que constitui os discursos científico e religioso. Por isso, julgo profícuo fazer uma aproximação entre esses dois tipos de discurso.

Pensem na permanência de uma prática discursiva em uma determinada sociedade, a qual estabelece diferentes relações de poder para se institucionalizar. A institucionalização dessa prática, por sua vez, lhe confere o estatuto de autoridade respeitada e reconhecida enquanto tal. Assim, ao passo que o discurso religioso é institucionalizado pela Igreja, o discurso científico o é sobretudo pela Universidade. Tais instituições, então, garantem a permanência destas práticas discursivas - o discurso religioso e o discurso científico - já que tanto a Igreja quanto a Universidade são respeitadas enquanto instituições com autoridade social, embora

com prestígio e público diferentes. São as instituições, entre outros elementos da ordem social e histórica, que conferem poder e autoridade aos discursos que nelas se materializam. É através das instituições que *ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais* (Mariani, 1998: 71).

Assim, tanto o discurso científico quanto o discurso religioso se legitimaram, através das instituições que eles representam, como lugares de saberes e verdades⁸, aparentemente, inquestionáveis e, conseqüentemente, neutros⁹. E o sujeito de saber que representa tal autoridade é o Padre, que faz falar a voz de Deus, no discurso religioso, e o cientista, que faz falar a voz da ciência, do saber e da academia, no discurso científico. Pêcheux (1975) afirma que *existe um discurso da ciência, isto é, um discurso do sujeito da ciência, cuja característica seria a de que esse sujeito está apagado nela, isto é, "presente por sua ausência", exatamente como Deus sobre esta terra no discurso religioso* (1995:198).

Essa citação de Pêcheux vem ao encontro da concepção de que a voz do cientista deve ser apagada no discurso, ainda que isso seja ilusório, assim como de que Deus confere uma voz poderosa ao discurso religioso, mesmo não estando presente, ou seja, não sendo marcado no discurso de forma explícita.

Ainda Pêcheux (1988), em 'Discurso: estrutura ou acontecimento', vai falar do *fantasma de uma ciência régia*, isto é, uma ciência homogênea, sem falhas, onde os enunciados devem apontar para um *espaço logicamente estabilizado* e não para *formulações irremediavelmente equívocas*. Portanto, uma ciência que está sob o domínio da verdade, da objetividade da interpretação, exatamente como pretende ser a religião. E a negação de que o equívoco é inerente a esses dois campos de saber é que dá a ilusão aos sujeitos desses discursos de que eles sabem do que falam, isto é, dominam o seu dizer e, conseqüentemente, a interpretação que tal dizer pode produzir.

⁸ Há que se notar que tanto os saberes, quanto as verdades são de ordens diferentes nos dois discursos, mas não deixam de ser consideradas autoridades.

⁹ Embora se "pregue" essa característica de neutralidade a esses discursos, verificamos, ao olhar para o funcionamento discursivo, que ela é ilusória. Conforme nos mostra Pêcheux, já em seus primeiros textos, *não há descontinuidade entre ciência e ideologia*. E eu acrescentaria, tampouco entre religião e ideologia.

1.2. A CIÊNCIA E SEU DISCURSO

Pensando na relação do discurso científico com o momento histórico e social, os quais são elementos constitutivos da ciência, trago para a discussão a reflexão de Pêcheux. Pêcheux (1967), sob o pseudônimo de Thomas Herbert, afirma:

"toda ciência - qualquer que seja seu nível de desenvolvimento e seu lugar na estrutura teórica - é produzida por um trabalho de mutação conceptual no interior de um campo conceptual ideológico em relação ao qual ela toma uma distância que lhe dá, num só movimento, o conhecimento das errâncias anteriores e a garantia de sua própria cientificidade. Nesse sentido, toda ciência é inicialmente ciência da ideologia da qual ela se destaca" (1995: 63-64)¹⁰.

Tal afirmação de Pêcheux nos mostra que a garantia de cientificidade e a manutenção do estatuto de autoridade social da ciência não estão dissociados da ideologia; mas, pelo contrário, são constitutivos da prática discursiva, que é essencialmente ideológica. Mais tarde, em 1975, Pêcheux retoma o conceito de ciência, afirmando que

"a produção histórica de um conhecimento científico dado não poderia ser pensada como uma "inovação nas mentalidades", uma "criação da imaginação humana", um "desarranjo dos hábitos do pensamento", etc (cf. Kuhn), mas como o efeito (e a parte) de um processo histórico determinado, em última instância, pela própria produção econômica" (1995:190).

Tal afirmação de Pêcheux nos remete ao fato de que a ciência/o conhecimento científico não se constroem do nada, nem surgem do acaso. Eles são efeitos de um processo histórico e ideológico que vai se refletir, por sua vez, na constituição do discurso científico. Portanto, **a ciência é uma prática social e, enquanto tal, não pode estar dissociada nem do sujeito nem da ideologia que a constitui. Essa é a concepção de ciência que pretendo adotar para o presente trabalho.**

¹⁰ Tal data refere-se à tradução brasileira do artigo, conforme consta nas referências bibliográficas.

Foucault, em *Arqueologia do Saber*, também discute essa questão afirmando que o *saber é um conjunto de elementos formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência* (1997:206). Portanto, se a ciência é uma prática social, o saber, enquanto elemento constitutivo dessa prática, por sua vez, é uma prática discursiva que pode ou não ter por objetivo a busca da verdade.

No entanto, quando falamos em discurso científico, podemos citar duas características fundamentais, que lhe são atribuídas: a ausência (aparente) do sujeito e a pretensão do saber objetivo/verdadeiro. Então, nessa tentativa de construir um saber objetivo, o objeto a ser pesquisado acaba ocupando o lugar do sujeito do enunciado, que é o sujeito-pesquisador, ou seja, o cientista. Assim, segundo Pêcheux (op.cit), *todo "sábio", enquanto perito de uma dada ciência, toma necessariamente posição pela objetividade, isto é, pelo materialismo. Quando se fala do materialismo espontâneo dos sábios, o que se está designando são os efeitos, na forma-sujeito, do fato de estar "no verdadeiro" mesmo sem poder 'dizer o verdadeiro'* (1995:196).

Seguindo a reflexão de Pêcheux, podemos pensar então que essa pretensão do saber objetivo e verdadeiro não passa de *um efeito ilusório do sujeito-autor como fonte do dizer*. Efeito este necessário ao sujeito para que ele possa se constituir, ocupar a posição de autor, já que lhe é imputada a responsabilidade do dizer, a qual aumenta quando se trata do discurso científico. Afinal, é a ciência, representada pelo cientista, que ocupa o lugar do saber na academia, a qual, por sua vez, também representa um lugar de saber e autoridade na sociedade. Por isso, podemos dizer que a ciência interpela os sujeitos sociais através da construção de um discurso de autoridade.

Alguns autores brasileiros que se interessam pelas questões discursivas têm discutido essa relação de autoridade entre o cientista e a sociedade, mostrando como o mito de neutralidade e da ausência do sujeito no discurso científico se legitimam enquanto imaginário social. Dentre esses autores, gostaria de destacar uma citação de Pinto (1989)

"a constituição do sujeito cientista enquanto autoridade é duplamente essencial, tanto porque o legitima no interior da comunidade científica - dá-lhe direito à voz -, como o legitima perante a sociedade como uma autoridade incontestável. Entretanto, o que é mais notável nesta sofisticada formulação é o fato que a cuidadosa construção do sujeito cientista é ao mesmo tempo o que autoriza este sujeito a organizar o seu discurso como o não-discurso, o que autoriza o sujeito a se apresentar como o não-sujeito" (1989: 47).

Constrói-se, assim, uma ilusão de ausência do sujeito-autor no discurso, pelo menos, lingüisticamente. No entanto, mesmo tendo a ilusão necessária de ausência e, ao mesmo tempo, de ser a fonte do dizer, o sujeito-autor, o qual é histórica e ideologicamente constituído, vai marcar sim sua posição no texto, através das pistas lingüísticas, nas quais, justamente, ele tenta ilusoriamente negar sua presença. É a presença marcada pela ausência, como diz Pêcheux.

Apresentei, brevemente, as principais características que marcam o limite entre a ciência e a não-ciência, bem como refleti sobre os funcionamentos básicos do discurso religioso, enquanto materialidade da religião, e do discurso científico, enquanto materialidade da ciência. Ao apresentar essa discussão sobre o conceito de ciência, enfocando diferentes autores, percebi que os limites delineados para marcar o que deve ser considerado ciência e o que deve ser rechaçado por ela, a não-ciência, dependem de quem lança o olhar sobre ela. Ou seja, **passam pelo sujeito, que está inserido no histórico e no ideológico, o que confirma que a ciência se constitui numa prática social e, por sua vez, o discurso científico numa prática discursiva.**

No próximo item, apresento o jornalismo científico, um dos deslocamentos sociais da ciência, que surgiu da necessidade de democratização do saber, 'exigida' pela sociedade moderna.

1.3. O JORNALISMO CIENTÍFICO

Como já referi acima, o Jornalismo Científico surge como um dos deslocamentos sociais da ciência e do próprio jornalismo, devido à demanda da sociedade moderna pela democratização do conhecimento. Conforme nos mostra Braga (1996), em sua dissertação de mestrado,

"a ciência, não por acaso, representa hoje importante instância cultural, talvez a mais significativa, uma vez que conseguiu uma abrangência totalizante, atravessando e impregnando todas as dimensões da existência humana em nossa sociedade. Não só na relação sujeito-objeto, mas também no âmbito político-ideológico. A ciência transforma-se em um instrumento de poder que pode, muitas vezes, ser legitimado pela sociedade que o fabrica" (1996:91).

Como se vê na citação acima, muito da importância, da abrangência e da própria transformação da ciência em instrumento de poder, legitimado pela sociedade, passa pelo surgimento do Jornalismo Científico, já que é através dele que os resultados de pesquisas, realizadas no âmbito da ciência, são apresentados ao grande público¹¹. Então, ao meu ver, a ciência não se transformou em instrumento de poder, já que ela sempre teve essa característica. A diferença é que, hoje, esse poder passou também a ser legitimado pela sociedade em geral, já que, há alguns anos atrás, a socialização do saber era privilégio de poucas pessoas, ou seja, acontecia somente entre os pares de cientistas da mesma área. E tal socialização é fruto da Divulgação Científica.

José Marques de Melo ratifica essa idéia, ao afirmar que *hoje, com a importância assumida pela ciência e tecnologia na vida dos povos, constituindo fonte privilegiada de poder, mudou radicalmente o valor jornalístico atribuído aos acontecimentos que aí ocorrem. Ciência e cientistas são notícia, encontrando sempre oportunidades para divulgar coletivamente seus conhecimentos, suas idéias* (1984: 44).

¹¹ É importante aqui enfatizar que esses resultados não são apresentados ao público leitor na mesma linguagem que é utilizada pelos cientistas. Eles são transformados em notícia pelo olhar da mídia, do jornalista e até dos próprios cientistas. No item seguinte, quando vou tratar do Discurso de Divulgação Científica, explicitarei o modo como estou entendendo esse funcionamento.

É dentro desse contexto então que surge o Jornalismo Científico no Brasil. Embora, na Europa e nos Estados Unidos, o século XIX já fora marcado como período de grande efervescência da divulgação da ciência, aqui, no Brasil, a pesquisa científica ainda era incipiente, começando a ganhar alguma força só no final desse século. O primeiro fato marcante nesse sentido só aconteceu em 1948, quando foi criada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Mais tarde, em 1951, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), o qual representou o primeiro esforço significativo nacional de regulamentar a ciência e a tecnologia no país. E só em 1985 é criado o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)¹².

Euclides da Cunha, embora não seja lembrado como jornalista científico, contribuiu para essa área de conhecimento, ao escrever *Os Sertões*, em 1897, livro que narra o levante do Arraial de Canudos em forma de documentário. O segundo nome é do médico, pesquisador, educador e jornalista José Reis, considerado o patrono do Jornalismo Científico no Brasil. Reis ficou conhecido pela coluna científica semanal que escrevia na *Folha de São Paulo* desde 1947. Foi um dos fundadores da SBPC e o primeiro presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC), fundada em 1977. Na década de 80, o surgimento da revista *Ciência Hoje* e, em 1990, o lançamento da revista *Superinteressante*¹³ também contribuíram para o crescimento do Jornalismo Científico no Brasil.

É a partir do início da década de 1970, então, que o Jornalismo Científico Brasileiro começa a ocupar, efetivamente, um espaço na mídia nacional. Segundo Marques de Melo (1987), o espaço dedicado à ciência, na mídia, cresceu consideravelmente nos últimos tempos. No entanto, segundo o próprio autor, a presença da ciência na imprensa diária ainda permanece cingida a uma matriz de divulgação de oportunidade, que decorre da importância ou da transcendência do fato científico, que obriga momentaneamente os órgãos de comunicação social a dele se ocuparem. Assim, conclui o autor, *os fatos se tornam notícia quando despertam*

¹² Tais dados foram retirados do livro "Jornalismo Científico", de Fabíola de Oliveira, publicado pela Contexto, em 2002.

¹³ Ambas as revistas são objeto de estudo do presente trabalho.

sensação e provocam impacto junto à sociedade (1987:27). Isso nos mostra que a divulgação da ciência, a democratização do saber não dependem só do cientista ou do jornalista, mas principalmente da mídia enquanto órgão institucional, que prioriza determinadas notícias em detrimento de outras, definindo o que da ciência deve ser divulgado, isto é, deve se tornar público.

O Jornalismo Científico, atualmente, reivindica não só um espaço na mídia, mas também um espaço de reconhecimento como um dos objetos de pesquisa da área da comunicação. Espaços ainda pouco explorados, mas que têm instigado reflexões, as quais, por sua vez, vêm se tornando objetos de estudo e investigação teórica entre os jornalistas e os estudiosos da linguagem e da mídia. Um dos pontos que dificulta a divulgação da ciência brasileira, bem como o fortalecimento do Jornalismo Científico enquanto objeto de reflexão teórica é, segundo Oliveira (2002: 40), *a forte influência de fontes originárias dos países desenvolvidos no noticiário nacional, facilmente comprovada pelo amplo uso de material jornalístico produzido nas agências noticiosas e governamentais desses países*. Mas o que é, afinal, o Jornalismo Científico?

Para Levi, *o desenvolvimento do jornalismo enquanto disciplina científica tem que aproximar a academia do mercado de trabalho e aproximar o profissional a uma prática científica do jornalismo. Ao mesmo tempo que a pesquisa em jornalismo se utiliza de técnicas desenvolvidas pelas ciências humanas, o fazer jornalismo deve se utilizar das ciências humanas para produzir informações mais fundamentadas* (1993:166). Percebemos, nessa afirmação do autor, um conceito mercadológico de Jornalismo Científico, no qual a ciência se transforma em mercadoria e o jornalismo em "divulgador" dessa mercadoria. Seguindo essa linha de raciocínio, o autor afirma que é fundamental, no trabalho prático do jornalista, que ele se identifique com o público alvo, com o editor, com o dono do veículo e com as fontes, não só em seus interesses imediatos como também numa perspectiva política e cultural (Cf. Levi, 1993). Diante de tantas identificações, fica a pergunta: **Qual é, afinal, a posição, o lugar que o jornalista vai ocupar nesse discurso?** Essa é uma das questões que me proponho a desenvolver, no decorrer do presente trabalho, durante as análises.

Devo ressaltar que Levi é um dos representantes da TV Cultura de São Paulo, o que, de alguma forma, pode justificar o papel que ele atribui ao jornalista de se identificar, ao mesmo tempo, com o público, o editor, o dono do veículo e a fonte, mas não justifica que esse papel venha a se tornar opinião de consenso, já que é praticamente impossível que o sujeito de um discurso possa se identificar, simultaneamente, com tantos e diferentes lugares. Para Levi, o jornalista deve *produzir uma informação ao mesmo tempo isenta e acessível ao público*, o que, segundo a perspectiva teórica que adoto para o presente trabalho, é impraticável, já que não existe *discurso sem sujeito e sujeito sem ideologia*. E os próprios jornalistas científicos também discordam dessa posição de imparcialidade, conforme veremos a seguir. Por fim, ainda é importante observar que esse autor não faz distinção entre o jornalismo como objeto/área de conhecimento e o Jornalismo Científico. Vejamos, então, o posicionamento de outros autores, jornalistas e estudiosos do Jornalismo Científico.

Bueno (1985), em seu artigo “Jornalismo científico: conceito e funções”, afirma que *a expressão jornalismo científico (...) tem sido utilizada no Brasil de maneira genérica para definir a veiculação de informações científicas e tecnológicas pelos meios de comunicação de massa* (1985: 1420), o que tem favorecido, segundo o autor, a confusão entre o Jornalismo Científico e outras práticas que tratam do mesmo objeto, identificadas pelos termos *difusão, disseminação e divulgação*. Entendendo a *difusão* como um processo abrangente, que contempla inclusive a divulgação, Bueno considera o Jornalismo Científico um caso particular da difusão científica, a qual tem como alvo um público universal, que abrange desde um leitor seletivo (especializado) até um leitor comum¹⁴.

Então, como já mencionei anteriormente, o Jornalismo Científico implica a divulgação, a qual, segundo Bueno, *pressupõe um processo de recodificação, isto é, a transposição de uma linguagem especializada para uma linguagem não especializada, com o*

¹⁴ Para maiores detalhes sobre os conceitos de difusão, disseminação e divulgação científica ver o artigo citado. Não é meu objetivo aqui me aprofundar nessas questões. Interessa-me mostrar como esses conceitos, principalmente o de divulgação, se relacionam com o Jornalismo Científico.

objetivo de tornar o conhecimento acessível a uma vasta audiência (1985: 1422). Aqui entra a questão da linguagem, tão cara ao Jornalismo Científico e que me interessa discutir. Afinal, como questiona Bueno (ibidem), *qual é a linguagem acessível ao grande público? Baseados em que estudos e pesquisas, podemos concluir que existe efetivamente uma linguagem acessível ao grande público? E que grande público é esse?* Tais questões, levantadas por Bueno e que também fazem parte da minha reflexão acerca do Discurso de Divulgação Científica, além de pertinentes, são muito instigantes. No entanto, elas continuam sem resposta, se é que existem respostas para tais questionamentos. No decorrer das análises do presente trabalho, pretendo refletir sobre essas questões, porém, não tenho a pretensão de apontar respostas pontuais, até porque, conforme o meu entendimento, tais respostas não existem.

Ainda, segundo Bueno (op. cit), o conceito de Jornalismo Científico deve incluir uma postura crítica, tanto dos jornalistas quanto dos cientistas, que não imprima à ciência um caráter fetichista. Isso significa contemplar as diferentes áreas do conhecimento, de forma a abrigar amplo material divulgado pelos meios de comunicação de massa.

Nessa perspectiva, o Jornalismo Científico *inclui desde o conjunto de informações sobre práticas agrícolas ou sobre as reais vantagens do aleitamento materno até a descrição de complexos processos e técnicas utilizadas na medicina ou na física nuclear* (Bueno, 1985: 1424). Embora concorde com tal perspectiva, não é isso que as análises do presente trabalho vão demonstrar, conforme o leitor terá a oportunidade de observar a partir do capítulo quatro. Há uma tendência em priorizar a divulgação de pesquisas das áreas, sobretudo, das ciências exatas, tecnológicas e da vida, o que contribui para a manutenção de uma imagem dominante da ciência como autoridade social, que busca verdades, respostas para questões de diferentes ordens.

Por fim, para Bueno (1985), o Jornalismo Científico cumpre seis funções básicas, quais sejam: *informativa, educativa, social, cultural, econômica e político-ideológica*. E tais funções supõem um posicionamento crítico do jornalista em relação às informações divulgadas.

Já, para Erbolato (1982), o Jornalismo Científico *é o trabalho profissional de levar ao conhecimento das comunidades e em linguagem compreensível as pesquisas que os cientistas, em equipes, desenvolvem em seus laboratórios ou fora deles* (1982:119). Ou seja, é uma forma de tornar acessível ao grande público o que os cientistas têm produzido em termos de conhecimento. Voltamos, então, à questão da linguagem e novas perguntas surgem: Será o jornalista um porta-voz da ciência? Ou um repórter objetivo da ciência?

Segundo Braga, *o objetivo final e mais importante do jornalista científico é a análise. Ele deve examinar as informações e o conjunto de opiniões, integrá-las ao que já sabe, e proporcionar ao público uma interpretação coerente e abalizada. Em outras palavras, o jornalista científico tem de fornecer aos leitores ou telespectadores informações e pontos de vista suficientes para que eles formem sua própria opinião* (1996:108). A partir de tal afirmação e do que nos coloca Bueno, podemos constatar que o jornalista produz gestos de interpretação, a partir das informações científicas que ele noticia, tendo como foco de sua preocupação o leitor. Ainda que o jornalista não esteja autorizado socialmente a produzir “verdades”, novos saberes sobre o que ele noticia da ciência, ao comentar as descobertas científicas, ele produz sim um gesto de interpretação, induzindo o seu leitor a determinadas conclusões, como é o caso dos exemplos abaixo:

Ex. 1: “A obesidade é uma epidemia mundial. Assim como os ricos, há uma enorme massa urbana pobre nos países em desenvolvimento que é obesa”, diz Michael Pratt, do CDC. Junto com o peso, *aumentou a incidência de doenças como hipertensão arterial, excesso de colesterol e diabetes. O que caiu foi o astral dos que se enquadram nesses problemas. Está cada vez mais clara a relação entre obesidade e problemas psicológicos, especialmente em menores de idade. Uma pesquisa realizada esse ano na Unifesp mostrou que 80% dos jovens acima do peso apresentavam sintomas de depressão, contra 21,7% daqueles que tinham o peso normal* (Superinteressante/Nov, 2002, reportagem de capa)¹⁵.

Ex. 2: Apesar de não ser tão difícil manter uma dieta saudável, a correria das cidades nem sempre permite equilibrar os alimentos de forma correta. **A ótima notícia** é que explodiram em todo o mundo pesquisas que afirmam que alimentos, além dos nutrientes, possuem substâncias especiais capazes de prevenir doenças e melhorar a saúde. *Não são capazes de evitar doenças quando elas já se manifestaram, mas se tomadas na dose certa diminuem bastante a chance de que elas apareçam* (Superinteressante/Nov, 2002, reportagem de capa).

¹⁵ Os grifos em itálico e em negrito são meus.

No primeiro exemplo, observamos que, após o jornalista destacar uma fala de um cientista, ele aponta para o leitor uma conclusão, ainda que baseada nessa fala. E, a seguir, dirigindo-se diretamente ao leitor, faz uma comparação com a conclusão anterior, transformando, ou melhor, (re)dizendo o saber da ciência em forma de discurso do cotidiano - *O que caiu foi o astral dos que se enquadram nesses problemas*. A marca lingüística que inicia o período seguinte “*está cada vez mais clara*” também demonstra uma forma de conclusão/julgamento do jornalista, a qual antecipa os dados sobre a pesquisa que ele apresenta a seguir. Seja concluindo, seja julgando, seja comentando ou (re)dizendo o discurso da ciência em forma de discurso do cotidiano, o jornalista produz sim gestos de interpretação. Por isso, não ocupa uma posição de neutralidade.

Se, no primeiro exemplo, o jornalista se baseia na fala de um cientista e em dados de pesquisa para apontar determinadas conclusões, no segundo exemplo, ele vai direto aos comentários, julgando as pesquisas da área como uma *ótima notícia*. Também aponta ao leitor a conclusão de que determinados alimentos, embora não *evitem doenças quando elas já se manifestaram*, eles *diminuem bastante a chance de que elas apareçam*. Eis o gesto de interpretação que também se manifesta através de uma maneira própria de (re)dizer/(re)formular o conhecimento científico.¹⁶

José Marques de Melo confirma essa prática, ao afirmar que *todo o processo de elaboração e transmissão das mensagens pelo comunicador deve refletir as experiências culturais (sobretudo as experiências da fala) do público receptor. O comunicador (...) tem a obrigação de estar sintonizado com a linguagem falada pelas pessoas às quais ele vai se dirigir* (apud Erbolato, 1982:121). Sendo assim, o leitor está sempre produzindo efeitos no Discurso de Divulgação Científica, seja pela preocupação com a linguagem por parte do jornalista, seja pelo gesto de interpretação, produzido pelo leitor, a partir da escrita do jornalista.

¹⁶ Aprofundo essa reflexão acerca da posição que o jornalista ocupa no discurso de Divulgação Científica no item seguinte do presente capítulo, e também no capítulo 5, onde trabalho com análises de seqüências discursivas.

Há teóricos que preferem falar em tradução à interpretação. Para Marques de Melo (1984) produzir Jornalismo Científico é *retrabalhar a codificação dos dados, adequando-os a uma compreensão não especializada e permitindo um posterior aproveitamento sob as diferentes modalidades da expressão noticiosa* (1984:47), o que se tornaria possível com a implementação de *centros de "tradução" do jargão científico para a linguagem comum* (ibidem). Ou seja, para produzir Jornalismo Científico, é preciso decodificar e recodificar o discurso da ciência. E essa decodificação/recodificação passa por interesses distintos, conforme o que nos aponta o professor Chaparro, em seu artigo *Um modelo jornalístico de divulgação da ciência*. Para ele, temos, no cenário da Divulgação Científica,

"de um lado, o jornalista interessado em apropriar-se de informações, análises e opiniões que pertencem ao cientista, para usá-las em função do interesse do seu leitor, do seu jornal ou do seu próprio interesse profissional. No outro lado está o cientista interessado em usar o jornalista e a mídia para divulgar os inventos e o saber que produz. No papel de fonte, o cientista adota normalmente métodos de controle e/ou filtragem da informação, para salvar-se do entendimento equivocado, da interpretação tendenciosa ou das concessões sensacionalistas tão freqüentes no jornalismo. Prática, assim, a defesa prudente da auto-imagem, apoiado numa ética de extremo zelo pela verdade, pela precisão e pela respeitabilidade social" (1990:130).

A partir de tal afirmação, podemos constatar que o problema da Divulgação Científica não está só na linguagem, mas sobretudo no jogo de interesses que se encontra sob o efeito de qual linguagem deve ser utilizada. As relações de poder aí atravessadas, representadas tanto pela mídia e pelo jornalista, quanto pela instituição científica e pelo cientista, disputam entre si um lugar de destaque no discurso de Divulgação Científica, cada qual com o objetivo de sustentar, manter e legitimar o seu estatuto social, a sua imagem dominante. Segundo Oliveira (2002:48), *tanto a imprensa quanto a sociedade parecem enxergar a ciência - e os cientistas - de forma ainda maniqueísta: ou como panacéia para todos os males ou como destruidora da natureza*. Eis a imagem dominante, legitimada e sustentada socialmente, da ciência.

Ainda assim, **sustento que o trabalho do jornalista científico é sim o**

resultado de um gesto interpretativo e não apenas de tradução/decodificação de um código, de termos especializados, já que, mesmo o trabalho de tradução, implica um gesto interpretativo. De qualquer forma, o trabalho com a linguagem é inerente ao Jornalismo Científico. Mas não se trata de tradução porque não se trabalha, necessariamente, com duas línguas diferentes. **Prefiro falar em (re)atualização do discurso da ciência, através da presença do discurso do cotidiano. Assim, ao comentar o discurso científico, o jornalista (re)atualiza-o em outra ordem, a do senso comum, através de um gesto de interpretação.** Segundo Braga (1996:111), *quando um jornalista vulgariza, ele tenta convencer o público que uma "descoberta científica" deve interessá-lo porque ela é verdadeira, ou foi verificada, tem autoridade.* Ora, isso já constitui um gesto de interpretação.

Se, há algum tempo atrás, conforme nos mostra Caldas (2003), *cabia aos jornalistas o papel de "tradutor" e divulgador da produção científica de maneira acrítica, sem contextualizar seus procedimentos, métodos e implicações políticas, econômicas e sociais,* hoje, *quando a ciência é vista como a religião do século XXI e a informação como 'business', nada mais oportuno ao trabalho dos jornalistas do que assumir uma postura realmente científica na tarefa de ajudar a interpretar a polissemia das vozes em lugar de apenas descrevê-las* (2003: 73-74). Tal afirmação da autora vem ao encontro do posicionamento que venho sustentando de que o jornalista não é um mero tradutor do discurso da ciência, mas sim um sujeito que produz gestos interpretativos. No entanto, discordo da autora quando ela afirma que o jornalista ajuda a interpretar a polissemia de vozes. Ele não interpreta a polissemia de vozes, mas apresenta, de alguma forma, as diferentes vozes presentes no discurso de Divulgação Científica, representando, nesse discurso, a presença de mais uma voz. E, ao posicionar-se como mais uma voz que ressoa nesse discurso, é que produz um gesto de interpretação do discurso da ciência.

Ainda segundo Caldas (op. cit), *o compromisso do jornalista científico com a democratização do conhecimento coloca-o na posição de intérprete do mundo e, como tal, historiador do cotidiano* (2003:76). Ou seja, o papel do jornalista científico como intérprete do

conhecimento e, por sua vez, do cotidiano parece estar legitimado como uma das posições dos autores da área. Resta saber se essa vem sendo, realmente, a postura predominante dos jornalistas que escrevem e publicam matérias de Divulgação Científica, o que vamos verificar durante as análises do presente trabalho.

Seguindo essa perspectiva do jornalista como intérprete, para que o leitor possa entender/produzir sentido para o que está lendo (nesse caso, uma matéria de divulgação científica), é preciso que o jornalista (escritor) também tenha produzido sentido para o seu discurso e o discurso que ele está (re)atualizando/(re)dizendo - o discurso da ciência. Nas palavras de Oliveira, o jornalismo científico *usa a informação científica para interpretar o conhecimento da realidade* (2002:43). Portanto, faz-se necessário a interpretação da ciência, a partir do conhecimento da realidade. Conforme afirma Caldas, *partindo da interpretação da fala do cientista e mediado pela sua compreensão do conteúdo apresentado e da realidade vivida, o jornalista constrói um novo discurso, o discurso jornalístico* (2003:77). Eu diria que não se trata simplesmente do discurso jornalístico, mas do discurso de Divulgação Científica, o qual inclui, em sua constituição, propriedades do discurso jornalístico, entre outras. O jornalista, ao interpretar os fatos da ciência, conforme o seu conhecimento da realidade, e tentando simplificar a compreensão de termos técnicos ao leitor, produz diferentes efeitos de interpretação, alguns considerados equivocados aos olhos de um outro leitor. Isso acontece quando não há coincidência entre os efeitos de sentido produzidos pelo leitor e aqueles pretendidos pelo jornalista.

Por tudo o que precede, percebemos que o Jornalismo Científico tem uma árdua tarefa pela frente, bem como um importante papel no processo de democratização do saber. No entanto, conforme nos alerta Braga (1996:128) sobre a Divulgação Científica, *até que ponto não se está ensinando a venerar a ciência? A divulgação científica promove, realmente, o aprendizado ou desperta o interesse pela ciência? Se o público não sabe lidar com o saber ou criticá-lo, a divulgação científica é apenas uma espécie de "vitrine" onde o saber pode ser apenas contemplado, jamais tocado.*

Assim, na tentativa de refletir sobre essas e outras questões, bem como de procurar entender o funcionamento do discurso produzido pelo Jornalismo Científico, questionando o lugar do jornalista, do cientista e do leitor nesse processo, é que me proponho a estudar o discurso de Divulgação Científica neste trabalho. Para tanto, no item a seguir, pretendo refletir sobre o conceito e o funcionamento desse discurso, a partir das seguintes questões: O discurso de Divulgação Científica ocupa o mesmo estatuto de autoridade do discurso científico? Onde ele se institucionaliza? E como? Trata-se de um discurso de reformulação do discurso científico ou é um novo discurso? Ou ainda, é um novo discurso, mas que trabalha no nível da reformulação? Qual é o lugar do jornalista nesse discurso? E do cientista? E do analista?

1.4. O DISCURSO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Reflico, nas linhas a seguir, sobre o funcionamento do discurso de Divulgação Científica, buscando possibilidades de respostas para tais questionamentos.

O estatuto de autoridade do discurso científico se mantém pela legitimação do conhecimento, através de uma prática discursiva que se institucionaliza, aqui no Brasil, sobretudo na Universidade, e é representada pelo cientista, seu sujeito de saber. Faz parte do imaginário social a atribuição de tal estatuto tanto à Universidade quanto ao cientista. A Universidade, enquanto espaço onde se produz conhecimento, e o cientista-pesquisador, enquanto sujeito do saber, estão autorizados, pelo imaginário social, a produzir ciência. E como esses saberes chegam ao conhecimento dos sujeitos dessa mesma formação social que atribui, via imaginário, à ciência e, por conseguinte, à Universidade e ao cientista o estatuto de autoridade? Atualmente, com o surgimento do Jornalismo Científico, através da Divulgação Científica. Ou melhor, através daquilo que a mídia seleciona, dentre as

inúmeras pesquisas científicas, e julga importante levar ao conhecimento do grande público. Se, antes do surgimento do Jornalismo Científico, o conhecimento circulava quase que exclusivamente no âmbito científico/acadêmico, agora a circulação dos saberes atinge um número cada vez maior de leitores, graças ao trabalho da mídia e do Jornalismo Científico, o qual se configura como um dos deslocamentos, senão o principal, sociais da ciência.

Então se, por um lado, a mídia contribui para o crescimento da Divulgação Científica, por outro, ela limita o seu acesso. Como nos mostra Guimarães (2001) em seu artigo "O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica"

"a ciência só é notícia (para a mídia)¹⁷ enquanto parte de uma cena em que os fatos narrados podem ser vistos sob um aspecto utilitário. (...) o tratamento da ciência como notícia, ao tomar a ciência como acontecimento e não como processo de produção do conhecimento, coloca a ciência como um lugar que pudesse dar respostas presentes para problemas presentes, bastando, para isso, mobilizar a ciência" (2001:20).

Portanto, muito do que se produz de ciência não chega ao conhecimento do grande público e aquilo que chega está destituído das condições históricas e ideológicas do processo de produção do conhecimento. Assim, conforme Guimarães (op. cit), a mídia opera pela busca de um efeito de memória zero, em que toda a história da constituição da ciência é tomada de modo imediatista, como efeito presente da notícia.

Mariani (1998) também nos mostra, em seu trabalho sobre "O PCB e a imprensa", esse aspecto de direcionamento de sentidos operado pela mídia. Segundo a autora, *a imprensa tanto pode lançar direções de sentidos a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tornando-as eventos-notícias* (1998: 59). E, por trás disso, está a instituição mídia que atua fortemente na constituição dos discursos por ela veiculados. Entre esses discursos está o de Divulgação Científica que, além da determinação da mídia, também sofre a determinação da ciência.

¹⁷ A ressalva é minha.

Retomando, sob essa perspectiva, meu questionamento sobre o estatuto de autoridade do discurso de Divulgação Científica (DDC) em relação ao discurso científico, eu diria que ambos os discursos não ocupam o mesmo estatuto de autoridade, mas mantêm características de tal estatuto. Porém, são de ordens diferentes, já que a autoridade atribuída ao DDC é atravessada pelas relações de poder da mídia.

É também de outra ordem porque enquanto o discurso da ciência é institucionalizado sobretudo pela Universidade e atravessado por outros discursos científicos, o discurso de Divulgação Científica é institucionalizado pela mídia e é atravessado, não somente pelo discurso científico, mas também pelo próprio discurso da mídia - o discurso jornalístico - e pelo discurso do cotidiano. Sendo assim, o discurso de Divulgação Científica é duplamente determinado: pela mídia, representada pelo discurso jornalístico; e pela ciência, representada pelo discurso científico. Tanto o discurso jornalístico quanto o discurso científico sustentam o efeito de verdade, o qual passa pelas relações de poder/normas institucionais - da mídia e da ciência nesse caso. Para tanto, opera-se, no funcionamento discursivo, uma simulação de apagamento da interpretação em nome dos fatos - no caso do discurso jornalístico - e em nome dos objetos de saber que falam por si - no caso do discurso científico. Então, o discurso de Divulgação Científica é duplamente afetado por esse efeito ideológico, já que inclui, em sua constituição, as propriedades não só do discurso jornalístico, mas também as do discurso científico, os quais, por sua vez, já carregam uma memória da própria instituição que representam. Conforme nos diz Mariani (1998: 70) *um discurso institucional não existe sem uma história que o constitui*. Além de ser duplamente afetado institucionalmente, o DDC, por outro lado, possui também o duplo compromisso com o efeito da verdade. Ao mesmo tempo, ele precisa se ocupar, em sua constituição, do compromisso com a verdade do cientista e do leitor.

O sujeito de saber, por sua vez, também muda: não é mais o cientista, mas sim o jornalista que assina a matéria (pelo menos, em se tratando da grande mídia),

e representa a autoridade que deveria fazer falar a voz da ciência. Deveria porque a voz da ciência, tal como ela aparece representada no discurso científico, não se faz mais presente no DDC. O discurso científico apenas ressoa sentidos nesse novo discurso: o da Divulgação Científica.

Assim já estamos entrando na reflexão proposta no meu segundo questionamento acerca do discurso de Divulgação Científica: Trata-se de um discurso de reformulação do discurso científico ou é um novo discurso? Eu diria que se trata sim de um **novo discurso, mas que não está na ordem da ruptura, nem somente na ordem da (re)formulação. Está na ordem de um deslocamento que não chega a produzir uma ruptura, já que se mantém um efeito de ressonância do discurso da ciência.** Logo, estou entendendo o novo como um discurso próprio, com especificidades e regularidades também próprias, e não como um discurso novo no sentido de fundador de uma nova discursividade. O que se produz, então, é uma forma de comentário. Um deslocamento "alhures" (cf. Pêcheux, 1982), já que os dizeres, próprios da ciência, são deslocados para outro lugar - o jornalismo científico, a mídia. Um lugar, eu diria, que integra um espaço discursivo próprio. **Um espaço intervalar, já que suas fronteiras são delineadas no entremeio da ciência, da mídia e do leitor.** A fronteira que separa a ciência da não-ciência (senso comum) é constantemente posta em causa na prática discursiva da Divulgação Científica. Por isso, a fronteira do DDC é tênue, esburacada, porosa, instável, já que se constitui numa zona de tensão entre a voz da ciência e a voz do senso comum, trabalhando os limites do que se pode e não se pode dizer, do dito e do não-dito. Assim, essa fronteira abriga, em seu interior, intervalos que permitem o trabalho da alteridade, isto é, a constante imbricação de vozes vindas tanto da ordem da ciência e da mídia, quanto da ordem do senso comum, compreendido aí o leitor. Portanto, esse **espaço discursivo intervalar, no qual se constitui o discurso de Divulgação Científica, agrega tanto o novo, pela singularidade do dizer, quanto faz ressoar o velho, discursivizando o já-dito lá da ordem da ciência. É nesse espaço que se materializa o**

atravessamento de diferentes discursos - o discurso da ciência, do cotidiano¹⁸ e da mídia.

Espaço discursivo aqui entendido como uma região/um recorte de discurso que integra um *campo discursivo* maior, o qual, por sua vez, está inscrito no interior de um *universo discursivo*¹⁹. No caso do discurso de Divulgação Científica, considero que ele se inscreve no campo discursivo midiático, o qual pode contemplar também outros espaços discursivos, como é o caso do espaço discursivo do discurso jornalístico ou do discurso da propaganda. E é no interior do espaço discursivo da Divulgação Científica, que estou caracterizando como intervalar, que o sujeito desse discurso se inscreve em um determinado lugar discursivo²⁰ e ocupa, a partir dele, diferentes posições-sujeito. Cada *espaço discursivo*, conforme nos mostra Pêcheux (1983 e 1988), está dominado por determinadas condições de produção. Em 1983, no texto “Análise de Discurso: três épocas”, Pêcheux mostra que o espaço discursivo em que se situava a AD1 era *supostamente dominado por condições de produção estáveis e homogêneas*. Daí a noção de FD homogênea. Já, em 1988, em “O Discurso: estrutura ou acontecimento”, Pêcheux caracteriza os espaços em que se inscrevem determinadas ciências, como por exemplo, a matemática, como *espaços discursivos logicamente estabilizados*, os quais sofrem coerções vindas do exterior. Assim, as condições de produção vão regular o que pode e o que não pode ser dito no *funcionamento discursivo interno* desses espaços. Há uma *proibição de interpretação*, o que remete a uma *homogeneidade lógica*, a qual, segundo o próprio Pêcheux, não se sustenta, já que as proposições/enunciados que são inscritos no interior desse espaço discursivo são *atravessados por uma série de equívocos*.

Portanto, o espaço discursivo sofre sim determinadas coerções, como é o caso da Divulgação Científica, que está determinada tanto pelo poder/verdade da

¹⁸ Discurso do cotidiano aqui entendido como um espaço de dizer que abriga os saberes que circulam na ordem do senso comum. No entanto, há que se observar que esses saberes não correspondem a todo e qualquer dizer dessa ordem, mas àqueles que se supõe que circulem entre os leitores de matérias de Divulgação Científica, que também não são quaisquer leitores.

¹⁹ Estou utilizando aqui os conceitos de universo e campo discursivos, conforme entendimento de Maingueneau (1997).

²⁰ A noção de lugar discursivo é explorada no capítulo 5.

ciência como pelo poder/verdade da mídia, mas tais coerções não garantem a homogeneidade lógica dos sentidos como pretendem essas ordens detentoras de saber. Ao contrário, ao olharmos para o funcionamento discursivo interno do espaço discursivo da Divulgação Científica, percebemos o quão heterogêneo ele é, já que abriga, em seu interior, vozes vindas de diferentes ordens de saberes. Por isso, é intervalar.

Desse modo, o sujeito do DDC integra esse espaço discursivo e, apesar das coerções que sofre, se inscreve no lugar discursivo de jornalista científico, incorporando/recortando dizeres da ciência e os inscrevendo, a sua maneira, no fio do discurso de Divulgação Científica, via interdiscurso. Assim, o que era efeito de *non-sens*, inacessível para o leitor abre espaço para a possibilidade de construção de novos efeitos de sentido para o já-dito (o discurso da ciência), graças à intervenção do jornalista nesta prática discursiva - a Divulgação Científica. Por isso, operou-se um deslocamento, já que os saberes da ciência ecoam, ressoam no discurso de Divulgação Científica sob a forma de comentário, incluídas aí a repetição e a (re)formulação.

A noção de comentário é apresentada por Foucault em sua obra “A ordem do discurso”. Foucault (1970) considera o comentário um dos procedimentos internos do discurso, que trabalha *o desnível entre texto primeiro e texto segundo* e, enquanto tal, permite tanto *construir (e indefinidamente) novos discursos* quanto *dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro* (2001: 25). Para ele, o comentário *deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito* (2001:25). Ou seja, o comentário permite tanto dizer o novo, *algo além do texto mesmo*, quanto repetir o velho, o que está na ordem do já dito, do silenciado. E o novo, diz Foucault, *não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta* (2001:26), isto é, nas condições sócio-históricas em que o discurso é produzido.

Tal noção de comentário, apresentada por Foucault, aponta para questões bastante pertinentes ao discurso de Divulgação Científica, tal como o estou concebendo, já que esse discurso mobiliza, em sua constituição, no mínimo, dois textos e, assim, opera um trabalho de deslocamento, (re)formulando ou repetindo o dizer da ordem da ciência. O DDC é, então, um novo discurso, *o texto segundo*, conforme diz Foucault, mas que não rompe com o discurso da ciência, *o texto primeiro*. Por isso, está na ordem do deslocamento, a qual produz, por sua vez, uma forma de comentário. Assim, embora novo, esse discurso repete o já-dito da ordem da ciência. E o faz tanto repetindo a forma/o modo de dizer, como repetindo de uma outra maneira, (re)atualizando o dizer, através da presença do discurso do cotidiano. Portanto, na forma do comentário, estão incluídas tanto a repetição quanto a (re)formulação/(re)atualização.

Authier-Revuz (1982) em seu artigo, traduzido para o português em 1998 ²¹, "A encenação da comunicação no discurso de divulgação científica", afirma que a barreira que existe entre cientistas e divulgação científica é uma questão de comunicação (de língua). Por isso, diz ela, *uma ruptura se produz na intercompreensão* (1998:108). Eu diria que também é uma questão de comunicação, mas não só. **Antes de ser uma questão de comunicação é uma questão de conhecimento e de linguagem que envolve, por sua vez, outras questões como discurso, sujeito-autor, efeito-leitor, sentido.** Como nos diz Morello (2003), o campo da materialidade do conhecimento e, por sua vez, da divulgação desse conhecimento é um espaço de legitimação do saber e de uma posição para o sujeito (cientista ou jornalista) dizer-se em seu saber. Portanto, **não se produz uma ruptura, mas sim um deslocamento, já que o discurso de Divulgação Científica não rompe com o saber que é próprio do discurso da ciência. Ele funciona como um mediador entre o discurso científico e o discurso do cotidiano.** A mediação entre esses dois campos de saberes, ou melhor, entre essas duas práticas discursivas

²¹ Tal tradução, de Claudia R. Castellanos Pfeiffer, encontra-se publicada no volume "Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer" pela Editora da Unicamp, 1998.

é sua função precípua. Resta saber como o discurso de Divulgação Científica cumpre tal função, isto é, qual é o seu funcionamento.

Para Authier-Revuz (op. cit), o discurso de Divulgação Científica tem a missão de fazer penetrar no grande público os novos conhecimentos, o que consiste em colocar, de forma acessível, ao público o resultado das pesquisas científicas. No entanto, não nos esqueçamos que esse penetrar, tornar acessível ao grande público tem a intervenção da mídia, que seleciona o que da ciência deve se tornar notícia. A mídia, enquanto instituição, precisa sustentar, forjar ao leitor uma imagem de seriedade, de compromisso com a verdade dos fatos científicos. E, ao sustentar tal imagem, através do(s) discurso(s) que produz, a mídia *está jogando no interior da própria ilusão que sustenta o mito da informatividade para poder dizer/relatar o que lhe interessa* (Mariani, 1998: 81).

Tratando, especificamente, do funcionamento do discurso de Divulgação Científica, Authier-Revuz (1982) considera-o como uma prática de reformulação que parte de um discurso fonte (D1) e resulta num discurso segundo (D2), produto de um trabalho de reformulação de D1. Assim, para a autora, o D2, discurso produto da divulgação, mostra sistematicamente esse trabalho de reformulação em dois níveis: no nível do quadro da enunciação e no nível da constituição do fio do discurso.

No nível do fio do discurso, Authier-Revuz (1985)²² compara o DDC com a tradução, já que a divulgação científica representa o contato de dois discursos, construindo uma imagem da tradução que está se fazendo através do fio do discurso.

Já, Zamboni (2001), em sua obra intitulada "Cientistas, jornalistas e a divulgação científica", contraria a concepção de Authier que vê o DDC como uma prática de reformulação. Para ela, a atividade de produção da divulgação assume a natureza de um **efetivo trabalho de formulação de um discurso novo**²³, que se

²² Aqui já estou citando outro texto da autora intitulado "Dialogisme et vulgarisation scientifique", publicado na Revista Discoss 1, p. 117-122.

²³ Os grifos são da própria autora.

articula, sob variadas formas, com o discurso da ciência, mas não como mero produto de reformulação da linguagem. Deslocando o discurso-produto-da-vulgarização do campo científico, postula-se sua vinculação ao campo dos discursos de transmissão de informação, em cujo âmbito depreende-se sua feição de "mercadoria posta à venda".

Ora, que a autora critique o discurso de Divulgação Científica tomado como mero produto de reformulação da linguagem, considero pertinente, mas afirmar que o DDC é um discurso de transmissão de informações especializadas é, no mínimo, contraditório para alguém que afirma estar filiada às concepções teóricas da Análise do Discurso de linha francesa. Dentro do quadro teórico da AD, está evidente que não podemos considerar o discurso enquanto transmissão de informações, como se os sentidos fossem transferidos do locutor para o interlocutor diretamente, via discurso. Nisso, justamente, é que consiste a crítica da AD em relação à teoria da comunicação. Para a AD, discurso é *efeito de sentidos entre interlocutores* (Pêcheux, 1969). Logo, deve ser tomado como processo de uma prática discursiva. Trata-se de um objeto histórico-ideológico que produz diferentes sentidos possíveis conforme as condições de produção em que os enunciados deste discurso são (re)produzidos e a forma como o sujeito (autor e leitor) se inscreve nesses enunciados.

Orlandi (2001c), em seu artigo "Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana", também critica Authier, opondo-se à idéia de que o DDC é uma articulação específica que se dá no fio do discurso, que pode ser tomada como uma tradução. Para Orlandi, essa articulação específica, com efeitos particulares, que se dá no DDC é *um jogo complexo de interpretação*. A Divulgação Científica, afirma a autora, é uma relação estabelecida entre duas formas de discurso - o científico e o jornalístico - na mesma língua e não entre duas línguas. Por isso, não se trata de tradução.

Concordo com a autora que se trata de uma relação entre duas formas de discurso, mas eu incluiria aí uma terceira forma - o discurso do cotidiano, que

representa a voz do senso comum, ou seja, do leitor da Divulgação Científica. E se a função mediadora do DDC é colocar em relação o discurso da ciência e o discurso do cotidiano, conforme mencionei acima, é preciso incluir na constituição desse discurso a forma do discurso do cotidiano. Ainda gostaria de chamar a atenção para a justificativa que a autora propõe acerca da questão de que o discurso de Divulgação Científica não pode ser tomado enquanto tradução porque não estabelece uma relação entre duas línguas diferentes. Mas ele não se trata de tradução só por esse motivo, já que, independente da língua em que o discurso de divulgação é escrito, o funcionamento discursivo é o mesmo. Ou seja, o fato dele ser escrito em português ou francês não é relevante para os efeitos de sentido que ele produz, se tomarmos, é claro, a língua enquanto materialidade histórica e ideológica, capaz de falhas e ambigüidades. Então, resta-nos saber como essa relação entre a ciência, a mídia e o leitor, ou melhor, entre o discurso científico, o discurso jornalístico e o discurso do cotidiano se estabelece. E não é a variante lingüística em que o discurso foi produzido que vai nos responder a tal questionamento. São as condições sócio-históricas e ideológicas que envolvem a produção tanto do discurso da ciência quanto do discurso de Divulgação Científica que vão nos apontar caminhos para interpretar os efeitos de sentidos produzidos pela/nessa relação. Assim, poderíamos dizer que tal relação se estabelece no próprio funcionamento do discurso de Divulgação Científica por ele se constituir num espaço intervalar, que materializa o entrecruzamento de diferentes ordens de saberes e poderes, inscritas nos mecanismos de funcionamento das instituições ciência e mídia. E é através desse entrecruzamento que diferentes vozes vão atravessar o discurso de Divulgação Científica, que é constitutivamente heterogêneo.

Orlandi (op. cit.) continua

"O jornalista lê em um discurso e diz em outro. Ou seja, há um duplo movimento de interpretação: interpretação de uma ordem de discurso que deve, ao produzir um lugar de interpretação em outra ordem de discurso, constituir efeitos de sentidos que são próprios ao que se

denomina "jornalismo científico" que, ao se produzir como uma forma específica de autoria, desencadeará por sua vez novos gestos de interpretação, agora produzindo um certo efeito-leitor. O discurso de divulgação científica é a textualização jornalística do discurso científico" (2001:23).

Tal afirmação de Orlandi nos mostra justamente esse jogo complexo de interpretação que envolve o discurso de Divulgação Científica. E isso nos aponta para a heterogeneidade, que lhe é constitutiva. E a autora inclui a esse jogo complexo de interpretação o efeito-leitor, noção que deve ser levada em consideração na caracterização desse discurso, já que o leitor é parte constitutiva não só da materialidade lingüística, mas também das condições de produção que envolvem a sua constituição. Por isso, a importância de se considerar o discurso do cotidiano como uma das formas de discurso posta em jogo na constituição da prática da Divulgação Científica.

Orlandi (2001 c) propõe o deslocamento do aspecto da reformulação, que tem por objetivo tornar acessível ao público os resultados de pesquisas científicas,²⁴ para a questão do efeito-leitor. Para ela, o efeito-leitor do DDC constitui-se, entre outros, de um fato discursivo particular, o de produzir um deslocamento: passa-se da metalinguagem para a terminologia. Ou seja, o jornalista se apropria da metalinguagem do discurso científico e desloca-a para um espaço discursivo próprio - o da Divulgação Científica -, (re)formulando o dizer da ciência, através de uma terminologia própria, de modo que ele se torne acessível ao leitor. Eis a singularidade do dizer. Portanto, esse deslocamento que se opera no DDC se dá em função do efeito-leitor²⁵.

Concordo com a autora, então, que o deslocamento que se dá do discurso da ciência ao discurso de Divulgação Científica, com o objetivo de tornar acessível o dizer da ciência ao público leitor do DDC, passa pelo funcionamento do efeito-leitor, mas não só. Juntamente com essa noção, vão operar outras noções como

²⁴ Conforme Roquelo (1974) e Authier (1982).

²⁵ Vou trabalhar com o funcionamento do efeito-leitor no último capítulo da presente tese. Lá, o leitor encontrará a definição de tal noção, bem como análises do funcionamento dessa noção no discurso de Divulgação Científica.

sujeito, heterogeneidade e sentido, as quais, por sua vez, vão trabalhar na materialidade do discurso pelo viés da linguagem.

E a autora complementa, afirmando que todo este processo (jogo complexo de interpretação, efeito-leitor, etc) tem como resultado algo maior: o que ela vai chamar de *efeito de "exterioridade" da ciência. A ciência sai de si, sai de seu próprio meio para ocupar um lugar social e histórico no cotidiano dos sujeitos, ou seja, ela vai ser vista como afetando as coisas a saber no cotidiano da vida social* (2001: 23). Não nos esqueçamos, no entanto, que quando a ciência sai de si, ela já sai com o seu discurso ressignificado. Ou seja, o discurso científico é deslocado da ordem da ciência para a ordem da mídia.

Orlandi (2001 c), ao afirmar que o *jornalista lê em um discurso e diz em outro*, está pressupondo que o jornalista lê o discurso científico e (re)diz no discurso jornalístico. Gostaria de acrescentar, no entanto, que nem sempre o jornalista lê o discurso da ciência. Muitas vezes, ele entrevista (seja por telefone, pessoalmente ou por e-mail) o cientista, o qual vai falar sobre o discurso da ciência, ressignificando-o, dizendo-o de outra forma. Logo, já não se trata mais do discurso científico e sim de uma reformulação de tal discurso, produzida pelo próprio cientista, a qual, muitas vezes, já pode apresentar marcas da vulgarização. E tais articulações vão ressoar nos efeitos de sentidos produzidos nesse discurso.

Ainda conforme Orlandi (op. cit), o sujeito que produz a ciência como "informação" (o jornalista) realiza uma prática complexa: *ele toma um discurso constituído na relação com uma ordem e formula em outra ordem(...). E o que ele produz em uma ordem de discurso deve por sua vez inscrever-se em uma outra, mantendo efeitos de cientificidade* (2001:24). Portanto, o DDC constitui-se num novo discurso, mas não na ordem de um *efetivo trabalho de formulação*, como afirma Zamboni (2001). Eu prefiro dizer que ele se constitui na ordem do deslocamento e, para tanto, põe em relação, de uma maneira determinada, o discurso científico, o jornalístico e o discurso do cotidiano, inscrevendo-se num espaço discursivo intervalar. E, por se inscrever num espaço intervalar, ora ele vai operar com um deslocamento maior, ora com um deslocamento menor em relação à aproximação/distanciamento do discurso da

ciência e/ou da não-ciência. O jornalista realiza, então, uma operação de deslocamento simbólico, ao produzir um comentário, (re)atualizando o dizer da ciência. E é no intervalo que há entre a ordem da ciência, da mídia e do leitor que o jornalista inscreve o seu dizer. Portanto, é esse espaço intervalar, dominado por determinadas condições de produção, mas constitutivamente heterogêneo, que materializa a constituição do dizer da Divulgação Científica.

E, neste ponto, eu me afasto de Orlandi que considera essa reformulação como *transferência*, isto é, produz-se um efeito metafórico pelo qual algo que significava de um modo, desliza para produzir outros efeitos de sentidos, diferentes. Logo, não há equivalência entre o que é dito em uma ordem de discurso e na outra. Há *transferência* (cf. Orlandi, 2001c). E me afasto por dois motivos: primeiro, por não entender o DDC só como reformulação, mas também como repetição, como deslocamento e, por conseguinte, como um espaço discursivo intervalar; e, segundo, porque não concordo que se trata de uma transferência de produção de um efeito metafórico e sim de um efeito de ressonância de significação²⁶, produzido por uma relação parafrástica, que pode trabalhar tanto na ordem da repetição quanto na ordem da (re)formulação. Paráfrase aqui entendida, conforme Serrani (1993), como uma relação semântica não-estável.

Embora Orlandi entenda que há um deslizamento, o qual vai produzir outros efeitos de sentidos, dizer que se trata de uma transferência é admitir que se passa de um lugar para outro sem que haja, necessariamente, uma alteração no discurso, como se estivéssemos trabalhando com transmissão de informações. E isso não se sustenta, pois, a partir do momento que o discurso da ciência sai do seu lugar institucional (a academia), já se operou um deslocamento, ele já sai ressignificado, ainda que pela voz do próprio cientista. E deslocar é diferente de transferir. Deslocar significa mudar de lugar ou posição, enquanto transferir é simplesmente passar de um lugar para outro, transmitir. No deslocamento, pode estar incluída a transferência, mas tomada enquanto uma ação que vai produzir

²⁶ O conceito de ressonância de significação foi pensado por Serrani (1993). Para a autora, para que haja paráfrase a significação é produzida por meio de um efeito de vibração semântica mútua.

outros efeitos de sentido e não meramente como um movimento de recortar e colar, no qual está implícita a idéia de transmissão de informação. E é da idéia de transmissão sobretudo que quero me afastar.

Por isso, penso que é mais produtivo pensar no DDC como uma forma de relação parafrástica, inscrita num espaço discursivo intervalar, que opera com deslocamentos, sob a forma de comentário, tanto no nível da repetição quanto no nível da (re)formulação. Assim, o discurso da ciência vai ressoar sempre, seja via intradiscorso ou interdiscorso, no discurso de Divulgação Científica, produzindo o que Serrani (op. cit.) chamou de *efeito de vibração semântica mútua*. E é somente através desses efeitos de ressonâncias, isto é, das diferentes vozes que ressoam na constituição desse discurso, e dos deslocamentos que essas vozes mobilizam que o DDC vai produzir sentido.

Portanto, estamos diante de um discurso atravessado por múltiplas vozes: a voz do cientista, a voz do jornalista, a voz do senso comum, entre outras, as quais, por sua vez, podem desencadear diferentes efeitos de sentido. E é no intervalo deste espaço discursivo e simbólico que ressoam essas diferentes vozes. Por isso, **espaço discursivo intervalar**, o qual se configura entre a ordem da ciência, da mídia e do senso comum e se insere no campo discursivo midiático. Trata-se de um espaço que, apesar de dominado por determinadas condições de produção, nas quais intervêm as coerções tanto da mídia quanto da ciência, abriga o lacunar, o vazio, a falta, a falha, o múltiplo, enfim, o heterogêneo.

Nunes (2001), em seu artigo "Discurso de divulgação: a descoberta entre a ciência e a não-ciência", ao tratar da relação imaginária entre o divulgador, o cientista e o público leitor, ratifica essa idéia da multiplicidade de vozes. Há, diz ele, no discurso de Divulgação Científica, *uma estrutura enunciativa em que um "eu" (o divulgador) se dirige a um "você" (o leitor), reformulando o que diz "ele" (o cientista)* (2001:32). Por isso, podemos dizer que o discurso de Divulgação Científica é constituído de uma dispersão de discursos e de sujeitos, já que não há uma separação estanque, uma ruptura entre discurso jornalístico e discurso científico. **Há sim um**

deslocamento "alhures", que tem como conseqüência a inscrição do DDC num lugar próprio: um espaço discursivo intervalar. Espaço próprio, mas não homogêneo, tampouco livre de contradições.

Embora não haja ruptura entre o discurso científico e o jornalístico, trata-se de dois discursos diferentes. O DDC se constitui no nível do comentário, incluídas aí tanto a prática da repetição quanto a da (re)formulação. Por isso, ele pode e deve ser visto como um deslocamento em relação ao discurso da ciência, já que ele inclui, em sua organização, conforme nos mostra Nunes (2001), o não-científico. Para Nunes,

"O divulgador traz para dentro de seu discurso aquilo que não caberia em um texto científico: falar das crenças, das imaginações, das profecias, mesmo quando falando da ciência. Ele aparece, assim, como uma figura que acolhe a não-ciência, propiciando, com isso, uma identificação junto ao leitor ou a todo aquele que se resente dos cortes epistemológicos remediando, de certo modo, a falta constitutiva causada pelas rupturas científicas" (2001:39).

Tal afirmação de Nunes vem ratificar a idéia, que expus há pouco, de que o deslocamento que vai se operar no discurso vai depender de aproximação/distanciamento daquilo que é científico e daquilo que não o é. Eis a presença do discurso do cotidiano. Portanto, o DDC é um discurso que produz movimentos em diferentes ordens: na ordem da ciência e da não-ciência, mas também na ordem da mídia enquanto informação. E tais movimentos/deslocamentos vão caracterizar o DDC como um discurso constitutivamente heterogêneo, inscrevendo-o num espaço intervalar. Pois, se tomássemos tal discurso como um espaço fechado, não haveria lugar para a heterogeneidade, para o efeito-leitor, tampouco para a alteridade. Trata-se de um discurso que pretende, através dos deslocamentos que produz, transformar o efeito de *non-sens* do saber científico em efeito de sentido para o público-leitor.

Por fim, para que o leitor possa melhor entender o funcionamento desse discurso, bem como o modo como o estou caracterizando, apresento um diagrama

na página seguinte, como uma forma de representar graficamente e resumir o que apresentei até então. Passo à explicação do diagrama

As linhas pontilhadas, com flechas apontando para ambos os lados, representam as fronteiras da Formação Discursiva que abriga o discurso de Divulgação Científica. Fronteiras esburacadas, instáveis e que contemplam os intervalos que colocam em movimento a ordem da ciência, da mídia e do senso comum, materializando a imbricação dos diferentes discursos (o científico, o jornalístico e o do cotidiano) mobilizados para a constituição do DDC. As diferentes ordens de saberes, apresentadas de forma vertical, circulam no interdiscurso e são linearizadas, no fio do discurso de Divulgação Científica, pelo atravessamento de diferentes vozes: do cientista, do leitor e do próprio jornalista, que é o sujeito que ocupa a posição de organizador desse discurso. Por isso, aparece no centro, intermediando, produzindo o deslocamento do dizer da ciência para o dizer do leitor. O modo como os diferentes discursos e sujeitos estão apresentados no diagrama devem remeter à idéia de movimento, de atravessamento, de imbricação, de inter-relação e, conseqüentemente, de heterogeneidade e não de sobreposição, de espaço fechado e homogêneo. Portanto, do funcionamento de um espaço discursivo, dominado por determinadas condições de produção, e intervalar, que é como estou caracterizando o discurso de Divulgação Científica. Por ser intervalar, ele abriga e põe em relação esses diferentes discursos e sujeitos, operando no nível do deslocamento, o qual contempla tanto a repetição quanto a (re)formulação.

DIAGRAMA (IMPRIMIR SEPARADO)

2. A CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO TEÓRICO

“Caso concordemos com essa idéia de que a fragmentação do saber é uma característica do nosso momento histórico, é forçoso aceitarmos o fato de que recuperar a historicidade não porá fim à interminável replicação que constatamos hoje no campo da “análise do discurso”. No entanto, ao irmos em busca de uma história das formulações conceituais, temos a possibilidade de resgatar a espessura polêmica dos conceitos e, revolvendo-a encontrar a tessitura das formulações teóricas que lhes está subjacente: essa espessura pode demarcar a especificidade de uma certa proposta teórica, os diálogos aí estabelecidos e que marcam suas fronteiras, seus limites” (Gregolin, 2004: 12).

Apresentado, no capítulo anterior, o objeto de análise do presente trabalho, pretendo, aqui neste capítulo, refletir sobre as bases teóricas que sustentarão as análises sobre o discurso de Divulgação Científica. Embora o trabalho se inscreva no referencial teórico da Análise de Discurso de linha francesa, preconizada por Michel Pêcheux, resgato aqui outros autores que, de uma forma ou de outra, ainda que com referenciais próprios, contribuíram para a construção das bases epistemológicas da teoria do discurso. Para tanto, inicio com Bakhtin e passo por Foucault, mostrando as implicações que as reflexões de tais autores tiveram para a teoria discursiva, bem como marcando os pontos divergentes e convergentes. E por que a escolha desses autores para sustentar as bases desse edifício teórico?

Principalmente, por se tratar de autores preocupados com as questões semânticas da linguagem, o que os leva a incluir a exterioridade e o sujeito falante no centro de suas reflexões teóricas. E contemplar tais elementos na concepção de linguagem significa romper com os estudos estruturalistas, que propõem uma concepção de língua homogênea, autônoma, logo, de sentido transparente, literal. É nesse aspecto sobretudo que se dá a aproximação desses autores com a Análise de Discurso, que também promove uma ruptura teórica com a crise epistemológica da lingüística, estruturando-se como uma disciplina de *entremeio*, que se move no espaço que há entre a lingüística e as ciências das formações sociais, trabalhando a

intervenção de conceitos exteriores ao domínio da lingüística, de forma a refletir sobre as relações de contradição aí existentes.

Começo, então, a construção desse edifício teórico por aquele que inaugurou, nos estudos da linguagem, a reflexão sobre a ideologia e sobre as relações dialógicas, incluído aí o discurso de outrem: Mikhail Bakhtin.

2.1. AS APROXIMAÇÕES COM BAKHTIN

Antes de entrar na reflexão teórica acerca de alguns conceitos bakhtinianos, é preciso situá-los historicamente. Bakhtin inaugurou, nos estudos da linguagem, as reflexões que incluíam as relações com o social e com o ideológico, ao lançar sua obra "Marxismo e Filosofia da Linguagem", em 1929. No entanto, tal obra só chegou na França na década de 70 e aqui no Brasil na década de 80, sendo o primeiro livro de Bakhtin a ser publicado em português. Uma lacuna de 30 anos, marcada por um silêncio forçado, já que Bakhtin foi preso em 1929, condenado a um Exílio no Casaquistão, o que impediu a circulação e os debates de suas idéias até a década 70. Assim, Bakhtin, que vivia o socialismo real na Rússia, preocupou-se com as questões do materialismo histórico, pelo menos, 30 anos antes de Pêcheux. Então, quando os textos de Bakhtin começam a ser traduzidos para o francês, Pêcheux já está lançando sua AAD (Análise Automática do Discurso) e, embora não tenha tido acesso à obra desse pensador russo, enfocava, em seu trabalho, questões muito próximas às reflexões bakhtinianas.

Tal proximidade é explicitada nos textos de Pêcheux da década de 80, os quais fazem parte do que tem se chamado a 3ª época da AD, quando Bakhtin é citado. Por fim, é importante observar que tal leitura só é possível hoje, quando a obra tanto de Bakhtin quanto de Pêcheux já são conhecidas aqui no Brasil. Com isso, espero ter justificado a minha escolha em iniciar as bases teóricas do meu trabalho por Bakhtin, de modo a abordar as interfaces com a Análise de Discurso.

A obra "Marxismo e Filosofia da Linguagem", publicada na Rússia em 1929²⁷, representa um marco, uma mudança de paradigma nos estudos da linguagem, já que propõe uma concepção de linguagem diferente da lingüística imanente, na medida em que considera o signo de natureza ideológica e a alteridade como elemento que é constitutivo do discurso e do sujeito. Em outras palavras, traz à reflexão dos estudos da linguagem a questão do histórico e do social, bem como a discussão sobre o sujeito. Por isso, essa é a obra de Bakhtin que mais chama a atenção dos lingüistas.

Bakhtin se distingue de muitos outros filósofos, conforme nos mostram Clark & Holquist (1998), por ter inventado uma *filosofia da linguagem que tem aplicação imediata não só na lingüística e na estilística, mas também na maioria das preocupações prementes da vida cotidiana, (...) somente Bakhtin colocou a dinâmica da prática observável da linguagem como a força especificadora que estrutura as relações interpessoais no 'mundo da consciência intermédia'*(1998:36). Assim, a linguagem é, para Bakhtin, tanto uma prática cognitiva como social, que se torna objeto de conhecimento porque é, justamente, mediada pela práxis, a qual perpassa toda a reflexão teórica de Bakhtin.

É em "Marxismo e filosofia da linguagem" que se consubstancia, segundo Clark & Holquist (op. cit), *a mais compreensiva explicação da translingüística*²⁸ *de Bakhtin*, já que é nessa obra que estão expostas as principais pressuposições nas quais todas as suas outras obras se baseiam, a partir de dois tópicos: *o papel dos signos no pensamento humano e a elocução na linguagem*, os quais ligam-se ao modo pelo qual transmitimos em nossa fala a fala dos outros. E essa questão da fala do outro, ou do discurso-outro, é inerente ao funcionamento do discurso de Divulgação Científica, o que também justifica o meu interesse em trazer Bakhtin para a construção teórica deste trabalho.

²⁷ Nessa data, tal obra foi assinada por Voloschinov (discípulo de Bakhtin). Só mais tarde, a autoria também foi atribuída a Mikhail Bakhtin. Mas ainda há controvérsias em relação à verdadeira autoria dessa obra, de modo que aparece na capa da tradução brasileira o nome de ambos os autores - Mikhail Bakhtin (V. N. Voloschínov). Então, sempre que me referir ao Bakhtin de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* no presente trabalho, leia-se Bakhtin/Volochínov.

²⁸ Translingüística tomada como aquela que vai além, que ultrapassa os limites da lingüística.

É dialogando com o materialismo histórico que Bakhtin vai fazer, nessa obra, uma crítica ao estruturalismo, às concepções stalinistas de linguagem e à psicologia social (Behaviorismo), as quais tem em comum um conceito de língua homogênea, na qual o sujeito não está contemplado. Tais críticas estão ligadas a duas correntes dos estudos da linguagem, que Bakhtin denominou de *objetivismo abstrato*, o qual contempla o estruturalismo, caracterizado por Saussure e seus seguidores, e *subjetivismo idealista*, que contempla a crítica à psicologia social, a qual toma a língua enquanto produto acabado, sistema estável, que considera o ato de fala uma criação individual.

Segundo os estruturalistas, e conforme o que Bakhtin nos aponta, *o centro organizador de todos os fatos da língua, o que faz dela o objeto de uma ciência bem definida, situa-se no sistema lingüístico* (2002:77), o qual, por sua vez, contempla traços idênticos que garantem a unicidade de uma dada língua e sua compreensão por todos os locutores de uma mesma comunidade. Estamos diante, portanto, de uma concepção de língua que não contempla a abordagem histórica e que tem como característica uma identidade normativa.

Dessas críticas e do diálogo com o marxismo resulta uma nova concepção de língua, pensada por Bakhtin, e que o aproxima de Pêcheux. Vejamos:

Bakhtin, ao propor a sua concepção de língua, ao contrário de Saussure, vai valorizar justamente a fala, a enunciação, afirmando sua natureza social, não individual: a fala está indissolúvelmente ligada às condições de comunicação que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais (cf. Yaguello, 2002, na introdução da 10ª edição de 'Marxismo e filosofia da linguagem'). Assim, a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios e, por isso, os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema.

Portanto, língua e sociedade, língua e ideologia não podem ser concebidas separadamente, devem estar sempre imbricadas. Daí a concepção de Bakhtin de

língua heteroglótica²⁹, suscetível a mudanças históricas, sociais e culturais.

Conforme nos mostra Yaguello (op. cit), Bakhtin define a língua como expressão das relações e lutas sociais, veiculando e sofrendo o efeito desta luta, servindo, ao mesmo tempo, de instrumento e de material. Logo, a língua é determinada pela ideologia, sendo o instrumento e objeto das relações e conflitos interindividuais, representados na interação verbal pela relação entre eu e tu, a qual não é uma relação direta, mas determinada socialmente. E dessa concepção de língua, vista em *sua integralidade concreta e viva* e não como *objeto específico da lingüística*, resulta a concepção bakhtiniana de discurso³⁰, um fenômeno muito complexo e multifacetado.

Para Bakhtin(1981), as *relações dialógicas* são extralingüísticas, mas não podem ser separadas do campo do *discurso*, ou seja, *da língua enquanto fenômeno integral concreto*. Por isso, *são irredutíveis às relações lógicas ou às concreto-semânticas, que por si mesmas carecem de momento dialógico. Devem personificar-se na linguagem, tornar-se enunciados, converter-se em posições de diferentes sujeitos expressas na linguagem para que entre elas possam surgir relações dialógicas* (1981:159). Eis a concepção dialógica de língua e, por extensão, de discurso de Bakhtin. Concepções que se aproximam muito das pensadas por Pêcheux.

Pêcheux (1975) propõe que pensemos o discurso como um objeto lingüístico, desde que não seja entendido como inteiramente lingüístico, mas também como um objeto histórico, ideológico e social. Assim também deve ser tomada a língua, que é objeto material do discurso, e incorpora as falhas, os deslizos como elementos constitutivos do sentido. Portanto, língua e discurso são atravessados pela incompletude e são tomados como relações dialógicas, ou seja, como objetos heterogêneos. E são essas concepções de língua e discurso que tomo

²⁹ Bakhtin usa o termo *heteroglossia*, ou *plurilingüismo* para se referir à estratificação, diversidade e aleatoriedade da linguagem. Ou seja, trata-se de um conjunto de linguagens que compõe um discurso. A heteroglossia pode ser caracterizada, segundo Faraco (2003), *como uma espécie de guerra de discursos, em que estão em permanente tensão forças centrípetas (centralizadoras, monologizadoras, que tentam apagar ou submeter a heteroglossia) e forças centrífugas (que resistem à monologização e multiplicam a heteroglossia)*.

³⁰ Tal concepção de discurso encontra-se no capítulo 'O discurso em Dostoiévski', da obra "Problemas da Poética de Dostoiévski", de Bakhtin, 1981.

para o presente trabalho, já que, diante de um objeto de estudo constitutivamente heterogêneo como o discurso de Divulgação Científica, não poderia pensar a língua como algo estável e neutro, que não contemplasse as relações dialógicas, as diferentes vozes, carregadas de ideologia, que perpassam tal objeto.

Bakhtin³¹ também trata da língua como plurilingüismo, ao examinar o funcionamento do imbricamento do discurso do autor/narrador com o discurso dos personagens no romance. Ele evidencia o caráter plurilíngue da linguagem no romance, ao trabalhar com o modo como o autor se utiliza da linguagem de outrem. Na opinião de Bakhtin,

“O autor não está na linguagem do narrador nem na linguagem literária normal, com a qual está correlacionada a narrativa, mas ele se utiliza de ambas para não entregar inteiramente as suas intenções a nenhuma delas: ele utiliza essa comunicação, esse diálogo das línguas em cada momento da sua obra, para permanecer como que neutro no plano lingüístico, como “terceiro” na disputa entre as duas (...). Todas as formas que introduzem um narrador ou um suposto autor assinalam de alguma maneira que o autor está livre de uma linguagem una e única, liberdade essa ligada à relativização dos sistemas lingüísticos literários, ou seja, assinalam a possibilidade de, no plano lingüístico, ele não se autodefinir, de transferir as suas intenções de um sistema lingüístico para outro, de misturar a “linguagem comum”, de falar por *si* na linguagem de outrem, e por *outrem* na sua própria linguagem” (1988:119)

Podemos pensar nesse mesmo jogo plurilíngüe que Bakhtin atribui ao autor do romance, quando tomamos o jornalista como autor do discurso de Divulgação Científica. Assim como o autor do romance, o jornalista também se utiliza de, no mínimo, duas formas de linguagens diferentes para organizar o seu discurso: a linguagem científica e a linguagem do cotidiano. E, ao se movimentar entre essas duas formas de linguagem, tenta manter a ilusão de neutralidade no plano lingüístico, administrando as entradas da linguagem de outrem em seu discurso. De qualquer forma, como diz Bakhtin, o autor está livre de uma linguagem una e única, o que significa atestar a heterogeneidade do seu dizer, ainda que ele possua a ilusão de domínio desse dizer. E, ao destacar a ilusão de autonomia do sujeito

³¹ Refiro-me aqui ao Bakhtin de *Questões de Literatura e Estética*.

jornalista, distancio-me de Bakhtin, que considera o autor do romance um sujeito consciente de suas escolhas e de seus movimentos com a linguagem.

Segundo Bakhtin, *todo o signo é ideológico*. E, sendo a ideologia um reflexo das estruturas sociais, toda a modificação da ideologia vai acarretar uma modificação da língua. A variação é inerente à língua por refletir as variações sociais. Então, o signo, que é parte material da língua, é sempre dialético, já que ele não existe apenas como parte de uma realidade, mas também reflete e refrata uma outra, pois a realidade como um todo é inapreensível. Por isso, nunca é neutro e sempre ideológico. Bakhtin afirma que *sem signos não existe ideologia*. E Pêcheux, por sua vez, nos leva a concluir *que não há sujeito sem ideologia*, assim como *não há discurso sem sujeito*. Assim, seja pelos signos, seja pelas palavras, o discurso e, conseqüentemente, o sujeito que o constitui, são permeados pela ideologia. Portanto, a ideologia não existe fora do sujeito e do simbólico, o qual é concretizado, discursivamente, por esse sujeito através do signo, das palavras de uma língua.

Bakhtin critica a filosofia idealista e o psicologismo por situarem a ideologia na consciência. Para ele, a ideologia é social. O lugar do ideológico é o material social, particular de signos criados pelo homem. Os signos só podem aparecer em um terreno interindividual, isto é, na relação entre dois indivíduos, socialmente organizados. *A consciência individual é um fato sócio-ideológico*, por isso deve ser explicada a partir do meio ideológico e social, só adquirindo forma e existência nos signos criados nesse meio. Assim, a consciência só existe a partir da condição da ideologia, isto é, não há ideologia fora da consciência. Eis o princípio marxista de ideologia. Sendo assim, **o sujeito bakhtiniano é ideológico e histórico, mas é consciente e, por isso, não é assujeitado socialmente**. Aqui, tomando a concepção de ideologia e o modo como ela se relaciona com o sujeito, é necessário pontuar uma diferença entre Bakhtin e Pêcheux.

Pêcheux, através da sua teoria da Análise do Discurso, também vai propor um sujeito histórico, afetado pela exterioridade, dividido, mas que não é consciente de suas escolhas - assim como o é para Bakhtin - justamente por ser interpelado

ideologicamente, isto é, assujeitado às condições de determinação que intervêm no modo de produção das práticas sociais. Pêcheux propõe um sujeito do discurso que não é origem do seu dizer, mas que, inconscientemente, carrega a ilusão de autodeterminação e de ser a única fonte de seu dizer. O sujeito da AD pode apresentar momentos de pré-consciência, mas pelo viés do esquecimento. Por isso, ele é afetado pelo inconsciente. Assim, a ideologia, para a AD, é constitutiva de todo e qualquer discurso, já que é também via discurso que o indivíduo se torna sujeito interpelado.

Embora Bakhtin traga a concepção marxista de ideologia enquanto uma prática social consciente, ele marca um distanciamento em relação às questões marxistas no que se refere aos conceitos de infra e superestrutura. Para Marx, a infra-estrutura, enquanto base econômica de um estado ou de uma sociedade, determinava a superestrutura, influenciando todas as esferas das práticas sociais. Isso significava que toda e qualquer práxis material só podia ser explicada a partir da infra-estrutura. Bakhtin critica em Marx essa relação entre a infra e a superestrutura, afirmando que *é impossível estabelecer o sentido de uma dada transformação ideológica no contexto da ideologia correspondente, considerando que toda esfera ideológica se apresenta como um conjunto único e indivisível cujos elementos, sem exceção, reagem a uma transformação da infra-estrutura* (2002: 39). Para Bakhtin, a essência do problema está justamente nessa relação recíproca entre infra e superestrutura, o qual está ligado à *questão de saber como a realidade (a infra-estrutura) determina o signo, como o signo reflete e refrata a realidade em transformação*. A partir da sua noção da palavra enquanto signo ideológico e social, que funciona como instrumento da consciência, acompanhando e comentando todo o ato ideológico, o autor propõe que pensemos na própria palavra como trama das relações ideológicas que desencadeia as transformações sociais, já que palavra e ideologia são indissociáveis. Nas palavras de Bakhtin,

"a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a

palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados" (2002:41).

Fica, portanto, evidente que a palavra para Bakhtin é de natureza social e ideológica. Por isso, pode ser considerada a arena das lutas de classes, desde que tomadas por um sujeito e concretizada numa determinada prática discursiva. Daí a necessidade de refletir sobre os apontamentos metodológicos do autor de que não podemos:

- 1) separar a ideologia da realidade material do signo (a palavra);
- 2) dissociar o signo das formas concretas da comunicação social (condições sócio-históricas);
- 3) dissociar a comunicação e suas formas de sua base material (infra-estrutura).

A partir de tais apontamentos, podemos pensar as práticas discursivas imersas numa rede de relações sócio-históricas e ideológicas, da qual elas não podem ser afastadas, isto é, não dá para pensar as práticas discursivas separadas da sua práxis. No entanto, conforme nos adverte o próprio Bakhtin, o signo só entra no domínio do ideológico depois de adquirir um valor social, dado pelas condições históricas que o inscrevem na ordem do real.

O signo se materializa na palavra, portanto, *a palavra é o fenômeno ideológico por excelência*. Mas, apesar de ser assim considerada, a palavra pode ser também um signo neutro, na medida em que só adquire sentido na exterioridade, na sua relação necessária com o(s) sujeito(s), podendo preencher qualquer função ideológica: estética, científica, moral, religiosa, o que vem ratificar a advertência de Bakhtin, comentada no parágrafo anterior.

Também Pêcheux e Fuchs (1975), ao refletirem sobre o materialismo histórico, propondo o quadro epistemológico da AD, retomam de forma própria as proposições sobre a ideologia de Marx, acrescentando à discussão a reflexão de Althusser. Assim como Bakhtin, Pêcheux e Fuchs (1975) também criticam o fato de se considerar somente a base econômica como condição de sustentação para a

superestrutura ideológica, *como se a ideologia fosse constituída pela "esfera das idéias" acima do mundo das coisas, dos fatos econômicos etc. Em outras palavras, a região da ideologia deve ser caracterizada por uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica* (1997: 165). Segundo a perspectiva marxista de ideologia, o materialismo histórico propõe-se a explicar as formações de idéias a partir da práxis, excluindo o sujeito da história, ou seja, a infra-estrutura determina as relações de produção da superestrutura. Trata-se de uma concepção materialista de história, que parte de uma ideologia calcada no real, excluindo as ações imaginárias e inconscientes do sujeito.

Pêcheux e Fuchs (op. cit) afirmam que

"a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar interpelação, ou o assujeitamento do sujeito como ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção" (1997: 165 - 66)

Percebemos, na citação acima, a presença do conceito dos Aparelhos Ideológicos do Estado, propostos por Althusser, o que nos aponta para um olhar diferente sobre a ideologia. Um olhar que inclui o sujeito, que é sujeito desde sempre, por ser interpelado socialmente e, conseqüentemente, afetado pelo inconsciente. Daí resulta o conceito de formação ideológica, caracterizada por Pêcheux e Fuchs (op. cit) como *um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais' mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras* (1997: 166). O ideológico deve, assim, ser concebido como um dos aspectos da materialidade discursiva. É nessa especificidade - **o ideológico tomado enquanto materialidade discursiva** - no meu entender, **que se encontra a grande contribuição de Pêcheux e também de Bakhtin aos estudos da linguagem.** E isso marca um

distanciamento desses autores do modo marxista de pensar a ideologia. E Pêcheux vai além de Bakhtin, ao propor os conceitos de formação discursiva (FD) e formação ideológica (FI), os quais nos permitem pensar o modo como o sujeito se relaciona com a ideologia e com o próprio discurso. É via FI que o sujeito se identifica com determinados saberes de uma FD e os inscreve no interior do discurso. Estamos diante, portanto, de um novo olhar sobre a ideologia e, por sua vez, sobre a maneira como esta se relaciona com o sujeito e com o dizer desse sujeito.

Pêcheux (1975), em "Verités de La Palice", retoma criticamente a concepção de ideologia, enfatizando que os Aparelhos Ideológicos do Estado não são puros instrumentos da classe dominante. Assim, *o aspecto ideológico para a transformação das relações de produção reside na luta para impor, no interior do complexo dos AIE, novas relações de desigualdade-subordinação*. A atividade discursiva, tomada como uma das formas de manifestação da ideologia e exercida pelo sujeito interpelado ideologicamente, trava-se, então, no interior dos AIE e reflete a luta de classes. Atualmente, considerando os avanços no interior da própria teoria do discurso, conforme o que nos aponta Indursky (1997), *o discurso não reflete a ideologia como algo que lhe é exterior, mas a mostra, enquanto efeito de sentido, porque ela é constitutiva da **prática discursiva***. *Vale dizer que o efeito de sentido funciona como indício da interioridade da ideologia. Ou seja: pensar a ideologia no âmbito da AD consiste em deslocar a relação imaginária com o mundo real, considerada por Althusser como o objeto da representação ideológica, para o interior dos processos de significação* (1997: 20). A ideologia, portanto, estabelece relações com o social, com o simbólico e com o imaginário, conforme também definição bakhtiniana, mas tais relações só fazem sentido se deslocadas para o interior dos processos discursivos, já que os efeitos de sentido se dão pela e através da ideologia.

Bakhtin afirma que *a palavra é um ato bilateral. É determinada igualmente por aquele de quem ela é a palavra e por aquele a quem é destinada*. Eis a tese do dialogismo bakhtiniano, que se constitui no princípio constitutivo da linguagem em sua relação com o outro. Conforme nos aponta Indursky (2000 b), *a dialogia está diretamente*

vinculada a outras noções que lhe são correlatas: fala de outrem, vozes diferentes, vozes dos outros, discurso do outro, inter-relação dialógica, ressonâncias dialógicas, multiplicidade de vozes, polifonia, interação verbal, entre outras (2000:70). Eis o princípio dialógico, apresentado sob diferentes enfoques, que perpassa toda a obra de Bakhtin e que nos remete à noção de heterogeneidade. O dialogismo, em Bakhtin, comporta uma dupla dimensão. Por um lado, diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. E, nesse sentido, podemos interpretá-lo como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem. Por outro lado, o dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos, instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, instauram-se e são instaurados por discursos.

E é também por esse caráter dialógico que perpassa a obra de Bakhtin que não poderia deixar de abordá-lo no presente trabalho, pois, além desse conceito ter contribuído para os estudos sobre a heterogeneidade discursiva, a Divulgação Científica é materializada num discurso constitutivamente dialógico, que contempla, pelo menos, três vozes: a voz da ciência, a voz da mídia e a voz do senso comum.

Embora Bakhtin não tenha dedicado uma parte específica do seu livro "Marxismo e filosofia da linguagem" para tratar da questão do dialogismo, os princípios dialógicos permeiam todo o livro e, em especial, no capítulo em que trata do 'discurso de outrem', onde aborda as formas de incorporação do discurso-outro, apontando para a necessária relação do sujeito com o outro, ao contrário de muitos lingüistas da época que ignoravam essa questão.

E, tratar das relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos, é incluir o sujeito e sua alteridade na constituição do discurso. Para Bakhtin (1992), *o discurso do outro possui uma expressão dupla: a sua própria e a do enunciado que o acolhe*, o que repercute na *inter-relação dialógica*. Ao lançar mão do dialogismo,

Bakhtin inclui na constituição do seu conceito as questões da relação dos sujeitos com o mundo e a dimensão assumida pela linguagem nessa relação.

Para refletir a inserção do 'outro' no discurso, o autor relaciona o discurso de 'outrem' ao discurso citado, o qual ele conceitua como *o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação* (Bakhtin, 2002), ou seja, estamos diante dos modos como o dizer do outro se inscreve no discurso. E uma das formas desse dizer se inscrever na cadeia discursiva é através do discurso indireto - procedimento que Bakhtin vai explorar e que está presente no discurso de Divulgação Científica.

Bakhtin nos mostra que *o discurso citado é visto pelo falante como a enunciação de uma outra pessoa, completamente independente na origem, dotada de uma construção completa, e situado fora do contexto narrativo* (ibidem). Isso lhe garante uma *existência autônoma*, a partir da qual o discurso de 'outrem' passa para o contexto narrativo, conservando seu conteúdo aparentemente intacto. O narrador, por sua vez, ao incorporar o discurso de 'outrem' elabora regras próprias. No entanto, a diluição da palavra citada no contexto narrativo não se efetua completamente, já que a substância do discurso do outro permanece palpável, como um todo auto-suficiente. É o processo que Bakhtin chama de *reação da palavra à palavra*. Observamos esse mesmo funcionamento no discurso de Divulgação Científica, quando o jornalista toma, incorpora, recorta enunciados do discurso da ciência como se fossem seus, elaborando-os de modo próprio. No entanto, ao fazer tal movimento, o sujeito do discurso, no caso o jornalista, está afetado pelo inconsciente, o que marca a principal distinção com o sujeito bakhtiniano, que é um sujeito consciente, auto-suficiente, que está na origem do dizer e que tem a ilusão de resolver as suas apropriações tão somente através das regras da língua.

No entanto, devemos levar em conta que o espaço discursivo de 'outrem' não é o de um sujeito empírico. E o próprio Bakhtin (2002) atesta isso, ao afirmar que *um membro de uma comunidade nunca encontra a palavra como uma palavra neutra, isenta das aspirações e avaliações de outro ou despovoadas das vozes dos outros. Absolutamente, a*

palavra ele a recebe da voz do outro e repleta de voz do outro. Ocorre que, ao introduzirmos na nossa fala a palavra do outro, inevitavelmente a revestimos com algo de novo, com nossa compreensão e com nossa avaliação, a partir da nossa inscrição em uma ordem social. Por isso, considero que o jornalista produz gestos de interpretação ao discurso da ciência, conforme já mencionei no capítulo anterior. Dessa forma, o sujeito nunca está na origem do que diz e, a cada novo dizer, a sua palavra é determinada social e ideologicamente.

Colocada a problemática, Bakhtin desloca a sua reflexão, propondo um modo de olhar para o discurso de 'outrem'. Segundo Bakhtin, *toda a essência da apreensão apreciativa da enunciação de outrem, tudo que pode ser ideologicamente significativo tem sua expressão no discurso interior. Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores* (2002: 147). É pelo discurso interior que se opera a junção com o discurso exterior. Discurso interior aqui entendido como o discurso um, isto é, o discurso individual de cada sujeito enquanto reflexo do outro, a partir do que é externo, social. Assim, *a palavra vai à palavra.*

O discurso a transmitir (discurso de 'outrem') e aquele que serve para transmiti-lo (discurso interior) devem ser tomados numa interação dinâmica. Logo, no caso do presente trabalho, o discurso de Divulgação Científica deve ser tomado como o discurso interior, incorporando, transmitindo o discurso exterior, que é o discurso da ciência. Assim, *o discurso citado e o contexto de transmissão são somente os termos de uma inter-relação dinâmica* que, por sua vez, *reflete a dinâmica da inter-relação social dos indivíduos na comunicação ideológica verbal*, o que nos aponta para a intervenção da exterioridade e, conseqüentemente, do outro na constituição do discurso e do sujeito, bem como para o fato de que o discurso só se produz a partir de um lugar social.

E Bakhtin nos aponta duas direções nas quais pode se desenvolver essa dinâmica da inter-relação entre o discurso narrativo e o discurso citado. A primeira direção é construída a partir de uma *tendência fundamental da reação ativa ao discurso de*

outrem, visando à conservação da sua integridade e autenticidade, a qual Bakhtin vai chamar de estilo linear.

Na segunda orientação, observamos processos de natureza exatamente oposta. *A língua elabora meios sutis e mais versáteis para permitir ao autor infiltrar suas réplicas e seus comentários no discurso de outrem. O contexto narrativo esforça-se por desfazer a estrutura compacta e fechada do discurso citado, por absorvê-lo e apagar as suas fronteiras* (2002: 150). Bakhtin vai denominar essa segunda orientação de **estilo pictórico**. Trata-se de um estilo que procura *atenuar os contornos exteriores nítidos da palavra de outrem*. Por isso, percebe-se aí uma hibridez das marcas lingüísticas e uma tentativa de apagamento do contexto histórico. Se, na primeira tendência, havia uma preocupação em demarcar nitidamente as fronteiras da fala do outro, aqui ocorre o contrário, há um enfraquecimento, muitas vezes até um apagamento, do discurso citado. Um apagamento das marcas lingüísticas, mas não da presença do outro no discurso, que vai emergir, via interdiscurso, para produzir determinados efeitos de sentido. No caso do discurso de Divulgação Científica, vamos observar que ocorrem esses dois estilos e, muitas vezes, de forma simultânea, já que o jornalista tanto marca a presença do discurso-outro como apaga essas marcas que evidenciam o dizer da ciência³².

Clark & Holquist tecem o seguinte comentário a respeito desses dois estilos apresentados por Bakhtin: *A tendência linear na demarcação locutiva é tipificada pelo impulso para construir contornos externos nítidos para a fala relatada. A tendência oposta, que Bakhtin denomina "pictorial", inventa meios para impregnar a fala relatada com réplica autoral e comentário* (1998: 254). Na verdade, Bakhtin, ao apresentar esses dois estilos, promove mais do que uma discussão de estilística, uma discussão sobre sociedades inteiras, pois o problema do discurso de outrem, ou melhor, do modo de apreensão desse discurso, tem a ver com a política de citações. Para os autores (op.cit),

“a questão de quanto do significado do outro eu permitirei que passe quando cerco suas palavras com as minhas é uma questão acerca da

³² Não vou trabalhar, nas análises, esses dois estilos propostos por Bakhtin, mas sim as diferentes posições-sujeito que o jornalista vai ocupar ao se movimentar entre a ordem da ciência, da não-ciência e da mídia. Ver análises do capítulo 5.

governança do significado, acerca de quem o preside e de que porção dele é partilhada. Em outros termos, ela tem a ver com os graus relativos de liberdade concedidos pelos locutores àqueles outros locutores cujas palavras eles apropriam nas suas” (1998:255).

Tal comentário dos autores atesta que a apropriação da palavra de outro vai ter uma relação direta com o sentido de um discurso, o qual é construído a partir das determinações sociais e ideológicas. É o que eu chamo, no caso do funcionamento do DDC, de uma forma do sujeito administrar os sentidos, para que eles não deslizem e produzam efeitos diferentes dos pretendidos. Mas cabe ressaltar que essa administração é só ilusória, uma vez que o sujeito em AD não possui total domínio sobre o seu dizer, ao contrário do sujeito em Bakhtin, que é consciente de suas escolhas e possui controle sobre o seu dizer, conforme verificamos na citação acima.

Para mostrar o funcionamento dessas tendências de orientação do discurso citado e do discurso narrativo, Bakhtin elege alguns esquemas de transmissão, como é o caso do discurso direto e indireto, esclarecendo que é impossível estabelecer uma fronteira estrita entre o esquema gramatical e sua variante lingüística, já que não se pode divorciar a gramática da estilística. Segundo Bakhtin, cada esquema recria a sua maneira a enunciação (o discurso de outrem), dando-lhe assim uma orientação particular, específica. Bakhtin considera, então, três esquemas sintáticos de transmissão do discurso de outrem: o discurso direto, o indireto e o indireto livre. E analisa como esses esquemas funcionam em textos literários.

Trazendo a reflexão do discurso-outro para o âmbito da AD, há que se observar, em primeiro lugar, que a presença do discurso-outro não é exclusividade dos textos literários, mas, pelo contrário, é elemento constitutivo de todo e qualquer discurso. Em segundo lugar, não é somente a partir desses esquemas sintáticos que se atesta a presença do discurso-outro. Como poderemos observar nas análises do presente trabalho, a presença do outro, da heterogeneidade pode ser verificada até através do uso de um artigo determinado, portanto, através de qualquer marca lingüística.

Pêcheux, como pensador brilhante que era, constantemente retomava os seus textos e apontava para novas reflexões, de modo que reformulou, ao longo de sua obra, muitos dos conceitos propostos na AAD 69. Um desses conceitos é o de maquinaria discursiva, que como o próprio Pêcheux (1983) explicita em seu texto “A Análise de Discurso: três épocas”, remetia a um *espaço discursivo* muito fechado e homogêneo, onde *o outro da alteridade discursiva “empírica” é reduzido ao mesmo* (Pêcheux, 1997: 313). No entanto, já em 1975, com a formulação dos conceitos de formação discursiva e de interdiscurso, abre-se espaço para se pensar a questão da alteridade, ou seja, do discurso-outro, e o conceito de maquinaria discursiva enquanto espaço fechado e homogêneo não se sustenta, já que o discurso é invadido por *elementos que vem de outro lugar*, da exterioridade. Mas é sobretudo nos últimos escritos de Pêcheux, ou na fase que ele mesmo chamou de “A emergência de novos procedimentos da AD, através da desconstrução das maquinarias discursivas: AD-3” que a alteridade é definitivamente incorporada à teoria do discurso. Passa-se, então, a falar em heterogeneidade enunciativa, a qual tematiza as formas lingüístico-discursivas do discurso-outro. E tais noções, na teoria discursiva, estão marcadas pela influência do dialogismo bakhtiniano.

É Authier-Revuz quem formula a noção de heterogeneidade constitutiva, apoiada em três vertentes teóricas: o dialogismo do círculo de Bahktin, para o qual as palavras são, sempre e inevitavelmente, 'as palavras dos outros'. *Nenhuma palavra é "neutra", mas inevitavelmente "carregada", "ocupada", "habitada", "atravessada" pelos discursos nos quais "viveu sua existência socialmente sustentada"* (1990: 27); a problemática do discurso como produto do interdiscurso, que postula um funcionamento regulado do exterior, do interdiscurso, para dar conta da produção do discurso, estrutura ignorada pelo sujeito que acredita ser fonte desse discurso³³; e a psicanálise, via inconsciente, que entende a fala como fundamentalmente heterogênea e o sujeito como dividido. Sempre sob as palavras, "outras palavras" são ditas.

³³ Essa segunda problemática está pautada nas formulações produzidas por Pêcheux sobre o interdiscurso e também nas formulações de Courtine sobre Memória Discursiva e Repetição Vertical.

A partir de tais aproximações, Authier-Revuz (1990) propõe uma ruptura na noção de um sujeito uno, senhor do seu dizer para um sujeito múltiplo, heterogêneo, que traz na sua constituição o Outro. Portanto, todo sujeito e seu discurso são constitutivamente heterogêneos. Eis no que consiste a heterogeneidade constitutiva: não há discurso, nem sujeitos que não sejam heterogêneos.

Observamos, portanto, já um distanciamento da forma como Bakhtin elabora a questão do discurso-outro. A autora apóia-se no pensamento dialógico bahktiniano, no entanto, propõe um sujeito que não é consciente e que está, necessariamente, interpelado pelo outro. Além disso, também avança ao incorporar à discussão a noção de interdiscurso, pensada por Pêcheux, que contempla o *complexo das formações ideológicas*, as quais, por sua vez, incorporam as relações de *desigualdade-contradição-subordinação*, próprias à exterioridade de qualquer discurso. Ou seja, nas palavras de Pêcheux (1975), *algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente*.

Também Courtine & Marandin (1981) contribuem para as formulações sobre a heterogeneidade no interior da teoria do discurso, ao considerá-la como um *efeito do interdiscurso no interior de uma série de formulações, constituindo o saber próprio a uma FD dada, a partir de elementos de saber que lhe são exteriores* (1981: 25). Aqui, os autores já consideram a FD como constitutivamente heterogênea. Pensando a heterogeneidade como um efeito do interdiscurso, é que propõem a noção de repetição vertical, a qual é materializada, no nível do interdiscurso, através da retomada de um *não-sabido*, de um *não-reconhecido* que se desloca no enunciado. Trata-se de uma repetição que está ao mesmo tempo *presente e ausente*. Assim, concordo com Indursky (1997) que *é no âmbito da repetição vertical que se instaura a heterogeneidade não-marcada*, proposta por Authier-Revuz. Eis um modo de olhar para o funcionamento do discurso-outro.

Então, embora com alguns deslocamentos, há que se reconhecer a contribuição de Bakhtin para o estudo da noção de heterogeneidade na perspectiva discursiva.

O próprio Pêcheux (1988) traz para a sua reflexão o conceito de discurso-outro, ainda que somente nos seus últimos escritos. Em "Discurso: estrutura ou acontecimento", o autor afirma (...) *a descrição de um enunciado ou de uma seqüência coloca necessariamente em jogo (...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa seqüência. Esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da seqüência, marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico*" (1997: 54-55). Diante de tal afirmação, o discurso-outro está efetivamente inscrito nas reflexões da teoria discursiva como um elemento constitutivo não só da interpretação, mas também da constituição de todo e qualquer discurso. Trata-se de um outro que intervém nas diferentes práticas discursivas, via memória histórica, via interdiscurso, apontando para os efeitos de sentido. Eis o que marca a especificidade da presença desse discurso-outro na AD, diferentemente de Bakhtin.

Indursky (1997) afirma que *um discurso é heterogêneo porque sempre comporta constitutivamente em seu interior outros discursos* (1997: 196). É heterogêneo também porque comporta em seu interior contradições, diferentes posições-sujeito. Assim, o efeito de unidade, de homogeneidade do discurso é uma simulação, um espetáculo, baseado nos efeitos de evidências de que o sujeito é a origem do dizer e de que o sentido é literal, transparente.

Falar de heterogeneidade, na perspectiva discursiva, significa reconhecer o dialogismo de todo e qualquer discurso, questionando a unicidade de todo o dizer e considerando a presença do outro na constituição tanto do discurso quanto do sujeito. E isso significa postular a ideologia e as relações de poder como constitutivas das relações sociais. Negar tais manifestações é camuflar, mascarar a presença da heterogeneidade. Por fim, falar de heterogeneidade significa também considerar os sentidos como múltiplos e o sujeito como cindido, disperso.

2.2. AS CONTRIBUIÇÕES DE FOUCAULT

Se 40 anos separam a obra de Bakhtin e Pêcheux, isso não é o que acontece com Foucault e Pêcheux. Historicamente falando, Pêcheux e Foucault têm muito em comum. Ambos são autores franceses contemporâneos. Os dois viveram a crise epistemológica da lingüística nos anos 60. Uma crise epistemológica que não só marcava a lingüística, mas as ciências humanas de uma forma geral. A Europa também vive, nessa época, uma crise política, que é influenciada pelas idéias marxistas. Assim, diversos intelectuais franceses, como Barthes, Todorov, Kristeva, Pêcheux, Lacan, Foucault, Derrida, entre outros, unem, na base de suas reflexões teóricas, a crise política e a crise epistemológica. O que estava na base da teoria de todos esses autores era a questão do materialismo histórico. Interessa-me destacar aqui dois deles: Foucault e Pêcheux.

Embora cada um desses autores tenha maneiras próprias de ler as teses marxistas e pensar a sua própria teoria, em muitos momentos eles se aproximam. E são essas aproximações que pretendo marcar, deixando claro que a minha opção teórica é por Pêcheux. Se trago aqui algumas reflexões acerca de conceitos foucaultianos, é por entender que algumas noções da teoria discursiva tiveram sim a contribuição de Foucault, reconhecida e, algumas vezes, citada pelo próprio Pêcheux. Sendo assim, inicio com o conceito de formação discursiva, passando pelos conceitos de discurso, sujeito, autoria e poder.

Foucault (1969 a), em sua obra "A arqueologia do saber", é o primeiro autor a falar em formações discursivas. Preocupado em descrever as relações entre enunciados no campo do discurso e suas possíveis relações, Foucault forja o conceito de formação discursiva, rompendo com a noção de continuidade, até então dominante no campo do saber. Percebe que entre as relações de enunciados há séries lacunares, desvios, jogos de diferenças, concluindo, com isso, que é necessário descrever sistemas de dispersão, os quais, por sua vez, estão relacionados com as formações discursivas.

Para Foucault, portanto, uma formação discursiva relaciona um sistema de dispersão no qual vai ser possível observar uma regularidade (ordem, correlações, posições, funcionamentos e transformações) em relação aos objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas. O autor chama de *regras de formação* as condições a que estão submetidos estes últimos elementos. *As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva* (1997:43-4). As regras de formação permitem, então, a determinação dos elementos que compõem o discurso e, conseqüentemente, determinam uma formação discursiva (FD doravante).

Para Foucault, um enunciado pertence a uma FD, assim como uma frase pertence a um texto. Então, a regularidade dos enunciados é definida pela FD e um conjunto de enunciados, apoiados numa mesma FD, constitui o que Foucault chamou de *discurso*.

Desse modo, Foucault (op. cit) concebe o discurso como *dispersão* e a FD como sendo um sistema enunciativo geral, o qual obedece a um grupo de performances verbais, ou seja, é a FD que vai definir o tipo de um discurso. Segundo Foucault, quando se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e, quando, entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade, se dirá, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. Partindo, então, do problema da *descontinuidade* do discurso e da *singularidade* do enunciado, Foucault propõe que as dimensões próprias do enunciado sejam mobilizadas na demarcação das *formações discursivas*.

E Foucault define o discurso como dispersão por entender que as relações discursivas não são internas nem exteriores ao discurso. *Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los, etc. Essas relações caracterizam não a língua*

que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática (1997:52-3).

Finalmente, pensando nessa rede de formulações - enunciado, sistema de dispersão, regras de formação, FD e discurso -, Foucault (1969a) entende por prática discursiva *um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa* (1997: 136). Assim, o conceito foucaultiano de discurso pressupõe a idéia da *prática*, a qual não está desvinculada da história, justamente por determinar que nem sempre tudo pode ser dito.

Pêcheux e Fuchs (1975) retomam a noção de FD, ao elaborarem o quadro epistemológico da AD. E o fazem de forma própria, a partir da formulação do conceito de Formação Ideológica, que precede e determina o de FD, mas não ignorando as reflexões de Foucault. Sobretudo, as noções de discurso, tomado enquanto prática e dispersão, que contempla o histórico e o social, e o de Formação Discursiva, tomada enquanto regularidade de enunciados dispersos, vindos de diferentes ordens, foram contribuições importantes para a teoria da AD. Mesmo porque o histórico e o social também são considerados elementos constitutivos da noção não só de FD, mas também da noção de discurso e de sujeito no âmbito da teoria pecheutiana. Assim, o que marca o principal distanciamento entre o conceito de FD em Foucault e Pêcheux é a intervenção da ideologia nas reflexões deste último autor.

Em 1970, em sua aula inaugural no Collège de France, Foucault vai falar da *ordem do discurso*, a qual determina/regula as possibilidades do discurso. Nesta palestra, Foucault se questiona sobre a *ordem do discurso*, passando pelos procedimentos de controle e delimitação do discurso, os quais, segundo ele, dividem-se em: a) externos: sistemas de exclusão representados pela interdição, pela rejeição e pela vontade de verdade; b) internos: representados pelas dimensões de acontecimento e acaso que incluem o comentário, o princípio de autoria e as

disciplinas enquanto organização.

Explorando tais procedimentos, Foucault buscava, no meu entender, uma resposta para compreender a maneira como a realidade enquanto norma institucionalizada de uma sociedade interfere no discurso, ou seja, como esses procedimentos atingem o discurso, controlando-o, organizando-o. E tal controle está certamente presente no discurso científico, que, por sua vez, acarreta um certo controle no discurso de Divulgação Científica, objeto de estudo do presente trabalho. E, neste último, o controle é exercido duplamente: pela instituição que representa a ciência e pela mídia. Trata-se de procedimentos de controle externo, mas que interferem/refletem no controle interno também.

Para Foucault *é sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos* (1996:35). Foucault nos mostra, com esta afirmação, a influência da exterioridade, da instituição que legitima o discurso e a força que elas aí assumem. Outra vez, entram em cena a ciência e a mídia para administrar as regras, isto é, controlar o que da exterioridade deve ser dito no discurso de Divulgação Científica³⁴.

Foucault (1970) ainda trata da determinação das condições de funcionamento do discurso e da imposição aos indivíduos que o pronunciam de um certo número de regras, o que não permite todo mundo ter acesso a ele (o discurso). Esses procedimentos são representados pelos rituais da palavra, pelas sociedades do discurso, pelos grupos doutrinários e pelas apropriações sociais e vão mostrar a sujeição do discurso. O discurso se anula em sua realidade, inscrevendo-se na *ordem* do significante.

Mas não é essa *ordem* soberana do discurso que interessa ao autor. Ele propõe questionar a vontade de verdade, restituir ao discurso seu caráter de acontecimento e suspender a soberania do significante. Para tanto, concebe um discurso calcado nos princípios de descontinuidade, de especificidade e de

³⁴ Mostro o funcionamento dessa administração dos sentidos durante as análises do presente trabalho.

exterioridade, conforme já vimos na sua obra "Arqueologia do Saber". É no discurso, segundo Foucault (1970), que os acontecimentos encontram o princípio de regularidade e é a partir de sua aparição e sua regularidade que se passa às condições externas, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras. Então, é numa *ordem do discurso* que inscreva a descontinuidade, a exterioridade não soberana, mas natural, que Foucault está interessado. Não se trata de uma ordem imposta, mas que se constrói das relações do discurso com o seu exterior, com as instituições que ele representa. No caso do discurso de Divulgação Científica, claramente, estão nele representadas duas ordens institucionais. Quais sejam: a que representa a ciência e a que representa a mídia. Além dessas duas ordens, há ainda a ordem do senso comum - representada pelo leitor - que não é uma ordem institucional, mas que faz parte da constituição desse discurso e também produz "verdades". Sendo assim, tal discurso está, inevitavelmente, sob o efeito da verdade, ou da vontade de verdade, como diz Foucault.

Foucault, assim, avança em relação ao conceito de discurso, ao explorar a questão da exterioridade, abordando o discurso enquanto descontinuidade, dispersão. Além disso, Foucault também contribuiu ao perceber a não soberania do significante e a importância da materialidade na análise. A noção de acontecimento, trabalhada por Foucault³⁵ como um efeito que se produz de/em uma dispersão material, é, mais tarde, retomada por Pêcheux como ruptura.

Pêcheux (1988), em sua obra "O discurso: estrutura ou acontecimento", trabalha com o enunciado "On gagné", tal como ele circulou na França no dia 10 de maio de 1981, por ocasião da vitória de François Mitterand à presidência desse país. Considera tal enunciado um *acontecimento* discursivo, pois ele rompe com o saber de uma FD esportiva, onde circulava e identifica-se com um novo saber, próprio de uma FD política. Dá-se, então, o que Pêcheux chamou de *o encontro de*

³⁵ Já em "A arqueologia do saber", Foucault propõe a noção de acontecimento, atrelada ao conceito de enunciado enquanto regularidade. O enunciado, segundo Foucault, *É sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente* (1977:32).

uma atualidade e de uma memória. Uma memória convocada a se reorganizar e produzir outros efeitos de sentido no novo espaço discursivo, o da FD política. Eis a ruptura, o *confronto discursivo*, o que não está marcado na noção de acontecimento em Foucault.

Assim como o discurso, o sujeito, para Foucault, também é dispersão. Portanto, não se trata do sujeito empírico, mas sim do sujeito do discurso, ou ainda, do sujeito do enunciado, o qual não está dentro de um sintagma lingüístico, mas tem uma função determinada, conforme o lugar institucional, o papel que assume e a posição de onde fala. Assim, o sujeito do enunciado é *uma função vazia*, que pode ser preenchida efetivamente por indivíduos diferentes. Por isso, as diversas modalidades de enunciação remetem à *dispersão* e não à unidade do sujeito. E as *posições de sujeito* se definem pela situação que é possível ao sujeito ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos das práticas discursivas. Logo, *um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos* (Foucault, 1997:107), desde que ele esteja autorizado a ocupar a posição (que pode e deve) de sujeito.

Tanto a concepção de *função vazia* quanto à de *posição de sujeito* podem ser aproximadas das formulações sobre *forma-sujeito* e *posição-sujeito* de Pêcheux, salvo algumas características específicas, como o fato de o sujeito pecheutiano ser assujeitado ideologicamente e não ter plena consciência de suas escolhas. As posições - discutidas por Foucault - que o indivíduo está autorizado a ocupar enquanto sujeito, observado o lugar de onde fala e qual o papel que assume nessa fala, remetem-nos às reflexões de Pêcheux sobre as formações imaginárias, baseadas nas questões: "Quem sou eu para lhe falar assim? Quem é ele para que eu lhe fale assim? Quem sou eu para que ele me fale assim? e Quem é ele para que me fale assim?", as quais materializam a imagem que cada sujeito atribui a si e ao outro, bem como a imagem que cada um faz de seu lugar e do lugar do outro.

Segundo Foucault (1970), cada um de nós, enquanto sujeito, é o resultado de uma fabricação. São os dispositivos e suas técnicas de fabricação - de que a

disciplinarietà é um forte exemplo - que instituem o que chamamos de sujeito. Nesse sentido, cada um faz não o que quer, senão aquilo que pode, aquilo que lhe cabe na posição de sujeito que ele ocupa num dado momento. O sujeito do discurso de Divulgação Científica, por exemplo, ao se inscrever no lugar de jornalista, está submetido a outras ordens de dizeres (o dizer da ciência, da mídia e do leitor). Logo, ele não é totalmente livre para dizer "o que bem entende". Mas esses lugares, ocupados pelos sujeitos do discurso, são móveis, pois a rede está sempre se rompendo, aqui e ali, de modo que o ponto que cada um ocupa está sempre sujeito a variações. Trata-se, portanto, de um sujeito, agora usando a terminologia de Pêcheux, determinado socialmente e assujeitado desde sempre. Embora o sujeito foucaultiano não sofra a influência da ideologia, das lutas de classes, como em Pêcheux, ele sofre sim determinações externas que não fazem dele um sujeito autônomo. E tais determinações tornam-se mais evidentes à medida que Foucault começa a refletir sobre as relações de poder.

Para Foucault, o autor, o qual não é idêntico ao sujeito do enunciado, representa um dos mecanismos de controle interno do discurso. Vejamos.

Foucault (1969b), em sua obra "O que é um autor?", refletiu sobre a relação do texto com o autor, enfocando a maneira como o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelos menos em aparência (cf. Foucault, op. cit). Pfeiffer (1995) em seu trabalho de mestrado intitulado "Que autor é este?", ao refletir sobre a idéia do desaparecimento da figura do autor enquanto um sujeito nominalizável e real, afirma que *a primeira razão dessa crença está na base do pensamento foucaultiano (e da AD) que considera a dispersão do sujeito em várias posições diferentes conforme as relações que se estabelecem entre as FDs* (1995:46).

E, quando pensamos na relação do autor com o texto, não podemos ignorar a questão da escrita, já que o texto pressupõe a escrita. A escrita, por sua vez, pressupõe *a necessidade de uma inscrição em uma FD dominante para que se possa produzir o sentido "único" (razoavelmente desambiguizado) próprio da escrita* (Gallo, 1998). Assim, conforme Gallo (op. cit), *o discurso da escrita está diretamente ligado a enunciados que*

produzem o efeito de unidade do dizer, o efeito-autor, já que materializam FDs dominantes. Portanto, a escrita está ligada à institucionalização de determinados lugares sociais, como é o caso da ciência. O científico passa, então, necessariamente, pelo discurso da escrita enquanto lugar de poder, visto que a escrita pretende produzir um efeito de sentido verdadeiro, único e imutável, exatamente como pretende a imagem dominante da ciência.

Foucault (1969b) afirma que a escrita *é uma questão de abertura de um espaço onde o sujeito da escrita está sempre a desaparecer* (1992:35). Nesse sentido foucaultiano, a regularidade da escrita está sempre jogando com os limites do interno e do externo do discurso, os quais podem ser transgredidos pelo sujeito da linguagem. Um sujeito que está sempre a desaparecer porque o autor (o sujeito da escrita) tenta, mesmo que ilusoriamente, apagar os signos de sua individualidade na relação que estabelece entre ele próprio, o que escreve e a exterioridade que o constitui e constitui a sua escrita. Por isso, Foucault (op. cit) afirma que *a marca do escritor não é mais do que a singularidade da sua ausência* (1992:36). Isso significa dizer que, embora o autor tente apagar suas marcas na escrita, discursivamente ele é marcado, ainda que pela sua ausência³⁶. Essa ausência ou desaparecimento do escritor no processo da escrita, apontadas por Foucault, no entanto, não isentam a escrita do seu efeito ideológico - o de produzir enunciados verdadeiros e um sentido 'único'. Pfeiffer (1995) nos mostra como é paradoxal o jogo no qual o sujeito tem que se inserir para ocupar a posição da função-autor, pois, ao mesmo tempo, ele tem que ser discernível e universal, o que resulta na homogeneização e na higienização. O sujeito tem que se presentificar como uno, discreto, determinado, já que se submete à determinação da língua. O sujeito jornalista, por exemplo, ao assinar uma matéria de Divulgação Científica, ao mesmo tempo que assume a função-autor, precisa administrar/controlar os dizeres tanto vindos da ordem da ciência quanto da ordem da mídia.

³⁶ Percebemos esse funcionamento tanto no discurso da ciência quanto no Discurso de Divulgação Científica, o qual carrega marcas do efeito de cientificidade, ligadas à verdade e à neutralidade.

Foucault pretendia, com isso, marcar o que ele chamou de *desaparecimento do autor*, sobretudo no final do século XIX e início do século XX. E a noção da escrita, segundo ele, bloqueia a verificação do desaparecimento do autor. Para Foucault, a escrita "*deveria permitir não apenas que se dispensasse a referência ao autor, mas também que se desse estatuto à sua nova ausência*" (1992: 39). Escrita aqui entendida pelo autor como algo que está submetido, através da história, à prova da ausência, do esquecimento, podendo, com isso, produzir lacunas. Assim, seguindo a reflexão de Foucault, a escrita faz com que desapareçam as marcas de subjetividade do autor, quando, ao contrário, ela deveria fazer suscitar a presença (as marcas de subjetividade) do autor no texto. Por isso, Foucault (1969b) afirma que *não basta repetir a afirmação oca de que o autor desapareceu. Do mesmo modo, não basta repetir indefinidamente que Deus e o homem morreram de uma morte conjunta. Trata-se, sim, de localizar o espaço deixado vazio pelo desaparecimento do autor, seguir de perto a repartição das lacunas e das fissuras e perscrutar os espaços, as funções livres que esse desaparecimento deixa a descoberto* (1992:41).

E esse espaço vazio, deixado pelo desaparecimento da figura do autor, é preenchido, especialmente, segundo Foucault, pela função-autor que é *característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade* (1992:46). Para Foucault, a função-autor apresenta quatro características nos discursos por ela constituídos. A primeira delas é a **apropriação**, já que o texto passa a ser considerado propriedade do autor. A segunda pode ser denominada de **fiabilidade** por produzir um efeito de verdade. A terceira característica é dar **concretude e unidade** ao próprio autor, apesar deste não existir enquanto tal. E a quarta e última característica atribuída à função-autor é o fato de que ela se dá na **cisão** (entremeio) entre escritor, locutor real, locutor fictício, o locutor que se coloca no lugar da voz da ciência universalizadora e aquele que se coloca no lugar de uma determinada ciência.

Ora, se é a função-autor que pretende preencher as lacunas deixadas pelo autor na escrita do seu texto, o jornalista científico, ao assumir essa função quando assina uma matéria de Divulgação Científica, pretende produzir um efeito de

unidade/de verdade ao leitor, inscrevendo-se no entremeio da escrita do autor da ciência (o cientista), do leitor real e do leitor virtual. Assim, essa categoria da função-autor será retomada ao longo das minhas análises, quando discuto o lugar discursivo e a posição-sujeito que o jornalista ocupa no DDC.

Se houve épocas em que o autor era considerado canônico, nos séculos XVII e XVIII, começou-se a produzir um anonimato de autoria nos discursos científicos, já que não era mais o autor (indivíduo que os produziu) que lhes garantia legitimidade e sim a inserção desses discursos num conjunto sistemático de teoria (cf. Foucault, 1969 b). É a ciência delimitando seu espaço social enquanto legitimadora do saber, produtora de efeitos de verdade em detrimento da legitimidade do inventor, em sua função de autor. Nessa época, então, a função-autor era apagada, ou pelo menos, tentava-se apagá-la, diante do anonimato de uma verdade estabelecida. Resumindo, então, para Foucault (1969b)

"a função-autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos; não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas da civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários "eus" em, simultâneo, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem ocupar" (1992:56-7).

Importa destacar dessa citação que Foucault não vê a função-autor como uma função empírica do discurso, mas que pode remeter a diferentes posições-sujeito, assim como na Análise do Discurso.

Um ano mais tarde, em 1970, na aula Inaugural do Collège de France, quando falava sobre a ordem do discurso, Foucault (1970) retoma essa questão e acrescenta o que ele chamou de *princípio de autoria*. Para ele, o princípio de autoria consiste no autor como princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações; o autor como base de coerência do discurso. Porém, o princípio de autoria para Foucault não vale para qualquer discurso, nem de forma constante.

Embora Pêcheux não tenha nos deixado uma reflexão mais aprofundada acerca da noção de autoria, há quem, na teoria da AD, discuta tal noção. Orlandi (1996a) retoma as reflexões foucaultianas acerca do autor e produz, na teoria da AD, uma discussão própria. Discorda de Foucault em relação à especificidade atribuída a esse princípio, afirmando que, para ela, o princípio de autoria é geral. O texto pode não ter um autor específico, mas sempre se imputa uma autoria a ele, já que a própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio de autoria (cf. Orlandi). Então, o princípio de autoria é necessário para qualquer discurso e está na origem da textualidade.

Ainda tratando das aproximações de Foucault com a AD, gostaria de retomar a noção de escrita. Podemos pensar, a partir da reflexão de Foucault acerca dessa noção, a escrita como uma **materialidade discursiva lacunar**, que é preenchida pelas posições autor e leitor, embora, muitas vezes, o autor está ausente, como diz Foucault. Mas trata-se de uma ausência virtual, já que, para que a escrita se produza, faz-se sempre necessário um sujeito-escritor. Assim, autor e leitor são posições distintas de um mesmo processo - a escrita, a qual pode ser considerada uma materialidade lacunar porque abriga em sua constituição a alteridade do sujeito, já que a duplicação da posição-autor é condição de possibilidade para que ela se dê. Logo, a escrita não pode ser tomada simplesmente como um instrumento de comunicação, mas como um *exercício que põe em marcha operações que sustentam e desdobram a própria constituição do sujeito (...) na dimensão inconsciente de suas estruturas* (Rickes, 2002:66). Tais estruturas são colocadas em movimento na experiência da escritura, uma vez que o sujeito se desdobra nas funções autor e leitor. Assim, segundo Rickes (op. cit), *a escritura é o rastro deste movimento. É marca, cicatriz, da colocação em marcha das estruturas inconscientes*. Eis mais uma aproximação, desta vez, com um viés psicanalítico.

Birman (1996), ao refletir sobre a questão da escritura na psicanálise, também traz a dimensão do inconsciente para o interior do processo de escrita. O autor aponta para duas perspectivas nas quais pode se produzir a experiência do

inconsciente, a partir da escritura. Pela primeira perspectiva, *o texto teria em si mesmo esta possibilidade de produção, por suas características formais, sendo então marcada na escritura a virtualidade da experiência do inconsciente*. Pela segunda, *a experiência pontual se produziria pelo encontro singular de um leitor com um texto, a partir do qual um enlace crucial se realizaria, independente do caráter formal do texto* (1996: 73). Inconsciente aqui tomado pelo autor enquanto um *efeito do discurso*, que aponta para o descentramento do sujeito e o seu caráter eminentemente fragmentado. Esse encontro singular do leitor com o texto, do qual nos fala Birmam, remete à idéia do leitor na posição de intérprete, como o outro da escritura que *é impelido a costurar os fragmentos dispersos do texto* (op. cit). O leitor, nessa posição, *se apropria da escritura à sua maneira, de forma singular transformando o familiar em não familiar e o não familiar em familiar* (1996: 82), de modo que o texto diga-lhe coisas que ultrapassam em muito a literalidade dos seus enunciados. Ratificamos, assim, a noção da escrita como uma materialidade discursiva permeada de lacunas, as quais são produzidas por quem escreve, justamente pela condição de alteridade desse sujeito, e são preenchidas, ainda que ilusoriamente, por quem lê.

A escrita/o texto do discurso de Divulgação Científica é um bom exemplo desse processo, dessa materialidade lacunar. Vejamos: o jornalista, ao assumir a função-autor desse texto, é constituído tanto pela alteridade do cientista quanto do leitor. Isso sem mencionar o discurso da mídia que aí também intervém. Portanto, trata-se de uma escrita esburacada, cheia de lacunas que busca no outro³⁷ o preenchimento desses vazios para que se dê a compreensão dos sentidos. E, quando esse preenchimento não acontece, se dá a *interincompreensão*. De qualquer forma, o texto continua lacunar, visto que há diferentes possibilidades de sentido, conforme o encontro singular de cada leitor com o texto e, por sua vez, com o seu autor. E, por ser lacunar, é que pretende produzir um efeito de sentido único e verdadeiro.

Passemos à reflexão foucaultiana acerca do poder. Entendo que tal reflexão poderá ser produtiva para a minha discussão em torno das relações de poder que

³⁷ O outro aqui pode ser tanto o leitor comum, como o leitor cientista, ou ainda, a leitura da mídia, a qual faz um movimento de administrar os sentidos para que eles não deslizem, não escapem do seu controle.

atravessam o discurso de Divulgação Científica e são sustentadas pela academia, enquanto instituição que representa a ciência, e pela mídia, enquanto instituição que é representada pelo jornalista; ambas preocupadas com os efeitos de verdade que devem emergir dos discursos nela produzidos. E, para mostrar o funcionamento dessas relações de poder na mídia, cito Mariani (1998). Segundo a autora, *a ordem do discurso jornalístico, com seu sistema de exclusões e limites, marcada por um tipo de relação com a verdade-da-informação, está relacionada por um lado com a ilusão referencial da linguagem e, por outro, com seu próprio processo histórico de constituição* (1998:67). Assim, o discurso jornalístico e, por sua vez, o discurso de Divulgação Científica, os quais são produzidos pela mídia, já carregam, em sua constituição, *uma memória da própria instituição da imprensa agindo na produção de notícias. Memória que atua como 'filtro', na significação das notícias* (Ibidem). Eis o processo de controle do dizer, materializado, entre outras coisas, pelas relações de poder, pelas normas institucionais e que funciona de forma muito parecida na ciência. As instituições, assim, servem para modelar as práticas sociais e, conseqüentemente, as práticas discursivas existentes.

No conjunto de suas obras, Foucault dá uma atenção especial aos temas da verdade e do poder, os quais ele considera como sendo constitutivos do saber científico. Conforme nos mostra Carrion (1985) em seu artigo intitulado "Decisão Racional e Diálogo: da epistemologia à genealogia", a verdade, em Foucault,

"é gerada não como fruto único e necessário do diálogo ideal, mas como produto, instável e contingente, de um precário equilíbrio de forças, cujo permanente confronto é constitutivo do campo social. A pluralidade legítima de interesses inconciliáveis, entre os quais não há como arbitrar racionalmente é sustentada: as relações de poder passam a desempenhar uma função constitutiva em relação ao saber socialmente sancionado" (1985:51).

Assim, a concepção tradicional da verdade científica, neutra e objetiva, se torna *irresgatável*, já que as relações de poder não estão separadas do campo do saber científico e a verdade está em constante confronto nessas relações. Para Foucault, a disciplinariedade, que é onde circula o saber científico, é um conjunto de técnicas de subjetivação que funciona como uma matriz de fundo e, por si só, impõe ao

corpo, que é objeto das disciplinas, determinados códigos de permissão e de interdição e maneiras muito peculiares de pensar o mundo.

Isso significa que a questão do poder e da verdade está inserida nas mais diferentes disciplinas que compõem, por exemplo, o currículo de uma determinada instituição, o que produz determinados efeitos de sentido, construídos a partir da ordem do histórico e do social. O sujeito, inserido nessa ordem disciplinar, por sua vez, é um efeito, uma construção do poder. A educação escolarizada é um exemplo da fabricação desse sujeito, pois dissemina um novo indivíduo numa nova configuração social, bem como estabelece várias conexões entre poder e saber. Disso podemos deduzir que a escola, do Ensino Fundamental ao Superior, é uma instituição disciplinadora. E a ciência, tomada enquanto saber institucional, a regula e controla em diferentes instâncias (salas de aula, projetos de pesquisa, laboratórios).

Assim também Foucault, em sua obra "Microfísica do Poder", concebe a noção de instituição: trata-se da dimensão de normatização ou disciplinarização constitutiva da ordem de possibilidades de um discurso. Então, a legitimação da instituição se dá pelas práticas discursivas que ela sedimenta, ao mesmo tempo em que nela são sedimentadas. Mariani (op. cit), baseada em Foucault, chama instituição o *fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais. São práticas discursivas e não discursivas que se legitimaram e institucionalizaram, ao mesmo tempo em que organizam direções de sentido e formas de agir no todo social* (1998:71).

Ainda Foucault, em "Microfísica do Poder", considerando as práticas discursivas institucionais, afirma que

"A verdade não existe fora do poder ou sem poder (...). a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos

que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro" (2000:12).

Percebemos, a partir dessa citação de Foucault, que assim como o poder está relacionado às formas de verdade, estas estão relacionadas a uma formação social determinada, que integra uma sociedade. Deixemos claro, no entanto, seguindo o pensamento de Foucault, que tais relações de poder são historicamente constituídas. Por isso, não podemos pensar no poder como uma forma única, global, totalitária; mas sim como uma prática social que só funciona e se exerce em *rede*, isto é, para que o poder e/ou as relações de poder se constituam, é preciso que alguém detenha, comande e domine tais relações, assim como se faz necessário alguém que se submeta, assujeitando-se e cumprindo as ordens impostas e determinadas por aqueles que estão no topo dessas relações.

É nesse espaço da rede de relações dominador/dominado que surgem as formas de resistência, representadas pelas lutas, pelas relações de forças travadas, desencadeadas no interior da própria rede de poder. Portanto, *onde há poder, há resistência* (Foucault, op. cit.), a qual não é marcada por um lugar específico, mas por ponto móveis e transitórios que se distribuem por toda a estrutura social. Conforme nos mostra Gregolin (2004), ao analisar o poder em Foucault,

“Para Foucault, o fato de haver uma “disciplinarização”, de ter sido necessário desenvolver mecanismos de controle e de vigilância contínuos demonstra que os sujeitos lutam. Dessa luta deriva, como consequência, o fato de que nenhum poder é absoluto ou permanente, ele é, pelo contrário, **transitório e circular**³⁸, o que permite a aparição de fissuras onde é possível a substituição da docilidade pela meta contínua e infindável da libertação dos corpos. O exercício do poder (...) se elabora, transforma-se, organiza-se, dota-se de procedimentos mais ou menos ajustados” (2004:136).

Então, é na relação entre o sujeito (nem totalmente assujeitado, tampouco totalmente livre) e o poder que surgem as formas de resistência. Pensemos no discurso de Divulgação Científica como um espaço de poder e, conseqüentemente, como um espaço onde também se exercem as resistências. Tanto a mídia como a

³⁸ O grifo é meu.

ciência se marcam nesse discurso como instâncias de poder, embora de maneira diferenciada. A ciência procura exercer o seu poder sobre a mídia, tentando controlar, impor os limites do dizer científico, para que nenhum enunciado, escrito pelo jornalista, produza um sentido indesejado, que escape da verdade e do saber objetivo. A mídia, por sua vez, resiste a esse poder, também impondo a sua verdade, a sua interpretação sobre os fatos científicos, para que as matérias, publicadas pelas revistas, atinjam o seu público-leitor. Temos aí funcionando, então, duas fortes instâncias de poder, as quais resistem, lutam como podem, através do sujeitos que a representam, a partir do lugar social que ocupam, para administrar os sentidos do discurso de Divulgação Científica.

Pensar as relações de poder como constitutivas do saber científico, incluindo aí as formas de resistência e verdade, significa deslocar tais relações para o plano histórico e social e, mais do que isso, significa que devemos considerar tais planos como elementos importantes para a constituição do sentido do discurso científico. E eu incluo aí, nessas relações entre o histórico e o social, a questão da ideologia, o que aponta para o fato de que a ideologia não exclui as relações de poder. Pelo contrário, as relações de poder e a ideologia estão imbricadas, complementam-se, funcionam na mesma materialidade lingüística. E é desse modo que vou tratar esses conceitos neste trabalho.

Roberto Machado (2000), na introdução de "Microfísica do Poder", obra de Foucault por ele organizada, ratifica, em parte, essa idéia,

"Todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios de saber. A investigação do saber não deve remeter a um sujeito de conhecimento que seria sua origem, mas a relações de poder que lhe constituem. Não há saber neutro. Todo saber é político. E isso não porque cai nas malhas do Estado, é apropriado por ele, que dele se serve como instrumento de dominação, descaracterizando seu núcleo essencial. Mas porque todo saber tem sua gênese em relações de poder. O fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber" (2000: XXI).

Esclareço, então, a partir da citação, por que ela ratifica parcialmente a minha reflexão acima. Em primeiro lugar, não há distinção entre conhecimento científico e ideológico. Entendo que todo o conhecimento é ideológico, portanto, o científico também o é. E é ideológico, justamente por estar atravessado pelas relações de poder, pelas condições políticas - que também são históricas e ideológicas - que o constituem. Assim, afirmo com o autor que não *existe saber neutro* e complementarista destacando que todo saber é ideológico, já que o político se insere no ideológico. Portanto, saber e poder andam junto, complementam-se e materializam-se no discurso científico, que é atravessado pela ideologia. Então, podemos dizer que saber é poder? E que poder é saber? Não necessariamente. Às vezes, esses dois campos assumem posições antípodas, pois, nem sempre, um sujeito que ocupa uma instância de poder ocupa, necessariamente, um lugar de saber. E vice-versa. Como Foucault, eu diria que o poder pode ocupar diferentes instâncias sociais, exercendo-se em *rede*, e o saber pode ser uma dessas instâncias. De qualquer forma, vale lembrar que, segundo a imagem dominante da ciência, sustentada socialmente, ela é sim uma instância de poder e verdade. Por outro lado, há alguns campos de saber, que não são dominantes, que não se intitulam uma instância de poder e, por sua vez, não ocupam um lugar de verdade.

Foucault (1969a) em "Arqueologia do Saber" afirma que é no espaço de ação em que a ciência se inscreve num determinado elemento de saber que se especificam as relações da ideologia com as ciências. Diz ele: *a influência da ideologia sobre o discurso científico e o funcionamento ideológico das ciências não se articulam no nível de sua estrutura ideal, nem no nível de sua utilização técnica em uma sociedade, nem no nível da consciência dos sujeitos que a constroem; articulam-se onde a ciência se destaca sobre o saber* (1997:209). Enfim, para Foucault, a ideologia é uma prática discursiva entre outras, que não exclui a cientificidade, mas que exerce uma influência sobre o discurso científico. Reforço aqui, mais uma vez, a posição já apresentada e que representa a minha inscrição no modo como, atualmente, se concebe a ideologia, na perspectiva da AD. A questão da ideologia não deve ser tratada como influência ou

simplesmente como prática discursiva e sim como um elemento constitutivo do discurso, que é produzido por um sujeito não só ideológico, mas histórico e socialmente constituído. Então, não se trata de uma influência ideológica e sim de um discurso constitutivamente ideológico.

Ainda gostaria de enfatizar que não vejo a ciência se destacando sobre o saber, devido à influência da ideologia, já que ambos - saber e ideologia - são inerentes à ciência. A ciência só é considerada como tal, isto é, só tem o estatuto de ciência porque se identifica com um saber, que, carregado de ideologia, se torna legítimo através do discurso científico. Ou, nas palavras de Foucault (op. cit.), *não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma* (1997:207).

No entanto, a questão do ideológico, do histórico e do social, que é onde estão inscritas as relações de poder, não podem ser tratadas separadamente, tampouco como algo exterior à prática discursiva. Por isso, tais questões não são alheias ao discurso científico. Ao contrário, **a ideologia, a história e o social constituem a prática discursiva do fazer científico, na qual as relações de poder encontram-se em confronto**. Imbuído nessas relações de poder e resistência, as quais estão inscritas numa determinada conjuntura histórica-social e ideológica, está o autor do discurso científico, que é afetado por essas relações, justamente por pertencer a uma determinada formação social. Dele é cobrado a responsabilidade da unidade do texto, da clareza, da não-contradição, entre outras coisas. É exigido do autor *uma relação institucional com a linguagem* (cfe. Orlandi, 1996a), o que nos faz retornar à questão da verdade ligada ao poder institucional. Retomando Foucault (1969a): *Só pertencem a um domínio de cientificidade as proposições que obedecem a certas leis de construção* (1997:207). Isso, então, nos remete às relações de força travadas no interior da rede de poder e, conseqüentemente, às formas de resistência.

Para Foucault, o **poder** não está centralizado em um determinado aparelho da sociedade, mas está pulverizado em todas as esferas da sociedade. Assim, *em*

qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social (...) estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso (2000: 179).

Observamos, a partir dessa citação, que Foucault relaciona o exercício do poder à produção de um discurso, que, por sua vez, produz uma verdade. Então, *somos obrigados pelo poder a produzir a verdade*. Trazendo essa reflexão de Foucault para a perspectiva da Análise do Discurso, podemos pensar que as relações de poder funcionam, discursivamente, através das posições que o sujeito ocupa em determinado discurso, já que, ao ocupar uma posição, seja ela dominante ou não, ele está se identificando com determinados saberes, os quais estão atravessados pelas relações de poder, que são também ideológicas.

Além disso, a posição que o sujeito ocupa em um discurso revela o lugar de onde ele fala, o papel que ele desempenha e o saber com o qual ele se identifica num determinado momento histórico e social e numa determinada conjuntura. Ora, aí imbricadas estão as relações de poder, exercendo uma influência sobre a posição que esse sujeito ocupa, sem se dar conta.

2.3. AS FORMULAÇÕES DE PÊCHEUX

Assim como as reflexões de Bakhtin e Foucault em torno da linguagem, os estudos da Escola Francesa de Análise do Discurso, preconizados por Michel Pêcheux, também se voltaram para as questões em torno do Materialismo Histórico, promovendo uma ruptura nos estudos lingüísticos vigentes na época - década de 60. O ideológico passa a ser contemplado nos estudos da linguagem e a questão do sentido passa a ser considerada primordial na interpretação dos discursos. Um sentido que não é literal, nem transparente, mas é incompleto, opaco e que produz diferentes efeitos, conforme as condições sócio-históricas e ideológicas em que o discurso está inserido.

Passo à discussão de alguns conceitos da teoria do discurso, formulados por Michel Pêcheux e que serão essenciais para o presente trabalho. E início com o conceito de Formação Discursiva, já discutida pelo viés foucaultiano.

2.3.1. FORMAÇÃO DISCURSIVA

Como já mencionei, Pêcheux & Fuchs (1975) retomam o conceito de Formação Discursiva de Foucault, propondo que pensemos essa noção a partir do conceito de Formação Ideológica (FI doravante), o que já marca uma diferença em relação ao conceito proposto por Foucault, qual seja: a inscrição do ideológico. A FI constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas relacionam-se com as posições de classe. Elas comportam necessariamente uma ou várias formações discursivas interligadas, as quais determinam *o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura* (1997: 166), excluindo ou apagando, por sua vez, o que não pode e não deve ser dito.

É importante, portanto, considerar as construções nas quais palavras e/ou enunciados se combinam, pois *elas mudam de sentido segundo as posições adotadas por aqueles que as empregam* (Pêcheux & Fuchs, *ibidem*), ou seja, as palavras mudam de sentido ao passarem de uma FD para outra. Isso está relacionado também com as diferentes posições que o sujeito vai assumir no discurso, pois a posição que ele assume está diretamente ligada com a FI e FD em que ele (o sujeito) está inscrito.

Por isso, podemos afirmar que a FD é o lugar específico da constituição dos sentidos e da identificação do sujeito, já que ela é a manifestação, no discurso, da materialidade ideológica. A noção de FD representa, na AD, um lugar central de articulação entre língua, memória e discurso. Segundo Pêcheux (1975), *os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes* (1995:161).

Pêcheux e Fuchs (1975) afirmam que *o 'sentido' de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente a esta ou àquela formação discursiva* (1997:169). Portanto, para que uma seqüência discursiva seja dotada de sentido, ela deve pertencer, necessariamente, a uma FD. E isso explica também o fato de que uma mesma seqüência pode produzir diferentes efeitos de sentido, conforme a FD em que ela se inscreve.

As diferentes FIs materializam-se nas diferentes FDs, pois a visão de mundo não existe desvinculada da linguagem. Assim, as FDs representam, na ordem do discurso, as FIs que lhes correspondem na ordem do interdiscurso. Interdiscurso entendido por Pêcheux (1975) como o *todo complexo com dominante* das formações discursivas, onde habitam as desigualdades, as contradições, o *non-sens*, enfim, todos os objetos de saberes, todos os dizeres. A FD está inscrita no interior do interdiscurso enquanto memória do dizer, sendo o interdiscurso o lugar onde o sentido é construído pelo sujeito através da lembrança, mas também do esquecimento. E, ao se (des)identificar com determinados saberes que circulam no interdiscurso, é que o sujeito vai se inscrever e inscrever o seu dizer numa determinada FD.

Cabe ainda destacar que a noção de FD, na teoria discursiva, é atravessada por três momentos. Num primeiro momento, em 1969, quando se falava em análise automática do discurso, a FD era vista como um conjunto de regras de formação marcadas pela homogeneidade. Por isso, falava-se em diferentes FDs, separadas umas das outras, sem nenhum elo de ligação entre elas. Tratava-se, portanto, de uma FD homogênea. Num segundo momento, a partir de 1975, Pêcheux propõe o *todo complexo com dominante das formações discursivas*, no qual uma é dominante enquanto as outras mantêm uma relação de dependência, sendo assujeitadas à FD dominante. Com Courtine, em 1981, inaugura-se um novo momento na noção de FD. Não se trata mais de um complexo de FDs com dominante, mas de uma FD heterogênea, onde há lugar para o diferente, para o contraditório. São diferentes posições-sujeito que se entrecruzam no interior de

uma mesma FD heterogênea. As fronteiras desta FD são fundamentalmente instáveis, admitem deslocamentos e não possuem um limite traçado de forma definitiva. Trata-se de fronteiras porosas, esburacadas, intervalares.

Em "Définitions d'orientations théoriques et construction de procédures en Analyse du Discours", Courtine redefine FD, dizendo que *uma FD não é só um discurso para todos, não é também a cada um seu discurso, mas deve ser pensada como dois (ou mais) discursos em um só* (1982: 245). Temos, então, a *contradição* como elemento constitutivo de toda FD, que é considerada *heterogênea em relação a si própria*. É esta última noção de FD, apresentada por Courtine, que tomarei como referencial para o presente trabalho. Uma FD em que há lugar para as contradições, para a oscilação de diferentes posições-sujeito e para os diferentes efeitos de sentido. Portanto, heterogênea e com fronteiras instáveis, que abriga lacunas, intervalos.

E a formação discursiva do discurso de Divulgação Científica? Como ela se configura? O que marca as suas fronteiras?

Assim como o próprio discurso de Divulgação Científica se constitui num espaço heterogêneo e intervalar, a FD que abriga esse discurso deve ser considerada, acima de tudo, constitutivamente heterogênea. Heterogênea e também intervalar, já que contempla, em seu interior, o imbricamento de, pelo menos, três ordens de saberes: a ciência, a mídia e o senso comum.

Trata-se de uma FD onde se entrelaçam diferentes discursos - o discurso da ciência, o discurso jornalístico e o discurso da não-ciência ou do cotidiano. E o discurso de Divulgação Científica se inscreve no entremeio de todos esses outros discursos. Por isso, se configura como um espaço intervalar, trabalhando a heterogeneidade nos limites do dito e também do silenciado.

Diante de tantos atravessamentos, de tantas ordens de saberes e de discursos, de contradições inclusive, o que regula, então, as fronteiras dessa FD? Tomarei a noção de ciência, segundo o olhar da mídia, como elemento organizador dos saberes dessa FD, que estarei denominando de **FD do discurso midiático de Divulgação Científica**. Explicando melhor: a mídia tem papel fundamental na

construção do discurso de Divulgação Científica, bem como na delimitação da FD que o abriga, já que é ela quem define o que da ciência deve ser divulgado ao público leitor de suas matérias. Então, é conforme a concepção/a imagem que a mídia sustenta e projeta da ciência que determinados estudos vão ser divulgados, "traduzidos" pela linguagem jornalística ao leitor e outros não. É pela intervenção da mídia que se dá o deslocamento, a transformação do dizeres da ordem da ciência para a ordem do senso comum. Assim, o que a mídia considera da ordem da não-ciência faz parte de uma FD antagônica. No entanto, mesmo esse mesmo saber que é considerado da ordem da não-ciência, pertencente a uma FD antagônica, muitas vezes perpassa os dizeres da FD do discurso midiático de Divulgação Científica, mas para ser rechaçado, negado, para mostrar ao leitor que isso não é ciência. Também alguns dizeres da ordem do senso-comum, os quais não são considerados ciência, algumas vezes são mobilizados nesse discurso, com o objetivo de aproximar a linguagem científica da linguagem do cotidiano, do leitor comum. Enfim, trata-se de uma FD extremamente heterogênea, em que há espaço para o múltiplo, para a contradição, para diferentes posições-sujeito e para o atravessamento de diferentes discursos, mas desenhada a partir de uma regularidade - o olhar da mídia sobre o que é ciência. Uma regularidade que, às vezes, resvala, mas que desloca os dizeres sempre para um mesmo efeito, construído a partir da intervenção e do controle da mídia.

E como será o sujeito da AD? E o sujeito da ciência?

2.3.2. A NOÇÃO DE SUJEITO

O sujeito da AD não é o indivíduo, sujeito empírico, mas o sujeito do discurso, que carrega consigo marcas do social, do ideológico e do histórico e tem a ilusão de ser a fonte do sentido.

Pêcheux e Fuchs (1975) propõem a noção de esquecimento, que vai ter uma função essencial na compreensão da ilusão de que o sujeito é a origem do sentido que ele enuncia. Os autores propõem dois tipos de esquecimento:

- Esquecimento nº 1: inconscientemente, o sujeito tem a ilusão de ser a fonte do sentido do seu dizer. Trata-se de uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador, o que significa que ele não pode se encontrar no exterior da FD que o domina;
- Esquecimento nº 2: pré ou conscientemente, o sujeito retoma o seu dizer através da zona do rejeitado, do não-dito no fio do seu discurso. Entende-se por zona do rejeitado tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer, mas que ele não disse ou tudo o que se opõe ao que o sujeito disse. Trata-se de um efeito de ocultação parcial que faz com que o sujeito tenha a ilusão de ser o dono de sua enunciação, isto é, que seja capaz de dominar as estratégias discursivas para dizer o que quer.

É nessa ilusão que os mecanismos sintáticos de enunciação jogam fortemente. Daí resulta a distinção feita por Pêcheux e Fuchs entre base lingüística (esquecimento nº 1) e processo discursivo (esquecimento nº 2). A AD vai, então, trabalhar essa ilusão do sujeito como origem, através dos processos discursivos, mostrando que nem a linguagem, nem o sentido são transparentes. Apesar do sujeito não ser a fonte nem a origem do sentido, ele carrega consigo essa ilusão. Por isso, trabalha-se, na teoria da AD, os efeitos de evidência da "unidade do sujeito" e da "transparência do sentido".

Pêcheux (1975) em "Semântica e Discurso" afirma que o lugar do sujeito não é vazio, sendo preenchido por aquilo que ele designa de *forma-sujeito*, ou sujeito do saber de uma determinada FD. É, então, pela forma-sujeito que o sujeito do discurso se inscreve em uma determinada formação discursiva, com a qual ele se identifica e que o constitui enquanto sujeito. E, conforme o que nos aponta

Pêcheux (op. cit), *a forma-sujeito tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, ela simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro “já-dito” do intradiscurso, no qual ele se articula por “co-referência”*(1995: 167). Assim, a forma-sujeito realiza a *incorporação-dissimulação* dos elementos do interdiscurso, o que aponta para o efeito de unidade /evidência do sujeito. E é efeito porque essa unidade é apenas imaginária. Ao tomarmos, por exemplo, o sujeito do discurso de Divulgação Científica é, via forma-sujeito, que ele “vai” ao interdiscurso - lá onde circulam tanto os saberes da ciência quanto os do senso comum - recorta, incorpora o que lhe interessa desses diferentes saberes, identificando-se com a FD do discurso midiático de Divulgação Científica, e traz os enunciados pertencentes a esses saberes à ordem intradiscursiva, linearizando-os no fio do discurso e materializando, assim, um discurso que pretende divulgar ao leitor - embora faça todos esses movimentos inconscientemente, isto é, sem se dar conta disso.

E Pêcheux (1975) confirma esse caráter ilusório da forma-sujeito, ao retomar essa noção na conclusão de “Semântica e Discurso”. Diz o autor: *A forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o non-sens da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira* (1995: 266), o que nos aponta para algo que é bem conhecido na AD: o sentido só se produz pela relação do sujeito com a forma-sujeito do saber e, conseqüentemente, pela identificação do sujeito com uma determinada FD.

E Pêcheux (op. cit) chama de *posição-sujeito* a relação de identificação entre o sujeito enunciativo e o sujeito do saber (forma-sujeito). Courtine (1982) retoma as reflexões de Pêcheux acerca da forma-sujeito e, por sua vez, da posição-sujeito e propõe, a partir da noção de FD heterogênea - já apresentada no item anterior - que pensemos a *descrição de um conjunto de diferentes posições de sujeito em um FD como modalidades particulares de identificação do sujeito da enunciação com o sujeito do saber, considerando os efeitos discursivos específicos que aí se relacionam*³⁹ (1982:252). E, para pensar o funcionamento da posição-sujeito, Courtine (op. cit) trabalha com a noção de

³⁹ A tradução é minha.

enunciado dividido. Assim, diz ele, a especificidade da *posição-sujeito* se dá no *funcionamento polêmico do discurso* em que o sujeito universal (ou sujeito do saber) é interpelado e se constitui em sujeito ideológico e, ao se identificar com o sujeito enunciador, assume uma posição. Então, diferentes indivíduos, relacionando-se com o sujeito de saber de uma mesma FD, constituem-se em sujeitos ideológicos e podem ocupar uma mesma ou diferentes *posições*. Assim, aquela mesma forma-sujeito do discurso de Divulgação Científica, ao materializar os saberes vindos do interdiscurso, pode ocupar diferentes posições de sujeito no discurso⁴⁰, ora se identificando com o saber da ciência, ora com o que ele julga ser o saber do leitor, ora...

Segundo os pressupostos teóricos da AD, não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Este é o princípio básico da noção de sujeito em AD. Assim, o sujeito é, desde sempre, afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. A AD parte do pressuposto de que o sujeito não é fonte do sentido, mas se forma por um trabalho de rede de memória, acionado pelas diferentes formações discursivas, que vão representar, no interior do discurso, diferentes posições-sujeito, resultado das contradições, dispersões, descontinuidades, lacunas, pré-construídos, presentes nesse discurso. E o discurso de Divulgação Científica é um bom exemplo de discurso heterogêneo, que contempla diferentes posições-sujeitos em seu interior.

O sujeito em AD, não é nem totalmente livre, nem totalmente assujeitado, movendo-se entre o espaço discursivo do um e do outro, entre a incompletude e o desejo de ser completo. A AD reconhece no sujeito um caráter contraditório que, marcado pela incompletude, anseia pela completude, pela vontade de querer ser inteiro. Assim, numa relação dinâmica entre identidade e alteridade, o sujeito é ele

⁴⁰ Para pensar o funcionamento da posição-sujeito no presente trabalho, eu propus uma nova categoria de análise - o lugar discursivo - que se inscreveria no entremeio da forma e da posição-sujeito. Assim, para pensar o funcionamento do sujeito do discurso de Divulgação Científica, teríamos o seguinte imbricamento: o sujeito do discurso se relaciona com a FD via forma-sujeito e, por sua vez, se relaciona com a forma-sujeito via lugar discursivo. E, no movimento entre o lugar discursivo e a forma-sujeito, é que se dá a identificação com determinadas posições-sujeito. Ver detalhamento dessa categoria analítica no capítulo 5 do presente trabalho.

mais a complementação do outro. O centro da relação não está nem no eu, nem no tu, mas no espaço discursivo criado entre ambos.

O sujeito da ciência, por sua vez, também não pode ser tomado como um sujeito empírico, interno e individual, que tem uma função totalizante. É preciso, segundo Henry (1992), que esse sujeito contemple, em sua constituição, *a dimensão da história*. Caso contrário, reduziremos também a dimensão do conhecimento ao empírico, ao objetivo, encarnando, assim, *uma concepção ainda abstrata, idealista, de objetividade da verdade científica* (1992: 126). A posição de um sujeito da ciência não é uma posição universal, mas a posição de um sujeito histórico, assujeitado ideologicamente, por ocupar um lugar na formação social que o constitui. No caso do presente estudo, esse sujeito da ciência pode ocupar tanto o lugar social de cientista, como de jornalista, divulgador da ciência, ou ainda, de cientista, no papel de divulgador.

Henry afirma que *a categoria de "sujeito da ciência" ou de "sujeito do conhecimento" é uma categoria genérica constitutiva das ideologias teóricas nas quais e pelas quais, na prática científica, é produzida a evidência da verdade e da objetividade científicas como tais, através da determinação do tipo de provas admitidas, das formas de exposição e de argumentação consideradas como rigorosas etc...* (1992: 137). Realmente, a categoria de sujeito da ciência é uma categoria que se pretende universal e, por sua vez, pretende produzir evidências de sentido. Mas, ao considerarmos que tanto o sujeito quanto o discurso da ciência estão inscritos em determinadas condições históricas e ideológicas, a evidência do sentido verdadeiro e a pretensão de universalidade do sujeito tornam-se apenas efeitos, já que o sentido não é transparente, nem o sujeito é uno. Nas palavras de Henry (op. cit), *toda noção de "sujeito da ciência" deve ser considerada como sendo um efeito ideológico particular (suscetível de tomar diversas formas históricas), resultando de um desdobramento da forma-sujeito*⁴¹ (1992: 143-44). Assim como o sujeito, o sentido

⁴¹ Esse desdobramento da forma-sujeito da ciência, proposto por Henry, se aproxima do modo como estou propondo pensar o lugar discursivo. Ou seja, a forma-sujeito da ciência, ao desdobrar-se, pode resultar na inscrição em diferentes lugares discursivos no discurso de Divulgação Científica: o de jornalista científico, o de editor e o de cientista divulgador.

também *se constitui enquanto efeito ideológico* na relação entre palavras, textos, discursos. Logo, sujeito e sentido se constituem mutuamente no discurso científico e, conseqüentemente, no de Divulgação Científica.

Orlandi (1990) afirma que a relação do sujeito com a linguagem é uma relação contraditória, em que há uma dupla determinação: do enunciado pelo sujeito e deste pela sua relação com a exterioridade, seu contexto sócio-histórico. Com efeito, para que o seu discurso tenha um sentido, o sujeito se identifica com uma determinada FD, que se relaciona com outras FDs, e inscreve o seu dizer no fio do discurso.

Partindo dessa afirmação, podemos dizer que os processos de constituição do sujeito e do sentido estão intimamente ligados, pois no momento em que o sujeito se identifica com uma determinada FD, ao mesmo tempo, ele está construindo sentido(s) para este discurso. A evidência do sujeito esconde sua interpelação (assujeitamento), assim como a evidência do sentido esconde seu caráter material, a historicidade de sua construção. Por isso, o sentido nunca pode ser tomado como literal.

Considerando que a autoria é uma das posições ocupadas pelo sujeito do discurso e que a função-autor é constitutiva de todo e qualquer discurso, passo à reflexão acerca dessa noção. Trata-se, assim como a noção de sujeito, de uma das noções importantes para as análises deste trabalho, já que pretendo observar se o jornalista e o cientista, ao assinarem uma matéria de Divulgação Científica, produzem ou não o efeito-autoria.

Já abordei o modo como Foucault concebe a função-autor, no item em que trabalhei com esse autor no presente capítulo. Esclareci também que, partindo da noção de função-autor de Foucault, Orlandi traz para o interior da teoria da AD essa noção, produzindo alguns deslocamentos. Vejamos.

Para Orlandi (1996a) a função-autor *é aquela em que o sujeito falante está mais afetado pelo contato com o social e suas coerções*. Logo, é a dimensão discursiva do sujeito que está mais determinada pela relação com a exterioridade (contexto sócio-

histórico). E isso significa que as relações de poder e as formas de resistência que se exercem nesse contexto também afetam o sujeito do discurso, enquanto autor, enquanto efeito do lugar social que ele ocupa nessa posição. Então, todas essas relações são constitutivas do discurso e nele se representam pelo princípio de autoria, que é geral, isto é, se dá em todo e qualquer discurso. Eis a principal distinção em relação ao modo como Foucault formulou a noção de função-autor. Portanto, tanto o jornalista quanto o cientista, ao produzirem uma matéria de Divulgação Científica, assumem a função-autor, a qual é inerente à construção do processo discursivo. O texto, que é a materialidade do discurso, e faz parte da construção desse processo discursivo, só pode ser considerado texto se ele produzir sentido. E é o autor quem organiza esse texto.

Seguindo a reflexão de Orlandi (op. cit), dentro dessa perspectiva, o autor é a instância em que haveria um maior "apagamento" do sujeito, já que é da representação do sujeito como autor que mais se cobra a ilusão de ser origem e fonte de seu discurso.

Gallo (1992) ratifica essa idéia, afirmando que

"A assunção de autoria pelo sujeito, ou seja, a elaboração da função-autor consiste, em última análise, na assunção da "construção" de um "sentido" e de um "fecho" organizadores de todo texto. Esse "fecho", apesar de ser um entre tantos outros possíveis produzirá, para o texto, um efeito de sentido único, como se não houvesse outro possível. Ou seja, esse "fecho" torna-se "fim" por um efeito ideológico produzido pela "instituição" onde o texto se inscreve: o efeito que faz parecer "único" o que é "múltiplo", "transparente" o que é "ambíguo" (1992:58).

Esse fecho de que a autora fala se produz no discurso científico, enquanto efeito ideológico produzido pela academia, ou pela 'instituição' ciência. Por se tratar de um discurso que pretende ser verdadeiro e objetivo, esse efeito de sentido único vai ser dominante. E, no discurso de Divulgação Científica, embora ele seja atravessado por múltiplas vozes, o sentido que se pretende também é único. Logo, enquanto efeito esse sentido "único", esse "fecho" vai se produzir sim no DDC,

uma vez que é, justamente, essa ilusão de sentido único, verdadeiro e objetivo⁴² que vai possibilitar ao sujeito-jornalista assumir a função-autor.

E a citação da autora nos remete também à questão da ilusão necessária ao sujeito, ocupando a posição de autor, ser a fonte do seu dizer, dominando-o completamente. A noção de autoria, então, em AD, só se constitui porque o autor se coloca enquanto fonte do dizer, assumindo a responsabilidade do que diz.

Orlandi reflete sobre a noção de autoria também em outras obras suas. Em seu livro "As formas do silêncio: no movimento dos sentidos" afirma que

"o autor é o sujeito que "sabe" que há um interlocutor; um sujeito que deve seguir injunções da racionalidade social, disposições do uso social da linguagem. Se o sujeito abriga, em princípio, opacidades e contradições, o autor, ao contrário, tem um compromisso com a clareza e a coerência: ele tem de ser visível pela sociedade, sendo responsável pelos sentidos que sustenta" (1997:106-07).

Aqui, mais uma vez, a autora reforça a questão da responsabilidade do autor, não só em relação ao dizer (sentido), mas também em relação à sociedade. Nesta última, está incluído o leitor, que é o outro, necessariamente presente, no discurso de quem escreve. Tais responsabilidades aumentam, são mais cobradas, quando se trata do autor de um discurso científico, tendo em vista o estatuto de autoridade que lhe é garantido pela própria sociedade. Essa mesma responsabilidade é igualmente cobrada do jornalista, que divulga a produção da ciência, encarregando-se de torná-la compreensível ao grande público.

Ainda Orlandi, em sua obra "Interpretação", faz uma relação da autoria com a questão da interpretação, afirmando que *o sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável* (1996b:70), o que significa a imputação de mais uma responsabilidade ao autor: a legibilidade do que diz, ou seja, é preciso que o leitor consiga atribuir sentido àquilo que leu. Novamente aqui, mais do que em qualquer outro discurso, o jornalista que assina uma matéria de Divulgação Científica é chamado à

⁴² Vamos observar esse efeito de sentido único nas análises do próximo capítulo do presente trabalho, onde mostro como a mídia, enquanto instituição, intervém para tentar administrar, via sujeito, os sentidos produzidos pelo discurso de Divulgação Científica.

responsabilidade pelo que diz e como diz. Para tanto, o autor *inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer* (Orlandi, op. cit). Assim, segundo a autora, podemos dizer que *a posição-autor se faz na relação com a constituição de um lugar de interpretação definido pela relação com o Outro (interdiscurso) e o outro (interlocutor). (...) O lugar do autor é determinado pelo lugar da interpretação. O efeito-leitor representa, para o autor, sua exterioridade constitutiva (memória do dizer, repetição histórica)* (1996b:74-5).

A partir dessas reflexões da autora, podemos, então, constatar que o sujeito, ao ocupar a posição de autor, se constitui através do movimento que faz entre o que é exterior ao discurso - o interdiscurso enquanto lugar do Outro - e o que lhe é interior - o intradiscurso enquanto lugar da organização da língua e do outro. Quando falo daquilo que é externo ao discurso, não estou querendo afirmar que ele não faz parte da prática discursiva. Muito pelo contrário, trata-se daqueles dizeres, daquelas vozes que não são transparentes e nem estão visíveis aos olhos de um leitor ingênuo, mas que, via interdiscurso, vão ser recuperadas para que os efeitos de sentido do discurso possam ser produzidos. Portanto, são dizeres, vozes constitutivas do discurso e que serão organizadas pelo autor no fio do discurso, isto é, no intradiscurso, ainda que ilusoriamente. O jornalista científico, por exemplo, ao ocupar a posição de autor, vai produzir movimentos entre a forma-sujeito histórica da ciência, da mídia e do senso-comum e, ao recortar determinados elementos dessas ordens de saberes, que estão presentes no interdiscurso, ele historiciza seu dizer, inscrevendo-o no fio do discurso. Cabe ressaltar que todo esse movimento do sujeito entre o inter e o intradiscurso, no qual o jornalista se identifica com determinados saberes da ordem interdiscursiva e, por sua vez, rechaça outros, é um movimento da ordem do inconsciente e que sofre determinações sócio-históricas e ideológicas. E, ao realizar tal movimento, o sujeito do discurso pode ocupar outras posições, além da de autor, conforme o modo como ele se relaciona com as diferentes formas-sujeito mobilizadas na constituição do DDC.

Segundo Pfeiffer (1995) *pensar na função autor é pensar no sujeito - no seu funcionamento. É pensar sob quais condições e formas um sujeito pode funcionar na ordem do*

discurso. É pensar quais são os lugares e quais funções pode ocupar um sujeito em cada tipo de discurso (1995: 52). Sendo a função-autor uma das posições ocupadas pelo sujeito, é na organização do discurso que vamos observar o seu funcionamento, através das marcas lingüísticas presentes no intradiscurso, já que a autoria se constitui historicamente. É ocupando a função-autor que o sujeito do discurso organiza, no nível intradiscurso, as vozes vindas do interdiscurso, criando um efeito de coerência, de unidade para o sujeito, que é constitutivamente heterogêneo e contraditório. Enfim, a função-autor organiza a heterogeneidade, criando o efeito de responsabilidade, coerência e unidade no texto. É, então, a partir da função-autor que se constitui o efeito-autor, que se dá justamente pelo efeito de unidade, pelo efeito de realidade do sujeito produtor do discurso.

Um efeito de unidade/de realidade que é produzido pela relação do sujeito do discurso com a FD em que ele se inscreve e, por sua vez, com a forma-sujeito histórica. Tomemos o exemplo do jornalista científico. Ao se inscrever/se identificar com a FD do discurso midiático de Divulgação Científica, ele possui a responsabilidade de organizar, de inscrever de forma própria, na ordem do intradiscurso, as diferentes vozes, oriundas tanto da ciência quanto do senso comum. Produz, assim, um efeito de unidade, de homogeneidade, ao discurso que produziu. Mas tal efeito sofre a determinação da mídia, que é quem regula os saberes que circulam nessa FD.

Ao deslocar os dizeres da ordem da ciência, o jornalista (re)significa-os para o leitor, produzindo comentários, avaliações e algumas vezes até conclusões a partir desse dizeres, mas nunca uma ruptura. Em alguns momentos, o jornalista até incorpora o discurso científico, apropriando-se de dizeres da ciência e enunciando-os ao leitor como se fossem de sua autoria. Assim, ao produzir todos esses movimentos, o jornalista produz efeitos de autoria própria, conforme vamos poder verificar nas análises do capítulo 5 sobre o lugar discursivo do jornalista.

3. A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS: PREPARANDO AS ANÁLISES

Pretendo, neste capítulo, apresentar o corpus que constitui o objeto de análise do presente trabalho, apontando para as condições de produção em que tal objeto está inserido, bem como para a metodologia construída para o desenvolvimento das análises das seqüências discursivas. Corpus aqui entendido como o material empírico que organiza o discurso de Divulgação Científica. Passemos, então, às condições de produção, isto é, as condições sócio-históricas e ideológicas em que tal discurso é produzido.

3.1. AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

A noção de condições de produção é introduzida por Pêcheux (1969), na teoria discursiva, como uma forma de contemplar as questões da exterioridade e das formações imaginárias⁴³ no processo de constituição de um discurso. Assim, as condições de produção estabelecem relações de força, de poder e de sentido no interior do discurso, mantendo com a linguagem uma relação necessária, não apenas aditiva. Portanto, não se trata de elementos simplesmente externos ao discurso, mas que, mesmo não estando materialmente inscritos no fio do discurso, estão marcados na sua constituição pelo viés, sobretudo, da memória discursiva e do interdiscurso. Por isso, o discurso é marcado pela incompletude, pela dispersão.

O interdiscurso é o lugar onde o sujeito se relaciona com a história e com a ideologia, pelo viés da memória discursiva, identificando-se com determinados saberes e se desidentificando com outros. Inscreve, assim, seu dizer numa determinada FD. É através de todas essas noções da teoria discursiva que as condições de produção vão fazer parte da constituição do discurso, produzindo diferentes efeitos de sentido.

⁴³ Desenvolvo o conceito de formações imaginárias no próximo capítulo.

E quais serão as condições de produção que envolvem a constituição do discurso de Divulgação Científica?

Em primeiro lugar, gostaria de retomar o fato desse discurso se inscrever num espaço discursivo intervalar, onde estão implicadas três diferentes ordens de constituição: a ordem do saber da ciência, da mídia e do leitor, as quais fazem parte das condições de produção que dominam esse espaço. Isso já nos aponta para inserção da Divulgação Científica numa determinada formação social e ideológica.

Por isso, falar no discurso de Divulgação Científica implica resgatar a história da ciência⁴⁴ e o modo como ela se tornou, na sociedade atual, uma mercadoria a ser divulgada.

A necessidade de tornar público o que se produz nas academias e nos laboratórios de pesquisa surge com as transformações do modo de organização social. A sociedade moderna, marcada pelo processo de produção capitalista e pelos avanços científicos e tecnológicos, exige novas posturas em relação ao saber científico. Passa-se, então, a divulgar a ciência como algo que deve estar a serviço da humanidade, produzindo saberes que possam atender as dificuldades e carências de pessoas e instituições, surgidas a partir desse novo modelo social. Assim, o conhecimento científico precisa estabelecer parceria com setores mais amplos da sociedade, entre os quais, destaca-se o jornalismo.

É dentro desse contexto que surge o Jornalismo Científico⁴⁵, o qual tem como principal papel tornar público, numa linguagem acessível, o conhecimento produzido pela ciência. Ou seja, colaborar para a democratização do saber. Dessa forma, a sociedade como um todo passou a dar legitimidade ao saber científico, o qual lhe é divulgado pela mídia. Então, o público-leitor do discurso de Divulgação Científica já o recebe sob a interpretação de duas ordens de constituição: a ciência e a mídia.

Tanto a mídia impressa como a televisiva, sobretudo a partir da década de 70, começam a abrir espaço para a divulgação da ciência. Assim é que surgem as

⁴⁴ No primeiro capítulo deste trabalho, procuro resgatar um pouco dessa história.

⁴⁵ Maiores detalhes sobre o surgimento do Jornalismo Científico, ver o capítulo.

revistas **Ciência Hoje** e **Superinteressante**, as quais constituem o corpus da presente tese.

Considerando tais condições de produção, instigam-me algumas questões, as quais pretendo desenvolver durante as análises a seguir. Quais sejam:

- 1) Afinal, qual é o papel da ciência na sociedade atual? Será mesmo o de democratizar o saber, colocando-o a serviço da humanidade? E o Jornalismo Científico, tem conseguido cumprir a sua missão de contribuir para a democratização desse saber?
- 2) Diante desta nova característica - algo que deve estar a serviço da humanidade - atribuída à ciência na sociedade moderna, será realmente essa a imagem dominante da ciência? Ou a imagem que domina continua sendo a de algo que está sob o efeito do poder e da verdade?
- 3) Como o jornalista, ao projetar uma imagem para a ciência, se relaciona com o dizer da própria ciência, da mídia e do leitor?
- 4) Também o cientista projeta uma imagem à ciência no discurso de Divulgação Científica?
- 5) Como se dá a relação autor/leitor nesse discurso? Projeta-se uma imagem do leitor, de forma a produzir o efeito-leitor? E o efeito-autoria?
- 6) Há diferença entre lugar social e lugar discursivo? Lugar pode ser tomado como sinônimo de posição na constituição do DDC? Se não, a partir de um mesmo lugar, podem operar diferentes posições-sujeito?
- 7) O jornalista se inscreve em um lugar discursivo? Qual? E quais posições-sujeito ele ocupa? E o cientista?
- 8) E o sujeito-leitor? Ele só é construído enquanto efeito ou ocupa uma posição-sujeito própria?

Passemos à apresentação do corpus propriamente dito, bem como da metodologia que construí para proceder às análises, já que, em AD, a metodologia não está dada, tampouco segue um modelo fechado, mas é estabelecida conforme o corpus discursivo e as noções teóricas que serão mobilizadas para cada trabalho.

3.2. O UNIVERSO E OS DOMÍNIOS DISCURSIVOS

A constituição de um corpus discursivo, conforme nos aponta Courtine, *é uma operação que consiste em realizar, através de um dispositivo material de uma certa forma, as hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa*⁴⁶ (1981:24). Dessa forma, a partir de um grande arquivo de diferentes materiais de Divulgação Científica, tanto veiculados pela mídia impressa como pela mídia televisiva, selecionei dois dispositivos materiais, aqui denominados de **domínio 1 e 2**, para realizar as análises deste trabalho, as quais buscam responder aos questionamentos acima propostos, concretizando assim os objetivos da presente pesquisa.

O **domínio 1** é aqui representado pela revista **Superinteressante**; e o **domínio 2** pela revista **Ciência Hoje**. Tais domínios estão inseridos num **universo discursivo** maior, o qual contempla *um conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, ou melhor, interagem em uma conjuntura* (Maingueneau, 1997: 116). Portanto, segundo o autor, esse conjunto é *irrepresentável*, jamais podendo ser concebido em sua totalidade. Sendo assim, tais domínios estão inscritos em uma determinada FD, dentre uma infinidade delas.

É importante ressaltar que o critério de seleção de tais revistas não está baseado num princípio de homogeneidade. Ao contrário, trata-se de revistas diferentes entre si, tanto pelo público que cada uma delas atinge, quanto pelas matérias divulgadas, as quais abordam assuntos distintos, possuem linguagem diferenciada e são assinadas por diferentes autores. O que as aproxima é o fato de ambas se intitularem revistas especializadas em divulgação da ciência e serem

⁴⁶ A tradução é minha.

publicações mensais. Assim, pretendo estabelecer um estudo comparativo, observando se determinados funcionamentos discursivos se repetem ou se funcionam de maneira diversa em cada uma das revistas.

Não só o que precede justifica a minha escolha em trabalhar com esses dois domínios discursivos, mas também o fato de, tanto a revista *Ciência Hoje* quanto a *Superinteressante*, possuírem o mérito de ter contribuído para o crescimento do Jornalismo Científico no Brasil, conforme já expus no capítulo 1.

A **Ciência Hoje**, revista responsável pelas publicações de Divulgação Científica da SBPC, comemorou, em 2002, 20 anos de existência. Trata-se de uma publicação especializada, na qual tanto jornalistas quanto cientistas e alguns alunos universitários escrevem, sem perder de vista o objetivo de divulgar *pesquisas de qualidade*, que revelam *descobertas científicas importantes a boa parte da população letrada*. Tal imagem da revista é ratificada pela própria equipe de redação, conforme podemos verificar no trecho abaixo, retirado da sessão "Carta ao Leitor", da edição de julho de 2002, por ocasião do aniversário de 20 anos da revista:

"Mais do que um simples aniversário. Estamos comemorando 20 anos de **diálogo ininterrupto com a sociedade**⁴⁷. Vinte anos durante os quais apresentamos um retrato - **bastante completo** - da pesquisa brasileira. Vinte anos e 15 mil páginas de histórias, notícias, flashes, opiniões, debates, perfis, arte, humor. Vinte anos e um mosaico de 184 edições com assuntos polêmicos, estudos de fronteira, **descobertas científicas relevantes**. Estamos aqui para dividir esta alegria com aqueles que apostaram no projeto e em sua continuidade, com todos os que acreditam que a ciência pode, sim, ser 'degustada' por **boa parte da população letrada**. E que, para isso, basta um bom tempero. Aquele que *Ciência Hoje* aprendeu a preparar sem igual".

Conforme podemos ler na citação acima, trata-se de uma revista que está preocupada em sustentar uma imagem de um veículo de comunicação comprometido tanto com o público leitor quanto com a ciência oficial, já que ela faz parte da SBPC.

⁴⁷ Os destaques em negrito são meus.

Uma imagem que vem ao encontro da ciência como algo que deve atender aos anseios da população, servindo ao bem-comum, isto é, que está a serviço da humanidade, conforme referi há pouco, e que é ratificada por algumas autoridades, como o ex-ministro da educação e o reitor da Unicamp. Vejamos os depoimentos de tais autoridades, por ocasião da comemoração de 20 anos de Ciência Hoje:

É com grata satisfação que vejo a revista Ciência Hoje comemorar 20 anos de existência. Sua publicação teve um papel importante de reduzir o distanciamento entre o saber científico e o público em geral. Tomara que permaneça conosco por, pelo menos, outros 20 anos (Paulo Renato - ministro da educação. In: Ciência Hoje. Vol. 31, nº 184, julho/2002).

A Ciência Hoje tem cumprido um papel fundamental para a divulgação científica no Brasil. Teve um papel pioneiro no país ao tratar sobre ciência de forma agradável e bem ilustrada, acessível ao público leigo. Manter a operação da revista por 20 anos tem sido um desafio enorme e a SBPC e a equipe da revista estão de parabéns por isto. (Carlos Henrique de Brito Cruz - Reitor da Universidade Estadual de Campinas e Ex-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. In: Ciência Hoje. Vol. 31, nº 184, julho/2002).

Não só a edição da revista, como os leitores, dentre os quais algumas autoridades do campo da ciência, projetam à revista uma imagem de importante divulgadora do conhecimento, das descobertas científicas, comprometida com a seriedade que a ciência exige e, por outro lado, com a simplicidade/acessibilidade que o leitor requer. Resta saber se, nas matérias que ela divulga, a Ciência Hoje consegue, realmente, sustentar tal imagem. Poderemos observar tal funcionamento no decorrer das análises do próximo capítulo.

A revista é, normalmente, composta das seguintes seções: o leitor pergunta; entrevista; mundo de ciência; perfil; em dia; opinião; primeira linha; ensaio; memória; resenha; cartas; mais de uma reportagem de capa e dois ou três artigos de cientistas. Dessas seções, **em dia** é a única seção exclusiva de matérias jornalísticas, isto é, assinadas por um jornalista. Todas as outras podem contar com a contribuição de cientistas, sendo que a **mundo de ciência** está baseada em estudos

realizados no exterior e publicados em revistas científicas, como a Science e Nature. As seções resenha, opinião, ensaio, entrevista e memória, embora abordem temas ligados à ciência, não constituem matéria de divulgação científica. Portanto, não fazem parte do corpus do presente trabalho. Importa ainda ressaltar que *todos os artigos, espontâneos ou encomendados, são avaliados pelos editores de Ciência Hoje e por especialistas da área abordada quanto à qualidade científica e à conveniência de sua publicação*, conforme informação divulgada pela própria edição da revista, em outubro de 2002. Isso significa que, ainda que a função-autor seja atribuída somente ao sujeito que assina a matéria - seja ele um jornalista ou um cientista - há mais de uma função enunciativa implicada na constituição dessas matérias. Além do sujeito-enunciador da ciência, o sujeito-enunciador da revista, que é quem edita a matéria sempre está envolvido na elaboração do discurso de Divulgação Científica, materializado pelos artigos publicados na revista. Portanto, há polifonia, diferentes vozes que fazem parte da constituição de cada texto publicado, embora a revista, sobretudo através da edição das matérias, tente controlar essa heterogeneidade, o que resulta num efeito de homogeneidade ao discurso.

Em relação ao perfil da revista e do público-leitor, lemos, na introdução de uma seção especial, publicada em outubro de 2002, intitulada "Instruções para autores" o seguinte:

"A Ciência Hoje é uma revista de divulgação científica, que pretende apresentar resultados de pesquisas feitas no Brasil e no exterior - de qualquer área do conhecimento científico - para um público amplo e heterogêneo. Os leitores são, em geral, estudantes e professores de ensino médio, universitários e leigos que se interessam por ciência, mas não dominam necessariamente conceitos básicos de todas as áreas. Os textos da revista exigem, portanto, clareza e o máximo de simplicidade".

Embora haja uma diversidade de temas e pesquisas que são divulgadas nas matérias da revista, distribuídas nessas diferentes seções, o que predomina é o campo das ciências exatas e da vida, no qual são incluídas áreas como a medicina, a biologia, a física, a química e a astrofísica. Quanto aos textos, resta-nos a questão:

Qual o limite dessa simplicidade de que nos fala a redação da revista? Eis mais uma questão para ser desenvolvida durante as análises.

Já, a revista **Superinteressante** é composta, exclusivamente, de matérias jornalísticas, o que supõe textos diferenciados dos publicados na *Ciência Hoje*, pelo menos, no que se refere à autoria.

A primeira edição da *Superinteressante* foi lançada em outubro de 1987, cinco anos depois da *Ciência Hoje*, tendo completado, no ano passado, 15 anos de existência. Então, assim como a *Ciência Hoje*, trata-se de uma revista que se consolidou no mercado atual e já faz parte da história do Jornalismo Científico no Brasil.

Ela é composta de dez seções fixas, que possuem um caráter descontraído, apresentando curiosidades ao leitor, algumas relacionadas à ciência, outras não necessariamente. Quais sejam: **superleitor**; **supernovas**, **superintigrante**; **superfantástico**; **superzoom**; **supertech**; **superpapo**; **supercult**; **superlegal**; e **superpolêmica**. Tendo em vista essas características, tais seções não fazem parte da constituição do corpus do presente trabalho. Além dessas seções, a edição mensal da revista apresenta mais quatro ou cinco reportagens de Divulgação Científica, sendo sempre uma dessas a reportagem de capa. Tais reportagens abordam temas bastante variados, os quais são enquadrados em títulos como ciência, medicina, comportamento, mundo animal, cultura, saúde e tecnologia, entre outros, conforme a área científica que está em discussão. Tal diversidade de assuntos não garante, no entanto, à ciência uma imagem isenta dos efeitos de verdade e poder, conforme poderemos verificar nas análises do próximo capítulo.

Os textos dessas matérias são sempre assinados por jornalistas, o que não exclui o saber da ciência da sua constituição. A voz, o dizer dos cientistas é constantemente citado para autorizar o dizer do jornalista. E a linguagem utilizada, de uma maneira geral, é mais acessível do que a empregada na *Ciência Hoje*. Assim, atinge a um público maior, não só pela linguagem, mas também pelas outras seções que a revista dispõe ao seu leitor.

No entanto, mesmo atingindo a um público maior, assim como a *Ciência Hoje*, a *Superinteressante* também tem uma imagem social a sustentar. Na seção **superleitor**, sempre são publicados, em destaque, depoimentos de leitores; entre eles o de um nome famoso, conhecido, como uma forma de corroborar a construção de uma imagem de um veículo de comunicação comprometido, não só com a seriedade, mas também com o entendimento do leitor. Vejamos alguns exemplos:

*A SUPER é uma revista que está sempre em **sintonia com as questões ligadas a meio ambiente, ciência e humanidades*** (Marina Silva, senadora pelo Acre. In: SUPER LEITOR/Superinteressante/abril/2002)

*A SUPER trata de temas aparentemente difíceis usando uma **linguagem simples, que facilita o entendimento***. (Dinho Ouro Preto, Capital Inicial. In: SUPER LEITOR/Superinteressante/junho/2002)

*A SUPER colabora para que **a ciência fique cada vez mais atrativa***. (Milu Villela - Presidente do Faça Parte Instituto Brasil Voluntário. In: SUPER LEITOR/Superinteressante/outubro/2002)

*A matéria sobre o Parkinson está **absolutamente espetacular**⁴⁸ (**POR DENTRO DO MISTÉRIO**, setembro, pág. 76). Lendo-a, em meu consultório, pude dar mais informações a um paciente portador da doença.* (Brunno Beno, médico, Sorocaba, SP. In: SUPER LEITOR/Superinteressante/outubro/2002)

Tais depoimentos revelam a preocupação da revista com a sustentação de uma imagem social positiva, embora possua um público mais diversificado do que a *Ciência Hoje*.

Apresento, a seguir, o que, desses dois domínios discursivos, constitui os recortes, os blocos e o conjunto de seqüências discursivas para as análises do presente trabalho.

⁴⁸ Os grifos são meus.

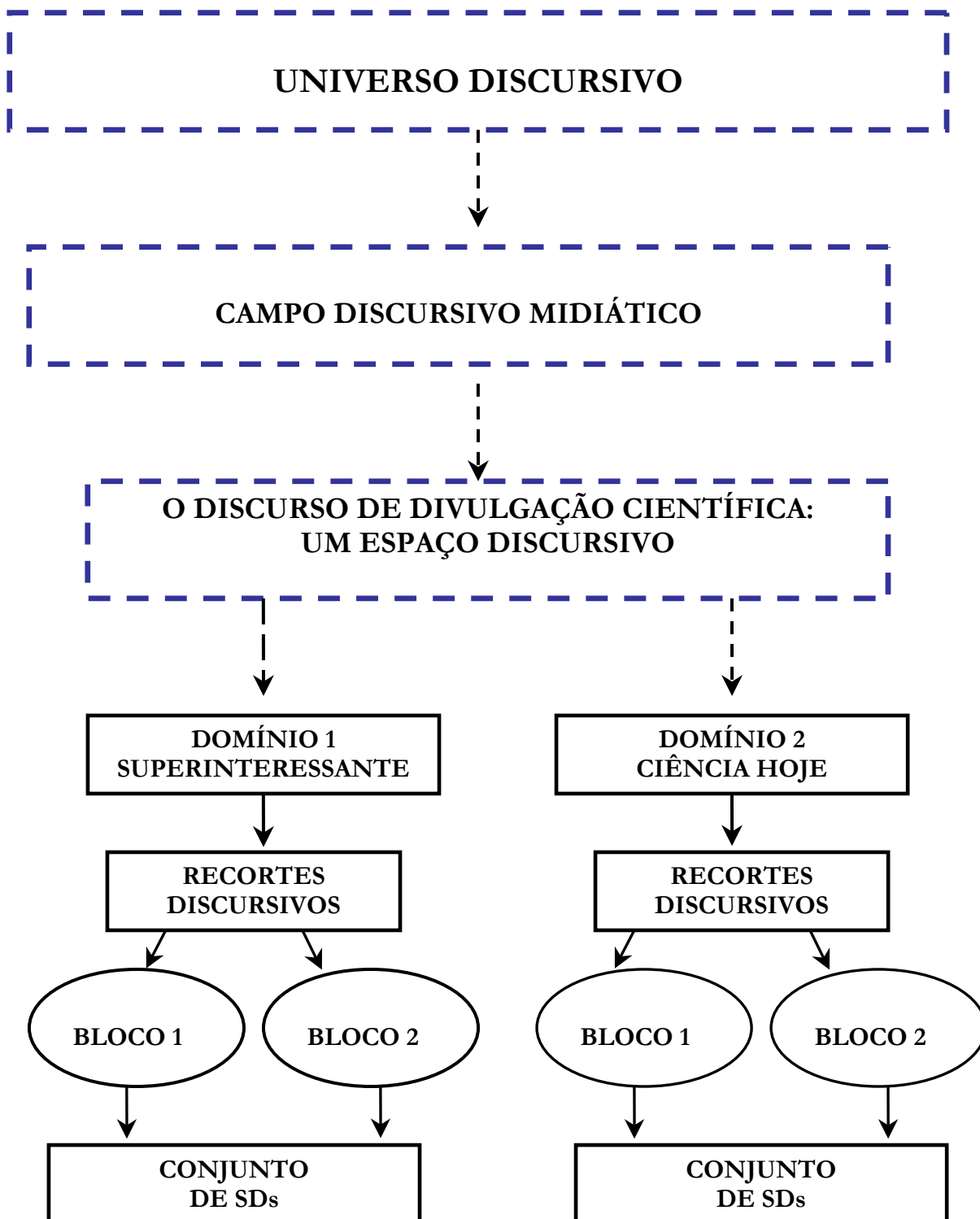
3.3. A CONSTRUÇÃO DOS RECORTES: OS BLOCOS E OS CONJUNTOS DE SEQÜÊNCIAS DISCURSIVAS

A partir dos dois domínios apresentados acima, selecionei conjuntos de seqüências discursivas que formam diferentes **recortes**, os quais ainda podem estar subdivididos em **blocos** de seqüências, conforme o funcionamento que pretendo analisar. O critério utilizado para a subdivisão do recorte em blocos é uma mesma regularidade discursiva presente num conjunto, normalmente, de quatro a seis **seqüências discursivas**, as quais são apresentadas com a abreviatura SD. Por sua vez, um conjunto de seqüências discursivas, as quais podem estar distribuídas em mais de um **bloco** e que são representativas de um determinado funcionamento do discurso de Divulgação Científica, formam o que estou chamando de **recorte**. Logo, trata-se de um recorte produzido na verticalidade, isto é, na dispersão do discurso e não na horizontalidade do dizer, já que não interessa ao analista de discurso quantificar a presença de determinadas marcas, mas olhar para o funcionamento discursivo dessas marcas, de forma que possa produzir reflexões teóricas em suas análises. Por isso, a metodologia não é aplicada a um modelo, mas construída pelo olhar do analista.

Desse modo, de cada domínio, selecionei seqüências discursivas que compreendem o período de, aproximadamente, um ano de publicação de cada uma das revistas, sendo 2002 o ano base, mas contemplando também algumas edições dos primeiros meses de 2003. Um período, portanto, que compreende os meses de janeiro de 2002 a fevereiro de 2003. E a escolha de 2002 como ano base justifica-se, principalmente, pelo aniversário de 20 anos da *Ciência Hoje* e de 15 da *Superinteressante*. Tal período me permitiu buscar, na dispersão, recortes - conjuntos de seqüências - discursivos que contemplavam as minhas inquietações teóricas. E isso significa analisar o funcionamento do discurso de Divulgação Científica em seu conjunto e não apenas abordando uma determinada área ou assunto.

Para que o leitor possa visualizar melhor a minha construção metodológica, apresento abaixo um diagrama com as diferentes nomenclaturas e subdivisões que serão utilizadas ao longo das análises.

Diagrama 2: representação gráfica da metodologia para as análises



Como se pode visualizar no diagrama acima, parto de um **universo discursivo**⁴⁹ maior e irrepresentável, no interior do qual está o **campo do discurso midiático**, ou também poderíamos pensar no campo do discurso científico, o qual, por sua vez, contempla diferentes espaços discursivos, dentre os quais o **espaço discursivo** do discurso de Divulgação Científica. Tal espaço abriga, em sua constituição, os dois **domínios**, representados pelas revistas Superinteressante e Ciência Hoje. E cada domínio abriga diferentes **recortes discursivos**, os quais se subdividem em **blocos**, que são formados por um conjunto de **seqüências discursivas** (SDs). Eis, portanto, de forma sintetizada a construção metodológica que orientará as análises do presente trabalho.

⁴⁹ Universo e campo discursivos aqui tomados no sentido em que Maingueneau (1997) os formulou.

4. A TRAMA DAS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DA CIÊNCIA E DO CIENTISTA

“(…) a imprensa funciona construindo um modelo de compreensão dos sentidos, instituindo uma ordem, isto é, organizando e fazendo circular os sentidos que interessam a instâncias que o dominam. Declarando-se comprometida com a verdade dos fatos, a imprensa finge não contribuir para a construção das evidências, atuando no mecanismo ideológico de produção das aparências de obviedade” (Coracini, 2003:204)

Nesse primeiro capítulo de análise, pretendo mostrar como, através da antecipação de imagens, a ciência e o cientista são representados e/ou se representam no discurso de Divulgação Científica e, assim, constituem a sua identidade. Para tanto, vou mobilizar sobretudo os conceitos de formações imaginárias e identidade, os quais passo a apresentar.

4.1. SOBRE O CONCEITO DE FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS

Para entendermos o conceito de *formações imaginárias*, é preciso relacioná-lo com as condições de produção do discurso, bem como considerar determinados mecanismos de funcionamento do discurso, como a antecipação, as relações de forças e de sentido.

Pêcheux (1969), ao introduzir o conceito de condições de produção, já previa um funcionamento discursivo para as formações imaginárias. As condições de produção entram na cena da abordagem do discurso como elementos que trazem questões da exterioridade e das formações imaginárias para a constituição do discurso.

As condições de produção remetem a lugares determinados na estrutura de uma formação social, e as relações de força entre esses lugares sociais encontram-se

representadas por uma série de formações imaginárias que designam o lugar que o locutor e o interlocutor atribuem a si e ao outro. No caso do discurso de Divulgação Científica, esses lugares são representados pela ciência, pela mídia e pelo senso comum, os quais, por sua vez, são ocupados/preenchidos pelo cientista, pelo jornalista e pelo leitor. Assim, as condições de produção de um discurso envolvem não só as formações imaginárias, mas todo o processo sócio-histórico e ideológico no qual um discurso é produzido, a partir de determinados lugares sociais.

Para pensar, então, o funcionamento do processo discursivo é que Pêcheux (1969) propõe o conceito de formações imaginárias. Segundo esse autor, *o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro* (1997: 82). A e B aqui entendidos como sujeito produtor e sujeito destinatário, respectivamente, do discurso. No entanto, conforme crítica de Pêcheux ao esquema comunicacional de Jakobson, não se trata de uma transmissão de informação entre A e B, mas de *efeitos de sentidos* entre esses pontos. Eis o que marca a diferença na teoria discursiva: o fato das condições sócio-históricas e ideológicas serem sempre consideradas na constituição do sentido do discurso. Portanto, na trama das formações imaginárias, tomada sob uma perspectiva discursiva, há lugar para diferentes e, algumas vezes, até contraditórias representações. Conforme Orlandi (2001b)⁵⁰, o sujeito antecipa-se a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem, o que vai regular a argumentação do discurso, já que *o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte* (2001:39). Observamos, assim, a importância dos efeitos das antecipações de imagens entre os interlocutores na constituição do sentido de um discurso, já que elas vão direcionar as posições que locutor e interlocutor vão ocupar nesse discurso. E, em se tratando do discurso de Divulgação Científica, temos um locutor (o jornalista), que está sempre afetado por

⁵⁰ Estou me referindo aqui à obra "*Análise de Discurso: princípios e procedimentos*", publicada pela Editora Pontes.

um outro locutor, que é o cientista, o que torna a trama das formações imaginárias ainda mais complexa.

Tão importantes quanto as antecipações, são as relações de forças que intervêm no processo das formações imaginárias e, conseqüentemente, na constituição do sentido do discurso. Conforme Orlandi (op. cit), *o lugar social a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz*. Assim, no caso que analiso no presente trabalho, o sujeito falar do lugar de jornalista, divulgador da ciência, significa de modo diferente do que se ele falasse simplesmente do lugar de jornalista. Tal lugar supõe/antecipa uma determinada imagem social na qual a voz do saber da ciência não pode ser ignorada.

Outro importante mecanismo a ser destacado no funcionamento do discurso e que repousa nas formações imaginárias são as *relações de sentido*, as quais pressupõem que um discurso sempre se relaciona com outro(s) discurso(s), tanto para apontar para "já-ditos" como para dizeres futuros.

Considerando, então, estes mecanismos de funcionamento do discurso - as antecipações, as relações de forças e de sentido -, são as imagens dos sujeitos que funcionam no discurso e podem constituir diferentes posições de sujeito. Segundo Orlandi (2001b), tais imagens resultam de projeções, as quais permitem a passagem de situações empíricas - os lugares dos sujeitos - para posições de sujeitos no discurso. Assim, o lugar do sujeito, enquanto elemento empírico-social, é do nível da constituição do interdiscurso e a posição, enquanto matéria discursiva, é do nível da formulação do discurso⁵¹. Essas projeções, então, nada mais são do que a trama das formações imaginárias ou o mecanismo do imaginário, produzindo imagens não só dos sujeitos, mas também do objeto do discurso.

Temos, assim, conforme quadro apresentado por Pêcheux em 1969, a imagem do locutor ("Quem sou eu para lhe falar assim?"), do interlocutor ("Quem é ele para me falar assim ou quem sou eu para que ele me fale assim?") e do objeto ("Do que estou falando, do que ele me fala?"). E, se incluirmos nessa trama as

⁵¹ Aprofundo essa discussão entre lugar e posição no próximo capítulo, onde tratarei dos lugares discursivos em que se inscrevem os sujeitos envolvidos na constituição do discurso de Divulgação Científica.

antecipações, ela fica ainda mais complexa, pois compreenderá também a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, bem como a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante. No discurso de Divulgação Científica, entra também a imagem que o jornalista (locutor) faz do cientista, o qual tem, necessariamente, a sua voz incluída nesse discurso, bem como a imagem que o leitor faz não só do jornalista, mas também do cientista e do objeto que ele estuda.

Esse jogo complexo de imagens só faz sentido se o considerarmos como constitutivo da história, a qual, por sua vez, se inscreve no discurso. Ainda que Pêcheux (1969), nas primeiras formulações de suas teorias, tenha apresentado as representações das formações imaginárias através de fórmulas, não podemos tomar essas imagens como "caixinhas fechadas", onde não há a intervenção da exterioridade⁵². Devemos considerar sim, enquanto analistas de discurso, a força que essas imagens têm na constituição do dizer, já que *o imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele não "brota" do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder* (Orlandi, 2001b:42). Portanto, a imagem que temos de um cientista, por exemplo, não surge do acaso. Ela se constrói a partir de processos que ligam discursos e instituições, isto é, a partir de práticas sociais que compreendem as relações de poder, o simbólico e o imaginário.

Para melhor explicitar a função do imaginário na constituição do discurso, trago à discussão a reflexão de Armando Sercovich (1977) em sua obra 'Los procesos discursivos y el registro imaginario'.

Para Sercovich (op. cit), a *dimensão imaginária do discurso* é a forma como o sujeito se relaciona com a realidade, sofrendo a ilusão de ter acesso direto aos objetos do mundo. Trata-se do modo como o sujeito intervém no discurso pelas representações dos interlocutores que estão envolvidos nesse processo. Um

⁵² O próprio Pêcheux abandona essas fórmulas ao avançar na teoria. E, mesmo tendo apresentado as fórmulas, Pêcheux estava refletindo sobre o discurso, sem negar a intervenção da exterioridade. Talvez, então, as fórmulas tenham sido mais uma tentativa de buscar uma metodologia para analisar o funcionamento de um discurso do que uma maneira de impor limites/fronteiras para tal funcionamento.

discurso em que o sujeito se supõe transparente, *já que oculta suas próprias condições de produção* (Sercovich, 1977: 34). É, então, essa relação entre o sujeito e o discurso que ele supõe transparente que Sercovich vai chamar de *relação imaginária*. *O imaginário é algo inalienavelmente presente em todo material significante* (1977: 32), afirma Sercovich, o que supõe uma ilusão necessária à existência da discursividade e, por sua vez, o imaginário como elemento constitutivo de toda prática social e discursiva.

Importa destacar dessa reflexão que, assim como para a AD, o sujeito não tem acesso direto à realidade, já que essa relação se dá via linguagem, enquanto matéria significante. Portanto, *o imaginário não se opõe à realidade, mas é parte constitutiva dela* (Zoppi-Fontana, 1998:50), ou seja, é um reflexo, um *efeito da realidade*. Por exemplo, o imaginário social da ciência é um efeito das práticas discursivas praticadas pelos cientistas e pelas instituições que os abrigam, construído não por uma relação direta do sujeito com a realidade institucional, mas por uma relação atravessada pela ideologia, pela história e pelas relações de força aí imbricadas.

Em um artigo intitulado 'Cidade e discurso: paradoxos do real, do imaginário, do virtual', Zoppi-Fontana (1998) considera que

“O campo das evidências, do “senso comum”, das transparências da linguagem, da identidade do sujeito, é o campo do imaginário, dos efeitos necessários produzidos pelo funcionamento do discurso na relação que o sujeito estabelece com as suas condições de existência. É, no discurso, então, que o sujeito produz a “realidade”, enquanto relação imaginária que ele estabelece com as determinações históricas que constituem as condições de produção materiais de sua existência” (1998:51).

Podemos perceber, a partir dessa citação da autora, o complexo jogo que se estabelece entre realidade e imaginário, sendo que o sujeito do discurso se submete ilusoriamente a tal jogo, estabelecendo assim relações de identificação e de representação. O imaginário, então, pode ser tomado como uma dimensão da materialização dos processos sócio-históricos e ideológicos no discurso, através do sujeito que, mediado pelas relações imaginárias, constitui a sua identidade. Portanto, a identidade do sujeito resulta desse jogo complexo de relações

imaginárias, as quais compreendem os processos de identificação que o sujeito do discurso estabelece com determinada formação discursiva. Tanto na constituição do imaginário discursivo quanto na constituição da identidade do sujeito, não podemos deixar de considerar as relações de poder e de sentido que aí estão imbricadas. Por isso, o conceito de identidade está, necessariamente, relacionado com o de formações imaginárias.

4.2. SOBRE A NOÇÃO DE IDENTIDADE

Para iniciar a reflexão sobre esse conceito, gostaria de dizer, em primeiro lugar, que não estarei abordando um conceito tradicional de identidade, visto como totalidade homogênea, estável, transparente e impenetrável, por um lado, e completamente acessível ao sujeito cognoscente, indivíduo, pelo outro. Pelo contrário, estarei falando aqui de um conceito de identidade em permanente estado de movimento; por isso, heterogêneo. Vou abordar um conceito de identidade que é afetado pela dimensão ideológica e histórica do dizer. Por último, cabe lembrar que falo a partir da perspectiva teórica da AD e que me interessa, nesse momento, discutir a(s) identidade(s) do sujeito discursivo, que se constrói(em) na língua e através dela, já que a língua não é estável e está em constante processo de evolução. Por isso, não podemos falar de uma identidade fixa do sujeito. Assim, a identidade do sujeito e da língua por ele falada se implicam mutuamente.

Segundo Rajagopalan (2001), em seu artigo 'O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical?', *a questão da identidade está ligada à idéia de interesse e está investida de ideologia. Assim, a construção de identidades é uma operação totalmente ideológica* (2001:42). E a consequência disso é que ela (a identidade) está em permanente estado de fluxo.

Pêcheux (1975) em 'Semântica e Discurso' trata dos movimentos identificatórios do sujeito, os quais ele chamou de *modalidades das tomadas de posição* e que estão relacionados com a constituição da identidade do sujeito.

Segundo Pêcheux (1975) *a interpelação do indivíduo em sujeito do seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina* (1995:163). E essa interpelação supõe um desdobramento que pode assumir diferentes modalidades. Quais sejam:

A primeira modalidade a que Pêcheux (1975) se refere *consiste numa superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a "tomada de posição" do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do 'livremente consentido'*. E isso vai caracterizar o discurso do 'bom sujeito'. Trata-se, segundo Indursky (2000a)⁵³ de uma *identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que afeta o sujeito*.

A segunda modalidade caracteriza o discurso do 'mau sujeito', discurso no qual o sujeito da enunciação 'se volta' contra o sujeito universal (forma-sujeito) através de uma 'tomada de posição' que consiste em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) com respeito ao que o 'sujeito universal' lhe dá a pensar (cf. Pêcheux, 1975), ou seja, o que diz a forma-sujeito. Essa separação, segundo Indursky (op. cit) conduz o sujeito do discurso a contra-identificar-se, distanciando-se do saber da formação discursiva que lhe é imposta.

A essas duas modalidades, Pêcheux acrescenta uma terceira que funciona sob o modo da *desidentificação, isto é, de uma tomada de posição não-subjetiva, que conduz ao trabalho de transformação/deslocamento da forma-sujeito* (Pêcheux, 1975). Segundo o entendimento de Indursky (2000a), o sujeito do discurso desidentifica-se com uma formação discursiva e sua forma-sujeito para identificar-se com outra formação discursiva adversa a sua respectiva forma-sujeito.

Conforme Indursky (op.cit)

⁵³ Estou me referindo aqui ao artigo da autora intitulado "A fragmentação do sujeito em Análise do Discurso".

"em decorrência destas diferentes modalidades de tomada de posição, sobretudo a segunda e a terceira, que introduzem a contra-identificação e desidentificação, a unicidade e a homogeneidade do sujeito ficam fortemente relativizadas, pois abre-se espaço para o trabalho na e sobre a forma-sujeito com a qual o sujeito do discurso se relaciona pelo viés da formação discursiva que o afeta" (2000a: 73).

Assim, a partir desses movimentos de desdobramento, a forma-sujeito não pode mais ser vista sob a ótica da unicidade, já que, ao desidentificar-se com a formação discursiva, o sujeito, que está afetado pelo inconsciente, rompe com os saberes dessa FD, identificando-se com outros saberes. E o sujeito do discurso de Divulgação Científica é um bom exemplo de um sujeito heterogêneo, já que ele se movimenta entre a identificação/desidentificação com os saberes da ciência, da mídia e do senso comum. Isso nos conduz a pensar a instauração da diferença e da contradição no interior de uma FD, que passa a ser considerada heterogênea.

Trouxe à reflexão as modalidades das tomadas de posição do sujeito, pensadas por Pêcheux, por entender que é também através desse movimento de identificação/desidentificação/contra-identificação do sujeito do discurso com a formação discursiva que ele constitui a sua identidade. Afinal, estamos diante dos processos identificatórios do sujeito que compreendem, em sua constituição, as representações das imagens dos interlocutores que estão inscritos em determinado discurso. Assim, a identificação do sujeito com determinado saber de uma FD e sua(s) forma(s)-sujeito é que vai determinar a posição ou as posições que ele vai ocupar no discurso. Logo, considerando que os movimentos de identificação do sujeito são do nível da formulação do dizer, a identidade, sendo do nível da constituição do discurso, pode trabalhar/mobilizar vários desses movimentos.

O nível da constituição é da ordem do interdiscurso, onde todos os dizeres/saberes circulam. O sujeito, ao se identificar com determinado saber dessa ordem, vai estar afetado/determinado por um lugar social e, conseqüentemente, vai constituir uma identidade. No entanto, ao passar para o nível da formulação, inscrevendo o seu dizer na ordem do intradiscurso, o lugar social que esse sujeito

ocupa vai determinar a sua inscrição num determinado lugar discursivo⁵⁴, sob o qual podem se desdobrar diferentes posições-sujeito no discurso, as quais são ocupadas graças aos movimentos de identificação que esse sujeito produziu com outro(s) discurso(s).

Por isso, podemos pensar a identidade como uma construção simbólica e imaginária, que é da ordem da constituição tanto do sujeito quanto do discurso. E tal construção só é possível graças aos movimentos identificatórios entre o eu e o outro, resultantes de ações subjetivas inconscientes do sujeito, que são da ordem da formulação do dizer.

O sujeito do discurso de Divulgação Científica, ao se inscrever num determinado lugar discursivo, o qual é efeito do seu lugar social de jornalista, realiza, ainda que inconscientemente, movimentos identificatórios, ora incorporando o dizer da ciência, ora aderindo a esse dizer, ora aproximando-se do dizer do leitor, ora identificando-se com o dizer da linha editorial da revista. Assim, através desses diferentes movimentos, inscritos nos intervalos entre a ciência, a mídia e o senso comum, é que constitui a sua identidade.

Orlandi (2001a), em seu artigo "Identidade lingüística escolar", destaca algumas características da identidade. Afirma, em primeiro lugar, que *a identidade é um movimento na história* (2001: 204), o que significa que ela não é sempre igual a si mesma, é heterogênea e está sempre em transformação, conforme os movimentos identificatórios do sujeito do discurso. É no movimento da identidade, o qual se dá como um percurso na história, através da articulação entre unidade e dispersão, que o sujeito do discurso se desloca em distintas posições, as quais são resultados dos processos de identificação/desidentificação/contra-identificação do sujeito do discurso com determinada FD. *Sujeito e sentido se configuram ao mesmo tempo e é nisto que consistem os processos de identificação* (Orlandi, 2001a: 205).

Ainda segundo Orlandi (op. cit) *nos filiamos a redes de sentidos, nos identificamos com processos de significação e nos constituímos como posições de sujeitos relativas às formações*

⁵⁴ Trabalho a distinção entre lugar social, lugar discursivo e posição-sujeito no próximo capítulo.

discursivas, em face das quais os sentidos fazem sentido (2001:206). E é através desses inúmeros movimentos que fazemos que constituímos nossa identidade enquanto sujeito de um determinado discurso. Identidade aqui entendida não como um bloco fechado e acabado, mas constituída a partir das relações imaginárias e simbólicas, dos movimentos identificatórios do sujeito, da alteridade, ou seja, da relação com o outro que, por sua vez, também nos constitui enquanto identidade. Portanto, trata-se de uma identidade que está em contínua relação com outras identidades, constituindo-se desde sempre.

Para Orlandi (op. cit) *se a identidade é um movimento na história, é justamente porque todo processo de significação é uma mexida (deslize) em redes de filiação (na relação entre formações discursivas, no conjunto de memória) de tal modo que o sujeito se produz ao mesmo tempo como repetição e como deslocamento* (2001a:207). Sendo assim, há que se levar em conta o modo como o sujeito do discurso se relaciona com a ordem do simbólico e do imaginário. Por isso, reitero que podemos pensar **a identidade como uma construção simbólica e imaginária, que é do nível da constituição e, enquanto tal, envolve os processos sócio-históricos e ideológicos (entre eles está a linguagem e as formações imaginárias) em que o sujeito está inserido, através dos movimentos de identificação, que, por sua vez, contribuem para a elaboração do sentido de um discurso.** Uma construção que está sempre em transformação, o que não significa o apagamento de saberes históricos que já fazem parte da história do sujeito. Enquanto sujeitos sociais, somos interpelados a assumir diferentes lugares: somos professores, somos filhos, somos alunos, somos pais, somos cientistas, somos jornalistas, etc, os quais são do nível da constituição não só do sujeito, mas também das práticas discursivas. Nisso consiste a constituição da identidade de cada sujeito, que se movimenta entre os diferentes processos de identificação. Portanto, trata-se de uma identidade que não é única, tampouco estática e homogênea, já que está em constante estado de fluxo.

4.3. AS ANÁLISES

Para proceder às análises das diferentes imagens acerca da ciência que são antecipadas e representadas no discurso de Divulgação Científica, dividi tais imagens em dois recortes, conforme o que me apresentava o corpus em análise. Quais sejam: 1) a construção do imaginário da ciência e dos cientistas: a projeção do jornalista; 2) a construção do imaginário da ciência e dos cientistas: a projeção dos próprios cientistas. Cada um desses recortes será analisado a partir dos diferentes domínios, se a revista apresentar seqüências da representação em discussão. Vamos, então, às análises do primeiro recorte.

4.3.1. A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DA CIÊNCIA E DOS CIENTISTAS: A PROJEÇÃO DO JORNALISTA

Apresento, a seguir, as seqüências selecionadas do domínio 1 para a construção desse recorte:

SD1: os **experimentos** colocam a homeopatia mais próxima da **validação científica**. No passado, outras **pesquisas** do gênero não exibiram o mesmo **vigor**. Há 13 anos, o biólogo Jacques Beneviste, pesquisador do renomado instituto francês Inserm, chamou a atenção da comunidade médica ao publicar na revista Nature seus estudos com uma solução ultradiluída de soro contra imunoglobulina que sugeriam a existência de uma certa "memória da água". A teoria acabou esbarrando no **rigor dos cientistas**. Na época, Beneviste disse ter comprovado um efeito imunobiológico da solução sobre células brancas do sangue, em comparação com grupos de controle - uma descoberta que, por inferência, confirmaria a ação dos fármacos homeopáticos no organismo. Mas a **experiência** não pôde ser repetida por outros pesquisadores e **acabou descartada no circuito acadêmico**⁵⁵. (In: O PODER DAS BOLINHAS - Medicina - Superinteressante/janeiro/2002)

⁵⁵ Os destaques que aparecem nas seqüências são meus e servem para evidenciar determinadas marcas lingüísticas mobilizadas nas análises dessas seqüências. Ao final de cada SD, apresento o título da matéria de onde elas foram retiradas, bem como o enquadramento, feito pela edição da revista, da matéria em uma determinada seção, como é o caso da Medicina nessa seqüência, seguida do mês e ano de publicação da revista. As escolhas do título e da seção se constituem num gesto interpretativo dos editores da revista, o qual aponta para um modo de administrar os sentidos, praticado pela mídia e que será evidenciado durante as análises do presente capítulo.

- SD2: Desde o século XVIII, pelo menos, **médicos e cientistas discutem** acerca dos benefícios e malefícios da cafeína. (...) *A cafeína tem mexido muito* com o **mundo científico** (...). **Muitos cientistas já não acreditam mais num suposto elemento cancerígeno** do aditivo. **Pesquisas recentes comprovam** que os benefícios do consumo de cafeína ganham de goleada dos supostos malefícios (In: CAFEÍNA, MEU AMOR - Saúde - Superinteressante/março/2002).
- SD3: Assim, **enquanto não surgem teorias novas que ensinem a fabricar túneis do tempo estáveis**, a viagem no tempo continuará sendo um sonho. **Mas um sonho baseado na ciência e não mais em delírios de ficção**. Em 1905, quando Einstein publicou sua teoria, eram poucos os homens que levavam a sério a possibilidade de o homem construir uma bomba atômica ou viajar à Lua. O que era um sonho foi concretizado em menos de 70 anos. Agora é só esperar (In: UMA QUESTÃO DE TEMPO - Ciência - Superinteressante/maio/2002).
- SD4: No século XVII, **Isaac Newton mudou a ciência ao descobrir** que alguns fenômenos da natureza poderiam ser explicados com leis matemáticas. A partir daí, **muitos pesquisadores acreditaram que as leis poderiam explicar e prever o comportamento** de todos os fenômenos se fossem reunidas informações suficientes (In: POR QUE OS ACIDENTES ACONTECEM? - Ciência - Superinteressante/julho/2002)
- SD5: O estudo das experiências religiosas não é novo. Mas quase nunca **a ciência levou a sério esse tipo de pesquisa**. A psiquiatria e a psicologia do início do século XX incluíram a experiência mística dentro do rol de doenças mentais. (...) Com a neuroteologia, isso está mudando. A partir de imagens obtidas por tomógrafos que detectam quais áreas do cérebro são ativadas em diferentes atividades, pesquisadores procuram agora entender o complexo relacionamento entre espiritualidade e cérebro, lançando as bases do que vem sendo considerada uma biologia da fé. Não se trata de conversão dos **céticos cientistas** às crenças milenares. Eles continuam **exigentes** como antes na busca de **provas** que possam ser confirmadas em **experiências** realizadas por laboratórios. A diferença está nas novas técnicas de investigação e na importância crescente atribuída a esse tipo de pesquisa. (In: PROGRAMADO PARA A FÉ - Ciência - Superinteressante/agosto/2002).
- SD6: Antes de entrar nas teorias de Sheldrake, é bom apresentá-lo. Para **grande parte dos cientistas suas idéias não passam de esoterismo**. Mas o biólogo tem **credenciais cunhadas nas casas mais nobres da ciência**. Formado em Ciências Naturais pela Universidade de Cambridge e em Filosofia pela Universidade de Harvard, Sheldrake tem ainda o título de PhD em Bioquímica (também de Cambridge). Mas, decididamente, ele não segue os passos de seus mestres. **Seus livros levam a sério temas banidos da academia, como fenômenos "paranormais" e espiritualidade**. (In: INSTINTO ANIMAL - Mundo animal - Superinteressante/setembro/2002).
- SD7: *Sheldrake critica abertamente* alguns dos pilares do método científico, como a necessidade de ambientes controlados para reduzir o número de variáveis em um experimento e a validação de um resultado somente se ele puder ser repetido nas mesmas condições. Para Sheldrake, isso gera um artificialismo que desmerece os resultados. "Essa visão", diz o **controverso cientista**, "data do século XVII e deriva da teoria de René Descartes de que o Universo é uma máquina (...)". Foi com base nessas premissas que o biólogo pesquisou e escreveu o livro *Cães sabem quando seus donos estão chegando*. O livro, um **best-seller**, é uma compilação de casos - alguns acompanhados mais de perto e outros mais à distância - de animais de estimação que demonstram poderes maiores do que a **ciência tradicional** seria capaz de admitir. (In: INSTINTO ANIMAL - Mundo animal - Superinteressante/setembro/2002).

SD8: **A aventura de decifrar o cosmo** está longe de acabar e talvez nunca tenha fim. O consolo é que **ela é uma das mais fascinantes da ciência** - a investigação encanta mesmo quando as respostas estão distantes (In: O PONTO ZERO - Astronomia - Superinteressante/outubro/2002).

Na SD1, o jornalista⁵⁶ antecipa a imagem da ciência como algo que supõe *experimentos, pesquisas, vigor*. Com isso, faz um movimento de identificação ao discurso da homeopatia, tentando aproximá-lo da ordem da ciência. Em seguida, ressalta que experiências mais antigas na área da homeopatia não foram validadas como **teoria** porque esbarraram no *rigor dos cientistas*. Portanto, não puderam ser consideradas ciência, tampouco entraram para o *circuito acadêmico*. Temos, assim, ao longo dessa seqüência, a representação da ciência e dos cientistas enquanto lugar de autoridade, rigor, seriedade, onde não há espaço para os experimentos homeopáticos. Uma representação que é efeito de imagens inscritas na formação social da ciência, a qual inclui a sociedade, a academia, o leitor e os próprios cientistas. São os próprios cientistas e a academia que impõem limites para que determinado experimento/teoria tenha ou não *validação científica*, isto é, tenha autoridade suficiente para fazer jus à imagem de ciência. Não basta um experimento ter sucesso, é necessário repetir várias vezes a experiência.

O imaginário da ciência e dos cientistas é construído no discurso de Divulgação Científica, histórico e ideologicamente, a partir dos efeitos de autoridade e verdade, reflexos da exterioridade, da prática social e discursiva.

Na SD2, a representação da imagem da ciência aparece mascarada sob o efeito da imagem dos cientistas, os quais *discutem*, já que *não acreditam mais num suposto elemento cancerígeno da cafeína*, baseados em *pesquisas que comprovam*. Portanto, a ciência supõe longas discussões (nesse caso, o da cafeína, mais de dois séculos) e comprovação de resultados, o que significa que não é qualquer tema que merece a atenção do *mundo científico*. Mais uma vez, então, temos a representação da imagem da ciência e dos cientistas como algo que supõe seriedade, autoridade. E a mídia,

⁵⁶ Sempre que me referir, durante as análises desse capítulo, ao jornalista, estou me referindo ao sujeito do discurso e não ao sujeito empírico.

por sua vez, sustenta essa imagem, regulando o que da ordem da ciência deve ser divulgado ao leitor, demarcando, ainda que com limites tênues, as fronteiras da FD do discurso midiático de Divulgação Científica.

Na SD3, observamos, novamente, a verdade oscilando, apontando para possíveis questionamentos (*enquanto não surgem teorias novas*). No entanto, trata-se de um questionamento que, supostamente, só pode ser produzido no circuito acadêmico, no interior da ciência. Caso seja produzido em outro lugar, não vai ter validade científica, já que o efeito de verdade universal, construído pela ilusão de consenso, tem nas relações de poder da ciência um de seus principais lugares. Logo, verdade e poder andas juntas. Foucault, em sua obra "Microfísica do Poder", ratifica essa idéia ao afirmar que *somos submetidos pelo poder à produção de verdade e só podemos exercê-lo através da produção de verdade* (2000:180). É, então, sob o efeito de verdade que o poder se manifesta e intervém na administração de sentidos de um discurso. *Estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder* (Foucault, 2000:180). E o discurso da ciência pretende esse estatuto de discurso verdadeiro, em que emergem relações de poder e autoridade, às quais o leitor, o jornalista e o próprio cientista estão submetidos. E o cientista, não só está submetido, mas também se auto-representa como autoridade, sob o efeito da ilusão do discurso verdadeiro.

Ainda na SD3 é interessante observarmos a imagem que o jornalista projeta para a ciência no seguinte enunciado: *Mas um sonho baseado na ciência e não mais em delírios de ficção*. Vejamos: um sonho não supõe realidade, tampouco verdade, mas, quando se trata de um *sonho baseado na ciência*, a qual supõe tanto o efeito de realidade quanto o de verdade, o sonho assume outra projeção. Qual seja: para a ciência nada é impossível, nem mesmo um sonho tornar-se realidade. Temos aqui um jogo de imagens que se movimenta entre os limites da ciência e da não-ciência, os quais são administrados pela mídia, atribuindo à ciência e aos cientistas lugares de poder e verdade. E, ao projetar tal imagem, o jornalista se identifica com esse

lugar de status da ciência, constituindo a sua própria identidade de jornalista comprometido com a verdade da ciência, ao mesmo tempo em que atesta à ciência uma identidade de poder e autoridade, construída, social e historicamente, a partir das relações simbólicas e imaginárias.

Na SD4, o jornalista projeta a imagem do cientista como um sujeito (provavelmente o único) capaz de *mudar a ciência*, e com autoridade social para tal. Assim como na SD2, aqui o jornalista, afetado pelo inconsciente, inclui ao seu dizer a voz da ciência, atribuindo aos *pesquisadores o poder de explicar e prever comportamentos*. Logo, não é qualquer pesquisa/qualquer estudo que pode ser considerado ciência. São necessários outros atributos, como a objetividade, as provas, as explicações, os critérios aprovados na academia, entre outros. Eis a presença do rigor que vai estabelecer os limites entre a ciência e a não-ciência, com a colaboração das evidências construídas pela mídia. Vemos, assim, novamente aqui as relações de força e de poder se atravessando na trama das formações imaginárias e corroborando o estabelecimento do efeito de verdade universal, pretendido pela ciência.

Na SD5, mais uma vez, há uma oscilação do efeito de verdade pretendido pela ciência, mas, dessa vez, questiona-se o tema e não a teoria. A *religião*, tema da ordem do misticismo, da não-ciência, passa a ser levado a sério pela ciência, a partir de uma nova teoria - a *neuroteologia*. O que era da ordem da não-ciência passa, então, a fazer parte da ordem da ciência, a partir do questionamento de um efeito de verdade produzido no âmbito da academia, isto é, no espaço social destinado à ciência. É importante ressaltar, no entanto, que é somente a ciência, sob a supervisão e pesquisa dos cientistas, que tem autoridade para questionar um efeito de verdade, produzido a partir da sua própria prática discursiva. Por isso, a imagem de *seriedade* aqui atribuída à ciência. Em seguida, ainda nessa seqüência, o jornalista reafirma essa imagem da ciência, projetando aos cientistas uma imagem de *céticos e exigentes*, ou seja, para merecer o *status* de ciência são necessárias provas e experiências. E, ao representar o cientista com tal imagem, o jornalista também

realiza um gesto de interpretação, julgando os cientistas, ao recortar elementos próprios da ordem da ciência.

Temos, assim, não mais um movimento entre a ciência e a não-ciência, mas um movimento que o jornalista realiza entre a ciência tradicional/oficial e a ciência jovem, que busca a autoridade e a imagem de seriedade, atribuídas àquela. Vemos, então, nessa seqüência, oscilar primeiro um movimento entre a ciência e a não-ciência e, depois, entre a ciência tradicional/oficial e a ciência jovem, o que contribui para que se sobressaia, sob essa trama de formações imaginárias, a imagem dominante, que é a da ciência tradicional. E, por haver essa oscilação no movimento dos processos identificatórios produzidos pelo jornalista, a sua identidade continua sendo a de um sujeito múltiplo, que se inscreve num espaço discursivo intervalar e, por sua vez, atesta à ciência uma identidade que é constituída por essa imagem dominante, a qual vem sendo ressaltada ao longo das análises.

Na SD6, há que se observar, em primeiro lugar, que o jornalista projeta a imagem de um determinado cientista, a partir da imagem que outros cientistas fazem dele (de Sheldrake) - um *esotérico*. Uma imagem baseada, mais uma vez, na concepção da ciência tradicional/oficial, com a qual o jornalista se identifica, representando não só a imagem que ele faz da ciência, mas também a imagem que a mídia faz da ciência e dos cientistas. O jornalista se identifica com a imagem que os cientistas fazem de Sheldrake, afirmando que, apesar das *credencias cunhadas nas casas mais nobres da ciência*, o que lhe confere autoridade institucional, ele desafia seus mestres, publicando livros com temas da ordem da não-ciência - paranormalidade e espiritualidade. Tais temas, embora polêmicos, não podem fazer parte da identidade da ciência, a qual é construída socialmente a partir de imagens que não supõem temas esotéricos. E, para se identificar com tal imagem do cientista, o jornalista recorta dizeres da ciência e, a partir deles, produz comentários, julgamentos sobre a postura do referido cientista. Possui a ilusão, então, de que está autorizado a produzir tais comentários, os quais devem produzir efeitos de verdade ao leitor.

Na seqüência discursiva seguinte, SD7, o jornalista faz novamente um movimento de identificação ao dizer da ciência tradicional, excluindo o esoterismo dessa ordem, já que o livro escrito por Sheldrake é julgado um *best-seller* e ele um *controverso cientista*. Logo, tanto a pesquisa (tema) quanto o cientista que não se enquadrarem no ideal da ciência tradicional, representada por uma imagem de seriedade, autoridade, poder e verdade, podem ser objeto de questionamento e, por sua vez, não terão espaço garantido na prática discursiva e social que a ciência deve/pode admitir. Pertencem, portanto, à ordem da não-ciência.

A última seqüência desse domínio - SD8 - supõe uma imagem da ciência como algo capaz da *aventura de decifrar o cosmo, uma das investigações mais fascinantes da ciência*, segundo julgamento do jornalista, o qual incorpora⁵⁷ o saber científico. Joga-se aqui com a imagem de onipotência da ciência, já que o cientista possui autoridade para *decifrar* enigmas, nesse caso, o cosmo.

Ao longo dessas análises, podemos observar uma necessidade do jornalista - o qual, ao se inscrever nesse discurso, está determinado tanto pelas relações de poder e verdade da mídia quanto pelas relações de poder e verdade da ciência - de reforçar a imagem do que pode e deve ser considerado CIÊNCIA, em contraposição à negação de imagens que não podem, nem devem estar associadas à ciência, o que é considerado NÃO-CIÊNCIA. Isso supõe uma tentativa de controle do dizer e, conseqüentemente, de administração dos sentidos. E tal administração dos sentidos passa pelo processo dos movimentos identificatórios que o jornalista realiza, ora recortando, ora identificando-se com o dizer da ciência, ora aproximando-se do leitor.

Além disso, também é importante observar que a imagem dominante aqui projetada da ciência converge com a discussão sobre o conceito de ciência que apresentei no primeiro capítulo do presente trabalho. Qual seja: o limite entre a ciência e a não-ciência passa pelos efeitos de verdade e de poder, os quais são sustentados por aqueles que lançam os seus olhares sobre o conhecimento

⁵⁷ Trabalho com essa modalidade da incorporação no próximo capítulo do presente trabalho.

científico. Nesse caso, o jornalista, enquanto representante da mídia, mas sob o efeito da autoridade dos cientistas.

Passo agora às seqüências da **construção do imaginário da ciência e dos cientistas** no domínio 2 (Revista Ciência Hoje). Nesse domínio, a ocorrência de tal representação é menos freqüente do que na revista Superinteressante. Mas isso, no meu entender, não é aleatório. Parece-me, num primeiro momento, que podemos atribuir a pouca ocorrência de tal representação ao fato da imagem que a própria revista - Ciência Hoje - tem a responsabilidade de sustentar socialmente. Por isso, há uma administração maior dos sentidos, se comparada à outra revista, a Superinteressante. A imagem que esta última supõe, antecipa da ciência, é a mesma que, de um certo modo, a Ciência Hoje tem que sustentar enquanto veículo de comunicação comprometido com a divulgação científica, apoiado pela SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), onde não só jornalistas, mas sobretudo cientistas escrevem. Eis o que marca a principal distinção entre esses dois domínios.

E tal imagem é ratificada, como podemos observar no depoimento abaixo, pelo presidente da CAPES, por ocasião do aniversário de 20 anos da Ciência Hoje.

Os 20 anos da CH - A revista Ciência Hoje firmou-se, nestes 20 anos, como um dos **mecanismos fundamentais da SBPC na luta pelo progresso da ciência no país, aproximando o leitor do trabalho de nossa comunidade científica e levando-o a acompanhar os principais avanços da ciência internacional**. Entre as muitas conquistas do projeto, destaca-se sua contribuição para a divulgação e o debate de questões relevantes da política de desenvolvimento científico e tecnológico do país e para o despertar de novas vocações para a pesquisa. Isso deve-se ao papel da revista na atualização dos conhecimentos de estudantes e professores do ensino fundamental, no **desvendar do processo de geração do conhecimento** e, de forma especial, na **desmitificação da ciência**. (Abílio Baeta Neves - Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasília, DF. In: CARTAS/Ciência Hoje/agosto/2002 - os destaques são meus).

Conforme podemos ler nos destaques acima, o papel da Ciência Hoje (CH), segundo essa autoridade, não é simplesmente de divulgação do conhecimento, mas

de *desvendar o processo de geração do conhecimento e desmitificar a ciência*, levando ao leitor as informações sobre o *trabalho de nossa comunidade científica*, bem como sobre os *avanços da ciência internacional*. E desmitificar a ciência, no meu entender, significa justamente desconstruir esta imagem dominante socialmente, que atribui à ciência um lugar de poder, verdade e autoridade, quase que inacessível a algumas pessoas. Um papel bastante complexo, o qual, de alguma forma, a Revista tem que sustentar enquanto imagem, embora nem sempre consiga cumpri-lo efetivamente. Por isso, percebemos, nesse domínio, um cuidado maior com a linguagem, com a construção dos textos, o que significa uma maior administração dos sentidos.

Passemos, então, às seqüências:

SD1: **CIÊNCIA SIMPLES E BARATA** - *As pesquisas com as supermoléculas sintéticas e dispositivos moleculares fazem parte de uma ciência que existe há menos de cinco anos no Brasil e no mundo: a nanotecnologia*. Ela é assim chamada por trabalhar com estruturas da ordem do nanometro (o bilionésimo do metro), já dentro das dimensões moleculares. Por isso, na nanotecnologia, as ferramentas químicas são particularmente vantajosas. A montagem de moléculas com uma determinada arquitetura pode ser feita segundo um projeto de engenharia molecular, possibilitando que elas adquiram funcionalidade e trabalhem como uma nanomáquina. "Essa é a tecnologia mais próxima da vida", afirma Toma. "Afinal, nosso próprio organismo funciona com máquinas moleculares - as enzimas e todo o complexo de biomoléculas existente". Segundo ele, a nanotecnologia química pode ser realizada em laboratórios convencionais e muitas vezes sem grandes investimentos. Ela já está **revolucionando** a área de materiais avançados, produzindo plásticos e revestimentos mais resistentes e versáteis, dispositivos ópticos e eletrônicos com melhor desempenho, sensores, novos medicamentos e terapias. Além disso, "é uma ciência associada a uma tecnologia mais limpa e eficiente". (In: 'SUPERMOLÉCULAS' COM MÚLTIPLAS UTILIDADES - Em Dia - Ciência Hoje - agosto/2002).

SD2: **A fim de provar** que salivação também influi na beleza do sorriso, a dentista Sandra Torres - professora da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - realizou uma pesquisa como parte de sua tese de doutorado, verificando que esse fluido possui ação *antimicrobiana* e protege contra cáries e doenças como *candidíase* ('sapinho'), *gingivite* e *câncer bucal*. "Quanto menor for o fluxo salivar do indivíduo, maiores as chances de ele desenvolver candidíase", afirma Torres. (In: ÁGUA NA BOCA - Em Dia - Ciência Hoje/agosto/2002).

SD3: *Alterações em determinados genes - mutações - causam o câncer, mas falhas na interação que cada célula do organismo mantém com as demais células e com moléculas presentes na chamada matriz extracelular também estão envolvidas na origem e evolução dos tumores*. **Os cientistas vêm desvendando detalhes desses mecanismos (os genéticos e os interativos)**, o que poderá levar a novas drogas que previnam ou combatam a doença e talvez a terapias capazes de **reverter o processo que resulta no câncer**. (In: O PRÓXIMO DESAFIO: REVERTER O CÂNCER - oncologia - Ciência Hoje/julho/2002 - Apresentação do jornalista do artigo assinado por José Ernesto Belizário, da USP).

SD4: *O estudo dos seres vivos ganhou, há 200 anos, um nome - biologia - e com ele um **status de ciência autônoma**, diferente das outras ciências naturais.* Essa visão da biologia, porém, *vem sendo contestada desde o final do século 19 pelos **chamados reducionistas***, segundo os quais todo fenômeno biológico poderia ser explicado por princípios da física e da química. Para os **defensores da autonomia da biologia**, no entanto, os comportamentos e as características dos seres vivos decorrem de um processo evolutivo e não podem ser reduzidos às mesmas leis que explicam átomos e moléculas. (In: UMA CIÊNCIA AUTÔNOMA - memória - Ciência Hoje/novembro/2002 - Apresentação do jornalista de um artigo assinado por Francisco Ângelo Coutinho, da Fundação Educacional Monsenhor Messias e Rogério Parentoni Martins, da UFMG).

SD5: A própolis pode ser encontrada hoje em pastas de dente, chocolates, balas, cremes e xampus. Mas as possibilidades de utilização dessa resina na área biomédica *apenas começam a ser exploradas*. Um projeto de pesquisa da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por exemplo, **tenta provar** sua eficiência no combate à candidíase oral em pacientes com Aids. **Se os resultados forem positivos**, a própolis poderá se transformar em uma alternativa natural e barata aos antifúngicos disponíveis no mercado. (In: GUERRA DENTRO DA BOCA - odontologia - Em Dia - Ciência Hoje/janeiro e fevereiro/2003).

Na SD1, o jornalista apresenta, através de descrições, o funcionamento de uma nova ciência - a nanotecnologia. Uma *ciência simples e barata*, na visão do jornalista, mas que *está revolucionando a área de materiais avançados*. Logo, o fato de ser simples e barata, o que na maioria dos casos não é uma característica dominante no mundo científico, não a impede de ser *revolucionária*, inovadora. Tais características, ao contrário das anteriores, são adjetivos esperados a uma ciência nova que está ganhando status no mundo científico. Aqui, percebemos que o jornalista se apropria de termos próprios ao discurso dessa ciência, como *supermoléculas sintéticas e dispositivos moleculares, nanometro, nanomáquina, etc.*, para descrever o funcionamento da nova ciência, supor uma imagem a ela, o que não significa que ele domine esses saberes. Mas, à medida que a seqüência vai avançando, observamos que o jornalista tem a ilusão de, através das apropriações que produziu, já estar dominando mais o assunto, o que lhe dá autoridade para afirmar que a nanotecnologia *está revolucionando a área de materiais avançados*.

Já, na SD2, para falar de uma pesquisa realizada por uma professora da UFRJ, o jornalista usa o enunciado *a fim de provar*, antecipando uma imagem da ciência como algo que precisa de **provas**. Eis, mais uma vez, a imagem da ciência ligada ao estatuto de verdade, poder, autoridade. O jornalista, aqui, recorta

elementos da ordem da ciência, como *antimicrobiana, candidíase e câncer bucal*, e os inscreve no fio do discurso como uma forma de reforçar essa imagem de autoridade atribuída à ciência. Aliada à imagem da ciência, está a preocupação do jornalista em sustentar a imagem da revista como um veículo de comunicação comprometido com o saber, com a verdade e a objetividade. Por isso, há um cuidado maior com a linguagem, com a administração dos sentidos, com os efeitos de verdade produzidos por esse discurso, próprios desse domínio.

Na SD3, observamos um deslize maior dos sentidos, já que aqui o jornalista incorpora o dizer da ciência, e enuncia da posição de cientista, como se fosse o próprio cientista falando. Produz, assim, um efeito de apropriação. Tal funcionamento pode ser verificado no primeiro período da seqüência. Ainda sob a ilusão de domínio desse dizer, ele anuncia as suas próprias conclusões a respeito dos cientistas e das pesquisas que eles vêm realizando. Desse modo, projeta uma imagem dos cientistas como indivíduos que *desvendam mecanismos* e, com isso, terão o poder de *reverter o processo que resulta no câncer*. Não se trata de uma tarefa simples, é algo desafiador, como sugere o próprio título do artigo - *O próximo desafio: reverter o câncer*.

Na SD4, o jornalista, ao apresentar a matéria do cientista, projeta à *biologia - o estudo dos seres vivos* - uma imagem de **status de ciência autônoma**. Ou seja, uma ciência própria, auto-suficiente, que difere de *outras ciências naturais*, já que possui autoridade para ser chamada de ciência. E, para ratificar essa imagem, cita os *chamados reducionistas* e os *defensores da autonomia da biologia*, marcando no fio do discurso a presença do discurso-outro e produzindo, ao mesmo tempo, comentários acerca desse discurso.

Há que se observar que nestas duas seqüências - SD3 e SD4 - diferentemente das outras desse recorte, o jornalista está apresentando um artigo de um cientista que aparece em seguida na revista. Assim, no meu entender, o sujeito do discurso, afetado pelo inconsciente e pelo domínio do dizer, permite que haja um maior deslizamento dos sentidos, já que o seu dizer será ratificado, de alguma

forma, pelo discurso do(s) cientista(s) que vem a seguir. Assim, a partir do lugar do outro/do discurso-outro, o qual ele assimila para si no momento da enunciação, julga-se autorizado a tirar conclusões e produzir julgamentos e comentários sobre tal discurso.

Na SD5, o sujeito-jornalista projeta, através de um relato sobre uma pesquisa acerca da utilização da *própolis*, à ciência uma imagem de algo que supõe **pesquisa e provas**. Somente uma pesquisa que consegue provar os **resultados**, a partir *da exploração* (nesse caso, da possibilidade de novos usos para a Própolis), deve receber o título de ciência. Recorta, para tanto, alguns termos técnicos-científicos, como *candidíase oral* e *antigúngicos*, próprios à ordem da ciência.

Enfim, mesmo que em número menor, as seqüências pertencentes a este domínio também antecipam ao leitor uma imagem da ciência ligada ao padrão dominante. Qual seja: ciência supõe prova, rigor, seriedade, verdade, experimentação, desafio, etc.

A partir das análises até então apresentadas, observamos que a trama das imagens, antecipadas à ciência e aos cientistas, faz parte também da constituição da identidade da ciência. Uma identidade que não é aleatória, mas sim constituída, histórica e socialmente, a partir das imagens supostas à ciência, as quais, por sua vez, são construídas pelas relações de forças e de poder que a própria ciência, os cientistas e as instituições que estes representam mantêm entre si no processo de constituição do discurso científico enquanto prática discursiva e social. Trata-se, então, de uma identidade que não é necessariamente fixa, nem homogênea, mas que é dominante enquanto prática discursiva e social e, por isso, pretende manter um padrão fixo de autoridade. A imagem, assim como a identidade da ciência e dos cientistas que é dominante, é a que lhes confere um estatuto de poder e autoridade, associado ao efeito de verdade universal. Essa é a identidade dominante socialmente da ciência, baseada num ideal de ciência que imita os padrões americanos. Qual seja: ênfase na área das ciências exatas, pesquisas dentro do

padrão científico exigido, com provas e dados concretos, garantia de espaço acadêmico e social sob o efeito da verdade universal, entre outros.

É importante ainda notar que o jornalista, ao supor uma imagem para a ciência e os cientistas, também antecipa tal imagem ao leitor, o que corrobora a construção dessa imagem dominante. Além disso, não se trata apenas de um imaginário que é construído pelo jornalista, mas também de um imaginário que é construído pela mídia, isto é, pela representação que a mídia faz da ciência e dos cientistas. Afinal, ao se inscrever no lugar discursivo de jornalista científico, o jornalista está afetado/determinado não só pelo lugar social da mídia, mas também pelo lugar social da ciência. Logo, o lugar discursivo é efeito do lugar social. Assim, o jornalista tenta administrar os sentidos nos intervalos semânticos que se instalam entre a ordem da mídia, da ciência e do senso comum, ao inscrever o discurso de Divulgação Científica num espaço discursivo próprio: um espaço discursivo intervalar. E os movimentos que o jornalista realiza entre a ordem da ciência e da não-ciência constituem a trama das formações imaginárias, mas também atestam a presença da heterogeneidade no discurso em análise.

4.3.2. A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DA CIÊNCIA E DOS CIENTISTAS: A PROJEÇÃO DOS PRÓPRIOS CIENTISTAS

Não só o jornalista, mas também os próprios cientistas antecipam uma imagem da ciência e se auto-representam. Apresento, a seguir, as seqüências discursivas referentes ao domínio 1 que contemplam tal construção imaginária.

SD1: Tamanho aumento da procura e os sinais de aprovação dos usuários, porém, não livraram os homeopatas de um velho incômodo: **a oposição do *establishment* médico** e da **maioria dos pesquisadores**, para os quais até agora ninguém conseguiu **provar, à luz da ciência**, *que a homeopatia de fato funciona*. (In: O PODER DAS BOLINHAS - Medicina - Superinteressante/ janeiro/2002)

- SD2: Como os darwinistas encaram tais críticas? As reações oscilam do desprezo ao respeito moderado. "**Bobagem**", diz Francisco Gorgônio Nóbrega, doutor em Genética Molecular pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, e pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). "*A teoria de Darwin tem sido comprovada por mais de um século de pesquisas biológicas, abrangendo de bactérias ao homem*". Nóbrega lembra que **o cientista é treinado para ser crítico e, certamente, muitos sonham com a possibilidade de oferecer ao mundo uma teoria superior à de Darwin**. (In: O DESENHO INTELIGENTE - Ciência - Superinteressante/junho/2002).
- SD3: "Não há um único *artigo respeitado pela comunidade científica* que tenha oferecido uma **alternativa racional** à teoria de Darwin", diz Gorgônio Nóbrega. "Mas não podemos banalizar o problema: a origem da vida celular **está envolvida em mistério**, pois a ciência, apesar de muitos progressos, ainda está longe de ter um **modelo completo, sem falhas**, para **explicar** a gênese da estrutura celular e da maquinaria básica da vida." Pelo menos nesse ponto, evolucionistas e neocriacionistas têm a mesma opinião. (In: O DESENHO INTELIGENTE - Ciência - Superinteressante/junho/2002).
- SD4: "Não há **nenhuma prova** de que seus resultados sejam eficazes", diz a neta de Freud. "**A psicanálise se tornou uma espécie de religião**". *Como o tratamento pode ser prolongado por anos, exigindo sessões semanais, ela ainda teria o inconveniente de ser uma religião muito cara*. (In: A PSICANÁLISE NO DIVÃ - Capa - Superinteressante/outubro/2002).
- SD5: "Não se trata de negar o óbvio benefício que ouvir o paciente pode trazer", diz Sabattini. "Trata-se de reconhecer que não **há nenhuma base científica** que sustente a psicanálise". (...) "É claro que, se você procurar, pode encontrar no seu sonho padrões e significados para o que quiser", diz Sabattini. "Da mesma forma que você pode dar inúmeros significados a um quadro abstrato numa exposição de arte moderna." **Mas isso é ciência?** (In: A PSICANÁLISE NO DIVÃ - Capa - Superinteressante/outubro/2002).
- SD6: Mas esse **modelo, aceito por quase 100% dos cientistas, é reconhecidamente restrito e imperfeito**. "O Big Bang se refere apenas à expansão a partir de um estado inicialmente denso e quente", afirma o físico Alan Guth, do Instituto de Tecnologia de Massachussets, o MIT, nos Estados Unidos. "**A teoria não diz o que explodiu, por que explodiu e o que acontecia antes dessa explosão**". (In: O PONTO ZERO - Astronomia - Superinteressante/outubro/2002).

Na SD1, temos o jornalista apresentando a imagem que os pesquisadores, nesse caso, médicos alopatas, fazem da homeopatia - *à luz da ciência, a homeopatia não conseguiu provar que funciona*. Tal imagem vem ao encontro do dizer da ciência tradicional, a qual tem autoridade reconhecida pelo imaginário social para afirmar que a homeopatia ainda não conseguiu alcançar tal estatuto, já que não possui provas concretas, nem experimentos suficientes. Joga-se aqui, mais uma vez, com a ordem da ciência e da não-ciência.

A SD2 foi retirada de uma reportagem que apresentava uma nova teoria sobre a evolução humana, a qual questiona a teoria de Darwin. Vemos, nessa

seqüência, um funcionamento que já observei nas análises do recorte anterior. Qual seja: o efeito de verdade só tem lugar para ser questionado no mundo científico e, mesmo assim, só é autorizado, se produzir outra verdade. E as relações de poder aí intervêm para que este estatuto de autoridade atribuído à ciência se mantenha.

Por isso, na visão de um Darwinista, as críticas são *bobagem*, já que *a teoria de Darwin tem sido comprovada por mais de um século de pesquisas biológicas, abrangendo de bactérias ao homem*. Eis a antecipação da imagem da ciência, na visão de um cientista, como algo que remete à autoridade, a uma espécie de onipotência. E o cientista também atribui tal imagem de autoridade aos outros cientistas, ao afirmar que *o cientista é treinado para ser crítico e, certamente, muitos sonham com a possibilidade de oferecer ao mundo uma teoria superior à de Darwin*. Ora, algo superior à teoria de Darwin, no meio científico, é uma espécie de onipotência.

Na seqüência seguinte - SD3 -, que faz parte da mesma reportagem da seqüência anterior, novamente vemos emergir uma imagem onipotente da ciência e de dentro da própria comunidade científica. As teorias precisam apresentar *racionalidade* para que possam ser respeitadas na comunidade acadêmica. Além disso, essa comunidade almeja teorias com *modelo completo, sem falhas, que explique efetivamente algo envolvido em mistério*. Eis a antecipação de uma imagem perfeita de um ideal de ciência, próximo à **onipotência**.

Nas duas seqüências seguintes - SD 4 e 5 - temos, novamente, um movimento entre a ordem da ciência e da não-ciência para que se possa atestar a imagem dominante da ciência, enquanto um campo que produz provas sob o efeito da verdade universal. Logo, se não há *provas, base científica* não pode ser considerado ciência. Por isso, a psicanálise, na visão da maioria dos cientistas tradicionais, não merece o estatuto de ciência e pode ser comparada, inclusive, à religião. Não só na visão dos cientistas, mas também do jornalista, que acrescenta '*Como o tratamento pode ser prolongado por anos, exigindo sessões semanais, ela ainda teria o inconveniente de ser uma religião muito cara*.' Eis um movimento de identificação do sujeito-jornalista com o dizer da ciência tradicional, aquela que sustenta uma imagem de autoridade e poder.

Interessante ainda observar que aqui a ciência é associada à religião de uma forma pejorativa, mas, nas seqüências anteriores, a ciência reivindicava para si uma característica da religião: **a onipotência**. Logo, como tema de pesquisa, como prova de seriedade, a religião não pode ser associada à ciência, mas como lugar de autoridade e poder, que produz efeitos de verdade universal, religião e ciência andam juntas. É a contradição, inerente ao discurso, emergindo para que cheguemos aos efeitos de sentido produzidos pelo discurso em análise.

Por fim, cabe ainda destacar que, no final da SD5, o jornalista novamente se identifica com a imagem e com o dizer do cientista sobre a ciência e pergunta: *Mas isso é ciência?* E, para responder a tal questionamento, identifica-se com o dizer de outro cientista que responde *não*. E a resposta é **não** pelos motivos que já mostrei, isto é, a imagem dominante da ciência não autoriza que teorias sem provas concretas, objetivas e, de preferência, quantitativas, sejam consideradas ciência.

A SD6 e última desse bloco só vem reforçar essa imagem de autoridade, poder e onipotência suposta à ciência pelos próprios cientistas. Aqui, a ciência, mais especificamente a teoria do Big bang, é representada como *modelo seguido por quase 100% dos cientistas*, mas um modelo *restrito e imperfeito*, já que *a teoria não diz o que explodiu, por que explodiu e o que acontecia antes dessa explosão*. A partir dessa imagem, podemos fazer duas observações. Primeira: o jornalista, ao recortar a voz dos cientistas e inscrevê-la no fio do discurso, julga-se autorizado a concluir, com os cientistas, que o Big Bang é um *modelo restrito e imperfeito*. Segunda: notamos, no entanto, que tal modelo só foi questionado porque surgiu uma nova teoria na academia que pretende ocupar o efeito de verdade atribuído ao "antigo" (a teoria do Big Bang), o qual até então era considerado perfeito.

Assim como no recorte anterior, no qual analisei a construção do imaginário da ciência e dos cientistas pelo jornalista, no domínio 2 (Revista Ciência Hoje), **a construção do imaginário da ciência e dos cientistas pelos próprio cientistas** não é tão evidente. Tal fato, no meu entender, está relacionado a uma preocupação em sustentar uma determinada imagem da própria revista, que traz no título o

termo *ciência*, não só para o leitor, mas também para a comunidade científica. Afinal, trata-se de uma revista que conta com o apoio da SBPC. Também justifica tal fato a publicação de muitos artigos de cientistas na revista, os quais, embora ocupando o lugar de divulgadores⁵⁸, usam uma linguagem mais técnica do que o jornalista. Nesse sentido, penso que há então uma maior administração das imagens e, conseqüentemente, dos efeitos de sentido no discurso veiculado por tal revista. E tal administração está relacionada com o rigor, a seriedade, a autoridade que a própria *Ciência Hoje* supõe, já que não só jornalistas, mas também renomados cientistas escrevem na revista. No entanto, toda essa tentativa de controle do dizer não impede que, quando aparecem antecipações da imagem da ciência e dos cientistas, essas imagens venham ao encontro do estatuto de autoridade, poder e verdade, suposto e sustentado pela ciência.

Vamos, então, às seqüências representativas desse domínio:

- SD1: Os agentes patogênicos usados como armas biológicas são bactérias, vírus, fungos e protozoários. O conhecimento que hoje permite esse uso, porém, **exigiu centenas de anos de prática médica e árduas pesquisas científicas**. (In: A GUERRA BIOLÓGICA ATRAVÉS DOS SÉCULOS, escrito por Patrícia Machado Bueno Fernandes - Biotecnologia - *Ciência Hoje*/setembro/2002).
- SD2: ... um eclipse não deveria assustar. E, em geral, não assusta ninguém... a não ser que esse alinhamento de corpos celestes esteja associado a alguma '**profecia**' - **geralmente, escrita de forma bastante obscura** - sobre o fim do mundo. **Não nos cabe aqui discutir profecias. Entretanto, é nossa obrigação vir a público esclarecer** que, até este momento, não há indício algum de que planetas, asteróides ou cometas possam cair sobre a Terra nos próximos 80 anos, pelo menos. (In: FIM DO MUNDO?, escrito por Daniela Lazarro - Astrofísica do Sistema Solar - *Ciência Hoje*/outubro/2002).
- SD3: A evolução das subdisciplinas pode tornar cada vez mais difícil a comunicação entre pesquisadores, levando a supor até que os objetos de estudo de cada uma sejam muito diferentes. Essa *diversificação* **é um obstáculo** à constituição de **uma biologia unificada e autônoma**, já que **uma ciência autônoma deve fundamentar seu conhecimento usando conceitos e fatos referentes aos fenômenos característicos de todos os seus objetos de estudo**. (In: UMA CIÊNCIA AUTÔNOMA, escrito por Francisco Ângelo Coutinho, da Fundação Educacional Monsenhor Messias e Rogério Parentoni Martins, da UFMG - *Ciência Hoje*/novembro/2002).

⁵⁸ Especificarei melhor essa diferença do cientista e do jornalista, ambos ocupando o lugar de divulgadores da ciência, no capítulo seguinte do presente trabalho, onde trabalho com os diferentes lugares discursivos que se apresentam no discurso de Divulgação Científica.

SD4: Desde os mais antigos debates até os dias atuais, **a disputa científica apresenta alguns componentes arbitrários**, inicialmente **baseados na autoridade e no prestígio dos contendores**. *Hoje, com o extraordinário crescimento da literatura científica, os aspectos arbitrários podem ser constatados no universo subjetivo representado pela respeitabilidade do período científico.* (...) o conceito de qualidade pode ser definido de duas formas, uma absoluta e outra relativa. *Critérios absolutos seriam baseados na presunção de que trabalhos de boa qualidade são aqueles que incorporam a verdade científica* - embora faça parte de um imaginário absolutista, o conceito de 'verdade científica' é, na prática, representado pela possibilidade de melhor compreensão dos fenômenos empíricos (...) No modo relativo, a qualidade de um trabalho é definida como o que está sendo útil para a comunidade em um dado momento. *Nessa concepção, a definição da qualidade de um trabalho é feita a partir do consenso social* (...) qualidade **socialmente aceita pela comunidade científica** (In: INDICADORES DE QUALIDADE DA ATIVIDADE CIENTÍFICA, escrito por Letícia Strehl e Carlos Alberto dos Santos (UFRGS) - *cienciometria - Ciência Hoje*/setembro/2002).

Em primeiro lugar, gostaria de destacar que tais seqüências foram retiradas de reportagens escritas por cientistas, ao contrário das do domínio 1, que foram escritas por jornalistas. Então, aqui, não temos o dizer do jornalista inscrevendo-se no espaço discursivo intervalar entre a mídia e a ciência, fazendo movimentos de apropriação, identificação e recortando a voz dos cientistas, mas sim o dizer do próprio cientista que também vai se inscrever nesse espaço discursivo intervalar para representar a imagem da ciência.

Na SD1, a cientista projeta à ciência uma imagem de seriedade e muito trabalho, ao afirmar que *o conhecimento que hoje permite o uso de armas biológicas exigiu centenas de anos de prática médica e árduas pesquisas científicas*. Logo, fazer ciência não é para qualquer um; é preciso dedicação, prática, pesquisa, enfim, muito trabalho.

Já, na SD2, a cientista joga com a ordem da ciência e da não-ciência, antecipando uma imagem da ciência como algo sério, enfatizando o que não pode ter tal estatuto. Portanto, cientista *não discute profecia*, a qual, *geralmente é escrita de forma bastante obscura*, mas tem a *obrigação de esclarecer o público* sobre os resultados aos quais o leitor e os próprios cientistas estão submetidos. E o cientista não só está submetido, como também se auto-representa como autoridade, sob o efeito da ilusão do discurso verdadeiro de sua pesquisa, baseados em fatos claros, objetivos, que não deixam margem para dúvidas. Eis o efeito de verdade universal que emerge da imagem dominante da ciência tradicional.

Na SD3, os cientistas projetam a imagem de uma **ciência autônoma** como algo que não deve supor *diversificação*, mas que *deve fundamentar seu conhecimento usando conceitos e fatos referentes aos fenômenos característicos de todos os seus objetos de estudo*. Ou seja, para que possa sustentar o *status de ciência autônoma*, é preciso saber explicar, fundamentar todos os objetos que estuda. O que não pode ser explicado, deve ser rechaçado da pesquisa, não pode ser considerado um objeto de estudo. Eis, mais uma vez, a imagem da ciência tradicional sobressaindo, sustentada aqui pelos próprios cientistas.

Embora, na SD4, os cientistas apresentem uma crítica à imagem da ciência ligada aos *componentes arbitrários, à autoridade, à verdade científica*, etc, ela só vem reforçar a imagem dominante social e academicamente da ciência que já emergia da análise das seqüências anteriores. Trata-se de uma imagem baseada na autoridade, na respeitabilidade, em fenômenos empíricos, enfim, é uma imagem construída histórica e socialmente, a qual incorpora verdades e rechaça questionamentos. Por isso, mantém, pelo *consenso do imaginário social*, um estatuto de autoridade e poder. Há que se observar, no entanto, que não é tal imagem que os cientistas que assinam esta matéria sustentam. Eles procuram desconstruir a imagem de verdade científica e absoluta, mas ratificam que essa é a imagem dominante socialmente. Portanto, do ponto de vista da ciência tradicional, tais autores, provavelmente, não receberiam o título de cientistas.

Assim, tanto os jornalistas como os próprios cientistas antecipam a imagem dominante da ciência, que é a do lugar de autoridade e poder, construído a partir do efeito de verdade. Ao antecipar tal imagem, o jornalista realiza diferentes movimentos entre a ordem da ciência e da não ciência, recortando, identificando-se com os saberes das diferentes ordens: da mídia, da ciência e do senso comum. É a partir desses movimentos e dessas imagens que se constitui uma identidade à ciência e aos cientistas, a qual é construída e autorizada socialmente.

É interessante ainda observar como as relações de poder, aqui representadas, sobretudo pela mídia e pela ciência, intervêm nesse processo. Elas atuam como

forças que corroboram a melhor administração dos sentidos do discurso em análise. Podemos pensar, seguindo Foucault (2000), que o poder está associado à verdade e está em todos os lugares. No entanto, aqui, embora esteja presente nas diferentes instâncias (na mídia, no jornalista, no cientista, na academia, no leitor), o poder assume graus diferentes, isto é, há um controle maior que se exerce em algumas instâncias em detrimento das outras. O efeito de verdade, por exemplo, só se mantém pelas relações de poder que atravessam a mídia e a ciência.

Para finalizar o presente capítulo, pretendo 'amarrar algumas pontas que podem ter ficado soltas' durante a leitura. Como o próprio título do capítulo anuncia, procurei, durante as análises, observar os diferentes movimentos produzidos pelo jornalista e pelos cientistas nesse processo da trama das formações imaginárias. E, realmente, trata-se de uma trama, pois joga-se o tempo inteiro com um complexo de imagens, o que constitui um imaginário que é efeito da realidade, mas também elemento constitutivo do discurso em análise. São imagens que emergem ora da ciência e do cientista, ora do leitor, ora de elementos da ordem da não-ciência e, que por sua vez, estão presentes no discurso de Divulgação Científica enquanto elementos constitutivos. Assim, através dessa trama de imagens, também vimos uma identidade se construindo para a ciência e, por sua vez, para os cientistas. Uma identidade que não é fixa nem homogênea, mas que mantém um caráter dominante, a partir das imagens projetadas a cada um desses elementos que constituem o discurso de Divulgação Científica. A identidade da ciência, mais especificamente, além de um caráter dominante, reivindica para si um estatuto de autoridade e poder, através de um constante movimento que impõe limites para a ciência e nega/rechaça tudo que é, segundo a própria ciência, da ordem da não-ciência.

Todo esse funcionamento mostrado ao longo das análises também atesta a presença da heterogeneidade no discurso de Divulgação Científica. Isso demonstra que as noções em AD não funcionam de forma fragmentada e sim como um conjunto imbricado de relações que vão construir os sentidos dos diferentes

discursos. Nós, analistas, destacamos algumas noções em detrimento de outras por uma questão de necessidade metodológica, mas procurando visualizar, durante as análises, as relações entre as noções aí imbricadas.

Cabe ainda dar um destaque ao jornalista que inscreve o seu dizer, de um modo ou de outro, praticamente em todas as seqüências discursivas. Inscreve o seu dizer nesse espaço discursivo intervalar, que é o discurso de Divulgação Científica, tentando administrar/controlar os sentidos de forma a satisfazer tanto a mídia (instituição que ele representa), quanto a ciência e ainda o leitor, justamente pelas relações de força e poder que aí intervêm fortemente. Movimentando-se entre essas diferentes ordens de saberes, recortando, identificando-se com dizeres dessas ordens, produz efeitos de verdade/objetividade e homogeneidade, sob a ilusão do controle do dizer. Ilusão porque os sentidos deslizam, resvalam, fogem do controle do sujeito. No entanto, o fato dos sentidos não serem transparentes e, por isso, deslizarem, não significa que não haja o efeito da administração desses sentidos. Afinal, como já apontei num momento das análises, em nenhuma FD pode-se dizer tudo, ainda mais quando tal FD é atravessada pelo dizer da mídia e da ciência. A formação discursiva na qual se inscreve o discurso de Divulgação Científica – a FD do discurso midiático de Divulgação Científica como tenho a chamado - é uma FD heterogênea, que abriga contradições em seu interior, onde há espaço para o dizer da ciência, mas também da não-ciência e da mídia, enquanto instituição que 'controla' os dizeres que aí se inscrevem.

Constituindo esse discurso, juntamente com o jornalista, estão o leitor e o cientista, como os outros sujeitos necessariamente implicados na sua escritura. Por isso, podemos falar em um complexo, uma trama de imagens, que remetem a constituição de uma identidade heterogênea à ciência, mas que se pretende plena, isenta de falhas, justamente porque é uma identidade que está ligada à imagem dominante da ciência como algo que produz verdades, que possui poder. É o mito da ciência régia.

5. O LUGAR DISCURSIVO DO JORNALISTA E DO CIENTISTA: O IMBRICAMENTO DE DIFERENTES POSIÇÕES-SUJEITO

Pretendo, neste capítulo, através da análise do modo de funcionamento dos diferentes sujeitos (o jornalista e o cientista) envolvidos na constituição do discurso de Divulgação Científica, mostrar que lugar discursivo não corresponde, necessariamente, à posição-sujeito, ainda que tais noções sejam tomadas muitas vezes como sinônimas no âmbito da teoria do discurso.

Então, antes de passar às análises propriamente ditas, gostaria de trazer à reflexão alguns autores que abordam os conceitos de lugar e posição-sujeito.

5.1. LUGAR É SINÔNIMO DE POSIÇÃO?

Para responder a tal questionamento, é preciso, em primeiro lugar, revisitar alguns autores que tratam desses conceitos na teoria do discurso. Eni Orlandi aborda tais conceitos em várias obras suas, mas nem sempre distingue a noção de posição-sujeito da noção de lugar. Vejamos.

Orlandi, em seu artigo “Do sujeito na história e no simbólico” afirma que *o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso* (1999: 17). Percebemos que a autora está se referindo aqui ao lugar social/empírico do sujeito que, ao se subjetivar, ocupa uma determinada posição no discurso. Ainda nesse mesmo texto, a autora vai tratar do modo como a *materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares* (1999: 21). Outra vez, ela faz referência à passagem do lugar empírico para a posição discursiva, ou seja, ao passar para a ordem do discursivo, o sujeito já é tomado enquanto posição. Assim, surge a pergunta: entre a passagem da

materialidade do lugar social do sujeito para a posição discursiva, não podemos pensar na constituição de um **lugar discursivo**? Sob um mesmo lugar discursivo não podem operar diferentes posições-sujeito? Buscando respostas a tais questionamentos, é que me proponho a desenvolver o presente capítulo.

Em outra obra, Orlandi (2002) vai mostrar, ao analisar a fala de José Bonifácio sobre os índios, que, utilizando-se dos mesmos argumentos dos missionários de que os índios são preguiçosos, dorminhocos, etc, José Bonifácio fala de outro lugar (o do Estado) e isso muda *o lugar discursivo* no qual se constituem os sentidos do que ele diz a respeito dos índios. Aqui sim me parece que a autora está se referindo a um conceito de lugar que é diferente do lugar social. Trata-se de um lugar discursivo que se materializa no discurso e é determinado pelo lugar social. No entanto, ela não explicita nem aprofunda o que entende por lugar discursivo, o qual é tomado, no meu entendimento, como sinônimo de posição discursiva.

Mas o que é, afinal, então um lugar discursivo? Na tentativa de conceituar o que estou entendendo por lugar discursivo no presente trabalho, parto da exterioridade, resgatando as noções de formação social e lugar empírico.

No capítulo anterior, ao trabalhar com o conceito de *formações imaginárias*, cunhado por Pêcheux em 1969, mostrei a relação que as imagens projetadas aos interlocutores envolvidos na constituição de um discurso mantêm com as condições de produção, remetendo a lugares determinados na estrutura de uma formação social. Ou seja, as imagens que os interlocutores de um discurso atribuem a si e ao outro são determinadas por lugares empíricos/institucionais, construídos no interior de uma formação social. Assim, a imagem do jornalista, por exemplo, já está determinada pelo lugar empírico a ele atribuído por uma determinada formação social.

Foucault, em *Arqueologia do Saber*, ao tratar da formação das modalidades enunciativas, também lança uma série de questões, procurando relacionar o discurso médico a determinadas imposições institucionais e normativas que

regulam sua emergência e aparição. Ou seja, são projeções de imagens que legitimam, autorizam o médico a ocupar determinado lugar na sociedade. Segundo Foucault, *é preciso descrever os lugares institucionais de onde o médico obtém seu discurso, e onde este encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação* (1997:58). A seguir, ele afirma que *as posições de sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos* (1997: 59). Tais afirmações de Foucault nos remetem à definição de lugar social como ponto de ancoragem para a constituição da prática discursiva. Isso não aponta, no entanto, para a relação do discurso médico (ou qualquer outro) a uma unidade de sujeito homogênea, contínua, representada por um único lugar social. Ao contrário, o sujeito, assim como o discurso, é disperso. E a manifestação dessa dispersão se dá nos *diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que o sujeito pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala* (Foucault, 1997: 61). Tais lugares, posições, etc, são construídas no interior de uma determinada formação social e determinam, assim como são determinadas pelas práticas discursivas. Daí resulta a definição de Foucault de discurso: *um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação ao mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma **rede de lugares distintos*** (1997: 62 - o grifo é meu). Ora, se configuramos o discurso como um espaço que abriga distintos lugares, bem como a dispersão do sujeito, podemos pensar sim na noção de lugar discursivo. Foucault relaciona aqui essa *rede de lugares distintos* à prática discursiva. Portanto, não se trata mais apenas do lugar social, mas de um espaço que se configura no interior do discurso e é da ordem da sua constituição. E o discurso de Divulgação Científica é um exemplo de uma prática discursiva na qual se desenvolve uma rede de lugares discursivos. Há, no mínimo, três distintos lugares discursivos que são da ordem do *já-lá* e, como tal, fazem parte da constituição desse discurso. Quais sejam: o lugar do cientista, o lugar do jornalista e o lugar do leitor.

Tais formulações de Foucault se aproximam do modo como tratamos algumas noções em AD, o que nos permite pensar a noção de formação social,

embora ele não explicita isso, assim como não relaciona tal noção à questão do ideológico. E isso marca a principal distinção desse autor em relação ao modo como Pêcheux aborda as questões do discurso. Embora Foucault não trabalhe com a noção de ideologia, marcando o seu atravessamento/a sua determinação no discurso, ele aborda a questão do poder, relacionando-o ao discurso da verdade⁵⁹, o que marca também uma determinação, vinda do exterior, na constituição do discurso. Assim, é possível pensar numa articulação entre o conceito de formação social e formação ideológica, cunhadas por Pêcheux, e as relações de poder, abordadas por Foucault. Para Foucault, o poder é algo que só funciona em cadeia, isto é, ele *funciona e se exerce em rede* (2000: 183). Por isso, a escolha pelo termo relações de poder, as quais *têm essencialmente por base uma relação de força estabelecida, em um momento historicamente determinável* (2000: 176)⁶⁰. Então, a história intervém, de forma decisiva, nas relações de poder, que não estão centralizadas num único lugar, mas estão dispersas, capilarizadas nos mais diferentes lugares sociais, através das práticas discursivas, podendo representar tanto uma posição de dominante como de dominado. Vejamos, então, essa possibilidade de articulação.

A formação social está relacionada com as diferentes formações ideológicas, as quais, por sua vez, estão materializadas nas diferentes relações de poder que perpassam instituições como a mídia e a ciência. É, então, no conflito de F.I.s e relações de poder, que acontece a disciplinarização dos saberes, sustentados pelos efeitos de verdade. Assim, o sujeito do discurso, ao mesmo tempo em que ele é interpelado/assujeitado ideologicamente pela formação social, ele se inscreve/ocupa um dos lugares sociais que lhe foi determinado. É o espaço do empírico. **Na passagem para o espaço teórico, no nosso caso, para o espaço discursivo, o lugar social que o sujeito ocupa numa determinada formação social e ideológica, que está afetada pelas relações de poder, vai determinar o seu lugar discursivo, através do movimento da forma-sujeito e da própria**

⁵⁹ Tanto a noção de poder quanto a de verdade, cunhadas por Foucault, são extremamente produtivas para o presente trabalho, conforme já mostrei no capítulo 2. Volto a mobilizá-las, ainda, durante as análises.

⁶⁰ Já tratei, de forma mais detalhada, a noção de poder em Foucault no capítulo 2 do presente trabalho, no subtítulo “As contribuições de Foucault”.

formação discursiva com a qual o sujeito se identifica.

O sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo do seu discurso. Então, é pela prática discursiva que se estabiliza um determinado lugar social/empírico. No caso do jornalista científico, é o modo como ele discursiviza os diferentes saberes institucionais (tanto os vindos da ciência, quanto os que circulam na ordem do senso comum) que sustenta e legitima socialmente o seu lugar (empírico) de jornalista, comprometido tanto com a verdade da ciência quanto com a verdade da mídia e com os saberes do leitor.

Ao tratarmos do funcionamento do discurso de Divulgação Científica, devemos considerar que as imagens, tanto do jornalista quanto do cientista e do leitor, já estão dadas, isto é, já foram construídas a partir do lugar social que cada dos sujeitos envolvidos na constituição desse discurso ocupa. Trata-se, conforme nos mostra Pêcheux (1975) do *‘sempre já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e ‘seu sentido’ sob a forma da universalidade* (1995: 164), o que corresponde ao pré-construído do discurso. E isso nos remete ao exemplo do soldado francês⁶¹, citado por Pêcheux (op. cit), que mostra como a *norma identificadora* determina os lugares sociais de cada sujeito, sob o efeito do ideológico. Então, as formações ideológicas estão relacionadas às formações sociais, já que é no interior da formação social que o ideológico se institui, determinando, pelo viés da formação discursiva, os lugares empíricos que cada sujeito pode ocupar, bem como estabelecendo as imagens que representam tais lugares. Ou seja, o sujeito, ao ser interpelado pela ideologia e afetado pelas relações de poder, sobretudo as institucionais, já está inscrito num determinado lugar social/empírico.

Trouxe à reflexão a questão da formação social para mostrar como os lugares aí são construídos, de forma empírica, através de sentidos que já estão cristalizados e instituídos como verdades. Agora, interessa-me mostrar como o lugar social vai determinar a constituição do lugar discursivo, isto é, qual é a

⁶¹ “Um soldado francês não recua”, significa, portanto, “*se você é um verdadeiro soldado francês, o que, de fato, você é, então você não pode/deve recuar* (1995: 159).

relação que se estabelece entre lugar social e lugar discursivo.

Ainda tratando do conceito de lugar enquanto conceito empírico, vejamos o que traz Dominique Maingueneau (2000) em sua obra “Termos-chave da Análise do Discurso”. Para ele, *esse termo diz respeito à identidade dos parceiros do discurso* (2000: 93). E, para explicar tal concepção, cita Pêcheux, trazendo à cena o conceito de formações imaginárias formulado por esse autor em 1969, o qual já apresentei acima. A seguir, cita Flahault, assim formulando:

“Flahault (1978: 58) utiliza lugar para designar de maneira bem ampla os papéis instituídos no discurso, insistindo sobre o fato de que o *lugar* deve ser pensado como *relação de lugares*: “Não há palavra que não seja emitida de um lugar e que não convoque o interlocutor a um lugar correlativo”. Em uma *relação de lugares* marcamos ao mesmo tempo que *lugar* pretendemos ocupar e que *lugar* pretendemos conferir ao co-enunciador: pôr-se no lugar do educador, é conferir ao outro o lugar de educando. Mas como esse último pode contestar a relação que pretendemos impor-lhe, muitas das interações são uma constante negociação do *lugar* de cada um. As *relações de lugares* não são, contudo, livres criações dos sujeitos, eles são instaurados a partir de um *sistema de lugares* preestabelecido” (Maingueneau, 2000: 94).

Tal conceito de lugar ratifica, de certa forma, o que apresentei acima sobre a noção de lugar social, na medida em que relaciona o lugar de dizer a um sistema de lugares preestabelecido, isto é, que já está dado, determinado socialmente; no entanto, ignora-se a questão do ideológico e o sujeito que ocupa esses lugares é um sujeito intencional, portanto, consciente de suas escolhas. E isso vai de encontro às concepções de sujeito, assim como de formações imaginárias, formuladas por Pêcheux no interior da teoria do discurso. Passemos, agora, à reflexão sobre a noção de lugar discursivo.

Pêcheux (1967), ainda sob o pseudônimo de Thomas Herbert, no artigo “Observações para uma teoria geral das ideologias”, a partir do enunciado lacaniano *o significante representa o sujeito para um outro significante*, afirma que *a cadeia sintática dos significantes determina para o sujeito o seu lugar, identificando-o a um certo ponto na cadeia (o significante, no qual ele se representa), e que esse mecanismo de identificação diferencial não é outro senão o “efeito de sociedade”, cujas dissimetrias encontram aqui sua causa* (1995:

75). A partir dessa afirmação de Pêcheux, podemos pensar que o lugar discursivo é determinado não só pelo lugar social, mas também pela estrutura da língua, materializada no intradiscurso. Assim, **tanto o lugar discursivo é efeito do lugar social, quanto o lugar social não é construído senão pela prática discursiva, ou seja, pelo efeito do lugar discursivo. Isso significa dizer que ambos, lugar social e lugar discursivo, se constituem mutuamente, de forma complementar, e estão relacionados à ordem de constituição do discurso. Um não é anterior ao outro, já que um necessita do outro para se instituir. O lugar social só se legitima pela prática discursiva, portanto, pela inscrição do sujeito num lugar discursivo.** E o lugar discursivo, por sua vez, só existe discursivamente porque há uma determinação do lugar social que impõe a sua inscrição em determinado discurso.

Os lugares discursivos são construídos pelo sujeito na sua relação com a língua e a história. Mas essa discursivização só acontece por que há uma determinação da formação social que institui determinados lugares, os quais podem e devem ser ocupados por sujeitos autorizados para tal. Por isso, este duplo efeito de determinação. O lugar social é efeito da prática discursiva, mas, ao mesmo tempo, o lugar discursivo também é efeito da prática social.

Com isso, pretendo sustentar que é possível pensar na noção de lugar discursivo como uma **categoria de análise**, que é materializada na passagem do espaço empírico, onde se encontram os lugares sociais, para o espaço discursivo. Ou seja, o lugar discursivo estaria no entremeio do lugar social, da forma e da posição-sujeito. Portanto, ele **não é sinônimo de posição, já que pode abrigar, no seu interior, diferentes e até contraditórias posições de sujeito. Por isso, devemos tomar o lugar discursivo como um espaço constitutivamente heterogêneo, onde se materializam as diferentes imagens projetadas pelos interlocutores de um discurso.**

Ainda é importante esclarecer que, ao passar do espaço empírico para o espaço discursivo, o sujeito é afetado pelo inconsciente, tendo a ilusão, muitas

vezes, de que é possível produzir um apagamento do seu lugar social. Mas tal apagamento é somente um efeito, um simulacro, já que a sua inscrição num determinado lugar discursivo implica sempre uma determinação do lugar social. Ou seja, sempre haverá uma determinação ideológica. Por exemplo, todo indivíduo pode ocupar diferentes lugares sociais (de pai, de jornalista, de educador, etc) no interior de uma formação social, mas, ao se inscrever discursivamente, o seu lugar discursivo, independente de qual seja, estará afetado por um dos lugares sociais, ainda que construindo imagens diferentes das projetadas socialmente. Com isso, constatamos que nem sempre o lugar social coincide com o lugar discursivo de forma simétrica. Tomemos o exemplo do sujeito jornalista. Ele pode, a partir desse lugar social, tanto ocupar o lugar discursivo de jornalista científico, comprometido com a verdade da ciência, como pode ocupar o lugar discursivo de jornalista político, comprometido com o discurso sobre a economia. Trata-se de lugares discursivos diferentes, sob os quais podem operar diferentes posições-sujeito, mas sob o efeito do mesmo lugar social. Eis a heterogeneidade que é constitutiva dessa categoria analítica.

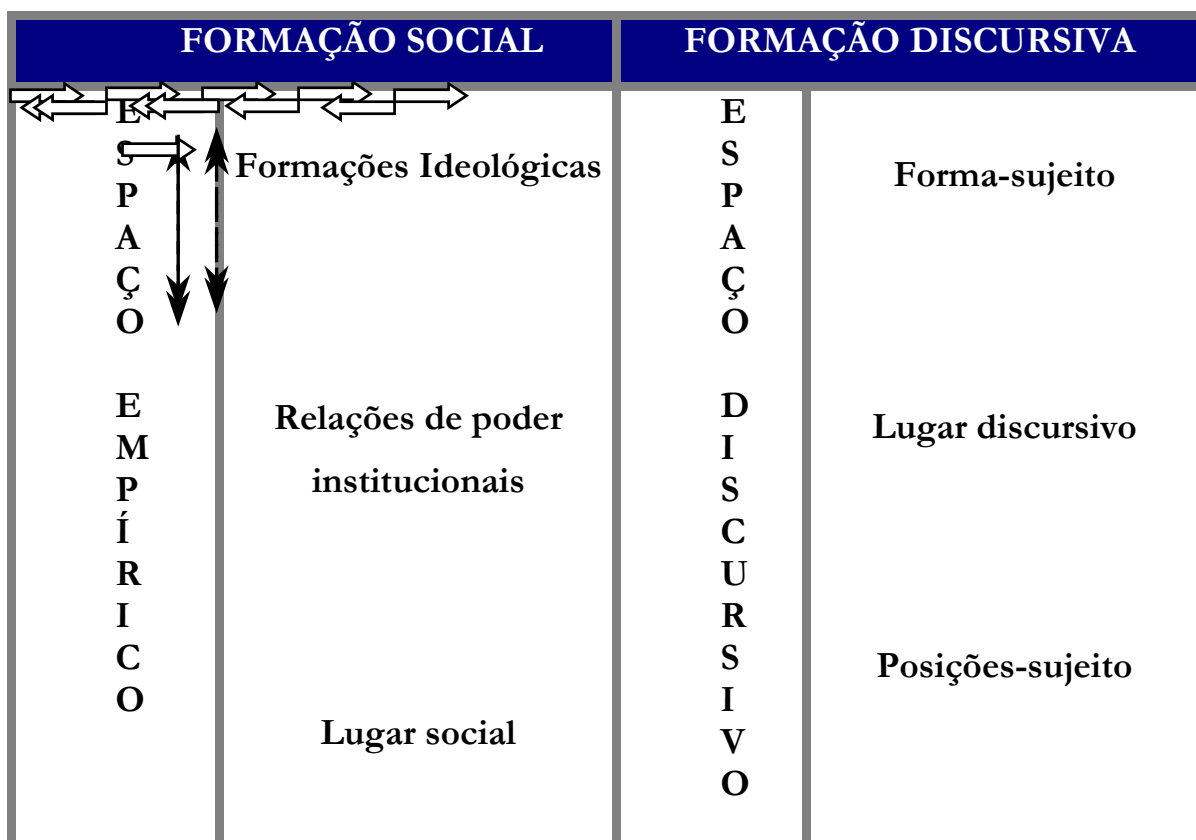
Guimarães (2002: 26) afirma que *a cena enunciativa coloca em jogo lugares de dizer* (os enunciadores) *e estes se apresentam sempre como a representação da inexistência dos lugares sociais do locutor*. A isso, o autor acrescenta: *E embora sempre se apresentem como independentes da história ou fora da história, são lugares próprios de uma história*. Logo, não há como escapar da determinação histórica e ideológica. Embora o autor trabalhe com outras categorias, tal afirmação nos remete à reflexão exposta acima de que o sujeito simula, muitas vezes, segundo o modo como ele discursiviza o seu dizer, o apagamento do lugar social. Vale ressaltar, no entanto, que se trata apenas de uma ilusão, muitas vezes necessária ao sujeito para que ele se inscreva em um determinado lugar discursivo, o qual pode produzir esse efeito de apagamento. No discurso científico, é muito comum esse tipo de funcionamento, já que se pretende que os saberes aí formulados sejam tomados como verdades universais, destituídas, portanto, da história.

O sujeito do discurso, através da sua inscrição em um determinado lugar discursivo, vai se relacionar tanto com a forma-sujeito histórica e os saberes que ela abriga quanto com a posição-sujeito. Logo, o lugar discursivo situa-se no entremeio do lugar social, da forma e da posição-sujeito. Para melhor explicitar esse modo de funcionamento do lugar discursivo e sua relação com as posições-sujeito, retomo Pêcheux (1975), explicitando o que ele chamava de *posição-sujeito*. Para Pêcheux, a posição-sujeito consiste na relação de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber (forma-sujeito). O que estou propondo aqui é que pensemos uma **nova categoria** - a de lugar discursivo - **que funcionaria como um modo do sujeito do discurso se relacionar tanto com a forma-sujeito histórica quanto com as diferentes posições-sujeito**. Assim, a relação do sujeito enunciador com o sujeito de saber e, conseqüentemente, com a posição-sujeito seria deslocada para as relações de identificação/determinação do lugar discursivo tanto com a forma-sujeito histórica (ordem da constituição/do interdiscurso), quanto com a posição-sujeito (ordem da formulação/do intradiscurso). Portanto, se o lugar empírico pode não coincidir com o lugar discursivo, esse pode não coincidir com a posição-sujeito. Por exemplo, o jornalista pode estar inscrito no lugar discursivo de editor ou de jornalista científico, e ocupar, entre outras posições, a posição-sujeito de cientista.

Indursky (2000a:77), ao caracterizar a forma-sujeito como *dispersa e fragmentada*, afirma que *cada posição-sujeito representa diferentes modos de se relacionar com a forma-sujeito*. Seguindo essa reflexão da autora e considerando o modo como estou propondo que pensemos a função do lugar discursivo, eu diria que **cada lugar discursivo representa diferentes modos de se relacionar não só com a forma-sujeito, mas também com as diferentes posições-sujeito que ele pode abrigar**. Abre-se espaço, portanto, para mais uma categoria de análise entre a forma e a posição-sujeito - a do lugar discursivo.

Para melhor elucidar a noção de lugar discursivo, vou mobilizá-la enquanto uma categoria de análise nas seqüências discursivas a seguir. Vejamos então se ela é,

realmente, produtiva enquanto tal. Mas, antes de passar às análises propriamente ditas, apresento um quadro resumo para melhor distinguir o lugar social do lugar discursivo.



Quadro-resumo 1: distinção entre lugar social e lugar discursivo

Conforme sintetizei no quadro acima, a formação social compreende o espaço empírico que, por sua vez, abriga as diferentes formações ideológicas, as quais interagem com as relações de poder institucionais (neste caso, a mídia e a ciência), determinando o lugar social que o sujeito ocupa na sociedade. É a práxis social. Já, a formação discursiva compreende o espaço discursivo, que, por sua vez, abriga o lugar discursivo que se relaciona tanto com a forma-sujeito quanto com as diferentes posições-sujeito que operam no discurso a partir dele. É a prática discursiva. No entanto, espaço empírico e espaço discursivo não devem ser tomados de forma fragmentada. Ao contrário, eles estão em constante imbricamento, já que o lugar social é efeito da prática discursiva ao mesmo tempo

em que o lugar discursivo é efeito/está determinado pela prática social. Tal imbricamento está representado no quadro pelas flechas em movimento da direita para a esquerda e vice-versa.

5.2. AS ANÁLISES

Para proceder às análises dos diferentes lugares discursivos que fazem parte da constituição do discurso de Divulgação Científica, bem como das diferentes posições-sujeito que tais lugares compreendem, vou dividir as análises em diferentes recortes, conforme as regularidades discursivas que o corpus apresentar. Cada recorte, conforme já explicitiei no capítulo 3 que trata da constituição do corpus, abriga um conjunto de seqüências discursivas que apontam para uma determinada regularidade de um modo de funcionamento. E essa regularidade se dá no nível da organização da língua, isto é, na estrutura. Início com a análise de recortes que representam o lugar discursivo do jornalista no discurso em análise. Primeiro, observo tal funcionamento no domínio 1 (Revista Superinteressante) e, em seguida, no domínio 2 (Revista Ciência Hoje).

5.2.1. O LUGAR DISCURSIVO DO JORNALISTA - DOMÍNIO 1

O recorte que passo a analisar pertence ao domínio 1 e apresenta como principal regularidade o uso da generalização “os cientistas”, presente em todas as seqüências selecionadas. É importante observar que tal regularidade foi recortada na dispersão do discurso, já que ela é representativa de um conjunto de matérias de divulgação científica, publicadas ao longo de um ano na revista Superinteressante. Pretendo, então, observar como essa regularidade, materializada na organização da estrutura do discurso, determina o sentido, produzindo diferentes efeitos neste olhar sobre o lugar discursivo e a posição-sujeito.

5.2.1.1. RECORTE 1 - O FUNCIONAMENTO DA GENERALIZAÇÃO “OS CIENTISTAS” - REVISTA SUPERINTERESSANTE

Eis as seqüências que selecionei para constituição desse recorte:

- SD1: Outro grupo que também investe em fazendas de corpos são os entomologistas (*estudiosos de insetos*) forenses, que estudam a sucessão de bichinhos necrófagos que atacam o cadáver. (...) Analisando os ciclos de vida dos diferentes insetos que devoram cadáveres em cada região do planeta, **os cientistas conseguem detectar**⁶² o tempo e até a área em que a vítima morreu (In: DETETIVES DE LABORATÓRIO - Tecnologia - Superinteressante/março/2002).
- SD2: **Os cientistas usam** a técnica dos microarrays, *que são lâminas de vidro com o DNA de milhares de genes vindos de tecidos normais e cancerosos*. São genes de pacientes que têm um pequeno tumor, mas que ainda não apresentam metástase (In: A CAMINHO DA VITÓRIA - Saúde - Superinteressante/maio/2002).
- SD3: **Os cientistas perderam o medo de parecer malucos, esmiuçaram** a Teoria da Relatividade e *concluíram*: viajar para o futuro e para o passado, como na ficção de H.G. Wells, poderá, em breve, ser realidade (...) **os cientistas estão convencidos** de que as viagens no tempo são, do ponto de vista da Física, perfeitamente viáveis e naturais. Ou seja, o que soava antes como ficção ou impostura inaceitável no meio acadêmico, vem conquistando status formal de **seriedade científica** (In: UMA QUESTÃO DE TEMPO - Ciência - Superinteressante/maio/2002).
- SD4: A descoberta de Imo (*macaco que começou a lavar a batata antes de comer*) *pode parecer banal*, mas **obrigou os cientistas a reverem para sempre** a forma como viam os animais e a espécie humana. Para os pesquisadores, a capacidade de Imo transmitir uma nova técnica para outras gerações é uma das **provas** de que alguns animais também têm um dom que era considerado exclusivamente do homem: a cultura (In: ELES TAMBÉM TÊM CULTURA - Mundo Animal - Superinteressante/agosto/2002).
- SD5: Parte da riqueza subterrânea já é objeto de estudo humano. Para a indústria farmacêutica, por exemplo, *o solo é uma mina de ouro*. **Pouca gente sabe, mas a maior parte dos antibióticos naturais hoje existentes derivaram de micróbios do solo. (...) Com a moderna capacidade de pesquisa de substâncias químicas, **os cientistas esperam desenterrar** novas fórmulas de medicamentos nos próximos anos (In: VIAGEM AO CENTRO DA TERRA - Ciência - Superinteressante/agosto/2002).**

Antes de particularizar a análise de cada seqüência do recorte apresentado, vou lançar um olhar sobre o conjunto dessas seqüências. Nesse conjunto, temos a representação de um **lugar discursivo: o do jornalista científico**. A partir do que explicitiei acima sobre essa noção, considero que ela é produtiva se tomada

⁶² Os grifos nas seqüências são meus. Eles servem como destaque de marcas lingüísticas que serão mobilizadas para as análises.

enquanto uma categoria de análise. Desse modo, na passagem do espaço empírico para o espaço discursivo, o sujeito do discurso ora em análise vai se inscrever no lugar discursivo de jornalista científico, o qual está determinado/afetado pelo seu lugar social e histórico de jornalista, que é construído pelo imaginário que circula numa determinada formação social e sedimentado pela prática discursiva. E isso significa dizer que o lugar discursivo de jornalista científico é diferente de outros lugares discursivos que um jornalista está autorizado a se inscrever. Por exemplo, o de um jornalista de um jornal diário que escreve sobre economia.

Ora inscrever-se discursivamente no espaço do discurso de Divulgação Científica implica a tomada de um lugar discursivo que está interpelado/determinado por diferentes ordens de saberes. Ao se inscrever em tal lugar discursivo, **o sujeito é duplamente determinado: pela ciência e pela mídia**. Tais instituições, através de suas práticas discursivas, as quais são permeadas pelas relações de poder, sustentam o imaginário de verdade e saber. Além disso, a inscrição nesse lugar discursivo também prevê um espaço para as práticas discursivas do cotidiano, as quais devem contemplar o compromisso com o leitor desse discurso. E aqui já não estou tratando mais do lugar social do jornalista científico, mas sim do lugar discursivo. Ou seja, estou apontando para o modo como o sujeito pode/deve se discursivizar, estando afetado por tantas determinações externas. O lugar discursivo funciona, então, como um modo do sujeito se relacionar com a forma-sujeito histórica dos diferentes saberes que intervêm na FD do discurso midiático de Divulgação Científica, extremamente heterogênea, onde o discurso de Divulgação Científica, tomado como um espaço intervalar, se inscreve. Ao mesmo tempo, ele também funciona como um modo do sujeito se relacionar com as diferentes posições-sujeito, o que significa que, a partir de um mesmo lugar discursivo, o sujeito pode ocupar diferentes posições. Quando temos o movimento do sujeito com a forma-sujeito, através da categoria do lugar discursivo, estamos na ordem da constituição do discurso e, no movimento do sujeito com as posições, estamos na ordem da formulação.

Partindo da reflexão acima e do pressuposto de que o sujeito está inscrito no **lugar discursivo de jornalista científico**, é que parto para a particularização da análise das SDs acima apresentadas, procurando observar como se dá o movimento do sujeito, sobretudo, entre o lugar discursivo e a posição-sujeito.

Em todas as cinco seqüências, temos o uso da expressão ‘os cientistas’, o que aponta para um determinado funcionamento discursivo, materializado pelo sujeito ao se inscrever no lugar discursivo de jornalista científico.

O funcionamento da generalização ‘os cientistas’ chama-me a atenção, em primeiro lugar, justamente por generalizar uma categoria de pessoas - os cientistas. Não se trata de um cientista, de alguns cientistas, tampouco de um cientista de uma área específica, mas de todo e qualquer cientista, independente da área. O pronome definido, que precede tal categoria - os - deveria defini-la, determiná-la, conforme o que prevê a Gramática Normativa; mas, ao contrário disso, ele indetermina, generaliza. Dessa forma, temos uma determinação na língua que produz uma indeterminação no discurso. Indeterminação aqui entendida como o efeito de um lugar social e histórico, materializada através da expressão ‘os cientistas’ pelo lugar discursivo, nesse caso, o de jornalista científico.

Tal funcionamento, então, não só determina no nível do intradiscurso, mas também simula uma homogeneidade de vozes, buscando um efeito de determinação no nível do interdiscurso. O sujeito, ao se inscrever no lugar discursivo de jornalista científico, está determinado pela mídia, instituição que ele representa, assim como pela ciência, já que tem o compromisso com a verdade do discurso científico. E tais determinações afetam o modo como ele discursiviza o seu dizer. Por isso, produz a generalização ‘os cientistas’ numa tentativa, ainda que ilusória, de não produzir um apagamento dos saberes vindos da ordem da ciência, simplificando para o leitor o entendimento desses conhecimentos. Embora o jornalista⁶³ marque com essa generalização a inscrição do outro na seqüência do

⁶³ Sempre que utilizar o termo “o jornalista” durante as análises das SDs do presente capítulo, estarei tomando-o no sentido discursivo. Ou seja, não é o jornalista sujeito empírico, mas o lugar discursivo em que este sujeito está inscrito no discurso em análise.

discurso, não apagando, assim, a heterogeneidade aí presente, ele produz um efeito de consenso entre a voz dos cientistas, como se todos eles, independente da área de atuação, produzissem um discurso homogêneo. Há, portanto, uma simulação de um consenso de vozes entre os saberes que circulam no discurso da ciência.

Tal funcionamento se constitui numa *forma marcada de heterogeneidade mostrada*, conforme classificação apresentada por Authier-Revuz (1990)⁶⁴. No entanto, embora esteja marcada a presença do outro, o que já aponta para a presença da heterogeneidade no nível intradiscursivo, o que a autora não prevê é que tal funcionamento remete a uma *forma não marcada de heterogeneidade* no nível do interdiscurso. Aí, no interdiscurso, é que se dá o efeito de apagamento, a dissolução do(s) outro(s) no um, a qual, por sua vez, vai refletir no intradiscurso em forma de generalização, simulando uma voz consensual entre os cientistas. O que, então, atesta a presença do heterogêneo no intradiscurso vai negar a heterogeneidade, representada por múltiplas vozes, no interdiscurso, simulando uma homogeneização do dizer. Assim, o jornalista, ao se inscrever no lugar discursivo de jornalista científico, realiza um movimento contraditório: ao mesmo tempo em que abre espaço para o heterogêneo, marcando a presença do discurso-outro no intradiscurso, ele impõe limites ao discurso, determinando um consenso de vozes entre os cientistas, numa tentativa de controlar o dizer no nível do interdiscurso, o que vai produzir um efeito de homogeneidade. Convém ressaltar que o sujeito, ao realizar esse movimento, está afetado pelo inconsciente e assujeitado a determinadas condições históricas, sociais e ideológicas.

Observamos que o funcionamento discursivo da generalização ‘os cientistas’ mostra, justamente, o modo como o sujeito do discurso se relaciona com a forma-sujeito histórica e os saberes que circulam na ordem da exterioridade, através do

⁶⁴ Authier-Revuz (1990), em seu artigo intitulado *Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)*, apresenta as diferentes formas de *inscrever o outro na seqüência do discurso*, o que a autora vai chamar de *heterogeneidade mostrada*, a qual está dividida em *marcada* (discurso indireto, aspas, formas de retoque ou de glosa, etc) e *não-marcada* (discurso indireto livre, ironia, imitação, etc). A heterogeneidade mostrada marcada se constitui, segundo a autora, de formas lingüísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a *heterogeneidade constitutiva*. Authier entende que o exterior, inevitavelmente, retorna implicitamente ao interior dos enunciados produzidos pelo sujeito, no discurso.

lugar discursivo em que ele se inscreve. Agora, ao olhar atentamente para o funcionamento de cada seqüência, pretendo observar os diferentes movimentos que o sujeito faz entre esse lugar discursivo e a posição ou posições que ele ocupa no discurso em análise.

Nas duas primeiras seqüências - SD1 e SD2 - o sujeito do discurso, a partir do lugar discursivo de jornalista científico, vai ocupar uma **posição de aderência**⁶⁵ **ao discurso científico**, produzindo para o leitor um **efeito de transferência** a partir dos saberes que circulam na ordem da ciência. E é efeito porque não se trata de uma colagem qualquer do discurso-outro, mas de um modo de aderência próprio, ou seja, não é simples repetição. Como nos coloca Bakhtin em sua obra “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, o narrador, ao incorporar o discurso de ‘outrem’, elabora regras próprias⁶⁶. Não estamos aqui trabalhando com a categoria de narrador, mas o jornalista, ao se inscrever discursivamente, adere sim, de alguma forma, ao discurso da ciência, elaborando regras próprias, isto é, modos de discursivizar o discurso-outro.

Embora recorte saberes vindos do discurso científico, o jornalista produz um gesto de interpretação, o qual é explicitado sobretudo na explicação sobre os entomologistas, destacada entre parênteses (*estudiosos de insetos*) na SD1, e na oração adjetiva explicativa da SD2 - *que são lâminas de vidro com o DNA de milhares de genes vindos de tecidos normais e cancerosos*. Opera-se, assim, um deslocamento em relação aos saberes da ordem da ciência, mas não uma ruptura. Estamos diante de uma tentativa do sujeito, ainda que afetada pelo inconsciente, ao se inscrever no lugar discursivo de jornalista científico e, a partir dele, ocupar a posição de aderência ao discurso da ciência, de produzir uma certa estabilização no discurso de Divulgação Científica, de modo que se faça compreender pelo leitor, sem desestabilizar o discurso científico, nem romper com o seu lugar social de

⁶⁵ Aderência aqui tomada no sentido de estar ligado, preso, colado ao discurso da ciência, o que não significa, necessariamente, estar identificado.

⁶⁶ Para maiores detalhes sobre o modo como Bakhtin trabalha a questão do discurso de ‘outrem’, ver capítulo 2 da presente tese.

representante da mídia. Eis uma forma de administrar os sentidos, o que produz um efeito de homogeneização do discurso em análise, a partir do funcionamento tanto da generalização ‘os cientistas’ quanto do discurso relatado.

A primeira parte da SD3 consiste na apresentação da matéria, a qual funciona como uma chamada para o leitor. Ou seja, o efeito-leitor está aí fortemente presente. Embora em forma de relato do discurso científico, o jornalista ousa um gesto de interpretação que se aproxima mais do discurso do cotidiano, ao enunciar, por exemplo, que *os cientistas perderam o medo de parecer malucos*, assim como ao citar *a ficção de H.G. Wells*. A referência aqui é ao filme “Máquina do tempo”. Recortam-se, assim, elementos do discurso do cotidiano, os quais são colados ao discurso de Divulgação Científica, para se relatar ao leitor a conclusão dos cientistas. Na segunda parte da seqüência, o jornalista continua o relato, mas agora a partir da aderência aos dizeres do discurso científico. Tal relato é seguido de um comentário do jornalista que reforça, mais uma vez, o imaginário da ciência enquanto algo que supõe *seriedade*. Há o imbricamento, portanto, nessa seqüência, de uma posição sujeito que adere ao discurso do cotidiano, aproximando-se do leitor, e outra que adere ao discurso científico, comentando-o.

Nas SD 4 e 5, o sujeito, através do lugar discursivo de jornalista científico, se relaciona com duas diferentes posições sujeito. Uma que recorta elementos do discurso do cotidiano, aproximando-se mais dos saberes que circulam na ordem do senso comum e outra que adere ao discurso científico, produzindo tanto relatos como comentários. Na SD4, observamos a aderência ao discurso do cotidiano quando o jornalista afirma que *a descoberta de Imo pode parecer banal*, introduzindo entre parênteses uma explicação sobre Imo: um *macaco que começou a lavar a batata antes de comer*. Em seguida, a partir da aderência ao discurso científico, comenta, ao enunciar que isso *obrigou os cientistas a reverem para sempre a forma....* Termina a seqüência, simplesmente relatando as conclusões dos pesquisadores, as quais estão baseadas em **provas**. Também na SD5 há a aderência ao discurso do cotidiano, a qual é materializada por afirmações que têm como pressuposto saberes que

circulam no senso comum, sobretudo no discurso sobre a saúde: *para a indústria farmacêutica, por exemplo, o solo é uma mina de ouro; pouca gente sabe, mas a maior parte dos antibióticos naturais...* Tais afirmações, por estarem baseadas no senso comum, chegam a produzir um efeito de verdades universais. A seguir, o jornalista relata os objetivos das pesquisas científicas, a partir da aderência ao discurso da ciência.

Vimos funcionar, durante as análises dessas seqüências, sob a categoria do lugar discursivo, diferentes posições-sujeito, o que ratifica as reflexões que vinha apresentando até então. Nesse recorte, a partir do lugar discursivo de jornalista científico, operaram as seguintes posições: a de **aderência ao discurso científico** e a de **aderência ao discurso cotidiano**. E **adesão supõe recorte, colagem de elementos do discurso-outro, o qual permanece marcado no intradiscorso**.

Assim, a posição-sujeito que adere, tanto ao discurso da ciência quanto ao discurso do cotidiano, recorta e cola o dizer do outro em um espaço discursivo próprio - neste caso, no discurso de Divulgação Científica. E, embora o sujeito produza apenas um movimento de aderência ao dizer do outro, esse movimento não está destituído de um gesto de interpretação do jornalista, o qual é produzido a partir do lugar discursivo em que ele se inscreve. Não há, portanto, **transferência plena de uma ordem de discurso para outra, mas se produz um efeito de transferência**, já que o discurso-outro permanece marcado, de alguma forma, nesse novo espaço discursivo.

Nas análises das SDs do próximo recorte, as quais representam outras regularidades discursivas, vou verificar se essas posições realmente se sustentam nesse domínio, o que não significa que novas não possam surgir.

Ao finalizar as análises desse recorte de seqüências, ainda cabe destacar que, mesmo ocupando diferentes posições-sujeito, as quais, por sua vez, apontam para diferentes efeitos de sentido, o sujeito do discurso ora em análise faz uso de determinadas regularidades, na tentativa de produzir um efeito de homogeneidade ao discurso. Mas tais regularidades escapam ao controle do sujeito e apontam para

a heterogeneidade que é constitutiva desse discurso, bem como para uma afirmação de Pêcheux de que *não há ritual sem falhas*. E o ritual da constituição do discurso de Divulgação Científica não é diferente, já que as posições-sujeito que acabei de apresentar não são absolutas, possuem limites tênues e se constituem num movimento oscilatório.

Dividi as seqüências do próximo recorte em dois blocos, conforme o funcionamento discursivo que apresentavam. Assim, as seqüências discursivas do 1º bloco representam uma nova posição-sujeito: a de incorporação do discurso científico, e as do 2º a posição-sujeito de aderência ao discurso científico. Tanto no 1º quanto no 2º bloco vai estar representada a posição-sujeito de aderência ao discurso do cotidiano.

5.2.1.2. RECORTE 2 - BLOCO 1 - A POSIÇÃO-SUJEITO DE INCORPORAÇÃO

Eis as seqüências do 1º bloco desse recorte, selecionadas para análise:

SD1: Ao contrário da medicina convencional, a homeopatia *não é uma terapêutica invasiva, dispensando cirurgias, exames incômodos e drogas que provocam efeitos colaterais quase sempre perigosos. Sua abordagem é sistêmica e tem como foco o paciente e não a doença em si* - detalhe que faz toda a diferença na relação médico-paciente. **Ela é muito mais próxima e afetuosa do que a medicina alopática**, cujos diagnósticos dependem hoje mais da tecnologia que da acuidade do médico. Uma consulta homeopática pode envolver *perguntas sobre hábitos do dia-a-dia, incluindo até questões prosaicas como sonhos ou a sensação experimentada pelo paciente no pôr-do-sol. A importância dada aos sintomas mentais é tanta que a conversa com o homeopata, muitas vezes, assemelha-se a uma sessão com o psicólogo. Ab! Há outro detalhe: a homeopatia é barata. O preço de um frasco com glóbulos homeopáticos (as bolinhas de açúcar) varia de 7 a 10 reais. Já uma caixa de antibióticos...bem, você sabe* (In: O PODER DAS BOLINHAS - Medicina - Superinteressante/janeiro/2002).

SD2: **A biologia explica que**, quanto mais jovem uma mulher, maiores são as chances de ocorrer uma fecundação bem-sucedida. Com o passar dos anos, a produção de espermatozoides diminui e o homem procura mulheres que oferecem maior possibilidade de uma boa fecundação - *e essas mulheres são as mais jovens*. Outro fator nessa equação: *a beleza imatura, a pele suave, as maçãs do rosto ainda rosadas e o nariz pequeno* evocam a infância e despertam o instinto de proteção do adulto. **Proteção e dominação constituem os pilares básicos da pedofilia**. À medida que amadurecem, homens procuram pessoas mais jovens por causa de inseguranças Psicológicas (*inclusive em relação ao tamanho e ao desempenho do pênis*) (In: INOCÊNCIA ROUBADA - Capa - Superinteressante/maio/2002).

- SD3: *Qual a razão biológica para envelhecer? **A resposta é que não há razão.** Envelhecemos porque, pela lógica da seleção natural, que é como “*pensa*” a natureza, o que acontece com o indivíduo depois que ele gerou descendentes não faz diferença para o futuro da espécie. Assim, a perda das reservas - *aquele “algo mais” para atravessar momentos difíceis* - após a idade reprodutiva não prejudica a espécie. Em alguns casos, pelo contrário, a beneficia. Em ambiente onde falta alimento, quem já passou da idade fértil representa uma competição extra. Aos poucos, portanto, a natureza privilegiou as espécies cujos integrantes deixavam o palco assim que seu papel acabasse (In: CORRIDA CONTRA O TEMPO - Saúde - Superinteressante/agosto/2002).*
- SD4: *Saber como e por que os desastres acontecem é questão de entender a dinâmica do que está ao redor e pensar nas conseqüências de cada um de **nossos** atos. Neste mundo complexo, cada gesto mínimo **nosso** implica em riscos - **precisamos** decidir quais são aceitáveis, **já que eliminá-los é impossível** (In: POR QUE OS ACIDENTES ACONTECEM? - Ciência - Superinteressante/julho/2002).*
- SD5: *Ok. Depois de tudo o que foi escrito, **podemos** então dizer que o funcionamento do cérebro explica todas as sensações que, ao longo de milênios, o homem tem atribuído aos deuses e a outras forças imponderáveis? **Não é bem assim.** No fundo, **a polêmica continua. O que mudou foram** os novos argumentos trazidos pela neuroteologia (In: PROGRAMADO PARA A FÉ - Ciência - Superinteressante/agosto/2002).*

Na SD1, ao inscrever-se no lugar discursivo de jornalista científico, o sujeito do discurso explica o que é a homeopatia, incorporando o discurso que circula na ordem da ciência sobre esse campo de saber. Ao afirmar que a *homeopatia não é uma terapia invasiva, dispensando cirurgias, exames...* e que sua *abordagem é sistêmica e tem como foco o paciente e não a doença em si*, o jornalista fala como se fosse um homeopata/na posição de, identificando-se com os saberes dessa ciência e, por sua vez, desidentificando-se com os saberes da alopatia. Por isso, julga-se, ainda que ilusoriamente, autorizado a avaliar (*ela é muito mais próxima e afetuosa*) e comentar (*detalhe que faz toda a diferença na relação médico-paciente*) a prática homeopática, contrapondo-a à *medicina convencional*. Compara, em seguida, a consulta homeopática a *uma sessão com o psicólogo*. E, para fazer tal comparação, faz um movimento de aderência ao discurso do cotidiano, recortando elementos que circulam no imaginário do senso comum tanto sobre um tratamento psicológico quanto sobre um tratamento homeopático. Por ocupar uma posição de incorporação do discurso científico, falando como se fosse o próprio cientista - nesse caso, o homeopata - é que o jornalista sente-se autorizado a produzir esses movimentos de comparação, avaliação, comentário e explicação. Por fim, para ratificar a sua posição de

identificação com o discurso da homeopatia, o jornalista declara que a *homeopatia é barata*, recortando elementos de saberes do cotidiano (*o preço de um frasco com glóbulos homeopáticos ... varia de 7 a 10 reais*) e dialogando com o leitor, o qual é incluído ao seu discurso (*bem, você sabe*). Assim, funcionam, nessa seqüência, sob o lugar discursivo de jornalista científico, as posições-sujeito de incorporação do discurso da ciência e de aderência ao discurso do cotidiano. E o efeito-leitor é construído, discursivamente, no entremeio dessas posições, a partir das antecipações de imagens que estão em jogo na constituição do DDC.

Na posição de incorporação, ocorre o que Pêcheux (1975) chamou de *fenômeno de simulação-presentificação*, o qual é explicitado na modalidade do movimento do “*como se*” do sujeito. Nessa modalidade, segundo Pêcheux, a “*incorporação*” dos elementos do interdiscurso pode se dar até o ponto de confundí-los, de modo a não haver mais demarcação entre o que é dito e aquilo a propósito do que isso é dito (1995: 168). Ou seja, ao incorporar o discurso da ciência, o jornalista enuncia *como se* fosse o cientista, apagando as marcas desse discurso. O discurso-outro, nesse caso o da ciência, é diluído, incorporado ao discurso-um - o discurso de Divulgação Científica, e as fronteiras entre a ciência e a mídia deixam de ser demarcadas pelo sujeito do discurso. Eis o fenômeno da simulação. Já, na posição de aderência, embora o jornalista produza, algumas vezes, comentários, gestos de interpretação a partir do discurso da ciência, esse dizer não é totalmente apagado como o é na posição de incorporação. Restam sempre alguns vestígios do discurso-outro, o qual, de alguma maneira, está marcado no fio do discurso, quando o sujeito ocupa a posição de aderência. Observemos o trecho abaixo, retirado da revista Superinteressante, edição de março de 2002, de uma matéria intitulada “Detetives de laboratório” para melhor visualizar o funcionamento da posição-sujeito de incorporação do discurso da ciência e de aderência ao discurso científico.

Ao observar algo familiar em uma imagem, o cérebro emite um tipo particular de impulsos elétricos entre 300 e 800 milissegundos depois do estímulo. Os cientistas acreditam que essas ondas podem ser utilizadas para saber se uma pessoa tem alguma lembrança de cenas ligadas ao crime.

No primeiro enunciado do exemplo acima, o discurso-outro é apagado. O jornalista incorpora o discurso da ciência como se fosse seu e enuncia da posição de cientista, produzindo uma conclusão acerca do funcionamento do cérebro. Em seguida, no segundo enunciado, introduz a expressão “os cientistas” como uma forma de marcar a presença do discurso-outro. Eis o vestígio que não aparece no primeiro enunciado. Há, então, no caso desse exemplo, um entrecruzamento, um imbricamento entre as duas posições-sujeito: a de incorporação do discurso científico e a de aderência ao discurso da ciência. E tal entrecruzamento aparece em quase todas as reportagens deste domínio (revista Superinteressante). No entanto, por uma questão de construção metodológica, decidi mostrar as duas posições em recortes diferentes, uma vez que cada uma dessas posições já se entrecruza com uma terceira, que é a posição de aderência ao discurso do cotidiano.

Voltando, então, à opção de construção metodológica que escolhi, na SD2 do recorte ora em análise, o jornalista inicia relatando as possíveis causas da pedofilia, incluindo-se no campo dos saberes da biologia, bem como recortando alguns elementos da ordem do senso comum (*a beleza imatura, a pele suave, as maçãs do rosto ainda rosadas e o nariz pequeno*). Produz, assim, a partir desse relato, um comentário (*e essas mulheres são as mais jovens*), incorporando o discurso da ciência, mais especificamente do campo da biologia. No enunciado seguinte *‘proteção e pedofilia constituem os pilares básicos da pedofilia’*, o sujeito enuncia como se estivesse na posição do cientista, apagando qualquer marca do discurso da ciência. Portanto, conclui/afirma acerca da pedofilia, como se tal enunciado fosse uma verdade, o que é próprio do efeito que o discurso da ciência pretende produzir no leitor. Para finalizar a seqüência, recorta, outra vez, elementos da ordem do cotidiano, comentando-os a partir dos saberes da ciência. Assim, funcionam, nessa seqüência, novamente as duas posições-sujeito: uma que incorpora o discurso da ciência e outra que adere ao discurso do cotidiano. E isso nos aponta para a heterogeneidade do discurso em análise, ratificando a sua configuração como um espaço intervalar.

O jornalista inicia a SD3 com um questionamento, fazendo emergir aí o efeito-leitor. Ou seja, lança a questão numa tentativa de chamar, incluir o leitor ao seu dizer. É importante ressaltar, no entanto, que tal questionamento circula na ordem da ciência. Assim, incorporando o discurso científico, o jornalista supõe estar autorizado a falar em nome da ciência e, dessa posição, enuncia ao leitor uma resposta *'A resposta é que não há razão'*. Todos os demais enunciados da seqüência funcionam como uma justificativa para o leitor de tal resposta. Temos, então, o jornalista falando da posição de cientista (como se estivesse na), mas sempre com a preocupação de se fazer entender pelo leitor, o que é explicitado principalmente nas seguintes marcas lingüísticas: *que é como "pensa" a natureza e aquele "algo mais" para atravessar momentos difíceis*. É como se o jornalista produzisse o discurso científico para o leitor. É claro que, para operar tal funcionamento, o jornalista está afetado pelo inconsciente e sob a ilusão de domínio do dizer. E é por possuir essa ilusão que se julga autorizado a enunciar como se estivesse ocupando a posição de cientista, como se possuísse total domínio sobre os saberes da ciência, produzindo, assim, o efeito de autoria própria e apagando, por sua vez, as marcas do discurso científico.

Nas duas últimas seqüências desse bloco - SD4 e SD5 - , observamos um funcionamento muito semelhante ao da SD3. Qual seja: inscrito no lugar discursivo de jornalista científico, o sujeito desse discurso, ilusoriamente, julga-se autorizado a falar aos leitores em nome dos cientistas, produzindo conclusões a partir dessa posição. Tais conclusões são percebidas sobretudo a partir das seguintes marcas lingüísticas: *já que eliminá-los é impossível* (SD4) e *não é bem assim(...) o que mudou* (SD5). Desse modo, enunciando como se estivesse na posição de cientista, o jornalista divulga diretamente ao leitor, utilizando-se de uma linguagem mais acessível para explicar os fenômenos científicos. Os saberes da ordem da ciência, ao serem deslocados para a ordem da mídia, são (re)significados, ainda que o jornalista enuncie como se fosse o cientista. Por isso, inclui ao seu dizer elementos do discurso do cotidiano, bem como o leitor desse discurso, como podemos perceber

no questionamento que introduz a SD4 e nas seguintes marcas lingüísticas, presentes na SD5: *conseqüências de cada um de **nossos** atos..., cada gesto mínimo **nosso** implica em riscos - **precisamos** decidir...* Portanto, o jornalista, sob o lugar discursivo de jornalista científico, ocupa aqui tanto a posição de incorporação do discurso científico quanto a de aderência ao discurso do cotidiano. Porém, os limites entre as duas posições são tênues, chegando, às vezes, a se entrecruzarem.

Retomando o que propus sobre a categoria do lugar discursivo, o sujeito do discurso de Divulgação Científica, ao se relacionar com a forma-sujeito histórica, se inscreve no lugar discursivo de jornalista científico e, a partir desse lugar, ocupa três posições-sujeito diferentes: a de incorporação do discurso científico, a de aderência ao discurso científico e a de aderência ao discurso do cotidiano. No entanto, o fato de o sujeito desse discurso funcionar na tensão entre as posições de incorporação e de aderência ao discurso científico não quer dizer que ele, necessariamente, vai se identificar com os saberes vindos da ordem da ciência, uma vez que identificação supõe domínio do saber. E, se o jornalista incorpora ou adere a esses saberes, significa que ele não os domina, pelo menos, não plenamente. Desse modo, a categoria do lugar discursivo é que vai operar o trabalho na e sobre a forma-sujeito (os deslocamentos, as identificações, as contra-identificações etc). Na posição de incorporação, produz-se um efeito de apropriação, enquanto, na de aderência, o recorte dos elementos de uma ordem para outra - da do cotidiano para a mídia e da ciência para a mídia - produz um efeito de transferência. E é efeito em ambos os casos porque nem a apropriação nem a transferência se dão de forma idêntica. Ao serem deslocados da ordem da ciência ou da ordem do senso comum, os enunciados são formulados de maneira própria pelo jornalista, ainda que se mantenham os efeitos tanto da ordem da ciência quanto da ordem do senso comum.

Observamos, ao finalizar as análises desse bloco de seqüências, que, embora tenhamos regularidades na organização/na estrutura desse discurso, elas não garantem a sua homogeneidade. Pelo contrário, **elas apontam para a**

heterogeneidade, presente tanto no lugar discursivo quanto na posição-sujeito. Então, a forma como o discurso é estruturado determina os efeitos de sentido que podemos produzir a partir dele. Eis uma forma de administrar os sentidos para que eles não escapem do controle da mídia nem do controle da ciência, produzindo no leitor os efeitos pretendidos. Estamos diante da ilusão de domínio do dizer. E é por estar carregado dessa ilusão que o sujeito desse discurso produz efeitos de autoria própria, ainda que enunciando de uma posição que não lhe é própria - a de cientista. É a incorporação do discurso da ciência que garante/possibilita ao jornalista aceder a esse efeito de autoria.

No 1º capítulo do presente trabalho, ao apresentar a caracterização do DDC, afirmo que o discurso de Divulgação Científica é uma relação entre três formas de discurso - o científico, o jornalístico e o do cotidiano. E aqui, durante as análises, podemos verificar como isso funciona, já que o jornalista, ao se inscrever no lugar discursivo de jornalista científico, além de representar a mídia, produzindo um discurso que é o jornalístico, põe em relação outras duas formas de discurso - o científico e o do cotidiano - , trabalhando na tensão entre as posições-sujeito de aderência ou incorporação do discurso científico e de aderência ao discurso do cotidiano. Dessa forma, o lugar discursivo, enquanto categoria de análise, possibilita o movimento do sujeito desse discurso entre a forma-sujeito histórica e as posições-sujeito, produzindo efeitos de sentido no entremeio dessas outras duas categorias. Portanto, sempre estão em jogo, na constituição do discurso de Divulgação Científica, essas diferentes formas de discurso, as quais representam, por sua vez, diferentes ordens de saberes. Por isso, podemos caracterizá-lo como um espaço discursivo intervalar, isto é, um espaço que abriga, no interior de suas fronteiras instáveis, múltiplas vozes, diferentes saberes e diferentes posições-sujeito, as quais são reguladas pelo olhar da mídia. Daí a inscrição FD do discurso midiático de Divulgação Científica.

Passo às análises das SDs que compõem o 2º bloco desse recorte e que representam o funcionamento da posição-sujeito de aderência ao discurso científico.

5.2.1.3. RECORTE 2 - BLOCO 2 - A POSIÇÃO-SUJEITO DE ADERÊNCIA

Eis as seqüências discursivas do 2º bloco:

- SD1: *A vida surgiu por acaso ou a partir de uma vontade superior? Os seres vivos sempre tiveram a aparência atual ou sofreram transformações ao longo do tempo? Os animais de diferentes espécies apresentam algum grau de parentesco? Temos todos um ancestral comum?* Até hoje, a tentativa de responder a essas perguntas opõe cientistas e, sobretudo, cientistas e religiosos, os herdeiros das primeiras tentativas de explicar a origem da vida. **O confronto entre ciência e céu começou no século XVIII, quando surgiram novas teorias que contradiziam as antigas crenças numa vida planejada por um ser superior.** (...) *A vida, dizia Darwin, resultou de mutações aleatórias da matéria a partir de modelos extremamente simples. E foi evoluindo por meio de uma seleção adaptativa dessas mutações, guiada pela necessidade de sobrevivência* (In: O DESENHO INTELIGENTE - Ciência - Superinteressante/junho/2002).
- SD2: **O argumento central de Behe é que um sistema irredutivelmente complexo é como uma ratoeira: só consegue pegar o rato se todas as suas partes (uma plataforma, uma trava, um martelo, uma mola e uma barra de retenção) estiverem perfeitas e ativas. É diferente de um automóvel que pode funcionar com faróis queimados, sem as portas ou sem pára-choques.** O mundo da bioquímica, segundo Behe, está repleto de sistemas irredutivelmente complexos, verdadeiras máquinas químicas, precisas e interdependentes (In: O DESENHO INTELIGENTE - Ciência - Superinteressante/junho/2002).
- SD3: *"A idéia da propagação de erros está no centro da teoria do caos", afirma o físico Celso Grebogi, da Universidade de São Paulo (USP), um dos autores mais citados no mundo nessa linha de pesquisa. A idéia é que, apesar de serem construídas com equações exatas, as máquinas sofisticadas não são tão estáveis quanto parecem. Da mesma forma que um floco de neve pode dar origem a uma avalanche, uma falha simples pode fazer um avião cair, uma fábrica pegar fogo ou uma empresa ir à falência se as condições em que ela acontecer favorecem o desastre* (In: POR QUE OS ACIDENTES ACONTECEM? - Ciência - Superinteressante/julho/2002).
- SD4: A noção do inconsciente está para Freud como a **Teoria da Relatividade** para Einstein ou a **evolução** para Darwin. Ainda hoje, pessoas em todo o mundo se submetem ao mesmo ritual que ele desenvolveu para tratar dos males da mente: vão a um especialista, sentam-se num móvel e começam a falar. Apesar de tão popular, a psicanálise (nome que Freud deu a esse método, em 1896), **nunca foi alvo de tantas críticas como nos últimos anos.** Neurologistas e estudiosos da mente dizem que boa parte dela está mais próxima da ficção do que da ciência e que as obras de Freud hoje não passam de boa literatura (ele escrevia muito bem) (In: PSICANÁLISE NO DIVÃ - Capa - Superinteressante/outubro/2002).

SD5: Sem os modernos recursos de manipulação e análise genética, *Carl Woese, cientista americano, demonstrou que, apesar de parecer uma bactéria, geneticamente os metanogênicos eram totalmente diversos de todas as formas de vida que até então haviam sido catalogadas. E mais: havia outras supostas bactérias que se enquadravam na nova categoria genética. Essas descobertas colocaram o mundo científico de cabeça para baixo - ou pelo menos com a cabeça mais perto do chão. A vida no planeta, então, passou a ser dividida em três reinos: bactérias, eucariotes (que inclui plantas, animais e fungos) e arqueobactérias* (In: VIAGEM AO CENTRO DA TERRA - Ciência - Superinteressante/agosto/2002).

SD6: Durante sua pesquisa, *Provine descobriu que a importância social das cegas vai muito além do que se imagina. Por exemplo: ninguém é capaz de rir das cegas que fazem em si. E (esta é a melhor parte) se homens e mulheres fazem cegas um no outro, é romance na certa* (In: O MELHOR REMÉDIO - Comportamento - Superinteressante/fevereiro/2002).

O jornalista inicia a SD1 apresentando ao leitor uma série de questionamentos que circulam na ordem da ciência, fazendo um movimento de deslocamento de forma a (re)significar alguns elementos dos saberes científicos. Mas, ao contrário do que observamos funcionando em algumas seqüências do bloco anterior, aqui ele não incorpora o discurso científico para responder a tais questionamentos. Sob o lugar discursivo de jornalista científico, ele recorta elementos de saberes da ordem da ciência e os organiza em forma de relato para apresentá-los ao leitor. Ainda cita, no final da seqüência, a explicação de Darwin para a vida. Ocupa, assim, uma posição de aderência ao discurso científico, o que não significa uma pura e simples colagem desse discurso. O sujeito recorta o discurso-outro e o inscreve no fio do discurso, pelo viés do lugar discursivo, de maneira própria. E, ao produzir esse movimento, o jornalista produz um gesto de interpretação, recortando também elementos da ordem do senso comum e da ordem do religioso, conforme podemos perceber nas seguintes pistas lingüísticas: *o confronto entre ciência e céu... as antigas crenças numa vida planejada por um ser superior*. Ou seja, são mobilizados, nesse relato, saberes de diferentes ordens, o que aponta para o entrecruzamento de duas posições-sujeito: a de aderência ao discurso do cotidiano (incluído aí o senso comum e a religião) e a de aderência ao discurso científico.

Nas SD2 e 3, temos, novamente, o jornalista ocupando a posição de aderência ao discurso científico, mas sob uma regularidade diferente da seqüência

anterior. Vejamos. Nessas duas seqüências, o jornalista marca a presença do discurso-outro, trazendo a voz de cientistas (*o argumento central de Bebe é...* e *“A idéia da propagação de erros está no centro da teoria do caos”, afirma o físico Celso Grebogi*). E, baseado na fala desses cientistas, é que o jornalista vai relatar ao leitor um funcionamento da ordem da ciência. Para tanto, faz uso de metáforas, recortando elementos do discurso do cotidiano, conforme podemos perceber nos seguintes enunciados: *é diferente de um automóvel que pode funcionar com faróis queimados, sem as portas ou sem pára-choques (SD2); Da mesma forma que um floco de neve pode dar origem a uma avalanche, uma falha simples pode fazer um avião cair, uma fábrica pegar fogo ou uma empresa ir à falência se as condições em que ela acontecer favorecem o desastre (SD3)*. É interessante notar que, no caso da SD2, o jornalista constrói essa metáfora do carro, baseado numa metáfora da ratoeira, apresentada pelo cientista e relatada pelo jornalista. Então, ao oscilar entre a posição-sujeito de aderência ao discurso científico e a de aderência ao discurso do cotidiano, o jornalista (re)significa/(re)formula os saberes que circulam na ordem da ciência, produzindo um deslocamento. E a inscrição do sujeito do discurso em análise no lugar discursivo de jornalista científico já supõe essa responsabilidade tanto com a verdade da ciência quanto com o entendimento do saber científico pelo leitor.

Na SD4, o jornalista faz referência a elementos de saberes de diferentes campos da ciência (teoria da relatividade e teoria da evolução) para relatar ao leitor algumas “conclusões” sobre a psicanálise. Aderindo a saberes da ordem do cotidiano, a partir do lugar discursivo de jornalista científico, ele produz movimentos de (re)formulação dos saberes científicos, como podemos perceber no seguinte enunciado: *Ainda hoje, pessoas em todo o mundo se submetem ao mesmo ritual que ele (Freud) desenvolveu para tratar dos males da mente: vão a um especialista, sentam-se num móvel e começam a falar*. Continua a seqüência comentando o estado atual da Psicanálise (*nunca foi alvo de tantas críticas como nos últimos anos*). Para justificar esse comentário, apresenta, em forma de relato, as afirmações de *estudiosos da mente e neurologistas* : *a psicanálise está mais próxima da ficção do que da ciência e as obras de Freud*

hoje não passam de boa literatura. Tal fato é justificado pelo jornalista com o comentário, destacado entre parênteses, que Freud *escrevia muito bem.* Ora, todo esse movimento do jornalista, trabalhando na tensão entre a posição-sujeito de aderência ao discurso científico e de aderência ao discurso do cotidiano, reforça a imagem que circula na ordem da ciência de que a Psicanálise não possui status científico. E, ao operar na tensão entre essas duas posições-sujeito, o sujeito do DDC julga-se autorizado, ainda que ilusoriamente, a produzir comentários e até ratificar as afirmações, produzidas na ordem da ciência, sob o efeito de verdade.

Nas SD5 e SD6, temos, outra vez, um funcionamento discursivo muito semelhante. Em ambas as seqüências, o jornalista marca a presença do discurso-outro, através das seguintes estruturas: *Carl Woese, cientista americano, demonstrou que* (SD5) e *Provine descobriu que* (SD6). Eis o que distingue a posição-sujeito de aderência da posição-sujeito de incorporação: ao contrário do movimento de incorporação, no movimento de aderência, o jornalista não apaga o discurso-outro, mas mantém marcas desse discurso na ordem intradiscursiva. E isso nos aponta para uma regularidade na organização do discurso que tenta controlar os efeitos de sentido, além de atestar a aderência do jornalista ao discurso científico. Ou seja, o jornalista recorta, através da voz dos cientistas, elementos de saberes da ordem da ciência (*a importância social das cócegas vai muito além do que se imagina; geneticamente os metagênicos eram totalmente diversos de todas as formas de vida que até então haviam sido catalogadas*) e (re)formula-os/(re)significa-os a partir do lugar discursivo de jornalista científico. E, para produzir esse movimento de (re)formulação/(re)significação, o jornalista recorta também os saberes da ordem do senso comum, ocupando a posição de aderência ao discurso do cotidiano. Podemos observar tal movimento no enunciado que inicia por *‘por exemplo’* na SD6, seguido de comentários do jornalista, e na conclusão/avaliação, explicitada no enunciado *‘Essas descobertas colocaram o mundo científico de cabeça para baixo - ou pelo menos com a cabeça mais perto do chão’*, presente na SD5. Assim, a partir da aderência a determinados saberes do discurso científico, o jornalista produz sim gestos de interpretação - comentando,

avaliando e até concluindo -, os quais são produzidos na passagem, ou melhor, no entremeio, entre uma e outra posição que ocupa. E é no movimento entre o lugar discursivo e as posições que ocupa (de aderência tanto ao discurso científico quanto ao discurso do cotidiano) que o sujeito do discurso ora em análise produz as (re)formulações, as quais não estão isentas das determinações externas. Isso atesta que, realmente, o modo do sujeito se relacionar, pelo viés da categoria do lugar discursivo, com a posição-sujeito está na ordem da formulação do discurso.

Embora, nesse bloco, o jornalista não ocupe a posição de incorporação do discurso científico, como nas SDs do bloco 1 desse mesmo recorte, observamos que aqui ele continua produzindo, ainda que enunciando da posição de aderência ao discurso científico, comentários, conclusões, avaliações, etc. A diferença é que, ocupando a posição de aderência, o sujeito desse discurso não fala como se estivesse no lugar do outro - que é apagado na posição de incorporação - mas a partir de um recorte do discurso-outro - que é marcado na posição de aderência. E isso lhe confere autoridade para produzir um efeito de autoria própria, como nas seqüências anteriores. Esse efeito está ligado à sua função-autor, a qual é concretizada no momento em que o jornalista assina uma matéria de divulgação científica, assumindo, assim, as responsabilidades pelo seu dizer. E tal função está fortemente determinada pelas relações de poder que circulam na mídia. Conforme Orlandi (2001 b: 75), *a própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio de autoria*, logo, a função-autor está na *origem da textualidade*. No entanto, se o princípio de autoria é geral, o efeito de autoria própria não está presente em todo e qualquer texto. É preciso, para que se constitua o efeito de autoria própria, que o sujeito do discurso produza gestos de interpretação, comentários e conclusões que, ao olhar do leitor, apontem para um sentido único, verdadeiro. E é efeito porque a autoria nunca é plena, completa, embora seja essa a imagem projetada ao leitor.

Se o que distingue a posição-sujeito de incorporação do discurso científico da posição de aderência a esse discurso é o modo como o jornalista se relaciona

com a forma-sujeito histórica da ciência⁶⁷, apagando ou marcando o dizer dessa ordem de saber, não é esse funcionamento que marca, necessariamente, a distinção da posição de incorporação do discurso científico da posição de aderência ao discurso do cotidiano. Explico-me: nem sempre, ao assumir a posição de aderência ao discurso do cotidiano, o jornalista marca esse dizer discursivamente. De qualquer forma, ao recortar elementos da ordem do senso comum, o sujeito do DDC produz um movimento de adesão e, por sua vez, um efeito de transferência.

Mas, diferentemente da incorporação, ele não assume a modalidade do *como se*, enunciando da posição do sujeito do cotidiano. A modalidade dessa posição trabalha muito mais o efeito de aproximação do leitor, que é o sujeito a quem se projeta e a quem se atribui esse dizer, do que o efeito de apropriação, característica da posição de incorporação. Desse modo, a posição-sujeito de aderência ao discurso do cotidiano aparece imbricada com as outras duas posições, fazendo intervir na constituição do DDC a ordem do senso comum. Podemos pensar no funcionamento dessa posição como uma espécie de outro, efeito de alteridade, necessariamente implicado na escritura desse discurso. Por isso, constitui-se a partir de um movimento do jornalista que, inscrito no lugar discursivo de jornalista científico, trabalha a tensão entre a posição-sujeito de incorporação do discurso científico e a de aderência ao discurso científico.

Passo, agora, às análises das seqüências discursivas do domínio 2 (revista *Ciência Hoje*), com o intuito de dialogar/comparar o funcionamento discursivo desse domínio com o que acabo de apresentar - o funcionamento do lugar discursivo do jornalista na *Revista Superinteressante*.

⁶⁷ Cabe salientar que a forma-sujeito histórica da ciência não é única, tampouco homogênea, já que ela abriga em seu interior dizeres de diferentes campos de saberes.

5.2.2. O LUGAR DISCURSIVO DO JORNALISTA - DOMÍNIO 2

As seqüências desse domínio serão apresentadas em dois recortes discursivos, sendo o primeiro deles dividido em dois blocos. Cada um desses blocos representa o lugar discursivo do jornalista e as posição(ões)-sujeito que tal lugar contempla numa das sessões da revista. Diferente do funcionamento das seqüências da revista *Superinteressante*, a revista *Ciência Hoje* apresenta o funcionamento de dois lugares discursivos distintos para o jornalista. Quais sejam: **o lugar discursivo de editor e o lugar discursivo de jornalista científico**. Iniciemos, então, pelo lugar discursivo do editor, o qual está representado nos dois blocos do primeiro recorte.

5.2.2.1. RECORTE 1 - BLOCO 1 - O LUGAR DISCURSIVO DE EDITOR

Eis as seqüências que compõem o primeiro recorte desse lugar discursivo:

SD1: *As chamadas casas subterrâneas do Planalto Meridional, existentes em grande número de São Paulo até o Rio Grande do Sul, foram pouco estudadas pela arqueologia brasileira. Agora, uma equipe do Instituto Anchieta de Pesquisas, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) realizou estudos detalhados em dois conjuntos dessas casas e em um abrigo funerário, para esclarecer se tais estruturas eram realmente habitações, quem as construiu e como era a vida dessas comunidades. Os indícios obtidos **permitem afirmar que** os construtores e moradores das casas subterrâneas foram os antepassados dos índios Kaingang, ainda numerosos em reservas indígenas da região sul. (In: AS 'CASAS SUBTERRÂNEAS' - Arqueologia - Ciência Hoje/abril/2002 - Apresentação do jornalista do artigo assinado por Pedro Ignácio Schmitz, da Unisinos).*

SD2: *A lingüística e outras ciências da cognição têm desvendado mecanismos da mente que vêm demorando a ser incorporados à cultura geral. Isso constitui, por si só, um interessante problema de psicologia social: por que essas informações têm baixo valor no mercado das idéias? **Este artigo busca contribuir** para socializar a compreensão da postura indagativa das ciências da cognição, particularmente a lingüística, e disseminar alguns achados dos estudos realizados nesses campos (In: CONHECIMENTO E BIOLOGIA - Ciências Cognitivas - Ciência Hoje/maio/2002 - Apresentação do jornalista do artigo assinado por Miriam Leite, da UFRJ).*

- SD3: *O câncer ainda faz muitas vítimas em todo o mundo, apesar da intensa pesquisa sobre esse mal. Esse esforço, porém, permitiu que **os cientistas** conhecessem de maneira detalhada os mecanismos básicos da doença. Os maiores avanços obtidos no tratamento do câncer nos últimos tempos foram o aumento da sobrevivência dos pacientes e até a cura, em certos casos, mas a prevenção e o diagnóstico precoce ainda são as formas mais eficazes de evitar ou controlar a doença* (In: CÂNCER: causas, prevenção e tratamento - Genética - Ciência Hoje/dezembro/2002 - Apresentação do jornalista do artigo, assinado por Enilze M. S. F. Ribeiro e Newton Freire-Maia, da UFPR).
- SD4: *Nos organismos vertebrados, os vasos sanguíneos surgem muito cedo durante o desenvolvimento: ainda nas primeiras etapas da formação do embrião, quando certas células se diferenciam e se organizam em estruturas tubulares. Esse processo é determinado e regulado por inúmeros sinais e fatores de crescimento, em um complexo conjunto de eventos que **os cientistas estão começando a desvendar**. Conhecer em detalhes como esse processo acontece e de que forma interferir nele pode ajudar a resolver problemas relacionados à prevenção ou ao tratamento de diversas doenças, inclusive o câncer* (In: NA FORMAÇÃO DOS VASOS SANGÜÍNEOS: fronteiras entre saúde e doença - Farmacologia - Ciência Hoje/janeiro/fevereiro/2003 - Apresentação do jornalista do artigo, assinado por Paulo Fernando Dias, Rosa Maria Ribeiro-do-Valle, Renata dos Passos Maraschin, Luiz Felipe Vendruscolo e Marcelo Maraschin, da Universidade Federal de Santa Catarina).
- SD5: *A química tem hoje uma grande presença em **nossas** vidas, pois é responsável por inúmeros produtos importantes para a humanidade, desde diversos medicamentos até combustíveis que movimentam carros e aviões. No entanto, as atividades ligadas à química muitas vezes trazem graves prejuízos à natureza e ao próprio homem. Nos últimos anos, porém, **uma nova filosofia** para a química vem tomando grande força: a chamada 'química verde' ou 'química sustentável', que tem como alguns de seus princípios evitar ao máximo a geração de rejeitos e utilizar processos mais seguros para o meio ambiente* (In: QUÍMICA VERDE: uma nova filosofia - Química - Ciência Hoje/agosto/2002 - Apresentação do jornalista do artigo assinado por Antonio M. Sanseverino, da UniRio).

Esse conjunto de cinco seqüências discursivas é constituído de apresentações, escritas por jornalistas, de artigos assinados por cientistas de diferentes áreas do conhecimento⁶⁸, conforme a indicação das referências entre parênteses. Por isso, nesse caso, ao passar do espaço empírico para o espaço discursivo, o jornalista se inscreve no lugar discursivo de editor, isto é, daquele que produz a abertura/apresentação de um artigo que não é de sua autoria. E esse trabalho de edição supõe cortes de textos, adequação de linguagem, entre outras coisas. Esse texto de abertura, no entanto, embora escrito pelo jornalista, ou melhor, pelo editor de texto, deve passar pela aprovação do(s) cientista(s) que está

⁶⁸ Tal modalidade não existe na revista Superinteressante.

(ao) assinando a matéria, e tem *a função expressa de tentar atrair o interesse dos leitores*⁶⁹ para o artigo. Desse modo, inscrever-se nesse lugar discursivo supõe responsabilidade tanto com o discurso da ciência, quanto com o entendimento do leitor, o que aponta, por sua vez, para a administração dos sentidos. É verdade que o lugar discursivo de jornalista científico também supõe essa responsabilidade, mas, no caso do lugar de editor, ela é ainda maior, já que está diretamente determinada pela aprovação do cientista. Parece-me que, ao se inscrever no lugar discursivo de jornalista científico, o sujeito do discurso está mais afetado pelo leitor, enquanto, ao se inscrever no lugar discursivo de editor, ele vai estar mais afetado pelo cientista. Vamos ver se tal hipótese se confirma durante as análises.

Na SD1, o jornalista, inscrito no lugar discursivo de editor, faz um movimento de aderência ao discurso da ciência, recorta saberes que compõem o artigo que ora apresenta e os descreve/relata ao leitor. Descreve o objeto de estudo (*as chamadas casas subterrâneas...*), apresenta a equipe de pesquisadores, os objetivos do estudo (*para esclarecer se tais estruturas...*) e os resultados obtidos com a pesquisa (*os indícios obtidos permitem afirmar...*). Logo, ocupa somente a posição de aderência ao discurso da ciência, apenas relatando ao leitor os saberes da ordem da ciência, mas não produzindo comentários/conclusões acerca desses saberes. Para tanto, marca, discursivamente, a presença do discurso-outro, produzindo sim um gesto de interpretação, já que, ao recortar os saberes da ordem da ciência e os relatar ao leitor, o jornalista o faz de forma própria. Só não existiria gesto de interpretação se constatássemos um movimento simplesmente de recorte e colagem. Por isso, é efeito de transferência e não transferência plena.

Na SD2, temos um funcionamento semelhante ao da SD1. O jornalista, sob o lugar discursivo de editor, relata ao leitor o que *a lingüística e outras ciências da cognição têm desvendado*. Para tanto, ocupa a posição de aderência ao discurso

⁶⁹ Tal afirmação, assim como a informação de que o texto de abertura sempre é escrito por um jornalista, baseado nos originais do artigo do(s) cientista(s), foram obtidas, via e-mail, dos próprios editores da revista. Eles fazem questão também de enfatizar que a palavra final é sempre de quem está assinando o artigo, no caso, o(s) cientista(s). Essa prática nos aponta para várias determinações na constituição desse discurso, as quais vão produzir diferentes efeitos de sentido.

científico e, a partir dela, até produz um questionamento (*por que essas informações têm baixo valor no mercado das idéias*), numa tentativa de aproximar o discurso científico do leitor. No entanto, conforme o meu gesto interpretativo, tal movimento não chega a constituir uma outra posição-sujeito: a de aderência ao discurso do cotidiano. No máximo, ele suscita uma reflexão no leitor e o instiga a ler o artigo. Em seguida, o jornalista descreve o objetivo do artigo (*esse artigo busca contribuir...*). Portanto, como na seqüência anterior, estamos diante de uma única posição-sujeito - a de aderência ao discurso científico - a qual se configura, discursivamente, pela categoria do lugar discursivo, através de um gesto de interpretação produzido pelo sujeito do discurso ora em análise, a partir de um recorte do discurso-outro. Tal gesto, no entanto, no caso dessa seqüência, aponta para um equívoco. Qual seja: afirmar que a lingüística é uma ciência da cognição. Existem sim ramos da lingüística que trabalham alguns aspectos da cognição, mas a lingüística é, antes de tudo, uma ciência da linguagem. E tal concepção de lingüística está explicitada pela cientista no artigo que o jornalista apresenta no seguinte enunciado: “*Na era contemporânea, quem revolucionou a lingüística, tratando o objeto de estudo desta, a **linguagem**, como uma foi Noam Chomsky*”. Isso comprova que nem sempre o jornalista tem conhecimento suficiente para “entender” o discurso científico, mas ele sempre produz um gesto de interpretação desse discurso, ainda que de uma forma equivocada como mostrei há pouco. Essa é a sua função, a sua responsabilidade ao ocupar o lugar social de jornalista científico.

A SD3 inicia com uma constatação, ou melhor, uma conclusão do jornalista sobre o câncer (*O câncer ainda faz muitas vítimas em todo o mundo, apesar da intensa pesquisa sobre esse mal*). Tal conclusão está baseada no relato que vem a seguir sobre os resultados das pesquisas sobre essa doença (*...permitiu que os cientistas conhecessem...*). O sujeito do discurso realiza, nessa seqüência, movimentos tanto de aderência ao discurso científico, relatando ao leitor os avanços obtidos nas pesquisas sobre o câncer, quanto de aderência ao discurso do cotidiano - sobretudo aquele que circula na área da saúde -, (re)significando os saberes da ordem da ciência, conforme

podemos perceber no seguinte enunciado: *....a prevenção e o diagnóstico precoce ainda são as formas mais eficazes de evitar ou controlar a doença*. Portanto, diferentemente das seqüências anteriores, aqui **o jornalista, inscrito no lugar discursivo de editor, oscila entre duas posições-sujeito: a de aderência ao discurso da ciência e a de aderência ao discurso do cotidiano, o que aponta para a heterogeneidade do discurso em análise**. Embora ocupe essas duas posições-sujeito, o sujeito do discurso em análise tenta, ilusoriamente, produzir um efeito de homogeneidade, inscrevendo no fio do discurso, por exemplo, a generalização ‘os cientistas’. O funcionamento dessa expressão já foi trabalhada, anteriormente, nas análises das SDs do 1º recorte do domínio 1, onde esse funcionamento se mostrou bastante representativo. Aqui, no domínio 2, embora apresente o mesmo funcionamento, essa generalização aparece muito pouco, não sendo, portanto, representativa.

É interessante notar que, na seqüência seguinte - a SD4 -, temos outra vez o uso da generalização os cientistas no enunciado ‘*...os cientistas estão começando a desvendar...*’, produzindo um efeito de homogeneidade, como se todos os cientistas, independente da área, estivessem em busca de um mesmo objetivo. Mas, dessa vez, o sujeito do discurso ocupa, além da posição de aderência ao discurso científico, também a posição-sujeito de incorporação do discurso científico. Vejamos. O jornalista, inscrito no lugar discursivo de editor, incorpora, reconhece como seu o discurso da farmacologia e enuncia da posição de cientista, exceto no enunciado em que faz uso da expressão ‘os cientistas’, no qual ele marca a presença do discurso-outro, recortando os saberes da ordem da ciência e, ocupando, assim, a posição de aderência ao discurso científico. Na primeira parte da SD “*Nos organismos vertebrados, os vasos sanguíneos....em estruturas tubulares*, ele está ocupando a posição de cientista, falando como se fosse o cientista e apagando esse dizer. Assim, explica o funcionamento dos *vasos sanguíneos* e aponta, no último enunciado da seqüência, (*conhecer em detalhes...*), conclusões das descobertas de pesquisas, sob a ilusão de estar falando da posição de cientista. Então, oscilam, nessa seqüência, a posição sujeito de aderência ao discurso científico e a posição-sujeito de incorporação do discurso

da farmacologia. Na posição de incorporação, o sujeito apenas simula a presença do discurso-outro, diluindo-o ao DDC; já, na posição de aderência, o jornalista marca, discursivamente, a presença do discurso-outro, recortando elementos da ordem de saber da ciência e produzindo um efeito de transferência. No entanto, o discurso-outro é inerente a ambas as posições, isto é, ele é da ordem da constituição do DDC. O que muda é o modo como ele é mobilizado pelo sujeito jornalista em cada uma dessas posições.

A SD5 e última desse recorte apresenta um funcionamento bastante parecido com a seqüência anterior. Aqui também o jornalista, a partir do lugar discursivo de editor, incorpora o discurso da química como se fosse seu e assume a posição de cientista; no entanto, ele enuncia de forma a se aproximar do leitor, recortando elementos de saberes da ordem do senso comum. Desse modo, se entrecruzam aí as posições de incorporação do discurso da ciência e de aderência ao discurso do cotidiano, como podemos verificar no enunciado que introduz a seqüência “*A química tem hoje uma grande presença em **nossas** vidas, pois é responsável por inúmeros produtos importantes para a humanidade, desde diversos medicamentos até combustíveis que movimentam carros e aviões*”, no qual ainda o jornalista inclui o leitor ao seu dizer. A partir do lugar discursivo de editor, ocupando a posição de cientista, o sujeito julga-se autorizado a enunciar em nome da ciência, apontando conclusões (*é responsável por inúmeros...*), tecendo comentários (*as atividades ligadas à química muitas vezes trazem...*) e explicando novos procedimentos (*a chamada ‘química verde’ ou ‘química sustentável’ que tem como alguns de seus princípios...*). E, nesse processo, alguns elementos do discurso do cotidiano são recortados para facilitar a compreensão do leitor. Assim, há um movimento de oscilação, já que essas posições-sujeito não são absolutas; pelo contrário, apresentam, muitas vezes, limites tênues.

Observamos, durante as análises das cinco seqüências desse recorte, como, realmente, o lugar discursivo de editor está mais afetado pela ordem da ciência do que o lugar discursivo de jornalista científico. No entanto, as posições que são ocupadas são as mesmas, a partir de ambos os lugares discursivos. Quais sejam: a

de aderência ao discurso científico, a de aderência ao discurso do cotidiano e a de incorporação do discurso científico. Nesse recorte, a de aderência ao discurso do cotidiano foi a com menor representatividade, o que comprova que o lugar discursivo de editor está mais afetado pelo cientista do que pelo leitor. Do lugar discursivo de editor, o jornalista sente-se autorizado, ainda que ilusoriamente, a enunciar em nome da ciência, reconhecendo esse discurso como se fosse seu.

Ainda é importante notar que, se, ao ocupar a posição de incorporação do discurso científico, o jornalista produz um efeito de autoria própria, ao ocupar a posição de aderência ao discurso científico, esse efeito é bem mais sutil, isto é, está menos marcado, já que o jornalista quase não produz conclusões, avaliações etc ao ocupar tal posição.

O segundo bloco de seqüências desse recorte do domínio 2 é constituído também de apresentações de artigos de cientistas, os quais são editados por um jornalista. Tais artigos são publicados numa seção especial da revista, intitulada “Primeira Linha”, a qual é composta de textos escritos por cientistas sobre pesquisas feitas no Brasil, com destaque para os resultados obtidos e a metodologia adotada. Logo, trata-se de mais um bloco de seqüências nas quais o jornalista ocupa o lugar discursivo de editor.

5.2.2.2. RECORTE 1 - BLOCO 2 - O LUGAR DISCURSIVO DE EDITOR

Eis as seqüências selecionadas:

SD1: *Os seres vivos têm em seu **material genético**, além dos genes responsáveis por sua construção e funcionamento, **seqüências de DNA** capazes de se reproduzir e se transferir para outros locais do genoma. Tais fragmentos, chamados de elementos **transponíveis** ou **transposons**, podem causar mutações e, por isso, **acredita-se que** tenham um importante papel na evolução dos organismos. Por **Élgio Lúcio da Silva Loreto**⁷⁰, do Departamento de Biologia da Universidade Federal de Santa Maria (RS), e **Vera Lúcia S. Valente**, do Departamento de Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (In: A PARTE INQUIETA DOS GENOMAS - Primeira Linha - Ciência Hoje/abril/2002).*

⁷⁰ Os grifos são da editoração da revista.

- SD2: *A glândula mamária bovina está continuamente exposta ao ataque de agentes causadores de doenças, e a retirada do leite produzido – pela mamada dos bezerros ou pela ordenha - aumenta o risco de contágio. A natureza, porém, dotou esses animais de dois tipos de proteção contra tais microorganismos. A chamada defesa primária procura impedir a entrada dos agentes patogênicos na glândula, enquanto a secundária é responsável pela eliminação daqueles que eventualmente alcançam o interior dessa estrutura.* Por **Alfredo Ribeiro Pereira**, do Colégio Agrícola de Jundiá (SP). (In: PROTEÇÃO NATURAL CONTRA A MASTITE - Primeira Linha - Ciência Hoje/setembro/2002).
- SD3: *Formigas interagem com frutos e sementes de diversas maneiras. Essa mútua relação pode esclarecer importantes aspectos da evolução das plantas que produzem sementes e das próprias formigas. Além disso, estudos recentes sugerem que as interações com esses insetos podem influenciar a conservação de diversas plantas, inclusive a de algumas cujas sementes são dispersas primeiramente por vertebrados.* Por **Paulo R. Guimarães Jr.** e **Rodrigo Cogni**, do Departamento de Zoologia da Universidade Estadual de Campinas, **Mauro Galetti** e **Marco Aurélio Pizo**, da Universidade Estadual Paulista (Rio Claro) (In: PARCERIA SURPREENDENTE - Primeira Linha - Ciência Hoje/outubro/2002).
- SD4: *Parentes menos famosos das borboletas, os tricópteros são pequenos insetos que passam grande parte de sua vida na água, ainda como larvas ou pupas. Sua presença nos ecossistemas de água doce e sua grande variedade os tornam bons indicadores de qualidade ambiental. Mas alguns desses insetos também atraem a atenção dos pesquisadores por sua habilidade para construir abrigos e tecer redes de captura de alimentos. Um estudo sobre tricópteros realizado em um rio da Venezuela levou inclusive à descoberta de uma nova espécie.* Por **Henrique Paprocki**, do Departamento de Entomologia (doutorando da Capes) da Universidade de Mennesota (Estados Unidos) (In: INSETOS ARQUITETOS - Primeira Linha - Ciência Hoje/janeiro/fevereiro/2003).
- SD5: *Um estudo detalhado da dieta do lobo-guará no Sudeste brasileiro revelou uma ampla gama de itens explorados, chegando a 124 espécies de plantas e pequenos animais silvestres. Informações como a baixa incidência de ataques a criações domésticas - o que derruba o mito do lobo ‘devorador de galinhas’ e ‘chupa-cabras’ - podem ser utilizadas em programas de conservação do maior canídeo sul-americano.* Por **José Carlos Motta-Junior**, **Diego Queirolo**, **Adriana de Arruda Bueno** e **Sonia Cristina da Silva Belentani**, do Laboratório de Ecologia Trófica do Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo (In: FAMA INJUSTA - Primeira Linha - Ciência Hoje/agosto/2002).

Podemos observar, nesse conjunto de seqüências, determinadas regularidades na organização do discurso. As apresentações seguem o seguinte padrão estrutural: iniciam com uma ‘espécie’ de descrição ou relato da pesquisa a ser apresentada e terminam com a apresentação do(s) cientista(s) que assinam a matéria, seguida da filiação institucional. Nessa parte final, os nomes dos cientistas são apresentados em negrito e as instituições em itálico. Em relação ao funcionamento discursivo, vamos verificar que ele se assemelha ao recorte discursivo anterior.

Nas três primeiras seqüências, o sujeito do discurso ora em análise, inscrito no lugar discursivo de editor, ocupa a posição-sujeito de incorporação do discurso científico. Ou seja, ele julga-se autorizado a enunciar da posição de cientista, apropriando-se, reconhecendo como seu o discurso da ordem da ciência e, conseqüentemente, apagando qualquer marca desse dizer.

Observamos tal funcionamento em toda a parte introdutória da SD1: *Os seres vivos têm em seu material genético, além dos genes responsáveis (...) acredita-se que tenham um importante papel na evolução dos organismos*. Estando afetado pela ilusão do controle e domínio do dizer, o jornalista apropria-se até de uma estrutura própria do discurso da ciência (*acredita-se que*), assim como de termos específicos que só circulam na ordem da ciência, como é o caso de *material genético, seqüências de DNA, transposons*.

Na SD2, a incorporação do discurso científico se dá em todos os enunciados da seqüência, dos quais podemos destacar alguns termos que são próprios da ordem da ciência: *glândula mamária bovina, microorganismos, agentes patogênicos na glândula*, entre outros. No primeiro enunciado da seqüência, temos um comentário (*pela mamada dos bezerros ou pela ordenha*) do jornalista, tentando aproximar o discurso científico do leitor. Tal comentário produz uma quebra na linearidade do discurso, mas não chega a produzir uma ruptura da posição-sujeito. Ou seja, o jornalista continua enunciando, ainda que ilusoriamente, como se estivesse na posição de cientista, incorporando o discurso científico como sendo seu. É a modalidade do *como se*, que produz o fenômeno da simulação, o efeito de apropriação.

Na SD3, a incorporação do discurso científico pelo jornalista, sob o lugar discursivo de editor, também ocorre, mas com a utilização de uma linguagem mais acessível, evitando o uso de termos técnicos como nas SDs anteriores. Aqui, da posição de cientista, o jornalista procura explicar o que acontece com as formigas (*formigas interagem com frutos e sementes (...) sementes e das próprias formigas*). A seguir, ainda que marcando a presença do discurso-outro (*estudos recentes sugerem que...*), o jornalista continua sob a ilusão de domínio do dizer e fala dos *estudos recentes*, mas da posição

de cientista, *como se fosse* um cientista fazendo referência a esses estudos. Ou seja, ele faz um movimento de inclusão ao grupo de cientistas que assinaram a matéria.

A forma, a regularidade apresentada na estrutura do intradiscurso produz um efeito de estabilização do dizer, numa tentativa de controlar/administrar os efeitos de sentidos que podem ser produzidos, pelo viés do interdiscurso, a partir desse discurso. Assim, o que se pretende, ilusoriamente, é produzir um discurso homogêneo.

Na SD4, sob o lugar discursivo de editor, oscilam duas posições-sujeito: a de incorporação do discurso científico e a de aderência ao discurso científico. Na primeira parte da seqüência, o jornalista ocupa a posição de cientista e produz o seu discurso como se fosse o cientista falando, usando termos técnicos, procurando explicar, através de metáforas, mas apagando a referência ao discurso-outro. Daí o efeito de apropriação. Vejamos: *Parentes menos famosos das borboletas, os **tricópteros** são pequenos insetos que passam grande parte de sua vida na água, ainda como **larvas** ou **pupas**. Sua presença (...) indicadores de qualidade ambiental.* A seguir, introduz a presença do discurso-outro (*atraem a atenção dos pesquisadores; estudos sobre tricópteros...*) através do relato sobre a habilidade desses insetos. E, ao relatar, recortar o discurso-outro, passa a ocupar a posição de aderência ao discurso científico.

O jornalista inicia a SD5 apresentando, em forma de relato, um *estudo* sobre a *dieta do lobo-guará* e ocupando, por sua vez, a posição de aderência ao discurso científico. A seguir, produz, a partir dessa posição-sujeito, um comentário (*o que derruba o mito do lobo 'devorador de galinhas' e 'chupa-cabras'*), o qual desloca os saberes da ordem da ciência para a ordem do senso comum, (re)significando-os a partir do recorte de elementos do discurso do cotidiano. Temos, assim, se entrecruzando nessa seqüência, sob o lugar discursivo de editor, as posições-sujeito de aderência ao discurso científico e de aderência ao discurso do cotidiano.

Mais uma vez, observamos, durante as análises desse recorte, que o lugar discursivo de editor está mais determinado pela posição do cientista do que do leitor, uma vez que o efeito da determinação do lugar social é diferente ao se

inscrever num ou noutro lugar discursivo – nesse caso, de jornalista científico ou de editor. Há, portanto, pouca representatividade da posição-sujeito de incorporação ao discurso do cotidiano, ao contrário do que observamos no domínio 1.

Além disso, observamos que o efeito-autoria está mais marcado nas seqüências em que o jornalista ocupa a posição de incorporação do discurso científico, distinguindo-se também do funcionamento das seqüências da revista *Superinteressante*, nas quais o efeito-autoria era bem marcado tanto na posição de incorporação quanto na posição de aderência. E tal distinção do modo como o efeito-autoria é mobilizado pelo jornalista se justifica aqui no domínio 2, na posição de incorporação, porque o jornalista, inscrito no lugar discursivo de editor, se julga autorizado, ainda que ilusoriamente, a produzir comentários, conclusões, etc, e até a produzir enunciados com efeito de verdade universal, o que é próprio do discurso da ciência.

O próximo recorte representa o lugar discursivo de jornalista científico. As seqüências estão divididas em dois blocos e foram retiradas da seção “Em Dia”⁷¹ – única seção da *Ciência Hoje* onde só jornalistas escrevem, assinando os artigos. No primeiro bloco, temos o funcionamento discursivo da posição de incorporação do discurso científico e, no segundo, o funcionamento da posição de aderência ao discurso científico.

⁷¹ Tal seção é assim constituída, segundo definição dos próprios editores da revista: “Matérias jornalísticas sobre temas atuais e pesquisas recentemente desenvolvidas em universidades brasileiras”.

5.2.2.3. RECORTE 2 - BLOCO 1 - O LUGAR DISCURSIVO DE JORNALISTA CIENTÍFICO - A POSIÇÃO-SUJEITO DE INCORPORAÇÃO

Eis as seqüências selecionadas para esse bloco:

- SD1: *O cuidado excessivo com a saúde dos dentes pode provocar danos irreversíveis e o que parece ser prevenção acaba se tornando o início de um problema.* A ingestão de flúor durante o período de formação dos dentes pode causar **uma doença chamada fluorose dentária**, que se caracteriza pelo aparecimento de **listras brancas ou manchas castanhas** (em casos mais graves) no **esmalte** - camada externa do dente. Por outro lado, o flúor na dose certa é muito importante para a prevenção de cáries, o que faz com que seja adicionado *na água de abastecimento consumida pela população como medida de saúde pública.* **Mas é preciso estar alerta para a quantidade de fluoretos ingerida, já que estes estão cada vez mais presentes na nossa vida, especialmente na grande variedade de produtos de higiene bucal à disposição em farmácias, drogarias e supermercados.** Pensando nessa situação, a cirurgia-dentista Branca Heloísa de Oliveira, da Faculdade de Odontologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), orientou uma pesquisa com crianças de uma escola pública em Vila Isabel, bairro da zona Norte da cidade. (In: POR UM SORRISO SAUDÁVEL - Em Dia - Ciência Hoje/abril/2002).
- SD2: *Cerca de 30% de pessoas com o mal de Chagas no Brasil manifestam lesões no coração que podem levar à morte entre cinco e 10 anos após o início dos sintomas.* Tratamentos com drogas e transplantes de coração não se mostraram eficazes para a solução desse problema. **Já a terapia de células-tronco, usada com sucesso em pacientes infartados, pode ser uma nova arma contra a doença. Uma pesquisa feita com camundongos por Ricardo Ribeiro dos Santos, da Fundação Oswaldo Cruz, da Bahia, e coordenador do Instituto do Milênio de Bioengenharia Tecidual, revelou que essas células são capazes de reparar os danos causados pela doença no coração.** Capazes de assumir as características de qualquer tecido do corpo, **as células-tronco não só reconstróem o músculo e os vasos cardíacos como também retardam o processo inflamatório das células e reduzem a fibrose na área onde ocorreu morte celular.** Outras vantagens dessa técnica são a facilidade da execução – basta injetar as células na corrente sanguínea que elas migram para as regiões lesadas – e a ausência do risco de rejeição, já que o próprio paciente é o doador (In: RENOVANDO O CORAÇÃO - Em Dia - Ciência Hoje/setembro/2002).
- SD3: *Quando uma pessoa pratica um exercício, o cérebro entende aquela atividade como uma situação de estresse e ativa o sistema opióide - conjunto de neurônios que modulam a liberação de ACTH e cortisol. A beta-endorfina é um neuropeptídeo que atua na analgesia e anestesia da dor, além de estimular indiretamente a produção de dopamina no núcleo accumbens - região cerebral responsável pelas sensações de prazer, euforia e satisfação* (In: MANIA DE GINÁSTICA - Em Dia - Ciência Hoje/maio/2002).
- SD4: *A terapia fotodinâmica é uma técnica semi-invasiva, em que há retirada cirúrgica do tecido afetado. O paciente recebe uma substância fotossensibilizante (sensível à luz) - os derivados de hematóporfirinas -, que é absorvida pelas células tumorais devido à grande afinidade dessas células por esses compostos. Em seguida, são emitidos raios de luz laser sobre o local do tumor, desencadeando uma reação fotoquímica na substância, que transfere energia para o oxigênio intracelular, tornando-o um agente oxidante (oxigênio singlete).* Esse oxigênio provoca a morte das células tumorais, que, após o processo, são absorvidas pelo organismo. Assim, o tumor regride aos poucos (In: CURA QUE VEM DA LUZ - Em Dia - Ciência Hoje/outubro/2002).

Na SD1, o jornalista incorpora o discurso científico, e, simulando estar na posição de cientista, julga-se autorizado a produzir conclusões (*o cuidado excessivo com a saúde dos dentes pode provocar...*), a explicar doenças (*...pode causar uma doença chamada fluorose dentária, que se caracteriza...*) e a alertar o leitor sobre determinados perigos (*Mas é preciso estar alerta para a quantidade de fluoretos ingerida, já que estes estão cada vez mais presentes na nossa vida...*). Assim, ocupa a posição de incorporação do discurso científico, apagando qualquer marca desse discurso-outro, mas também produz movimentos de aderência ao discurso do cotidiano, usando termos que circulam na ordem do senso comum, como é o caso de *listas brancas, esmalte do dente, produtos de higiene bucal à disposição em farmácias, drogarias e supermercados*, entre outros. O que temos, então, funcionando nessa seqüência, é um movimento do jornalista, da posição de cientista em direção ao leitor. Portanto, sob o lugar discursivo de jornalista científico, o sujeito trabalha na tensão entre a posição de aderência ao discurso do cotidiano e de incorporação do discurso da ciência. Só no final da seqüência é que o jornalista vai situar o leitor em relação à pesquisa realizada sobre o que ele, até então, se sentiu autorizado a falar.

Na SD2, o sujeito simula o fenômeno da presentificação do discurso-outro, a partir da modalidade do *como se*, isto é, enuncia da posição de cientista, produzindo enunciados como se fosse o próprio cientista. Assim, sob o lugar discursivo de jornalista científico, ocupa a posição de incorporação do discurso da ciência, apagando, ao deslocá-lo para a ordem da mídia, as marcas desse discurso. Num determinado momento da seqüência, o jornalista até marca a presença do discurso-outro, citando *Uma pesquisa feita com camundongos(...)revelou que....* Mas o fato de trazer essa citação só reforça a sua posição de incorporação, já que ela ratifica o seu dizer em relação aos benefícios da terapia de células-tronco. Logo, o jornalista continua sob a ilusão de que está na posição de cientista e, a partir dessa posição, apresenta conclusões (*cerca de 30% de pessoas com o mal de Chagas no Brasil manifestam...*) e até soluções (*Já a terapia de células-tronco...*), explica funcionamentos (*...as células-tronco não só reconstroem como também...*), etc. Enfim, o jornalista se julga plenamente

responsável pelo que enuncia, tendo a ilusão que domina o seu dizer. O discurso-outro se dilui no discurso-um e as marcas que separam o discurso científico do discurso da mídia desaparecem.

Na SD3, o jornalista assume a posição de incorporação do discurso científico e fala como se fosse o próprio cientista, usando inclusive termos técnicos, como é o caso de *sistema opióide, beta-endorfina, neuropéptido, dopamina, núcleo accumbens*, entre outros. Ou seja, sob a ilusão de domínio do dizer e inscrito no lugar discursivo de jornalista científico, o sujeito do discurso ora em análise se julga autorizado a falar em nome da ciência, tendo a ilusão de ser compreendido pelo leitor. Produz, assim, um efeito de apropriação. É interessante notar que, quando ele tenta produzir um gesto de aproximação do leitor, explicando no que consiste o sistema opióide, faz uso de outros termos técnicos (*ACTH e cortisol*), produzindo o efeito inverso. Já, no final da seqüência, ao produzir esse mesmo tipo de movimento para explicar o núcleo accumbens, o efeito produzido no leitor é outro, pois aqui introduz elementos da ordem do cotidiano. De qualquer forma, esse recorte de alguns elementos da ordem do cotidiano não chega a produzir uma ruptura na posição-sujeito, para que passasse a ocupar a posição de aderência ao discurso do cotidiano.

Na SD4 e última desse recorte, sob o lugar discursivo de jornalista científico, o sujeito ocupa a posição de incorporação do discurso científico, e relata/explica todo o funcionamento da *terapia fotodinâmica*, tendo a ilusão que domina esse discurso. Ele enuncia da posição de cientista, fazendo uso de uma série de termos técnicos, como é o caso de *técnica semi-invasiva, fotossensibilizante, hematoporfirinas, oxigênio intracelular, oxigênio singleto*, entre outros. Assim, tenta, ilusoriamente, produzir um efeito de estabilidade e homogeneidade no discurso, mantendo-se “fiel” às verdades da ciência. Mas, ao produzir esse movimento de fidelidade/incorporação do discurso da ciência, afasta-se do leitor e do discurso do cotidiano e constrói, discursivamente, um efeito de apropriação do discurso da ciência. Efeito porque o jornalista não domina os saberes que circulam na ordem da

ciência e a apropriação de alguns enunciados científicos não se dá de forma simétrica de uma ordem para a outra - nesse caso, da ciência para a mídia.

5.2.2.3. RECORTE 2 - BLOCO 2 - O LUGAR DISCURSIVO DE JORNALISTA CIENTÍFICO - A POSIÇÃO-SUJEITO DE ADERÊNCIA

Eis as seqüências que fazem parte do 2º bloco desse recorte:

- SD1: *“Constatamos que 13% das vítimas de acidentes estavam alcoolizadas”, afirma a psicóloga Neliana Figlie, da Unifesp, que coordenou a pesquisa brasileira ao lado do psiquiatra Ronaldo Laranjeira, também da Unifesp (...). Segundo a psicóloga, esses valores são significativos se comparados às estimativas de outros países e colocam o Brasil em uma posição intermediária. “Estima-se que o número de acidentes relacionados ao consumo de álcool nos demais participantes do estudo varie de 10% a 30%”, diz, explicando que índices mais baixos estão associados à existência de políticas sociais de controle do uso da substância (In: COMBINAÇÃO PERIGOSA - Em Dia - Ciência Hoje/abril/2002).*
- SD2: *Equipe do Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desenvolveu tecnologia para transformar garrafas PET (**polietileno tereftalato**) e tampas de refrigerante (**polietileno de alta densidade**) em compósito de alta resistência e baixo custo para emprego como elemento estrutural. Após seis anos de estudos de material polimérico (plástico), **obteve-se uma tecnologia inovadora por utilizar matéria-prima 100% reciclada. Segundo o coordenador da pesquisa, Antônio Ferreira Ávila, os compósitos são produzidos a partir da mistura de dois ou mais componentes com uma finalidade específica. “Como o material que desenvolvemos terá aplicação em estruturas, as propriedades adequadas são rigidez e resistência mecânica”, esclarece** (In: COMPÓSITO 100% RECICLADO - Em Dia - Ciência Hoje/janeiro/fevereiro/2003).*
- SD3: ***Os pesquisadores assinalam que a interação** entre veículos automotores e pedestres requer um aprendizado que pode levar tempo e ressaltam a importância de ter políticas públicas de prevenção a acidentes de trânsito que induzem esse aprendizado. **Segundo Samuel Kilsztajn, os dados apresentados pretendem nortear novas ações: uma sugestão é direcionar as políticas públicas de trânsito - como campanhas de prevenção de acidentes - também para as pequenas e médias cidades brasileiras** (In: TRÂNSITO MATA MAIS EM PEQUENAS CIDADES - Em Dia - Ciência Hoje/maio/2002 - a jornalista refere-se aqui aos pesquisadores do Laboratório de Economia Social (LES), do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC – SP, conforme especificado no início do artigo).*
- SD4: *Alguns estudos já comprovaram uma correlação entre ingerir uma pequena dose diária de cafeína - **na forma de uma ou duas xícaras de café** - e uma menor incidência da doença de Parkinson. No início deste ano, pesquisadores do Departamento de Farmacologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com a colaboração de cientistas do Departamento de Farmacologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), **concluíram um estudo que sugere que essa substância - presente no café, chocolate, chá e refrigerante** -, também é capaz de reverter o prejuízo cognitivo causado pela doença, especialmente a perda de memória (In: FORTE, QUENTE E... BOM PARA A MEMÓRIA - Em Dia - Ciência Hoje/julho/2002).*

É importante observar, antes de passar à particularização da análise de cada SD, que todas as SDs que constituem esse bloco apresentam uma regularidade em relação à estrutura, à organização do discurso. Qual seja: a presença do discurso-outro, marcada no fio do discurso, ou, para usar a nomenclatura proposta por Authier-Revuz (1990), uma *forma marcada de heterogeneidade mostrada*, a qual é uma característica do funcionamento da posição de aderência ao discurso científico. E tal regularidade já nos aponta para um efeito de estabilização, de homogeneidade, numa tentativa de controlar/administrar os efeitos de sentido que emergem do discurso ora em análise. Outra regularidade que está presente nessas SDs é o fato do jornalista estar relatando resultados de uma pesquisa específica em cada uma das seqüências. Essa característica está presente em toda a seção “Em Dia”. Ou seja, em cada matéria, o jornalista trata/comenta/divulga somente uma pesquisa, um projeto específico que está acontecendo ou que já foi concluído em uma das Universidades Brasileiras. E isso constitui também uma forma de controlar/administrar os sentidos, de ‘conter’ a heterogeneidade do discurso, ainda que ilusoriamente.

Tal funcionamento não é verificado, no entanto, nas matérias jornalísticas de divulgação científica da revista Superinteressante (domínio 1), onde aparecem, normalmente, diferentes cientistas falando, inclusive com opiniões contraditórias. Dessa forma, a revista pretende produzir no leitor uma imagem de imparcialidade, de um veículo que mostra as diferentes opiniões, os diferentes lados. É claro que isso se constitui numa ilusão e, ao contrário do pretendido, vai apontar para a heterogeneidade não só do discurso de DDC, mas também do sujeito que o organiza, conforme acabamos de verificar nas análises das seqüências que constituem o domínio 1 do presente trabalho. Vamos, então, às análises propriamente ditas.

Na SD1, o jornalista recorta saberes da ordem da ciência e os relata ao leitor. Faz uso, em dois momentos, das aspas para marcar a voz do outro, nesse caso, de uma psicóloga da Unicef. Em outro momento, faz uso do discurso indireto para

marcar o relato dessa outra voz, usando a expressão *segundo a psicóloga*. Assim, sob o lugar discursivo de jornalista científico, o sujeito ocupa a posição de aderência ao discurso científico, inscrevendo de forma própria o discurso-outro na ordem intradiscursiva do discurso em análise.

Na SD2, o sujeito do discurso em análise, inscrito no lugar discursivo de jornalista científico, adere, cola o seu dizer ao discurso científico e relata ao leitor os resultados de estudos *de uma equipe de Engenharia Mecânica da UFMG*, usando, entre outras marcas (*Equipe... desenvolveu...; segundo o coordenador da pesquisa*), uma estrutura própria do discurso científico (*...obteve-se uma tecnologia...*). Produz, assim, um efeito de transferência e, por sua vez, ocupa a posição de aderência ao discurso científico, apontando, em alguns momentos, para um gesto de interpretação desse discurso, como podemos verificar sobretudo no uso dos parênteses, nos quais explica ou usa um sinônimo de um termo anteriormente enunciado na seqüência.

Na SD3, o uso da expressão “os pesquisadores” poderia estar apontando para o mesmo funcionamento da generalização “os cientistas”, mas não é o caso, já que não se trata de uma generalização. O leitor sabe a que pesquisadores o jornalista está se referindo, conforme o destaque na referência da seqüência. E esse é um movimento de ‘contenção’ da heterogeneidade, de controle do dizer do qual falava há pouco, e que é mais marcante no domínio 2 (revista *Ciência Hoje*) do que no domínio 1 (revista *Superinteressante*). O que temos nessa seqüência é, mais uma vez, um relato de resultados e sugestões, baseado numa pesquisa desenvolvida por pesquisadores da PUC/SP. Portanto, a partir do lugar discursivo de jornalista científico, o sujeito ocupa a posição de aderência ao discurso científico, introduzindo um exemplo, em forma de comentário, já no final da seqüência (*como campanhas de prevenção de acidentes*) numa tentativa de aproximar mais seu discurso do leitor. Introduce um exemplo que complementa, que vai na mesma direção de sentidos dos resultados da pesquisa que vinha relatando, o que aponta para um gesto de interpretação do jornalista.

Na SD4, observamos o mesmo funcionamento da seqüência anterior, inclusive, com o uso de alguns comentários pelo jornalista (*na forma de uma ou duas xícaras; presente no café, chocolate, chá e refrigerante*), os quais introduzem alguns elementos da ordem do discurso do cotidiano, mas que não chegam a produzir uma ruptura na posição sujeito de aderência ao discurso científico, já que servem apenas para exemplificar algo que o jornalista estava relatando dos resultados de estudos sobre a cafeína. Trata-se de um gesto de interpretação do jornalista. Como forma de marcar, discursivamente, a presença do discurso-outro, o jornalista usa as seguintes expressões: *Alguns estudos já comprovaram; pesquisadores do Departamento de Farmacologia...concluíram*. Assim, ao se inscrever no lugar discursivo de jornalista científico, o jornalista ocupa a posição de aderência ao discurso científico. E, ao ocupar tal posição, produz um efeito de transferência de uma ordem de discurso para outra.

Destaco das análises desse recorte que, se em muitos momentos da constituição do DDC, o discurso da ciência é apagado da ordem da formulação, embora sempre esteja presente na ordem da constituição, aqui, quando o jornalista ocupa a posição de aderência, esse discurso-outro está marcado no fio do discurso, ainda que sob um gesto de interpretação do jornalista, que organiza de forma própria o discurso científico, ao deslocá-lo da ordem da ciência para a ordem da mídia.

Ao finalizar as análises do lugar discursivo do jornalista, gostaria de tecer algumas considerações em relação ao funcionamento dessa categoria em ambos os domínios. Percebemos, ao longo das análises, que, embora o sujeito ocupe as mesmas posições-sujeito nas revistas Superinteressante e Ciência Hoje - de aderência ao discurso científico, de aderência ao discurso do cotidiano e de incorporação do discurso científico - o modo como elas se relacionam com o lugar discursivo é diferente. No domínio 1, muitas vezes, duas posições-sujeito se entrecruzavam numa mesma seqüência discursiva, sendo que o lugar discursivo de jornalista era constantemente afetado pelo efeito-leitor. A posição-sujeito de

aderência ao discurso do cotidiano se entrecruzava tanto com a de aderência quanto com a de incorporação do discurso científico, pelo viés da categoria do lugar discursivo de jornalista científico. Por isso, os limites entre as diferentes posições-sujeito são tênues e a oscilação é constante. Já, no domínio 2, esse entrecruzamento é quase inexistente, aparecendo somente em algumas seqüências. Portanto, não é um funcionamento representativo. Além disso, o domínio 2 apresenta dois lugares discursivos distintos: o de editor e o de jornalista científico. O lugar discursivo de editor está mais afetado pela ordem da ciência do que pela ordem do leitor. De qualquer forma, mesmo se inscrevendo no lugar discursivo de jornalista científico, o entrecruzamento de diferentes posições-sujeito numa mesma seqüência é pouco comum, assim como dificilmente o sujeito vai ocupar a posição de aderência ao discurso do cotidiano. Ou seja, a posição de aderência ao discurso cotidiano está mais presente no domínio 1 (Revista Superinteressante) do que no domínio 2 (Revista Ciência Hoje).

Penso que a justificativa para tal distinção é aquela que já enunciei: na revista Ciência Hoje, o sujeito tem uma preocupação maior com as regularidades da estrutura da língua, com a organização do discurso, de modo que produz um simulacro de “contenção” da heterogeneidade, de controle e administração dos sentidos, sob o efeito do lugar social que ocupa, o qual está determinado pelas relações de poder da mídia.

Ainda cabe retomar o funcionamento das diferentes posições que o sujeito ocupa no DDC. Ao ocupar a posição de incorporação, o sujeito desse discurso fala da posição do outro - nesse caso, do cientista -, mobilizando a modalidade do *como se*, isto é, apaga o dizer desse outro e produz o discurso como se tivesse domínio sobre esse dizer, como se esse dizer fosse seu. E é desse movimento que resulta o efeito de apropriação. Já, ao ocupar a posição de aderência, seja do discurso científico, seja do discurso do cotidiano, o jornalista não fala da posição do outro, mas a partir do discurso-outro. Ele recorta, cola dizeres da ordem da ciência ou da ordem do senso comum e os inscreve, de forma própria, no discurso de

Divulgação Científica. E, no caso da posição de aderência ao discurso científico, o jornalista sempre marca o discurso-outro, produzindo um efeito de transferência. Mas, ao inscrever esses dizeres no intradiscurso, o faz de forma própria. Por isso, é que produz um gesto de interpretação, podendo, assim, também produzir comentários, (re)significar dizeres.

A principal diferença, então, entre essas diferentes posições-sujeito está no modo como o sujeito desse discurso se relaciona, via lugar discursivo, com a forma-sujeito histórica, na qual circulam os saberes tanto da ordem da ciência quanto da ordem do senso comum. É esse movimento, possível graças à categoria do lugar discursivo, que vai determinar a posição-sujeito que o jornalista vai ocupar no DDC. Enquanto, no movimento de incorporação, o jornalista apaga o discurso-outro e, por sua vez, produz um efeito de apropriação, diluindo as fronteiras que marcam o discurso da ciência e o discurso da mídia, no movimento de aderência, o jornalista marca a presença desse discurso-outro e, por sua vez, produz um efeito de transferência (no caso da aderência ao discurso científico) e um efeito de aproximação do leitor (no caso da aderência ao discurso do cotidiano), não diluindo completamente as fronteiras que marcam tanto o limite entre ciência e mídia quanto o limite entre ciência e senso comum. Restam sempre, na posição de aderência, alguns vestígios no fio do DDC do discurso-outro.

Apresento, para finalizar as análises do lugar discursivo do jornalista, um quadro-resumo dos lugares discursivos que apareceram em cada domínio, bem como das posições-sujeito que operam a partir desses lugares, enfatizando as características mais significativas do funcionamento de cada uma dessas posições. Reforço ainda o quão produtiva se mostrou a categoria de análise a qual chamei de **lugar discursivo** para o presente trabalho. Tal categoria é (re)trabalhada, assim, no interior da teoria do discurso e pode contribuir para a realização de outros trabalhos. Eis o **quadro-resumo 2: características das posições-sujeito dos lugares discursivos de jornalista científico e de editor**.

DOMÍNIO 1 (Superinteressante)		DOMÍNIO 2 (Ciência Hoje)	
Lugar Discursivo	Posições-sujeito ↓	Lugares Discursivos	Posições-sujeito ↓
J O R N A L I S T A C I E N T Í F I C O	<p>Incorporação do Discurso Científico</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apagamento do discurso-outro ▪ Efeito de apropriação ▪ O sujeito fala como se estivesse na posição do outro 	J O R N A L I S T A C I E N T Í F I C O	<p>Incorporação do Discurso Científico</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apagamento do discurso-outro ▪ Efeito de apropriação ▪ O sujeito fala como se estivesse na posição do outro
	<p>Aderência ao Discurso Científico</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Presença do discurso-outro ▪ Efeito de transferência ▪ O sujeito fala a partir do outro 		<p>Aderência ao Discurso Científico</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Presença do discurso-outro ▪ Efeito de transferência ▪ O sujeito fala a partir do outro
	<p>Aderência ao Discurso do Cotidiano</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Vestígios do discurso-outro ▪ Efeito de aproximação do leitor ▪ Entrecruzamento de posições 	E D I T O R	<p>Aderência ao Discurso do Cotidiano</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pouca representatividade
	<p>Incorporação do Discurso Científico</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apagamento do discurso-outro ▪ Efeito de apropriação ▪ O sujeito fala da posição do outro ▪ Mais afetado pela ordem da mídia 		<p>Aderência ao Discurso Científico</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Presença do discurso-outro ▪ Efeito de transferência ▪ O sujeito fala a partir do outro ▪ Mais afetado pela ordem da mídia (controle de heterogeneidade)

5.2.3. O LUGAR DISCURSIVO DO CIENTISTA - DOMÍNIO 1

Conforme a metodologia que venho adotando ao longo do trabalho, inicio as análises pelas seqüências discursivas pertencentes ao domínio 1 (Revista Superinteressante), as quais vou apresentar num único recorte. Nesse recorte, o lugar discursivo do cientista é produzido a partir da colagem que o jornalista faz da fala de diferentes cientistas, organizando-a em forma de discurso direto ou indireto, e a partir do movimento de incorporação do discurso científico que o jornalista produz. Ambas as posições - a de aderência e de incorporação do discurso científico - ocupadas pelo jornalista já foram analisadas no item anterior, quando trabalhei com o lugar discursivo do jornalista. Nesse item, pretendo trabalhar o imbricamento dessas posições com o lugar discursivo e posição-sujeito do cientista nesse discurso. E a pergunta que fica é: afinal, que lugar discursivo é esse do cientista, se ele é produzido a partir de um gesto/um movimento do sujeito jornalista? É buscando responder a esse questionamento que vou proceder às análises das seqüências discursivas selecionada para representar esse recorte.

5.2.3.1. RECORTE 1 - O LUGAR DISCURSIVO DE CIENTISTA DIVULGADOR - A POSIÇÃO-SUJEITO DE LEGITIMAÇÃO DO DISCURSO DE DIVULGAÇÃO

Eis as seqüências discursivas selecionadas para esse recorte:

SD1: *“Cada técnica tem seus **prós e contras**. **Nossos amigos caninos** são excelentes para seguir um rastro até a sua origem, **como no caso de uma bomba enterrada em um prédio**”, diz Hannum⁷². “Mas, uma vez encontrado esse local, **o nosso aparelho** é a melhor forma de verificar e identificar o material explosivo”. As máquinas possuem também a vantagem de trabalhar 24 horas por dia e, **segundo Hannum**, poderão um dia superar os cães em todos os quesitos. “Os pesquisadores acreditam que estamos muito perto de reproduzir eletronicamente a sensibilidade de um cachorro. Seja como for, ainda teremos que trabalhar muito até conseguir desenvolver um aparelho que nos leve até a fonte de um cheiro” (In: DETETIVES DE LABORATÓRIO - Tecnologia - Superinteressante/março/2002).*

⁷² Pesquisador dos Laboratórios Nacionais Sandia, dos Estados Unidos. Inventor, segundo a reportagem, de um “dispositivo farejador”.

- SD2: "*Assim como em outros animais, a violência faz parte do ser humano*", **diz** Márcia Regina da Costa, professora de Antropologia da PUC de São Paulo. Especialista em violência de gangues, Márcia **diz** que esse potencial pode variar de um **comportamento agressivo em trânsito, uma briga de torcidas até um assassinato**. "*A violência é como uma espécie de arquivo de computador não-executável*", **diz** a antropóloga (In: MENTE QUE MATA - Comportamento - Superinteressante/abril/2002).
- SD3: **A Organização Mundial de Saúde (OMS) define** a pedofilia como a ocorrência de práticas sexuais entre um indivíduo maior de 16 anos com uma criança na pré-puberdade (13 anos ou menos). "*Pedofilia é um conceito de doença que abarca uma variedade de formas de abuso sexual de menores, desde homossexuais que procuram meninos na rua até parentes que mantêm relações sexuais com menores dentro de seus lares*", **afirma** Jim Hopper, pesquisador do Trauma Center da Faculdade de Medicina da Universidade de Boston, no Estado americano de Massachusetts (In: INOCÊNCIA ROUBADA - Capa - Superinteressante/maio/2002).
- SD4: **Muita gente ainda duvida** do modelo evolucionista, **diz Dawkins**, porque não percebe que as mutações entre uma e outra geração são mínimas, praticamente imperceptíveis, só ganhando consistência ao longo de milênios, milhões de anos. **Outro equívoco dos anti-evolucionistas, conforme o pesquisador**, é imaginar que a evolução é sinônimo de progresso (In: DESENHO INTELIGENTE - Ciência - Superinteressante/junho/2002).
- SD5 **A psicanálise define** a pedofilia como uma perversão sexual. Não se trata, propriamente, de uma doença, mas de uma parafilia: um distúrbio psíquico que se caracteriza pela obsessão por práticas sexuais não aceitas pela sociedade, como o sadomasoquismo e o exibicionismo. "*A criança nunca é parceira na relação de um pedófilo, mas seu objeto, pois é um ser indefeso, dominado sadicamente*", **afirma o psicanalista carioca Joel Birman**, que atende em seu consultório antigas vítimas das investidas de adultos (In: INOCÊNCIA ROUBADA - Capa - Superinteressante/maio/2002).
- SD6: "*Não há remédio que possa ser tomado em grandes doses. Cada um tem seu efeito tóxico*", **afirma o clínico** geral Flávio Dantas, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). **Analgésicos e antiinflamatórios**, tomados em excesso, causam danos renais. **Tranquilizantes**, por sua vez, podem gerar dependências (In: DEMA SEU MÉDICO - Capa - Superinteressante/novembro/2002).
- SD7 **Sabe-se** que a diferença de DNA entre dois brancos pode ser maior que entre um negro e um branco. **A mal falada genética comportamental** deu o braço a torcer e admitiu que os genes só apontam tendências, agindo em interação com o ambiente, e não impondo destinos inexoráveis. "*As influências genéticas no intelecto existem, mas estão mergulhadas na interação entre genes, psicologia e desenvolvimento. Não são diretas, nem irreversíveis, nem inescapáveis, nem inevitáveis*", **diz o cientista alemão Volkmar Weiss** (In: TAL PAI, TAL FILHO? - Ciência - Superinteressante/dezembro/2002).

Num primeiro olhar, o que podemos observar no conjunto das primeiras quatro SDs é o modo como elas estão organizadas, o que aponta para uma determinada regularidade discursiva. Qual seja: a fala dos diferentes cientistas é apresentada nas SDS em forma de discurso direto e/ou indireto. Tal forma de

apresentação marca, explicitamente, a inserção do discurso-outro no DDC e, conseqüentemente, a presença da heterogeneidade. E o que me interessa analisar é qual o estatuto, ou melhor, a autonomia que esse dizer do outro assume nesse discurso. Ele constitui um lugar discursivo próprio?

Penso que sim; no entanto, **esse lugar discursivo do cientista funciona de um modo diverso do lugar discursivo do jornalista**, analisado no item anterior, já que sofre determinações diferentes. Entre essas determinações, está o fato de que o lugar discursivo do cientista é projetado e construído pelo sujeito-jornalista, que é, em última instância, quem assina a matéria e é responsável pela organização desse discurso-outro. Ou seja, quem assume a função-autor desse discurso é o jornalista, no entanto, o sujeito-cientista assume sempre uma função enunciativa na Divulgação Científica, o que também lhe garante um lugar discursivo próprio. Portanto, temos, nessas seqüências, funcionando tanto o lugar discursivo do jornalista, ocupando a posição de aderência ao discurso científico⁷³, quanto o lugar discursivo do cientista, os quais representam, por sua vez, diferentes modos dos sujeitos envolvidos na constituição do DDC se relacionar com a forma-sujeito histórica a qual *incorpora/dissimula*⁷⁴ os saberes que circulam no interdiscurso e atravessam esse discurso. E essa forma-sujeito é histórica justamente porque não está destituída do *processo de identificação-interpelação que produz o sujeito no lugar deixado vazio* (Pêcheux, 1995: 159). Ou seja, tanto a forma-sujeito que “preenche” o lugar da ciência⁷⁵ quanto a que “preenche” o lugar da mídia está determinada pelas formações ideológicas e pelas relações de poder que perpassam tais instituições.

⁷³ Tomo as mesmas regularidades intradiscursivas para analisar o lugar discursivo de jornalista científico, ao ocupar a posição-sujeito de aderência ao discurso científico, e o lugar discursivo do cientista nesse domínio. Qual seja: a presença do discurso-outro no fio do discurso. No entanto, é preciso esclarecer que agora me interessa olhar um outro funcionamento nessa regularidade: a inscrição do cientista em um lugar discursivo no DDC, e não mais a do jornalista. E isso só nos mostra a complexidade e heterogeneidade que estão presentes na constituição do discurso de Divulgação Científica.

⁷⁴ Pêcheux (1975) afirma que a forma-sujeito pode ser caracterizada como *realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui um de seus fundamentos* (1995: 167).

⁷⁵ Preencher aqui utilizado no sentido de ocupar o lugar vazio - o lugar social e não o discursivo. Destaco, ainda, que esse é um movimento inconsciente do sujeito, uma vez que esse lugar social já está determinado pelas condições históricas e ideológicas. Ou seja, ele é interpelado a ocupá-lo.

Então, o lugar discursivo do cientista é constituído pela inscrição de sua voz no fio do discurso de DDC, através de um movimento realizado pelo jornalista, ratificando, contribuindo e legitimando o dizer desse jornalista. Trata-se do lugar discursivo do cientista enquanto divulgador de seu trabalho. Ou seja, os saberes da ordem da ciência são deslocados do âmbito da academia e levados ao conhecimento da sociedade, através da mídia. Embora o lugar discursivo em que o cientista se inscreve no DCC seja projetado pelo jornalista, o dizer do cientista produz efeitos de sentido próprios nesse discurso, já que, conforme nos mostra Bakhtin⁷⁶, a diluição da palavra citada não se efetua completamente, pois a materialidade do discurso-outro permanece evidente, como um todo auto-suficiente, principalmente, ao olhar do leitor. Passo a explorar melhor esse funcionamento durante a análise de cada SD desse recorte.

Nas duas primeiras SDs desse recorte - SD1 e SD2 - , o jornalista recorta a fala de um cientista e a relata ao leitor, oscilando entre a forma de discurso direto e indireto. Embora tenha elaborado regras próprias para apresentar essa fala, não percebemos comentários e/ou julgamentos do jornalista. Há, sim, um cuidado com a escolha do verbo que finaliza as falas - “diz”, o que aponta para uma forma de administrar os sentidos, de não permitir que eles deslizem e produzam interpretações que remetam a uma tomada de posição do sujeito em relação às falas recortadas. Ou seja, produz-se uma simulação de neutralidade do dizer do jornalista. Portanto, sob o lugar discursivo de jornalista científico, o sujeito que organiza esse discurso vai ocupar a posição de aderência ao discurso da ciência. Eis o funcionamento do lugar discursivo do jornalista.

Interagindo com esse modo de funcionamento, temos o lugar discursivo do cientista enquanto divulgador do seu trabalho. E, inscrito nesse lugar discursivo, ele vai ocupar a posição de quem autoriza, ratifica e legitima o dizer do jornalista. Mais do que para ratificar o seu discurso, o jornalista precisa do dizer do cientista para elaborar/construir o DDC, que sempre parte do discurso científico para constituir-

⁷⁶ As contribuições de Bakhtin em relação ao discurso de ‘outrem’ já foram exploradas no capítulo 2 do presente trabalho.

se enquanto discurso próprio. Por isso, o cientista se inscreve num lugar discursivo próprio e ocupa, a partir dele, uma posição-sujeito também própria.

E esse lugar não é de simples cientista, mas do **cientista divulgador**. Ou seja, inscrito nesse lugar discursivo, o qual está determinado pelo lugar social, o cientista divulga o seu trabalho, (re)significando o seu próprio dizer. Se observarmos as falas dessas duas seqüências, vamos perceber que os cientistas não utilizam termos técnicos; ao contrário, produzem o seu discurso numa linguagem mais acessível ao leitor, inclusive incluindo-o, em alguns momentos, ao seu dizer, como podemos identificar na seguinte marca lingüística: *nossos amigos caninos* – SD1. Além disso, são utilizadas metáforas (*como no caso de uma bomba enterrada em um prédio; espécie de computador não-executável*) e expressões próprias da ordem do cotidiano, como *prós e contras; amigos caninos; um comportamento agressivo em trânsito, uma briga de torcidas* etc. Assim, sob o lugar discursivo de cientista divulgador, o cientista vai ocupar a **posição-sujeito de legitimação do discurso de divulgação**.

O jornalista inicia a SD3 citando a definição da Organização Mundial de Saúde sobre pedofilia. Em seguida, apresenta a fala de um cientista como uma forma de complementar, ratificar a definição já apresentada. Desse modo, o jornalista, inscrito no lugar discursivo de jornalista científico, num primeiro movimento, recorta o dizer de uma instituição sobre um determinado saber - nesse caso, a pedofilia - e o inscreve no fio do discurso em forma de discurso indireto e, num segundo movimento, recorta a voz de um cientista e a inscreve no intradiscurso, dessa vez, em forma de discurso direto. Portanto, elabora regras próprias para (re)organizar o discurso-outro, ocupando a posição de aderência ao discurso da ciência.

O cientista, por sua vez, inscreve-se no lugar discursivo de cientista divulgador, possibilitando ao jornalista a construção do DDC, já que sua fala vem ratificar a definição sobre pedofilia, anteriormente apresentada, a qual representa, de alguma forma, a voz da ciência. Ocupa, assim, a posição-sujeito de legitimação não só do discurso de divulgação, mas também do próprio discurso da ciência -

nessa seqüência, representado pela OMS. Portanto, a inscrição do cientista nesse lugar discursivo, ao mesmo tempo em que garante determinada autonomia à voz da ciência nesse discurso, também ratifica, funciona como sustentação/legitimação do discurso jornalístico, organizado pelo jornalista.

A SD4 é apresentada somente em discurso indireto, conforme podemos perceber pelas marcas lingüísticas *dis Dawkins* e *conforme pesquisador*. Aqui, sob o lugar discursivo de cientista divulgador, o cientista produz um movimento de diálogo com os seus pares, apresentando contra argumentos (*muita gente ainda duvida; outro equívoco dos anti-evolucionistas*) e o jornalista, por sua vez, organiza de modo próprio essa voz. E, ao produzir esse movimento de contra-argumento, a voz do cientista atravessa o DDC para legitimar a argumentação que se constrói na constituição desse discurso. Ocupa, dessa forma, a posição sujeito de legitimação do discurso jornalístico.

Então, com um modo de organização próprio, apresentando determinadas regularidades discursivas, o jornalista, nessas quatro primeiras seqüências, inscrito no lugar discursivo de jornalista científico, projeta e, ao mesmo tempo, garante ao cientista um lugar discursivo próprio no discurso de Divulgação Científica. E, ao se relacionar tanto com o lugar discursivo quanto com a forma-sujeito histórica do discurso da ciência, mas também do discurso da mídia, o cientista ocupa a posição de legitimação do discurso jornalístico, o que lhe garante o seu status, a sua imagem de sujeito da verdade. Esse imbricamento/essa tensão de diferentes lugares discursivos - o de jornalista científico e o de cientista divulgador - aponta para a heterogeneidade que é constitutiva desse discurso, assim como remete para a heterogeneidade tanto do lugar discursivo quanto da posição-sujeito.

Nas três últimas SDs desse recorte - SD 5, SD6 e SD7, vamos observar outras regularidades discursivas e outros modos do sujeito jornalista se relacionar tanto com a forma-sujeito quanto com o lugar discursivo. Assim, vão emergir outros efeitos de sentido, a partir da interação com o cientista.

Como nas quatro primeiras SDs, aqui também a voz do cientista é apresentada pelo jornalista, oscilando entre a forma de discurso direto e de discurso indireto. O que muda é o modo como o jornalista intervém nessa fala, ou seja, o modo como ele interage com o cientista. Vejamos. O jornalista recorta a fala do cientista, apresenta-a ao leitor e, a partir dela, produz um movimento de incorporação do discurso da ciência. Logo, ocupa, não mais a posição de aderência, mas a posição de incorporação do discurso científico, a qual também já foi trabalhada no item anterior do presente capítulo.

O jornalista inicia a SD5 trazendo a voz de uma ciência - a psicanálise e, no enunciado seguinte (*não se trata, propriamente, de uma doença, mas de uma parafilia:...*), já se apropria do dizer dessa ciência, incorpora o discurso científico e produz conclusões, explicações e até dá exemplos a partir desse lugar. Sente-se, ainda que ilusoriamente, autorizado a falar em nome da psicanálise, como se fosse um cientista. E, para autorizar/legitimar o seu dizer, traz a voz de um psicanalista. Assim, o cientista, inscrito no lugar de divulgador, vai ocupar uma posição de legitimação do dizer da psicanálise, que foi incorporado pelo jornalista. Nesse movimento de imbricamento de vozes, tanto o dizer do jornalista quanto o dizer do cientista produzem efeitos de sentido próprios, já que ambos se inscrevem de forma própria no discurso de Divulgação Científica.

Nas duas últimas seqüências desse recorte - a SD 6 e 7 - observamos o mesmo funcionamento da seqüência anterior. Qual seja: sob o lugar projetado pelo jornalista, o cientista se inscreve no lugar discursivo de cientista divulgador e legitima a posição de incorporação do discurso científico do jornalista. Vejamos. O jornalista recorta a fala de um cientista, a apresenta em forma de discurso direto e, a partir dela, produz conclusões sobre os *analgésimos, antiinflamatórios e tranqüilizantes* na SD6, e sobre *a diferença de DNA e genética comportamental* na SD7, (re)significando o dizer da ciência e o aproximando do leitor. Nessa última seqüência, o jornalista se apropria inclusive de um modo de organização do discurso da ciência - *sabe-se que* e, sob a ilusão de estar ocupando

a posição de cientista, sente-se autorizado a produzir uma avaliação sobre a genética comportamental - *a mal falada*.

Interagindo com a posição de incorporação do discurso científico, está o cientista, que se inscreve no lugar de cientista divulgador, ainda que por uma construção do jornalista, e ocupa a posição de alguém que não só está autorizado a enunciar nesse discurso, mas também sustenta/legitima o efeito de verdade da ciência, o qual deve ressoar no leitor.

Temos, então, nessas seqüências, diferentes vozes que, imbricadas, produzem determinados efeitos de sentido ao leitor. Ao mesmo tempo em que o jornalista se inscreve no lugar discursivo de jornalista científico, ele projeta o lugar discursivo ao cientista, que ocupa a posição de legitimação do discurso jornalístico. O modo como essas vozes são discursivizadas revela a intervenção das relações de poder da mídia nesse discurso, assim como as formas de resistência dos sujeitos aí envolvidos. Conforme o que nos mostra Foucault, são diferentes formas de subjetividade.

Ao finalizar as análises do domínio discursivo 1 (revista Superinteressante), é importante enfatizar que o lugar discursivo em que o cientista se inscreve nesse domínio sofre a determinação do jornalista e, por sua vez, das relações de poder que perpassam a mídia. Ou seja, esse lugar lhe é projetado pelo sujeito jornalista. No entanto, ainda que projetado, esse espaço discursivo já está garantido ao cientista na constituição do discurso de Divulgação Científica, já que a ciência é o ponto de partida, o discurso fundador dessa prática discursiva. Por isso, podemos afirmar que a voz do cientista produz efeitos de sentidos próprios, que remetem aos efeitos de verdade desse discurso, o que nos permite concluir que o cientista inscreve-se sim num lugar discursivo próprio, assim como ocupa uma posição discursiva própria, embora não se constitua na função-autor. **O lugar de cientista divulgador e a posição de legitimação do discurso jornalístico.** E não se constitui na função-autor porque tal função é imputada a quem possui a responsabilidade de organizar esse

discurso: o jornalista. Portanto, mais do que a determinação/intervenção da ciência, o lugar discursivo de cientista divulgador sofre a determinação/intervenção da mídia, já que é ela, em última instância, quem lhe projeta/constrói esse lugar discursivamente. Daí a afirmação de que a FD desse discurso é regulada pelo olhar que a mídia lança sobre a ciência.

Então, o que funciona nesse recorte é um imbricamento de diferentes vozes que produzem determinados efeitos de sentido, possibilitando a inscrição de diferentes lugares discursivos e diferentes posições-sujeito no discurso ora em análise. Tanto o jornalista quanto o cientista só se inscrevem nesse discurso graças à voz do outro. Portanto, o discurso-outro é condição de possibilidade para que a prática discursiva de Divulgação Científica se constitua.

A seguir, procedo às análises do domínio discursivo 2 (revista *Ciência Hoje*), que apresenta um funcionamento discursivo diferente do domínio 1, já que o cientista tanto assume a autoria de alguns artigos como tem seu lugar discursivo projetado pelo jornalista nas matérias assinadas por ele (o jornalista). Nesse último caso, observamos o mesmo funcionamento que acabamos de explicitar nas análises do recorte anterior. Por isso, optei por analisar somente seqüências desse domínio que são assinadas pelo cientista. A principal diferença que observei, conforme já explicitiei em outros momentos de análises, é que, na revista *Ciência Hoje*, quando as matérias são assinadas pelo jornalista, normalmente apresentam recortes de uma só voz, de um só pesquisador, enquanto, na revista *Superinteressante*, aparecem diferentes vozes, de diferentes pesquisadores em uma única matéria. Isso aponta para um controle maior dos sentidos, uma forma de administrar melhor os efeitos de verdade que ressoam da ciência, o que não representa, discursivamente, um funcionamento diferente em termos de lugar discursivo e posição-sujeito.

5.2.4. O LUGAR DISCURSIVO DO CIENTISTA - DOMÍNIO 2

Assim como no domínio anterior, apresento somente um recorte para analisar o lugar discursivo do cientista nesse domínio. No entanto, aqui esse lugar não é construído pelo sujeito jornalista, uma vez que é o próprio cientista quem assina a matéria, ou seja, assume a função-autor, e essa é a principal regularidade desse conjunto de seqüências.

5.2.4.1. RECORTE 1 - O LUGAR DISCURSIVO DE CIENTISTA DIVULGADOR - A POSIÇÃO-SUJEITO DE IDENTIFICAÇÃO COM O DISCURSO CIENTÍFICO

Eis as seqüências selecionadas para compor esse recorte:

- SD1: Até hoje, **não se sabe** o que provocou o surgimento ou de que grupo humano fazem parte os construtores das casas subterrâneas brasileiras - o fenômeno também ocorre em outras áreas das Américas e do mundo. **Supõe-se que**, no sul do Brasil, esse tipo de habitação seria uma adaptação ao frio intenso do inverno na região, e os candidatos naturais ao posto de seus construtores são os **índios Kaingang** e seus antepassados, já que o território que ocupavam nos últimos séculos coincide com o das casas subterrâneas e suas expansões. **Antes dos resultados descritos neste artigo**, essa idéia era contestada, porque nenhuma das datações realizadas até então ultrapassava o final do século 16, nem havia registro de uma ligação entre os Kaingang e essas moradias nos escritos de funcionários, viajantes e missionários, ou na memória dos próprios índios (In: AS 'CASAS SUBTERRÂNEAS': fragmentos da história dos índios Kaingang - Arqueologia – Ciência Hoje/abril/2002 – artigo assinado por Pedro Ignácio Schmitz, do Instituto Anchieta de Pesquisas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos).
- SD2: Os *distúrbios do desenvolvimento de tecidos são chamados de displasias*. Em relação à malignidade, as displasias podem ser subdivididas - **segundo os autores deste artigo** - em três tipos: 1) *displasias não-malignas*; 2) *displasias pré-malignas*; 3) *as displasias malignas ou cânceres* (In: CÂNCER: causas prevenção e tratamentos - Genética - Ciência Hoje/dezembro/2002 - artigo assinado por Enilze M. S. F. Ribeiro e Newton Freire-Maia, do Departamento de Genética, Universidade Federal do Paraná - a cada um dos tipos de displasia segue uma explicação).

- SD3: **Muito do que se sabia** sobre certos fatores que geram ou favorecem o câncer, **como o fumo, a dieta inadequada** (*responsável por cerca de 10% dos cânceres humanos*), a radiação ultravioleta e os agentes de algumas doenças sexualmente transmissíveis (*como o vírus da hepatite B, o vírus da Aids e o papilomavírus humano*), vem sendo reavaliado, sob a ótica de um novo conhecimento. **Sabe-se hoje** que todas as formas de câncer decorrem de alterações no material genético de *nossas células*. São, portanto, doenças genéticas. A denominação comum de ‘câncer’ abrange mais de uma centena de enfermidades, já que cada tecido do organismo humano pode desenvolver uma ou mais doenças malignas. *O que todas essas doenças têm em comum é principalmente a proliferação desordenada das células e a capacidade que algumas têm de se desprender do bloco inicial e migrar até outro local, onde se implantam e geram novos focos (ou metástases)*. (In: CÂNCER: causas prevenção e tratamentos - Genética - Ciência Hoje/dezembro/2002 - artigo assinado por Enilze M. S. F. Ribeiro e Newton Freire-Maia, do Departamento de Genética, Universidade Federal do Paraná).
- SD4: Como uma primeira informação sobre o tema a ser tratado, cabe dizer que nem tudo aquilo que **sabemos** é aprendido - se **entendermos** ‘aprender’ na acepção de “tomar conhecimento”, ou “reter na memória, mediante o estudo ou a observação”, como consta no *Dicionário Aurélio*⁷⁷. Um exemplo disso é a descoberta de que os bebês nascem sabendo contar até três e somar um e subtrair um, desde que a quantidade envolvida na operação não ultrapasse três. **Esses estudos basearam-se** na medição do nível de atenção que o bebê manifesta na observação visual. **Os pesquisadores usaram** dois instrumentos: *uma filmadora, para medir o tempo de fixação do olhar, e uma chupeta ligada por um fio a um aparelho que registra velocidade e intensidade dos movimentos da boca – os bebês sugam a chupeta depressa e com força se estão interessados, e devagar e fracamente se entediados (...)* **As pesquisas revelaram** que os bebês de *um a três meses sabem a tabuada de somar e a de diminuir*. (In: CONHECIMENTO E BIOLOGIA - Ciências Cognitivas - Ciência Hoje/maio/2002 - artigo assinado por Miriam Lemle, do Departamento de Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- SD5: *A teoria do psicólogo suíço Jean Piaget (1896 - 1980), por exemplo, não é modular. Ele propõe* uma autoconstrução do conhecimento pela criança. **Segundo ele**, *haveria uma capacidade cognitiva genérica, e sua aplicação aos diferentes tipos de percepções seria auto-instaurada por etapas, da percepção sensorio-motora para a espacial, para a verbal concreta, para as abstrações da linguagem e para operações matemáticas*. A criança de Piaget depende em grau muito maior do recebimento de informações do meio ambiente. **As ciências da cognição, ao contrário**, *vêm descobrindo uma criança com módulos especializados geneticamente programados*. Os módulos guiam...(In: CONHECIMENTO E BIOLOGIA - Ciências Cognitivas - Ciência Hoje/maio/2002 - artigo assinado por Miriam Lemle, do Departamento de Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- SD6: *Os resultados indicam que as doses de PSs (efeitos de polissacarídeos) injetáveis na vesícula vitelina foram em geral bem toleradas pelo organismo, pois não foram registradas anomalias graves na forma embrionária (dismorfogênese) - todos os embriões tratados revelaram-se viáveis (estavam vivos no final do período de incubação, quando foram sacrificados para a análise)*. *As doses de 0,02 mg de PSs não inibiram o desenvolvimento de vasos sanguíneos e não alteraram o padrão normal de morfogêneses*. Além disso, a redução do peso corporal observada nessas amostras não foi estatisticamente significativa. A dose de 1mg, porém, levou a uma redução moderada da *vasculogênese* e dos valores da *biometria*, além de alterar o padrão de organização das *flexuras do tubo neural* (In: NA FORMAÇÃO DOS VASOS SANGÜÍNEOS: fronteiras entre saúde e doença - Farmacologia - Ciência Hoje/janeiro/fevereiro/2003 - artigo assinado por Paulo Fernando Dias, Rosa Maria Ribeiro-do-Valle, Renata dos Passos Maraschin, Luiz Felipe Vendruscolo e Marcelo Maraschin, da Universidade Federal de Santa Catarina).

⁷⁷ As aspas e o itálico são destaques da autora do artigo.

Lançando um olhar sobre o conjunto das seqüências, percebemos determinadas regularidades discursivas, as quais nos apontam, por sua vez, para determinados efeitos de sentido. Há determinadas estruturas sintáticas, próprias ao modo de organização do discurso científico, que são regulares nesse discurso. O uso da terceira pessoa verbal no seu modo impessoal é um exemplo desse tipo de estrutura - *muito do que se sabia; sabe-se hoje; supõe-se que* etc, o que produz um efeito de neutralidade, próprio do discurso da ciência. Além disso, as estruturas narrativas e descritivas aparecem com freqüência para apresentar relatos de pesquisas já realizadas, descrever métodos, resultados etc, apontando também para um modo próprio de organização do discurso científico e, conseqüentemente, para um efeito de objetividade. A ênfase do sujeito dos enunciados é no objeto de pesquisa ou na ciência que o estuda, e não no sujeito pesquisador, o que indica tanto um efeito de neutralidade como de objetividade. Essas regularidades nos permitem afirmar que, embora inscrito na prática discursiva de Divulgação Científica, esse discurso apresenta muito das características do discurso científico. Há que se observar, por outro lado, uma preocupação com a linguagem, própria a essa prática discursiva. A partir do momento em que o cientista desloca o seu discurso do âmbito da academia, ele já o (re)significa, ainda que não rompa com o discurso da ciência. Observamos, nesse conjunto de seqüências, o uso regular de parênteses ou de apostos explicativos, o que representa uma tentativa do sujeito cientista de transformar o jargão-científico numa linguagem mais acessível ao leitor. Mas nem sempre esse movimento produzido pelo cientista resulta no efeito pretendido, conforme verificaremos durante as análises. Dessa forma, o cientista inscreve o seu dizer num lugar discursivo próprio - o de cientista divulgador. E, ainda que esse lugar não esteja aqui projetado pelo sujeito jornalista como no domínio anterior, ele sofre algum tipo de determinação da mídia, já que é o jornalista quem faz a editoração desses artigos⁷⁸.

⁷⁸ Analisei o funcionamento do lugar discursivo do editor, no qual o jornalista se inscreve, no primeiro item do presente capítulo.

Na SD1, o cientista apresenta a problemática da sua pesquisa, situando o leitor em relação ao objeto da pesquisa - casas subterrâneas - e aos sujeitos envolvidos (*índios Kaingang*). A seguir, antecipa, de alguma forma, os resultados da pesquisa realizada, o que podemos perceber nas seguintes pistas lingüísticas: *Antes dos resultados descritos neste artigo, essa idéia era contestada...* Com isso, o cientista, inscrito no lugar discursivo de cientista divulgador, produz um movimento de aproximação do leitor, já que não usa termos técnicos e procura levar ao seu conhecimento informações importantes para o entendimento da pesquisa realizada. Então, inscrito nesse lugar discursivo, vai sustentar uma posição de alguém que está autorizado a produzir conhecimento na área da Arqueologia. Portanto, uma posição de identificação com determinados saberes dessa área. E, para sustentar tal posição, ao longo do artigo, produz alguns enunciados que apontam para efeitos de verdade, próprios do discurso da ciência, como os que seguem: *O levantamento sistemático da área escolhida, primeira etapa do estudo, resultou na localização de 20 conjuntos de casas subterrâneas...; O estudo dos ossos encontrados no abrigo mostrou...; Essas interpretações foram testadas em outro sítio...; As pesquisas comprovaram que as casas subterrâneas são de fato habitações.*

As próximas duas seqüências - SD 2 e SD3 - pertencem ao mesmo artigo, mas apresentam um funcionamento diverso uma da outra. Vejamos.

Na SD3, embora se utilize de uma linguagem acessível ao leitor comum, mantêm-se, na estrutura do discurso, determinadas marcas do discurso científico - *muito do que se sabia, sabe-se hoje*, as quais simulam um efeito de neutralidade do sujeito pesquisador e também uma voz consensual da ciência. Cabe ressaltar que, apesar dessas marcas, os cientistas produzem um movimento de aproximação do leitor, recortando elementos da ordem do cotidiano que circulam no discurso sobre a saúde da população - *fumo, dieta inadequada* - inclusive incluindo o leitor ao seu dizer (*nossas células*). Assim, sob o lugar discursivo de cientista divulgador, o cientista ocupa aqui a **posição de identificação** com o saber da ciência sobre o câncer, produzindo, em alguns momentos, movimentos de aproximação do leitor. Esse

efeito de aproximação se dá, sobretudo, pela linguagem utilizada, pela maneira como os cientistas descrevem ao leitor o processo de proliferação do câncer - *O que todas essas doenças têm em comum é principalmente a proliferação desordenada das células e a capacidade que algumas têm de se desprender do bloco inicial e migrar até outro local, onde se implantam e geram novos focos* - e pelo uso de parênteses que trazem uma explicação ou então o nome científico usado para descrever um processo, como é o caso da *metástase*.

Na SD2, o emprego de uma linguagem mais próxima do leitor se mantém, mas, ao se apresentar os tipos de displasia, é explicitada a interferência do jornalista no discurso dos cientistas que assinam a matéria, o que pode ser percebido pela seguinte marca lingüística - *segundo os autores deste artigo*. Nesse caso, a função-autor é ocupada pelo cientista enquanto o jornalista se inscreve no lugar discursivo de editor. Isso nos mostra a determinação da mídia para controlar os efeitos de sentido desse discurso. A explicação sobre as displasias é apresentada numa linguagem acessível, com exemplos e uso de parênteses para explicar termos técnicos, mantendo-se, então, o movimento de aproximação do leitor. Assim, inscrito no lugar discursivo de cientista divulgador, o cientista ocupa a posição de autoridade, de pesquisador identificado com os saberes da ciência sobre o câncer, produzindo um movimento de deslocamento desses saberes da ordem da ciência, (re)significando-os para o leitor.

As SDs 4 e 5 também pertencem ao mesmo artigo. Ao observarmos a linguagem utilizada nas duas seqüências, vamos perceber uma oscilação no emprego dessa linguagem. Na SD4, a cientista usa uma linguagem mais acessível, relatando ao leitor resultados de pesquisas e de estudos realizados (*esses estudos basearam-se...; as pesquisas revelaram*), bem como descrevendo (*os pesquisadores usaram...*) a metodologia utilizada pelos pesquisadores para esses estudos. Não há o uso de nenhum termo técnico e cabe ressaltar a escolha de algumas formas verbais na primeira pessoa do plural - *sabemos, entendermos*, o que aponta para um movimento de inclusão do leitor ao seu dizer. De qualquer forma, ainda que produzindo um

movimento de aproximação do leitor, a cientista, ao incluir outras vozes ao seu discurso, identifica-se com esses saberes, ocupando uma posição de autoridade e sustentando uma imagem dominante da ciência, já que *as pesquisas revelam*. E essa posição de autoridade se confirma na SD5, na qual já não se percebe mais esse movimento de aproximação com o leitor, uma vez que utiliza termos técnicos (*percepção sensório-motora, espacial, verbal concreta, abstrações de linguagem e operações matemáticas*), próprios a um campo de saber, ao citar o psicólogo Jean Piaget. Somente um leitor que conhece a teoria de Piaget vai produzir gestos de interpretação adequados a esses termos. Portanto, não está mais se dirigindo a um leitor comum. Em seguida, após fazer referência à teoria piagetiana, produz um movimento de desidentificação com esse saber e se identifica com os saberes da *ciência da cognição*, fazendo um contraponto entre as duas teorias e descrevendo o funcionamento da última. Portanto, reforça a sua posição de autoridade, de cientista identificada com as ciências da cognição, a partir de sua inscrição no lugar discursivo de cientista divulgador. Para isso, mantém em seu discurso marcas de objetividade, de apresentação da voz do outro, de relato e descrição de resultados, próprias ao discurso científico. A cientista, ainda que ilusoriamente, procura sustentar os efeitos de verdade da ciência com a qual ela está identificada.

Na SD6 e última desse recorte, observamos o emprego de uma linguagem técnica, bem como marcas do discurso científico que apontam para os efeitos de verdade, próprio a esse campo. Os cientistas relatam ao leitor os resultados de um procedimento utilizado em uma pesquisa na área da farmacologia. Para tanto, utilizam vários termos técnicos (*polissacarídeos, vesícula vitelina, dismorfogênese, dose de 0,02mg de PSs, vasculogênese*, etc), produzindo um movimento de identificação com os saberes dessa área. Embora tenham utilizado o recurso dos parênteses para explicar determinados termos técnicos, a linguagem não se tornou acessível ao leitor comum. Os efeitos de sentido produzidos a partir dessa seqüência nos remetem aos efeitos de verdade da ciência, que precisa provar, testar os seus conhecimentos. Logo, o cientista, ainda que inscrito no lugar de cientista divulgador, continua

ocupando uma posição de autoridade, identificada com os saberes por ele testados e produzidos na área da farmacologia.

Vimos, então, nesse recorte de seqüências, como o sujeito cientista, ao se inscrever no lugar discursivo de cientista divulgador, se relaciona tanto com a forma-sujeito histórica da ciência quanto com a posição-sujeito que ocupa no discurso de Divulgação Científica. Ao produzir esses movimentos, ora o cientista vai se aproximar do leitor, ora vai manter a sua posição de autoridade da ciência, que produz efeitos de verdade. De qualquer forma, os saberes são deslocados da ordem da ciência e (re)significados em um espaço discursivo próprio - o discurso de Divulgação Científica. E, nesse movimento de deslocamento, são afetados pelas determinações das relações de poder da ciência e da mídia. Por isso, o sentido não é mais o mesmo.

Diferente do lugar discursivo do jornalista, onde se entrecruzavam diferentes posições-sujeito e até diferentes lugares discursivos, aqui, sob o lugar discursivo do cientista, só opera uma posição-sujeito em cada domínio. A posição-sujeito de legitimação do discurso de divulgação na revista *Superinteressante*, a qual interage com as posições-sujeito ocupadas pelo jornalista científico, e a posição-sujeito de identificação com o discurso da ciência na revista *Ciência Hoje*, que produz os efeitos de verdade/objetividade e neutralidade próprios ao discurso científico. Tal funcionamento aponta para uma intervenção/determinação maior da ordem da ciência na inscrição do cientista no lugar discursivo de divulgador do que na inscrição do jornalista no lugar discursivo de jornalista científico ou de editor. E isso produz um efeito de homogeneidade. O recorte de elementos do discurso do cotidiano, por sua vez, praticamente não acontece.

Retomando as duas posições-sujeito que operam sob o lugar discursivo de cientista divulgador, observo que a principal diferença está no modo como o sujeito cientista se relaciona, via lugar discursivo, com a forma-sujeito histórica tanto da ciência quanto da mídia. A posição-sujeito de legitimação do discurso de Divulgação Científica, ao se relacionar tanto com a forma-sujeito da ciência quanto

com a forma-sujeito da mídia, não produz um efeito de autoria própria, mas produz efeitos de sentido próprios, já que ela funciona como uma forma de autorizar/legitimar o discurso jornalístico. Já, a posição-sujeito de identificação, ao se relacionar principalmente com a forma-sujeito da ciência, mas também com a forma-sujeito da mídia, produz o efeito-autoria, já que ela funciona produzindo efeitos de verdade e objetividade, mantendo na organização do discurso de divulgação marcas próprias do discurso científico, uma vez que a função-autor aqui não é mais ocupada pelo jornalista e sim pelo cientista. Além disso, por se identificar com o saber da ciência, ela possui domínio sobre esse dizer, produzindo, assim, um efeito de autoridade.

Na página seguinte, apresento o quadro-resumo do funcionamento do lugar discursivo de cientista divulgador e, respectivamente, das posições-sujeito que operam a partir dele em cada domínio.

DOMÍNIO 1 (Superinteressante)		DOMÍNIO 2 (Ciência Hoje)	
Lugar Discursivo	Posição-sujeito ↓	Lugar Discursivo	Posição-sujeito ↓
C I E N T I S T A D I V U L G A D O R	<p style="text-align: center;">Legitimação do Discurso de Divulgação</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Efeitos de sentido próprios ▪ Efeito de verdade ▪ Não se produz efeito próprio de autoria ▪ Entrecruzamento com outras posições ▪ Imbricamento de diferentes vozes 	C I E N T I S T A D I V U L G A D O R	<p style="text-align: center;">Identificação com o Discurso da Ciência</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Efeitos de sentido próprios ▪ Efeito de verdade e autoridade ▪ Efeito-autoria ▪ Não há entrecruzamento com outras posições ▪ Maior controle da heterogeneidade ▪ Marcas próprias do Discurso Científico

Quadro-resumo 3: características das posições-sujeito do lugar discursivo de cientista divulgador

6. O SUJEITO-LEITOR: ENTRE A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM, DO EFEITO E DA POSIÇÃO-SUJEITO

“(…) a leitura é o outro da escritura, condição de possibilidade de sua materialidade na ordem do sentido. A produção de sentido implica a apropriação do texto pelo leitor, que imprime a sua *singularidade* na experiência de leitura” (Birman, 1996: 54).

Para finalizar o presente trabalho, não poderia deixar de lançar um olhar específico sobre o sujeito-leitor - o outro necessariamente implicado na constituição do discurso de Divulgação Científica. A prática da Divulgação Científica, assim como qualquer outra prática discursiva, só se constitui em função de um sujeito-leitor. Portanto, o leitor ocupa um papel central em todo e qualquer discurso e, em especial, no DDC, que tem como função precípua tornar acessível ao grande público as descobertas da ciência.

Desse modo, nesse último capítulo de análise, pretendo mostrar o funcionamento discursivo do sujeito-leitor⁷⁹, observando tanto as antecipações de imagens a ele projetadas, quanto a construção do efeito-leitor e a(s) posição(ões)-sujeito por ele ocupada(s). Para tanto, mobilizo a noção de formações imaginárias, trabalhada no capítulo 4, e a noção de posição-sujeito, tratada no capítulo 5 do presente trabalho. E, antes de passar às análises, nas quais vou observar o funcionamento de tais noções, apresento uma discussão acerca do conceito de sujeito-leitor e, por sua vez, de leitura.

⁷⁹ Para analisar esse funcionamento discursivo, vou utilizar SDs selecionadas, não só das matérias de Divulgação Científica, mas também da seção **Carta de leitores** de ambas as revistas. A escolha dessa seção se justifica pelo fato de ser o único espaço das revistas onde está presente a voz do leitor real, isto é, aquele que realmente lê as matérias publicadas pelas revistas e assinadas por jornalistas e cientistas. Embora não tenha encontrado, nas cartas, material tão rico e heterogêneo quanto nas matérias de DC, julguei importante mostrar algumas análises desses materiais para fazer o contraponto entre leitor virtual e leitor real e, mais do que isso, para observar qual é a imagem que o leitor faz da ciência, do cientista, do jornalista e da própria revista enquanto veículo divulgador da ciência.

6.1. A LEITURA E O SUJEITO-LEITOR

Assim como o autor, o leitor também é uma posição que pode ser ocupada pelo sujeito do discurso, sendo o lugar do autor determinado pelo efeito-leitor. O autor, ao escrever, projeta/antecipa um lugar para o leitor, ainda que numa dimensão imaginária, através de estratégias interlocutivas. É, então, a partir da imagem que o sujeito-autor constrói para o sujeito-leitor que se dá o processo da escrita. Por isso, ele (o leitor) se torna efeito e causa da construção escrita. Portanto, retomando uma afirmação do capítulo 2, *autor e leitor são lugares distintos de um mesmo processo - a escrita*. Agora, eu acrescentaria que, além de distintos, eles são lugares complementares, que estão imbricados em todo e qualquer discurso.

Conforme nos mostra Gallo (1999), no processo do discurso da escrita, o efeito-leitor se incorpora ao efeito-autor para que o texto produza sentido. Assim, o sujeito de um discurso, na sua função-leitor, penetra na estrutura do texto, organizada por uma escrita lacunar, e tenta preencher os vazios, os espaços cambiáveis desse texto, produzindo um gesto de leitura singular. A entrada do leitor no texto não preenche, evidentemente, todos os vazios, marcados na escrita pelo autor, mas permite uma possibilidade de leitura desse texto. Leitura aqui entendida como prática social, que trabalha o efeito da alteridade. Ou, num outro movimento, o sujeito do discurso, na sua função-autor, inclui, ou melhor, incorpora ao seu dizer marcas que permitem uma interação com o leitor e, algumas vezes, até uma interpelação do leitor. Eis as estratégias interlocutivas, bastante presentes no DDC, conforme vamos verificar durante as análises.

Segundo Orlandi (1996 a), o sujeito-leitor se constitui, historicamente, na sua relação com a linguagem, sendo, ao mesmo tempo, um sujeito capaz da livre determinação dos sentidos e submetido às regras das instituições. Em outras palavras, ele está *afetado pela sua inserção no social e na história* (Orlandi, 2001b:76). Então, assim como o sujeito do discurso, o leitor também é livre e assujeitado ao mesmo tempo. O leitor ocupa, no discurso, uma posição de incompletude, que busca completude através dos efeitos de sentido que estabelece para o discurso que

está lendo, interpretando. Ou seja, ele é o outro, necessariamente implicado, na escritura de um texto. Por isso, a importância de se trabalhar com o efeito da alteridade na leitura.

Assim, a cada leitura é delineada uma nova forma de relação do texto com o leitor e, conseqüentemente, novas inscrições históricas, novas filiações institucionais são postas em jogo e, por sua vez, diferentes modos de identificação do sujeito. A leitura, então, conforme nos aponta Birman, pode apresentar uma *dimensão irruptiva*, quando *desarticula os sentidos instituídos e codificados, entreabrindo a possibilidade para a produção de outros sentidos* (1996:56). Nesse caso, o leitor parece estar livre de determinações, mas, na verdade, ele apenas está submetido à outra ordem de saber, diferente da dos sentidos instituídos. Por isso, assim como o autor, o leitor nunca é totalmente livre para "ler como bem entende". Embora ele carregue a ilusão de liberdade, é possível ao leitor resistir, construindo sentidos outros para um discurso. Conforme nos mostra Birman (op. cit), qualquer experiência de leitura implica a presença do leitor, que pode oscilar *entre a desconstrução dos sentidos instituídos e a reconstrução ativa de novos sentidos* (1996: 60). No entanto, em qualquer um desses movimentos, volto a insistir, o leitor não está totalmente livre, já que ele é interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente. Mudam as filiações, mas a determinação permanece.

O leitor do discurso de Divulgação Científica, por exemplo, ao escrever cartas para a edição da revista, elogiando ou criticando algumas matérias publicadas, tem a ilusão de estar dominando o seu dizer, irrompendo alguns sentidos instituídos pela mídia e pela ciência. Mas ele não se "dá conta" de que a sua leitura é administrada pela edição da revista. A escolha das cartas que serão publicadas já mostra um primeiro gesto de administração dos sentidos⁸⁰.

Orlandi (2001 d), em outra obra sua, intitulada "Discurso e texto", afirma que *o sujeito-leitor se constitui na relação com a linguagem (enquanto intérprete) em função da textualidade, à qual se submete(...) a materialidade textual já traz em si, um efeito-leitor,*

⁸⁰ Poderemos observar melhor como isso funciona, quando examino as cartas dos leitores ainda neste capítulo.

produzido, entre outros, pelos gestos de interpretação de quem o produziu, pela resistência material da textualidade (formulação) e pela memória do sujeito que lê (2001: 63-4). O leitor, portanto, só se constitui na relação com a linguagem e, por sua vez, com o autor que, ao textualizar o seu dizer, já projeta uma imagem do possível leitor e dos seus gestos de interpretação. Eis o efeito-leitor, o qual é marcado pelos diferentes processos de subjetivação do sujeito no discurso. E Orlandi (op. cit) ratifica essa afirmação ao concluir que o efeito-leitor *se dá no reconhecimento - identificação do sujeito, gesto de interpretação - de uma leitura no meio das outras* (2001d: 70). Então, são vários os efeitos-leitor que podem ser produzidos a partir de um texto, o qual, pelo viés da sua materialidade, nos dá acesso a diferentes possibilidades de leitura, conforme os movimentos que o sujeito do discurso - tanto na posição de autor quanto na de leitor - realiza.

Birman nos fala do lugar do sujeito no campo da leitura, ocupando as *posições contrastantes de interpretante e interpretado, de maneira a sublinhar as dimensões desconstrutiva e construtiva do sentido presentes nas operações de leitura* (1996:62). Tal experiência, tomada por um viés psicanalítico, coloca em jogo a função simbólica do sujeito, marcada pela função desejante do sujeito do inconsciente. Assim, *o leitor empreende a leitura com o seu corpo erógeno, corpo esse permeado pelo desejo* (ibidem). Na Análise do Discurso, o sujeito, inscrito na função de leitor, além de estar afetado pelo inconsciente, no qual também se inscreve a função desejante, ele é determinado/assujeitado pelas condições sócio-históricas e ideológicas, podendo ocupar, assim, também as posições de *interpretante e interpretado*. Enquanto interpretante, ele faz um movimento de apropriação do texto, na tentativa de preencher as lacunas deixadas na escritura e, enquanto interpretado, ele é tomado pelo texto e conduzido, ilusoriamente, a produzir determinados sentidos, a partir da projeção que o sujeito-autor faz dele enquanto leitor “ideal”. Tais posições, no entanto, não se excluem e podem acontecer simultaneamente numa mesma experiência de leitura.

Para Birman, *o campo do sentido é marcado essencialmente pela polissemia, admitindo então múltiplas formas de interpretação. Por isso mesmo, o leitor constitui o sentido na e pela*

leitura do texto, pois o sentido que forja como interpretação se inscreve numa polémica com outras interpretações existentes e possíveis (1996:66). Tal citação do autor ratifica a idéia da heterogeneidade dos sentidos, construídos a partir do gesto de interpretação de cada leitor, que se constitui na sua relação com o texto e com as filiações institucionais. Uma relação que está inscrita numa memória histórica, é afetada pelo ideológico e atravessada pelas relações de poder. Conforme nos aponta Pêcheux (1988), há um espaço discursivo que é atravessado pelas *transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori*. Trata-se de um *trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações* (1997: 51). E o leitor está, necessariamente, envolvido nesse trabalho, nessa rede de sentidos, mobilizada a partir das diferentes interpretações. Portanto, o leitor sempre pode resistir diante das coerções. Como afirma Orlandi (2003: 23), ele *foge pelos interstícios. Produz contradições*, o que aponta para *uma variedade de leitores como efeito de resistência ao perfil "leitor-ideal"*.

Assim, inscrito nessas relações, nessa rede, o leitor do discurso de Divulgação Científica ocupa aí um papel muito importante, já que é ele quem se inscreve nos espaços 'vazios', nas lacunas que marcam o texto que o jornalista produziu sobre a ciência, tentando preenchê-las, torná-las compreensíveis. Trata-se de um sujeito leitor da ciência, que se apresenta como sujeito social e, enquanto tal, tem autoridade para 'cobrar' da mídia e do cientista legitimidade, legibilidade e responsabilidade pelo dizer que lhe é divulgado. Isso não significa, no entanto, que os sentidos não lhe escapem, deslizem, já que *todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro* (Pêcheux, 1997:53). Esse deslocamento de que nos fala Pêcheux é o lugar da interpretação. Estamos diante, então, de um leitor que se inscreve no lugar de um sujeito produtor de sentidos, tanto na posição de interpretante quanto na de interpretado.

E, ocupando tais posições, o sujeito-leitor do discurso de Divulgação

Científica oscila entre o que vou chamar de **leitor virtual** e **leitor real**⁸¹. Na posição de interpretado, o leitor é interpelado, através das estratégias interlocutivas, a produzir determinados gestos de interpretação. Essa é uma posição que lhe é projetada, discursivamente, pelo jornalista. Por isso, é virtual, é da ordem da constituição do discurso, já que é um leitor desde sempre inscrito no texto. Trata-se, em outras palavras, do leitor imaginário, aquele que é projetado pelo sujeito autor, através do que chamamos as formações imaginárias na AD. Assim, o leitor real - aquele que lê o texto - no processo de leitura, ao produzir um gesto de interpretação, vai necessariamente se relacionar com o leitor virtual, aquele que já faz parte da constituição do texto e que foi projetado pelo autor enquanto um leitor “ideal”. Eis o efeito-leitor.

O leitor real, no caso do presente trabalho, vai assumir também uma outra função - o de autor das cartas de leitores. Ocupando a posição de interpretante, ele produz um gesto de interpretação, através de um texto escrito sobre as suas impressões de leitura. Assim, esse sujeito não deixa de estar na posição de leitor, mas assume, ao mesmo tempo, a função de autor, isto é, de um sujeito responsável pelo seu dizer, o qual é resultado desses gestos de interpretação. O sujeito-leitor do DDC passa, então, da posição de leitor virtual à posição de leitor real, assumindo a função-autor. É esse leitor real que me interessa abordar nas análises a seguir.

A leitura, nessa perspectiva, trabalha os limites do dito e do não-dito, contemplando o efeito de alteridade do sujeito, que se dá no jogo entre o autor, o leitor virtual e o leitor real.

⁸¹ Orlandi aborda, ainda que brevemente, essa questão do leitor virtual e do leitor real em sua obra “Discurso e Leitura”, já citada no presente trabalho. As formulações que ora apresento acerca de tais noções estão baseadas nessa autora, embora eu produza alguns deslocamentos para o observar o funcionamento dessas noções no meu corpus de análise.

6.2. AS ANÁLISES

Para proceder às análises, vou dividir as seqüências em dois grandes recortes. No primeiro recorte, vou tratar do leitor virtual, conforme a antecipação que tanto o jornalista quanto o cientista fazem do leitor na constituição do discurso de Divulgação Científica. Já, no segundo recorte, vou trabalhar com o leitor real, conforme a inscrição desse leitor na função de autoria. As seqüências que vão constituir esse recorte são retiradas das Cartas de Leitores de ambas as revistas - Superinteressante (domínio 1) e Ciência Hoje (domínio 2).

6.2.1. O LEITOR VIRTUAL: A POSIÇÃO-SUJEITO DE INTERPRETADO E A CONSTRUÇÃO DO EFEITO-LEITOR.

Ainda trabalhando com a construção metodológica das análises, vou dividir esse primeiro recorte em dois blocos (conjuntos) de seqüências. No primeiro bloco, vou analisar a construção do efeito-leitor, projetada pelo **cientista** através das formações imaginárias. E, no segundo bloco, vou analisar a construção do efeito-leitor, projetada pelo **jornalista**.

6.2.1.1. RECORTE 1 - BLOCO 1 - A ANTECIPAÇÃO DA IMAGEM DO LEITOR PELO CIENTISTA

Apresento, então, as seqüências selecionadas para o primeiro bloco, as quais pertencem ao domínio 2, já que é somente na revista Ciência Hoje que os cientistas escrevem. No domínio 1, revista Superinteressante, em algumas reportagens até aparece, na voz dos cientistas - a qual é recortada pelo jornalista - a antecipação da imagem do leitor, mas não constitui um funcionamento representativo. E o fato do dizer do cientista estar, de alguma forma, sempre determinado pelo dizer do jornalista nos permite supor que o jornalista é o seu interlocutor mais próximo, ao

passo que o leitor da revista é um interlocutor mais distante. Conforme pudemos observar nas análises do capítulo 4, na revista Superinteressante, o cientista está mais preocupado em sustentar ao leitor a sua própria imagem enquanto autoridade social do que em projetar uma imagem desse leitor em seu dizer. Eis as seqüências selecionadas para mostrar a construção do efeito-leitor pelo cientista no domínio 2:

SD1: Há 100 bilhões de neurônios em **nosso** cérebro. Se cada neurônio faz até 10 mil conexões - as sinapses - com outros neurônios, isso significa trilhões de conexões! **Impressionante, não? Imaginem** a complexidade da rede elétrica que permite acender e apagar todas as luzes de uma cidade de 12 milhões de habitantes como o Rio de Janeiro. Pois a circuitaria neuronal de apenas um indivíduo é ainda mais complexa. Todos **temos** na cabeça um cérebro que funciona de maneira muito semelhante em indivíduos muito diferentes. E para que ele funcione é necessário que todos os 'cabos' - os axônios - estejam corretamente conectados. **Mas como o cérebro, um órgão assim tão complexo, com tantas conexões, é formado?** (In: FECHANDO CIRCUITOS: MOLÉCULAS QUE ORIENTAM A FORMAÇÃO DO CÉREBRO, escrito por Daniela Uziel (UFRJ) - neurobiologia - Ciência Hoje/maio/2002).

SD2: Eclipses acontecem todos os anos. **Poderíamos** comparar esse fenômeno com a vida de um morador de um prédio. Ele poderá passar meses sem ver o seu vizinho, mas, um dia, os dois acabam se encontrando no elevador. No entanto, é muito mais fácil prever um 'encontro' entre dois corpos que têm um movimento que se repete periodicamente, como é o caso da Terra e da Lua. Isso pode, até mesmo, ser calculado, usando-se os conceitos de probabilidade. Portanto, um eclipse não deveria assustar. **E, em geral, não assusta ninguém...** a não ser que esse alinhamento de corpos celeste esteja associado a alguma 'profecia' - geralmente, escrita de forma bastante obscura - sobre o fim do mundo. (...) **Muitos dos leitores** provavelmente já viram uma 'estrela cadente'. Na realidade, esses rastros luminosos que cruzam o céu noturno nada têm a ver com as estrelas. Eles são o que, em termos técnicos, chamamos micrometeoritos, ou seja, pequenos corpos cujo tamanho varia de um grão de areia a uma pedrinha (In: FIM DO MUNDO? – Astrofísica do Sistema Solar - Ciência Hoje/outubro/2002 - artigo assinado por Daniela Lazzaro, da Coordenadoria de Astronomia e Astrofísica, Observatório Nacional).

SD3: **Qualquer pessoa** assistindo a um jogo de futebol em um estádio está constantemente ajustando os olhos tanto para mirar o alvo - geralmente, a bola - quanto para mantê-lo em foco. Em um lance longo de bola, o ajuste é contínuo, e o alvo permanece em foco por toda a sua trajetória até dentro do gol do time adversário - de preferência! **Experimente** essa admirável capacidade adaptativa dos olhos, colocando um dedo indicador junto à ponta do nariz e o outro a dois palmos de distância. Em seguida, **olhe** para os dedos alternadamente. O único comando consciente é o desejo de enxergar bem um dos dedos; o resto ocorre automaticamente: o cérebro interpreta a imagem embaçada que acabou de ser captada e comanda as lentes dos olhos para colocar o alvo em foco. Agora, **aproxime** e **afaste** um dos dedos, ainda mantendo o foco, e **perceba** como isso é feito de maneira contínua e eficiente. A óptica adaptativa poder ser definida informalmente, nesse caso, como o método dinâmico usado pelo sistema cérebro-olhos para manter o alvo em foco (In: NOS LIMITES DA VISÃO: um desafio para a óptica adaptativa. - Óptica Adaptativa - Ciência Hoje/novembro/2002 - artigo assinado por Davies William de Lima Monteiro e Gleb Vdovin, do Núcleo de Microeletrônica, da Universidade Tecnológica de Delf - Holanda).

SD4: *O pouco que se sabe sobre as causas do câncer **permite elaborar** uma **pequena lista de conselhos e sugestões** que podem reduzir a ocorrência da doença:*

- a) **Não fume. Acredita-se que** o uso do tabaco seja responsável por cerca de 50% das mortes por câncer. *Se **você** é fumante, **deixe** esse hábito imediatamente.*
- b) **Evite** carnes vermelhas e substâncias gordurosas. **Suspeita-se que** cerca de 10% das mortes por câncer possam ocorrer em consequência da ingestão desses alimentos. **Prefira** comer legumes, frutas, frutos do mar etc.
- c) **Não abuse** do álcool, em especial se você é fumante.
- d) **Use sempre** preservativo nas relações sexuais (...).
- e) **Faça** exames preventivos anualmente (...).
- f) *Se em **sua** família há caso de câncer dito hereditário (do intestino grosso, da mama), **entre** em contato imediato com um especialista no assunto. Em muitos casos, será possível evitar o aparecimento da doença em **você**.*

(In: CÂNCER: causas prevenção e tratamentos - Genética - Ciência Hoje/dezembro/2002 - artigo assinado por Enilze M. S. F. Ribeiro e Newton Freire-Maia, do Departamento de Genética, Universidade Federal do Paraná).

Embora o leitor seja, como já mencionei anteriormente, o outro necessariamente implicado na constituição de todo e qualquer discurso, a construção discursiva do efeito-leitor nem sempre se constitui numa estratégia do sujeito-autor. No caso do cientista, ainda que inscrito no lugar discursivo de divulgador, as marcas da imagem do leitor estão pouco presentes no intradiscurso dos textos que ele assina. Percebo que a preocupação do cientista está mais voltada ao rigor da linguagem e de estruturas próprias aos textos científicos. Trata-se, como já mostrei em outras análises, de uma forma de administrar os sentidos para que eles não deslizem e produzam efeitos fora do escopo da verdade da ciência. Já, no caso do jornalista, principalmente na revista Superinteressante, a construção do efeito-leitor é uma constante, conforme vamos verificar nas análises do próximo bloco desse recorte.

De qualquer forma, ainda que esse funcionamento não seja muito recorrente nos textos assinados por cientistas na revista Ciência Hoje, ele aparece sim em alguns textos, conforme destaquei nas SDs acima. Vamos, então, às análises dessas seqüências.

Na SD1, observamos uma preocupação da cientista em antecipar a imagem que os leitores fazem dela e do que ela vai dizer. Por isso, percebemos, nessa seqüência, um esforço da autora em simplificar as explicações aos leitores,

utilizando uma linguagem que aproxime o seu dizer do dizer do leitor. A partir, então, dessa antecipação, é que projeta uma imagem do leitor, utilizando-se de diferentes estratégias interlocutivas: questionamentos (*Impressionante, não?; Mas como o cérebro, um órgão assim tão complexo, com tantas conexões, é formado?*), verbo na forma imperativa, seguido de metáforas (*Imaginem a complexidade da rede elétrica que permite acender e apagar todas as luzes de uma cidade de 12 milhões de habitantes como o Rio de Janeiro*), uso de 1ª pessoa do plural (*nosso, temos*). Mais do que um movimento de inclusão do leitor ao seu discurso, ela produz um efeito-sedução, isto é, tenta aproximar o leitor do seu texto, interpelando-o à leitura. Assim, através dessas estratégias, simula um diálogo com o possível leitor, construindo, discursivamente, o efeito-leitor, o qual é incorporado ao efeito-autor. Antecipa uma imagem do leitor enquanto alguém que precisa de metáforas para entender os termos científicos, mas que, ao mesmo tempo, tem interesse em saber como funciona o seu cérebro e, dessa forma, tenta representá-lo/incluí-lo na organização do seu texto. Trata-se, portanto, de um leitor virtual, já que a sua “entrada” no texto se dá pelo efeito, pela posição de interpretado.

Na SD2, a cientista utiliza-se de estratégias interlocutivas bastante semelhantes às da SD1 para construir o efeito-leitor. Inicia a seqüência com uma afirmação sobre os eclipses e, em seguida, inclui o leitor ao seu dizer (*poderíamos*), conduzindo-o a uma comparação para explicar a semelhança entre um *morador de um prédio* e o ‘*encontro*’ da Terra e da Lua. Com isso, produz um movimento de aproximação do discurso científico ao discurso do cotidiano, antecipando ao leitor uma imagem. Qual seja: *um eclipse não o assusta e muitos leitores já viram uma ‘estrela cadente’*. Dessa forma, a cientista interpela o leitor a conhecer um pouco mais sobre o funcionamento de um eclipse, através da leitura do seu artigo. Temos, então, a construção do efeito-leitor que emerge, via interdiscurso, na formulação do discurso em análise. É um efeito por que o leitor não está presente materialmente, mas enquanto imagem projetada pela cientista. Logo, um leitor virtual, ocupando a posição de interpretado.

Na SD3, os cientistas dirigem-se diretamente ao leitor, através da escolha do modo imperativo para muitos dos verbos que aparecem na seqüência: *experimente, olhe, aproxime e afaste, perceba*. Assim, interpelam o leitor a praticar determinadas ações que o vão conduzir ao entendimento do que é a **óptica adaptativa** - assunto em discussão no artigo. E, através dessa estratégia interlocutiva, constroem o efeito-leitor, projetando-lhe uma imagem de um leitor “obediente”, ou seja, de alguém que vai praticar as ações sugeridas, as quais incluem o cenário de um *jogo de futebol*. E a inclusão desse cenário nos remete a uma outra antecipação dos cientistas em relação aos leitores: muitas pessoas gostam de futebol e vão ao estádio para assistir a um jogo. Trata-se da imagem do leitor ideal, projetada discursivamente pelo sujeito-autor.

Na SD4, a estratégia interlocutiva para interagir com o leitor também está centrada na escolha da forma imperativa para listar *conselhos e sugestões* (conforme os próprios cientistas anunciam) que podem reduzir a ocorrência do câncer - tema em discussão no artigo. Vejam, no entanto, que a lista de conselhos e sugestões não está baseada no sujeito da ciência - os cientistas - mas sim no objeto de saber: *o pouco que se sabe sobre as causas do câncer permite elaborar...* Portanto, entre o sujeito-autor e o sujeito-leitor há o objeto do conhecimento, explorado pela ciência, já que são os resultados das pesquisas científicas (*acredita-se que o uso do tabaco seja responsável...; suspeita-se que cerca de 10% das mortes por câncer...*) que justificam os conselhos. Então, ainda que os cientistas dirijam-se diretamente ao leitor, interpelando-o através do uso dos verbos na forma imperativa (*não fume; evite; prefira; use sempre, faça, entre*) e do pronome *você*, essa interlocução está mediada pelo objeto do conhecimento, pelo efeito de verdade da ciência. Assim, a imagem projetada do leitor é a de uma pessoa prevenida, cuidadosa, que deve seguir os conselhos listados para prevenir o câncer, já que eles estão baseados em resultados de pesquisas científicas. O efeito-leitor se dá, nessa seqüência, entre o movimento de identificação do sujeito-autor com os saberes que circulam na ordem da ciência e o imaginário que ele constrói do leitor do discurso de Divulgação Científica.

Percebemos também nas outras SDs desse bloco os efeitos de verdade da ciência tramando os fios do discurso na interação entre o sujeito-autor e o sujeito-leitor; mas, nessa última seqüência, esse funcionamento aparece de forma mais explícita, já que é marcado por estruturas próprias do discurso científico: *acredita-se que; suspeita-se que*. E, em relação a isso, é interessante observar que, apesar do leitor ocupar um lugar essencial no discurso em análise (afinal, se trata de um discurso de divulgação), os cientistas estão mais preocupados em manter a sua imagem social de sujeitos autorizados pela ciência - uma instituição de poder - a produzir efeitos de verdade do que em interagir com o leitor, antecipando-lhe uma imagem. Eles projetam sim uma imagem ao leitor - a de leitor ideal, ou seja, aquele que “tudo” entende, inclusive alguns termos técnicos, específicos de cada área do conhecimento. Trata-se do leitor virtual, que, ocupando a posição de interpretado, não está autorizado a produzir uma leitura *irruptiva* (cfe. Birman, op. cit), que desconstrua os sentidos já instituídos na ordem da ciência. A ele, só é permitido um gesto de interpretação que, de alguma forma, reproduza os efeitos de verdade da ciência. Esse é o modo como leitor é projetado, via imaginário, pelo cientista enquanto leitor ideal.

A seguir, ainda como parte integrante desse primeiro recorte, analiso a construção do efeito-leitor pelo jornalista.

6.2.1.2. RECORTE 1 - BLOCO 2 - A ANTECIPAÇÃO DA IMAGEM DO LEITOR PELO JORNALISTA

As seqüências desse bloco são bem mais freqüentes do que as anteriores, conforme já havia anunciado. Afinal, aqui é o jornalista quem antecipa a imagem do leitor e não mais o cientista, como no bloco anterior. E, ao jornalista que ocupa o lugar de divulgador da ciência, cabe a tarefa de levar ao grande público os resultados das pesquisas científicas. Portanto, se faz necessária uma maior

preocupação com o leitor. Vamos às seqüências, pertencentes ao domínio 1 - revista Superinteressante:

- SD1: **Damos** gorjetas a garçons que nunca mais **veremos**. **Doamos** sangue. **Cumprimentamos** estranhos com sorrisos. **Votamos** em eleições. Todas essas ações são perfeitamente irracionais à luz da Teoria dos Jogos. **Tentamos** ao máximo parecer críveis e simpáticos, como quem diz: "**Pode jogar comigo, sou confiável**". Por que **fazemos** isso? Talvez, porque **busquemos** reciprocidade. Através dela pode-se tirar o máximo proveito da vida em sociedade colaborando com os dilemas do prisioneiro que surgem a toda hora. (In: TUDO ESTÁ EM JOGO - Ciência - Superinteressante/abril/2002).
- SD2: Para **você**, que é diabético e sabe que lidar com a doença requer um esforço pessoal tremendo, **a ciência encontra meios** de proporcionar mais qualidade de vida e **se esmera** na busca tanto de tratamentos menos desgastantes quanto da cura da doença, como essa reportagem vai **lhe** mostrar. **Você**, que não tem diabete e não entende por que **seu** amigo recusa a segunda tulipa de chope ou aquela fatia caramelada de pudim, perceberá, lendo a matéria, que, quando a diabete bate à porta, uma mudança total de hábitos se faz necessária. Aliás, ela também pode estar bem próxima de **você**. *Saiba como se prevenir*. (In: DIABETE, O NOVO MAL DO SÉCULO - Capa - Superinteressante/setembro/2002).
- SD3: *Aos seis bilhões de seres humanos que vivem na Terra* e tentam alcançar a felicidade, **a ciência acena como uma boa notícia**: estudos realizados em vários países nos últimos 15 anos, sugerem que não **estamos** tão distantes do estado de ventura quanto, às vezes, **imaginamos**. O humor da maioria das pessoas, revela pesquisa do Instituto Nacional do Envelhecimento, dos Estados Unidos, costuma manter-se num ponto médio - o chamado "ponto fixo de felicidade"-, que oscila muito pouco ao longo da vida e que nem sempre significa um marco neutro entre a depressão e a euforia. (In: VOCÊ É FELIZ E NÃO SABIA - Comportamento - Superinteressante/setembro/2002).
- SD4: A noção que **temos** do português é a de algo firmemente estabelecido pela palavra impressa - seja nesta revista ou em uma página clássica de Machado de Assis - e defendido pelas instituições escolares onde ainda **aprendemos** a conjugar a segunda pessoa do plural. A segunda língua que **aprendemos** na escola ou em cursinhos (geralmente inglês) costuma ser tão ou mais estável que o português. (In: LETRAS AO LÉU - Cultura - Superinteressante/outubro/2002).
- SD5: Os pesquisadores acreditam que não existe um só homem com as funções cerebrais em dia que não tenha experimentado um estado de êxtase semelhante ao dos místicos. **Lembra aquele grito de gol que você deixou sair no meio da torcida organizada pelo seu time? Pois é, aquela impressão de que o tempo parou e você ficou maior que o estádio, enquanto berrava? É a mesma que, desde o início deste texto, estamos chamando de sensação de unicidade. E aquele arrepio que tomou conta de você ao cantar o hino nacional naquela passeata?** Até quando **você** dança ou ouve um discurso empolgante - enfim, quando está diante de algum recurso que desperte o sistema límbico - é possível sentir, pelo menos parcialmente, o que os místicos costumam vivenciar quando buscam Deus. (In: PROGRAMADO PARA A FÉ - Ciência - Superinteressante/agosto/2002).

Na SD1, o jornalista inclui o leitor ao seu dizer, usando a 1ª pessoa do plural (*damos, veremos, doamos, cumprimentamos, votamos, tentamos, fazemos, busquemos*) e recortando saberes que circulam no discurso do cotidiano, atividades que são da ordem do senso comum. Assim, tenta aproximar o leitor do seu dizer para explicar o funcionamento da Teoria dos Jogos. O jornalista projeta ao leitor uma imagem suposta a qualquer cidadão comum, que, por diferentes motivos, interessa-se pela ciência. E, ao projetar tal imagem, antecipa inclusive uma fala que ele imagina para o leitor "*Pode jogar comigo, sou confiável*". Lança ainda um questionamento - *Por que fazemos isso?* - ao qual ele se inclui e para o qual ele enuncia uma possibilidade de resposta. Todo esse jogo de imagens e estratégias interlocutivas que aí se entrecruzam constituem um movimento de interação do sujeito-autor com o sujeito-leitor. Para tanto, o jornalista procura se posicionar no mesmo lugar do leitor - o lugar do cidadão comum - , projetando a mesma imagem para ambos. É o efeito-leitor que é construído discursivamente para que o discurso em análise produza possibilidades de leitura.

Na SD2, o jornalista se dirige diretamente ao leitor - *você* - , antecipando uma imagem de autoridade da ciência (*a ciência encontra meios*) ao leitor que é diabético e também chamando a atenção para a necessidade de prevenção ao leitor não-diabético. Logo, a leitura da reportagem é essencial para todos - diabéticos e não-diabéticos. Procura, assim, seduzir o leitor, antecipando-lhe uma imagem que está relacionada ao seu comportamento social, o qual é diferente no diabético e no não-diabético. O jornalista produz um movimento para que o leitor se identifique com o seu dizer, isto é, ao ler a reportagem, ele vai ver aí reproduzidas suas atitudes e seus comportamentos. Além disso, a reportagem antecipa dicas de como se prevenir desse mal, através do enunciado *saiba como se prevenir*. Eis o efeito-sedução, produzido, via interdiscurso, pela impressão de familiaridade com o dizer do leitor, ou seja, pelo efeito-leitor. Orlandi (2000)⁸² assim formula essa questão: *o sujeito-*

⁸² Estou me referindo aqui a um artigo da autora intitulado "Os efeitos de leitura na relação discurso/texto", publicado no livro "Aula de português: perspectivas inovadoras", pela editora Vozes, e organizado por André Valente.

autor projeta-se imaginariamente no lugar em que o outro o espera com sua escuta e, assim, "guiado" por esse imaginário, constitui, na textualidade, um efeito-leitor que lhe corresponde, como um seu duplo (2000: 152). Trata-se do leitor virtual, na posição de interpretado.

Na SD3, o jornalista antecipa uma imagem da ciência *aos seis bilhões de seres humanos que vivem na Terra*, isto é, a todos, como uma autoridade capaz de produzir boas notícias. Em seguida, para anunciar a boa notícia sobre a felicidade, inclui ao seu dizer o leitor, usando a 1ª pessoa do plural em *estamos* e *imaginamos*. Assim, como já observei no funcionamento de seqüências anteriores, o jornalista traz a imagem da ciência ao leitor e, ao mesmo tempo, inclui-o ao seu dizer, produzindo um gesto de aproximação do leitor. O efeito-leitor é incorporado ao efeito-autor, produzindo o que eu estou chamando de **leitor virtual**.

Na SD4, o jornalista projeta, através de um gesto, eu diria, autoritário, um conceito e uma imagem de língua ao leitor. É verdade que ele se inclui nessa noção, o que podemos perceber pelo uso dos verbos *temos* e *aprendemos*; no entanto, isso não deveria lhe dar autoridade para supor uma imagem homogênea do leitor em relação a essa noção. Para mim e, provavelmente, para o meu leitor, que trabalhamos com língua, essa imagem de língua como algo *estável* e homogêneo é extremamente incômoda. Logo, ainda que numa tentativa de aproximar o leitor do seu discurso, nesse caso, o jornalista produziu um gesto autoritário, projetando ao leitor uma imagem consensual, homogênea, de leitor ideal. E, através desse gesto, que está determinado pelas relações de poder e saber tanto da mídia quanto da ciência, é que constrói o efeito-leitor, reforçando a imagem dominante da ciência.

Na SD5, o jornalista lança mão da estratégia interlocutiva do questionamento para tentar explicar algo descoberto pelos cientistas. Faz uso também do pronome *você* para se dirigir ao leitor e interagir com ele. Assim, constrói o efeito-leitor, projetando-lhe uma imagem de cidadão comum, isto é, aquele que gosta de futebol, vai ao estádio e canta o hino nacional. É interessante observar que, ao responder uma das perguntas lançadas ao leitor (*É a mesma que, desde o início deste texto, estamos chamando de sensação de unicidade*), o jornalista incorpora o discurso da ciência, falando

como se fosse o cientista. E ele só faz esse movimento porque está sob a ilusão de domínio desse dizer, o que lhe permite a projeção do leitor ideal - aquele que, ocupando a posição de interpretado, não está autorizado a desconstruir os sentidos instituídos pela mídia e também pela ciência.

Enfim, movimentando-se entre a ordem da ciência e da não-ciência (senso comum), o jornalista tenta administrar os sentidos para que eles não sejam diferentes daqueles pretendidos tanto pela ciência quanto pela mídia. É claro que os sentidos deslizam e significam de forma diferente, mas essa tentativa de controle, de administração dos seus efeitos é inerente tanto ao sujeito quanto ao discurso. Afinal, em nenhuma formação discursiva, é permitido dizer tudo. E tal permissão tem os seus limites mais controlados quando se trata da mídia e da ciência, instituições que mantêm um estatuto de autoridade, poder e verdade.

No decorrer das análises, percebemos a constante preocupação que o jornalista tem com a imagem que o leitor faz dele e do que ele está dizendo, assim como com a projeção de uma imagem do leitor. E é por essas antecipações imaginárias que o sujeito desse discurso - nesse caso, o jornalista - constrói o efeito-leitor, o qual é constitutivo do dizer desse sujeito. No entanto, é interessante observar que a imagem que o jornalista supõe ao leitor é sempre uma imagem homogênea: a do leitor virtual ideal. O jornalista constrói, discursivamente, através de um movimento entre a ordem da ciência e do senso comum, um leitor virtual que ocupa a posição de interpretado. Por isso, é que se projeta ao leitor e ao seu discurso uma imagem homogênea, de leitor ideal. Mesmo assim, o jornalista possui a ilusão de estar contemplando a todos os leitores em seu discurso. Ilusão essa necessária para que ele se inscreva nesse espaço intervalar, que é o discurso de Divulgação Científica.

Observamos, assim, que há uma tentativa, ainda que ilusória, de apagar as diferenças que emergem do imaginário da realidade social e refletem no funcionamento do discurso, em detrimento de uma imagem dominante do imaginário social. Qual seja: o leitor está na posição de interpretado, é leigo, ou

conhece pouco de ciência, portanto, se incluí-lo no meu discurso, ele vai se identificar com o meu dizer. E tal jogo de imagem também constitui uma identidade social ao leitor que vai nessa mesma direção.

Passemos à apresentação das seqüências da **antecipação da imagem do leitor pelo jornalista no domínio 2** - Revista Ciência Hoje:

SD1: **Imagine** o Brasil há dois mil anos... **Quem morava em nossas terras? Quantos eram? De onde vieram?** Aos poucos essas perguntas estão sendo respondidas, graças ao trabalho realizado em diversas áreas da **ciência**, entre elas a genética. (In: EU NASCI... DOIS MIL ANOS ATRÁS - Em Dia - Ciência Hoje/outubro/2002).

SD2: **Quem** vê os atletas competindo bravamente ou subindo ao pódio para receber medalhas **não imagina** que eles possam ter os mesmos problemas que *gente comum*, como sofrer por desilusões amorosas e ter medo de 'sair do armário', ou seja, assumir uma opção sexual não convencional (In: HOMOSSEXUALISMO E DEPRESSÃO NO ESPORTE - Em Dia - Ciência Hoje/agosto/2002).

SD3: **Para muitas pessoas, as visitas ao dentista não causam boas recordações**, especialmente quanto vem à cabeça aquele ruído agudo que os instrumentos fazem. Mas, em breve, essa sensação desagradável será coisa do passado. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) desenvolveu uma broca de diamante que utiliza ondas de ultrassom, tornando o tratamento dentário mais preciso e tranqüilo. (In: RESISTÊNCIA A TODA PROVA - Em Dia - Ciência Hoje/julho/2002).

SD4: **Para começar o dia com o 'pé direito', nada melhor do que um café com pão bem quentinho.** Mas, se é difícil encontrar esse artigo no **seu** bairro, existe alternativa: sugerir ao padeiro que adicione de 10% a 20% de fécula de mandioca em substituição à farinha de trigo durante o preparo do produto. Além de ser mais barata, a fécula confere mais maciez e brancura ao tradicional pão francês, aumentando seu 'tempo de prateleira' de três para seis horas de modo que ele continua macio no dia seguinte ao da fabricação. Esse procedimento pode se estender às demais farinhas panificáveis. (In: PÃO BRASILEIRO - Em dia - Ciência Hoje/junho/2002).

SD5: **Imagine** a cena: **você**, no carro com a família, atravessando a ponte Rio-Niterói a caminho de um belo passeio na tarde de Domingo quando, de repente, a estrutura começa a balançar para cima e para baixo, num movimento semelhante a um galope, exatamente sobre o vão central, aquele que é mais alto e, por isso, mete mais medo. **Surpresa? Desconforto? Pânico?** Estas seriam palavras adequadas para definir o que sentem os motoristas que passaram por essa experiência na vida real, em uma das muitas vezes em que isso aconteceu desde a inauguração, em 1974, da ponte que une as duas mais importantes cidades do estado do Rio de Janeiro. Demorou, porém, mais 20 anos para que alguém encontrasse uma solução para o estranho fenômeno. E ela é simples. Trata-se de uma versão brasileira do projeto de amortecedores de movimento originalmente aplicado na redução do balanço lateral de navios, em 1911, nos EUA, chamado Tuned Mass Dampers (TMD ou Amortecedores de Massa Sintonizados). Estes dispositivos - cuja versão nacional chama-se Atenuadores Dinâmicos Sincronizados (ADS) - produzem forças de inércia que contra-atacam o movimento gerado na estrutura por ações externas, no caso, o vento. (In: ESTRUTURA GALOPANTE - Em dia - Ciência Hoje/abril/2002).

Na SD1, o jornalista inclui o leitor ao seu discurso, utilizando-se do verbo no imperativo '*imagine*' e de questões que lança diretamente ao leitor, numa tentativa de aguçar a imaginação e a curiosidade do leitor para o assunto da reportagem. Supõe, assim, ao leitor uma imagem de alguém curioso por assuntos que envolvam o seu país - o Brasil. E, ao usar *nossas terras*, coloca-se numa posição de igualdade, isto é, de Brasileiro como o leitor. Eis a construção do efeito-leitor. Em seguida, projeta ao leitor uma imagem da ciência como uma instituição capaz de responder aos questionamentos lançados. Logo, a imagem dominante da ciência, que é a que se identifica com o imaginário social no qual o leitor está incluído.

Na SD2, o leitor é interpelado à leitura da reportagem, através das marcas '*quem*' e '*não imagina*'. O jornalista, ao fazer tal interpelação, projeta uma imagem homogênea ao leitor, supondo que ele veja os atletas como indivíduos diferentes de gente comum. Assim, o leitor ocupa a posição de interpretado, já que como não há espaço para ele resistir a esse efeito-leitor construído pelo jornalista.

Na SD3, a homogeneização da imagem do leitor é relativizada pelo uso de *muitas pessoas*, o que não significa todas as pessoas, tampouco todos os leitores. Há, então, um maior cuidado na projeção da imagem do leitor do que na seqüência anterior, o que não significa, no entanto, que também não haja nessa seqüência a tentativa de controlar o dizer, de administrar os sentidos. Afinal, trata-se de uma projeção que o jornalista faz a partir de uma imagem que ele supõe seja a dominante socialmente. Qual seja: a maioria das pessoas não tem boas recordações de suas visitas ao dentista. Enfim, é uma estratégia da qual o jornalista se utiliza para chamar à leitura, ao menos, aqueles leitores que vão se identificar com essa imagem. É o leitor virtual, ocupando a posição de interpretado.

Na SD4, o jornalista tenta seduzir o leitor através da projeção de uma imagem comum no cotidiano de muitos brasileiros. Uma imagem que possui um caráter de conselho, com uma linguagem acessível ao grande público, já que recorta elementos da ordem do cotidiano. Qual seja: *para começar o dia com o 'pé direito', nada melhor do que um café com pão bem quentinho*. Depois, então, de aguçar não só a

curiosidade, mas também o apetite do leitor, introduz o tema da reportagem - o uso da fécula no pão. Dessa maneira, o jornalista antecipa ao leitor uma imagem do que ele quer ouvir. Eis o efeito-leitor, construído pelo/no fio do discurso, que emerge das formações imaginárias.

Na SD5, o jornalista se dirige diretamente ao leitor, através das seguintes estratégias interlocutivas: o uso do verbo no imperativo '*imagine*', do *você* e de alguns questionamentos. Projeta uma imagem de uma cena, que pode fazer parte do cotidiano de qualquer carioca ou pessoa que more no Rio de Janeiro, bem como dos sentimentos que essa cena pode envolver - o trajeto da ponte Rio-Niterói, permeado de *surpresa*, *desconforto* ou *pânico*. Após a descrição da cena, que inclui a participação do leitor, é que o jornalista vai explicar a solução científica encontrada para o problema descrito. Assim, constrói o efeito-leitor em seu discurso, demonstrando uma preocupação com o entendimento do seu texto. Um efeito que projeta, discursiva e virtualmente, uma imagem homogênea ao leitor, que ocupa a posição de interpretado.

Observamos, com as análises das seqüências do domínio 2, que a imagem do leitor intervém de diferentes maneiras no discurso de Divulgação Científica, o que demonstra uma preocupação do jornalista com a construção do efeito-leitor, ainda que, na maioria das vezes, ele projete uma imagem homogênea desse leitor. E tal imagem é construída, sobretudo, a partir de um dizer que é da ordem do senso comum. Por ser construída discursivamente e projetada via imaginário é que podemos afirmar que essa imagem é de um **leitor virtual, que ocupa a posição de interpretado, que só se inscreve no discurso de Divulgação Científica enquanto efeito.**

O jornalista, por sua vez, ao projetar tal imagem e construir esse leitor virtual, inscreve o seu dizer num espaço discursivo intervalar, movimentando-se entre o dizer da ciência, da mídia e do senso comum, o que dá-lhe sustentação para falar do lugar social de jornalista - divulgador da ciência. Estamos diante, portanto, de um sujeito múltiplo, disperso e heterogêneo, que constitui a sua identidade a

partir do lugar social que ocupa, assim como do lugar discursivo em que se inscreve.

Mas ficam as questões: E qual será a imagem que o leitor faz da ciência, do cientista e do jornalista? Não pode o leitor também assumir a função-autoria, assim como o jornalista? É possível que ele ocupe outra posição que não seja a de interpretado? Ele pode se constituir num leitor real? Para buscar respostas a tais questionamentos, analiso, no próximo item do presente capítulo, algumas seqüências, retiradas das **Cartas de Leitores** das duas revistas.

6.2.2. O LEITOR REAL: A POSIÇÃO-SUJEITO DE INTERPRETANTE E A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DA CIÊNCIA.

Aqui, nesse segundo recorte de seqüências, vou tratar não mais do leitor virtual, construído discursivamente enquanto efeito, mas do **leitor real**, através das análises de algumas seqüências de Cartas de Leitores de ambos os domínios - revista Superinteressante (domínio 1) e revista Ciência Hoje (domínio2). Então, assim como no primeiro recorte, as seqüências vão ser divididas em dois blocos. O primeiro bloco é constituído de um conjunto de SDs da revista Superinteressante, e o segundo de um conjunto de SDs da revista Ciência Hoje.

Com o intuito então de lançar um olhar sobre o que é a contrapartida do discurso de Divulgação Científica, é que apresento algumas análises sob a perspectiva do leitor enquanto sujeito que também constitui esse discurso, através, não só do efeito-leitor, mas também da sua inscrição numa função própria - a autoria. E essa inscrição se dá na seção Carta dos Leitores, a qual considero que também faz parte da constituição do discurso de Divulgação Científica enquanto um espaço discursivo intervalar. E é justamente por que é intervalar que é possível ao sujeito-leitor se inscrever nesse espaço discursivo. Embora tais cartas não façam parte das matérias que tratam de ciência, elas comentam tais matérias e são o único

espaço, dentro da constituição do discurso de Divulgação Científica, em que a voz do leitor assume a função de autoria. Estamos diante do **leitor real** e não mais do leitor virtual. Por isso, a minha escolha em analisar essa seção das revistas.

6.2.2.1. RECORTE 2 - BLOCO 1 - AS CARTAS DE LEITORES DA REVISTA SUPERINTERESSANTE

Eis algumas seqüências discursivas, presentes no domínio 1, em que o leitor assume a função-autor e projeta uma imagem à ciência e aos cientistas, mas também ao jornalista e à revista.

SD1: A SUPER **está deixando de ser científica** para se tornar uma revista sobre filosofias orientais. Já perdi a conta das matérias em que há um excesso de informações sobre o Budismo. Não sou budista nem tenho nada contra. Mas detestei todas essas edições (Edmar Pereira, via internet. In: SUPER LEITOR/ Superinteressante/abril/2002).

SD2: Parabéns pela reportagem. *O papel da ciência é simplesmente buscar a verdade*, esteja ela onde estiver (Márcio de Siqueira, Flores, PE. In: SUPER LEITOR/ Superinteressante/agosto/2002).

SD3: **Ciência e fé não são incompatíveis**. Afinal, *várias teorias científicas também não passam de meras especulações*. E é preciso ter muita fé para acreditar em algumas delas (Silas da Cunha, São José dos Campos, SP. In: SUPER LEITOR/ Superinteressante/agosto/2002).

SD4: Como pesquisador só me resta lamentar a *falta de responsabilidade* com a qual o autor escreveu a matéria. **Não foram apresentadas provas científicas** (Flávio Prestes Neto, Curitiba, PR. In: SUPER LEITOR/ Superinteressante/setembro/2002).

SD5: Bastam algumas consultas em obras como Biblical Archaeology Review, Bible Review (publicadas pela Biblical Archeology Society) e Archaeology (publicada pelo Archeological Institute of America) para ver **quão fora da realidade científica** estão as conclusões do autor. (Sidney Leite, arqueólogo, historiador e gerente editorial da Editora Mundo Cristão, São Paulo, SP. In: SUPER LEITOR/ Superinteressante/setembro/2002).

SD6: Vocês *provaram* que **a informação deve estar acima de tudo** e que alguns conceitos, mesmo os mais arraigados, *precisam ser questionados*. **É isso que move a ciência**. (Guilherme Parmegiani, São Paulo, SP. O leitor refere-se a uma matéria sobre a Maconha. In: SUPER LEITOR/ Superinteressante/setembro/2002).

SD7: Parece que a psicanálise cresceu **aproveitando-se de um lapso de conhecimento**, em um momento em que não tínhamos **evidências concretas** da forte relação entre a genética e o comportamento (Ricardo Defeo, Macaé, RJ. In: SUPER LEITOR/ Superinteressante/novembro/2002).

SD8: "A SUPER, como sempre, agiu de **maneira corajosa e imparcial** ao tratar de um assunto tão polêmico quanto a pena de morte" (Aparecida Favi, Araçatuba, SP . In: SUPER LEITOR/ Superinteressante/janeiro/2002).

SD9: Gostaria de destacar a **imparcialidade da matéria**. Poucos profissionais conseguem abordar um assunto tão polêmico sem prejudicar a confiabilidade do seu trabalho com influências subjetivas. (Edison Monge, Frigorífico Flórida, São Paulo , SP. O leitor refere-se aqui a uma reportagem sobre o vegetarianismo, intitulada "Deveríamos parar de comer carne?". In: SUPER LEITOR/ Superinteressante/maio/2002).

SD10: A matéria de capa me decepcionou ao extremo. **Ela é totalmente favorável** aos grupos vegetarianos. *Faltou o embasamento científico que o assunto merece.* (Ricardo Castillo, Toledo, PR. In: SUPER LEITOR/ Superinteressante/maio/2002).

É possível observar, lançando um olhar sobre o conjunto desse bloco de seqüências, que o sujeito-leitor não é mais efeito como no bloco anterior. Aqui, é o leitor que, assumindo a **função de autor** e ocupando a **posição-sujeito de interpretante**, constrói o efeito-leitor, projetando uma imagem ao jornalista e à revista que ele representa. E, ao projetar essa imagem ao jornalista, também antecipa uma imagem da ciência.

O sujeito do discurso, nesse caso também sujeito-leitor, vai ocupar a posição-sujeito de interpretante juntamente com a função de autor, produzindo um movimento de resistência a sua posição de interpretado, de leitor ideal, a qual era construída pelo sujeito jornalista ou pelo sujeito cientista no recorte anterior. Trata-se, portanto, não mais do leitor virtual, mas sim do **leitor real** que está autorizado, pela função-autoria, a produzir gestos de interpretação próprios ao texto que leu, já que está assumindo a responsabilidade pelo seu dizer. É evidente, no entanto, que tais gestos não estão destituídos de condições sócio-históricas e ideológicas específicas, nas quais estão inseridas as determinações, as relações de poder, sobretudo, da mídia.

Passo, agora, à análise de cada seqüência para observar melhor esse funcionamento.

Na SD1, o leitor, assumindo a função de autor, projeta uma imagem da Superinteressante como uma revista científica, ao afirmar que *a SUPER está deixando de ser científica para se tornar uma revista sobre filosofias orientais*. Tal afirmação do

leitor revela também a imagem que ele tem da ciência. Qual seja: filosofia oriental não pode ser considerada ciência. Uma imagem, dominante socialmente, que considera ciência somente os objetos que são suscetíveis à apresentação de provas concretas, de conhecimentos objetivos. Embora a revista publique reportagens de temas orientais, os quais não são considerados ciência por esse leitor, o que predomina como linha editorial é a imagem tradicional da ciência como algo objetivo, que supõe provas e funciona sob o efeito da verdade, que é também a imagem dominante socialmente. Observamos, então, que o sujeito-leitor, embora projete à ciência uma imagem tradicional, ele produz um movimento de resistência, ao ocupar a posição de interpretante, isto é, de quem interpreta e propõe um gesto de interpretação diferente da leitura do jornalista.

As próximas quatro seqüências - SD2, SD3, SD4 e SD5 - referem-se a uma reportagem, publicada no mês de Julho de 2002, sobre descobertas da arqueologia a respeito das escrituras sagradas, intitulada "A Bíblia passada a limpo". Tal reportagem "rendeu" um número expressivo de cartas de leitores comentando, de forma polêmica, o assunto. Pelo visto, tratar de religião aguça mesmo a curiosidade dos leitores, ainda mais sob uma perspectiva científica. Vejamos os diferentes gestos de interpretação dos leitores sobre essa reportagem de capa. Estamos analisando a *dimensão desconstrutiva de leitura*, conforme Birman (1996).

Desse conjunto de seqüências, observamos que apenas na SD2 o leitor, ao assumir a função-autor, produz um movimento de identificação com o dizer do jornalista, parabenizando a revista pela reportagem. E, ao produzir esse movimento, antecipa uma imagem da ciência - *simplesmente buscar a verdade*, não importando onde e o que ela questiona. Embora o leitor aqui aceite a religião, mais especificamente a Bíblia, como um objeto de investigação científica, **a busca pela verdade** continua sendo essencial à imagem da ciência. Ou seja, mais uma vez, estamos diante da projeção de uma imagem dominante da ciência.

Em todas as outras seqüências que se referem a essa reportagem sobre a Bíblia, os leitores, sob o efeito de diferentes lugares sociais e assumindo a

responsabilidade pelos seus dizeres, produzem um movimento de desidentificação com o dizer do jornalista, que representa a Revista, ocupando a posição de interpretantes. E podemos fazer tal afirmação porque, realmente, o jornalista, nessa reportagem, produz um movimento de identificação com o dizer científico da arqueologia, sob o efeito da busca pela verdade, conforme podemos perceber nos seguintes enunciados, destacados da matéria: *O que se sabe com certeza é que Jesus foi um judeu sectário e um agitador político que ameaçava levantar dois milhões de judeus da Palestina contra o exército de ocupação romano. Tudo o mais que se diz dele necessita da fé para ser considerado **verdade** (...) os cientistas estão provando que o livro mais importante da história é, em sua maior parte, **uma coleção de mitos, lendas e propaganda religiosa**.* Tais enunciados nos mostram que o jornalista se apropria do dizer da Arqueologia e com ele se identifica, incorporando ao seu dizer o dizer do outro como se fosse próprio.

Ao ocupar a posição-sujeito de interpretante, o leitor produz movimentos de resistência, apontando para o fato de que nem sempre a sua leitura é inocente e homogênea como, muitas vezes, o jornalista supõe. Não estamos mais diante do leitor ideal e sim do leitor real. Observamos também um gesto de interpretação que aponta para um movimento de resistência nas demais seqüências - SD3, SD4 e SD5.

Na SD3, o leitor questiona a validade de algumas teorias científicas, antecipando a elas uma imagem de *meras especulações*. Percebemos, nessa seqüência, uma espécie de resposta à afirmação do jornalista, acima destacada, de que *tudo o mais que se diz dele necessita da fé para ser considerado verdade*. Trata-se do atravessamento do discurso-outro, nesse caso o do jornalista, que irrompe no fio do discurso em análise e contribui para a determinação dos efeitos de sentidos. É buscando esse dizer do outro, via interdiscurso, que produzimos um gesto de interpretação para a afirmação inicial da seqüência - *Ciência e fé não são incompatíveis*. Ou seja, já que a fé precisa ser mobilizada para entender determinados dizeres da Bíblia, segundo o jornalista, também outras teorias científicas precisam mobilizar a fé para produzir o

efeito de verdade no leitor. Logo, sob esse efeito de verdade, está a projeção, mais uma vez, de uma imagem da ciência como algo que supõe comprovação. Temos, nessa seqüência, um funcionamento em que o sujeito do discurso - nesse caso, o leitor -, assumindo a função de autor e ocupando a posição de interpretante, mobiliza o discurso-outro para produzir um movimento de desidentificação com esse saber, identificando-se, por sua vez, com saberes de outra ordem. Eis uma forma de resistir.

Nas SD4 e 5, os leitores assumem a responsabilidade pelos seus dizeres, produzindo, assim, um movimento de desidentificação com o discurso do jornalista, e fazendo questão de enfatizar que falam de um lugar social autorizado pela ciência - pesquisador e arqueólogo - os quais determinam as suas inscrições na constituição do discurso em análise. Ambos acusam o jornalista da falta de *provas científicas*, projetando à ciência uma imagem de seriedade e de responsabilidade com as provas, com o conhecimento objetivo. É o leitor real, produzindo um movimento de resistência ao ocupar a posição de interpretante.

É interessante notar que toda essa polêmica acerca dessa reportagem está pautada na questão da verdade, seja ela científica ou religiosa. Todos os sujeitos envolvidos nessa discussão buscavam explicar a verdade sobre a Bíblia, alguns falando do lugar da religião, outros falando do lugar da ciência. Percebemos, então, que não é somente uma disputa pela verdade, como diz o jornalista no início da sua reportagem "*A disputa entre ciência e religião pela posse da verdade é antiga*", mas também uma disputa pelo poder, pela imagem de autoridade que ambas pretendem sustentar enquanto lugares históricos e ideológicos, socialmente instituídos, pelas práticas discursivas que os constituem.

Na SD6, o leitor projeta à revista uma imagem de um veículo de comunicação comprometido com a seriedade da *informação*, que, assim como a ciência, *prova que alguns conceitos precisam ser questionados*. Logo, ao se identificar com o discurso do jornalista, o leitor também atribui à revista um lugar de autoridade científica, o que a autoriza a questionar alguns conceitos arraigados no saber do

senso comum, mas sob o efeito da verdade, da objetividade da informação. Não se trata, portanto, mais do leitor virtual, projetado enquanto efeito, mas do **leitor real** que, ocupando a posição de interpretante, projeta uma imagem à ciência, à revista e, por sua vez, ao jornalista.

Na SD7, o leitor projeta à ciência uma imagem que deve estar pautada em *evidências concretas*, logo, em dados empíricos, rechaçando assim a psicanálise da ordem da ciência. A psicanálise nada mais é do que *um lapso de conhecimento*, segundo o gesto de interpretação desse leitor, produzido a partir da sua posição de interpretante. E, ao ocupar tal posição e projetar tal imagem à psicanálise, ele se identifica com o saber tanto do jornalista que assinou essa matéria sobre psicanálise, quanto de alguns cientistas entrevistados, conforme pudemos verificar em outras análises do capítulo 4, onde observamos as formações imaginárias projetadas à ciência pelo jornalista e pelo cientista.

Na SD8, a leitora projeta não uma imagem da ciência, mas uma imagem da revista, a qual ela considera *corajosa e imparcial*. Trata-se de uma carta de leitor que foi destacada pelos editores da revista, não só para introduzir a sessão SUPERLEITOR, mas para mostrar a imagem que a revista pretende sustentar enquanto veículo de comunicação, comprometido com a objetividade da informação, isto é, com a imparcialidade. Uma imagem que se assemelha à imagem de verdade e objetividade projetada à ciência. Embora se publiquem algumas cartas que destacam a parcialidade da revista, como vimos há pouco, ao analisar as cartas em torno da reportagem sobre a Bíblia, nunca essas cartas merecem esse destaque inicial, como essa que ora analiso. E isso nos aponta para a determinação da mídia em relação à imagem que a revista pretende sustentar aos seus leitores.

Na SD 9, o leitor também destaca a imparcialidade da revista e do jornalista, ao escrever uma matéria sobre o vegetarianismo. Logo, assumindo a função de autor e ocupando a posição de interpretante, projeta à revista e, conseqüentemente, ao jornalista uma imagem de alguém que está comprometido sobretudo com a objetividade da informação e, por isso, não toma posição diante dos fatos. Nós,

analistas, sabemos que a imparcialidade é apenas uma ilusão, tanto do sujeito-autor quanto do sujeito-leitor, que não há texto sem subjetividade, e que o ideológico é constitutivo tanto do sujeito quanto do discurso. Mas esse leitor, sob o efeito da ilusão do domínio do dizer e julgando-se autorizado a produzir determinados gestos de interpretação por estar assumindo a função de autor, acredita nessa imparcialidade, a qual é pregada também pela própria revista. Logo, o leitor não é mais construído, discursivamente, enquanto efeito, mas é ele quem produz efeitos, projeta imagens. Trata-se do leitor real, produzindo movimentos de resistência a sua imagem de leitor ideal.

Na SD 10, embora o leitor se refira à mesma reportagem da SD9, o seu posicionamento é divergente. Qual seja: o sujeito-leitor se desidentifica com o dizer do jornalista, ao afirmar que a matéria *é totalmente favorável aos grupos vegetarianos*. Acusa a revista de falta de *embasamento científico* e de *parcialidade* diante do tema, o que, por sua vez, nos aponta para uma imagem que esse leitor projeta da ciência: algo que supõe embasamento, sustentação teórica, provas concretas. Estamos diante, mais uma vez, de um movimento de resistência produzido pelo leitor, ao ocupar a posição de interpretante.

Observamos, no decorrer das análises desse bloco, que, assim como o jornalista, o leitor real do discurso de Divulgação Científica produz diferentes movimentos identificatórios, ora se identificando com o dizer do jornalista e da revista, ora se desidentificando. Também pudemos observar que esse leitor não se identifica necessariamente com a voz do senso comum, como, muitas vezes, supõe o jornalista, atribuindo-lhe uma imagem homogênea. Pelo contrário, trata-se de um sujeito heterogêneo e disperso que, através dos diferentes processos identificatórios que produz durante o gesto de leitura, pode romper com sentidos instituídos, através de movimentos de resistência. Assim, juntamente com a função de autor, o leitor ocupa a posição de interpretante, abrindo possibilidades para outros sentidos, através da relação texto/leitor, apontando para o que Birman (1996) chama de uma *dimensão irruptiva de leitura*. Mas, embora produza esses diferentes movimentos, assim

como os outros sujeitos envolvidos nesse discurso, o leitor também atribui à ciência uma imagem de autoridade social, autorizada a produzir verdades sobre objetos de conhecimento.

Passemos às análises das seqüências do domínio 2 (revista Ciência Hoje), as quais constituirão o segundo bloco desse recorte, para verificar o funcionamento do leitor real.

6.2.2.2. RECORTE 2 - BLOCO 2 - AS CARTAS DE LEITORES DA REVISTA CIÊNCIA HOJE

Eis as seqüências selecionadas para a constituição do bloco 2 desse recorte:

- SD1: **Drogas e bombas** - *Entendo que a questão das drogas é importante, mas não para ser a reportagem de capa* (CH nº 181). (...) Sabemos que não é fácil descriminalizar as drogas. Existe uma indústria muito bem formada por políticos, empresários e traficantes que consegue escoar as drogas para onde quer. Por isso o assunto é muito polêmico e complexo. Estou muito feliz com a assinatura da CH, porque **a revista tem matérias interessantes e sérias**, mesmo que eu não concorde com uma ou outra. Sempre tive vontade de saber algo sobre a *bomba nuclear*: o que falta para o Brasil ter a sua? (...) O mundo se arma cada vez mais (...), e até Paquistão e Índia têm bombas nucleares. O Brasil, para se tornar uma potência mundial, precisa também dominar a tecnologia e fazer a sua (Milton César Alípio, São Paulo, SP). CH - O Brasil dispõe da tecnologia de bombas nucleares, mas por decisões políticas internas e por força da adesão a acordos internacionais não pretende construí-las. *A CH concorda com essa posição e acredita que nenhum país precisa ter a bomba para ser uma potência mundial* (In: CARTAS/Ciência Hoje/ setembro/2002).
- SD2: **Mais matemática** - Gosto de matemática. Ela está presente em 'tudo', mas a forma como aprendemos matemática nas escolas não é estimulante. Gostaria que a CH convidasse *matemáticos para escrever artigos relacionados a essa ciência. Parabéns pela ótima revista. Que ela contribua para a educação, sempre!* (Tiago Vintém, por e-mail. In: CARTAS/Ciência Hoje/ setembro/2002).
- SD3: **Donos da ciência** - *A ciência brasileira vive um crescente avanço em diversas áreas (...)* Contudo, alguns ramos, como a *paleontologia, estão muito atrasados*. E não se trata apenas de falta de verbas. Refiro-me ao *comportamento de alguns pesquisadores. Vaidade, prepotência e egoísmo são algumas das características desses senhores. (...)* Seria de se esperar que os fósseis fossem disponibilizados para a comunidade científica após seu estudo e após publicação dos dados resultantes. Mas isso raramente acontece. (...) Na paleontologia, **alguns pesquisadores julgam-se donos dos materiais**, que *mantêm inacessíveis a outras pessoas*, esquecendo-se que os fósseis são bens da União. Tão repugnante quanto essa posse dos materiais é a *obrigatoriedade de se colocar como co-autor de um estudo a pessoa que apenas coletou o material ou autorizou o acesso ao ele*, mesmo sem estar envolvido em nenhuma etapa desse estudo. (...) *Enquanto essa mentalidade for encontrada na pesquisa paleontológica no país, os materiais continuarão empoeirados nos depósitos ou sendo descritos por estrangeiros* (Cristiano R. F. Figueira, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP. In: CARTAS/Ciência Hoje/ outubro/2002).

- SD4: **Contra o ufanismo** - Parece um tanto equivocada (...) a tentativa do senhor José Américo Miranda, no artigo a respeito da Semana da Arte Moderna (CH nº 182), de estabelecer um paralelo entre a reação dos modernistas aos valores estéticos europeus e o que ele acha que também merecia reação por parte dos brasileiros de hoje - aquilo que chamou de "mentalidade colonizadora" [...]⁸³. Por que não se deve valorizar a capacidade de algumas pessoas, políticos ou não, de falar uma segunda ou terceira língua? Essa capacidade é valorizada não só no Brasil (...). Finalmente, **é imprescindível reconhecer que a ciência de "lá" é maior e melhor que a ciência "daqui", sob qualquer parâmetro de comparação (...)**. *Isso não significa que os cientistas brasileiros sejam incompetentes ou menos inteligentes. Muito menos que este seja um fato imutável ou que não haja avanços. (...) Valorizar aquilo que há de bom no país é nossa obrigação.* Também concordo que devemos ser muito seletivos com o que vem de fora, importando só o que contribua positivamente para o país, como os modernistas fizeram. **Mas valorizar o nacional por puro e simples ufanismo representa abdicar do que é fundamental em atividades como a ciência: a autocrítica.** Sem ela, não corrigiremos nossas falhas e não nos aperfeiçoaremos (Juliano Sambatti. Davis, Califórnia (Estados Unidos). In: CARTAS/Ciência Hoje/outubro/2002).
- SD5: **Evolução e caos** - Causou-me estranheza ver na CH nº 186 o artigo de Alneu Lopes e outros ('Democracia, evolução e caos') *buscando na evolução e na teoria do caos validar a democracia como sistema de governo ideal*. Embora eu seja um convicto defensor da democracia, creio que se deve tomar extremo cuidado nesse **tipo de 'salada-de-frutas científica'**. Essa é a mensagem que tiramos do livro de A. Sokal e J. Bricmont, *Imposturas intelectuais* (1999). Mesmo Charles Darwin não aprovou quando Herbert Spencer tornou-se porta-voz de uma **teoria equivocadamente social do darwinismo**. [...] Stuart Kauffman e seus colegas do Sante fé Institute têm um slogan: "Evolução no limite do caos". Mas Kauffman já foi acusado por um antigo orientador de **"praticar ciência sem fatos"**. (Luis Henrique Soares, por e-mail. In: CARTAS/Ciência Hoje/março/2003).

Assim como no bloco anterior, aqui também o leitor real assume a função-autor e ocupa a posição de interpretante, produzindo movimentos de resistência e projetando, através das formações imaginárias, uma concepção de ciência. O leitor não é mais projetado, discursivamente, enquanto efeito, mas sim projeta imagens e efeitos em seu dizer, já que passa da posição de interpretado para a posição de interpretante.

Na SD1, o leitor, ao assumir a responsabilidade pelo seu dizer, marca a sua posição de interpretante já pela escolha do título - *drogas e bombas*. Ao longo da seqüência, explicita que, do ponto de vista científico, considera mais importante uma reportagem sobre **bomba nuclear** do que sobre **drogas**. Segundo o gesto de interpretação do leitor, as drogas são *um assunto polêmico e complexo*, mas mais

⁸³ Essa marca com colchetes [...] representa um corte que eu realizei no texto. No entanto, as marcas com parênteses (...) representam um corte dos editores da Revista.

importante do que saber sobre as drogas, as quais não envolvem questões tecnológicas, é saber sobre a tecnologia disponível no Brasil para a fabricação de uma bomba nuclear. E tecnologia envolve ciência. Além de projetar, ainda que subliminarmente, uma imagem à ciência, o leitor também projeta uma imagem à revista. Qual seja: *a revista tem matérias interessantes e sérias*. E, assim como a revista, a ciência também supõe seriedade. Interessante observar que, em três momentos diferentes da seqüência, percebemos a marca de um corte - representado graficamente com parênteses e reticências (...) - de parte do dizer do leitor. Ora, tais marcas, além de indicarem explicitamente que parte do texto foi suprimido/silenciado, demonstram que a revista marcou aí o seu posicionamento, administrando os efeitos de sentido do discurso em análise. E, para deixar bem clara essa posição, responde ao questionamento do leitor, afirmando que concorda com a decisão política de não se construir uma bomba nuclear aqui no Brasil, mesmo o País dispondo de tecnologia para tal. Reforça ainda tal posicionamento, desidentificando-se com o dizer do leitor, ao enunciar que *acredita que nenhum país precisa ter a bomba para ser uma potência mundial*.

O que vemos funcionando nessa seqüência são os atravessamentos do discurso-outro, através dos quais o leitor produz um movimento de resistência ao dizer da revista, a qual, por sua vez, intervém na administração dos sentidos e marca também o seu posicionamento diante do questionamento do leitor. Eis a presença da heterogeneidade, marca constitutiva do discurso de Divulgação Científica.

Na SD2, o leitor projeta à matemática uma imagem de ciência, antecipando assim à revista uma imagem de alguém que "ensina" matemática de forma mais *estimulante* do que a escola. E acrescenta: *Parabéns pela ótima revista*. É interessante notar que esse leitor, ao ocupar a posição de interpretante, produz um movimento de resistência em relação aos sentidos instituídos à imagem dominante da ciência, fazendo-os deslizar e produzir outros efeitos. Em nenhuma outra seqüência das análises do presente capítulo, bem como do capítulo 4 onde também trabalho com

as formações imaginárias, a matemática aparece como ciência. E aqui o leitor sente-se autorizado a reivindicar à revista que publique *mais matemática*, o que nos aponta para o fato de que, raramente, tal assunto é incluído na linha editorial da Ciência Hoje. Embora a matemática seja conhecimento objetivo, baseado em dados concretos, o que a incluiria na imagem da ciência tradicional, ela é pouco lembrada enquanto ciência e a sua imagem está mais associada à disciplina escolar. Esse é o imaginário social dominante da matemática.

Na SD3, o leitor fala do lugar social de alguém que conhece a paleontologia. E, a partir da determinação desse lugar, assume a função de autor e projeta aos paleontólogos a imagem de *donos da ciência*. Afirma que a paleontologia está muito atrasada, em virtude do *comportamento de alguns pesquisadores*, os quais, segundo ele, são *vaidosos, prepotentes e egoístas e julgam-se donos dos materiais*. Eis um movimento de resistência. Para justificar tal imagem dos paleontólogos, ele descreve algumas de suas atitudes, como não tornar acessível alguns fósseis e a *obrigatoriedade de se colocar como co-autor de um estudo a pessoa que apenas coletou o material*. Por isso, a pesquisa em Paleontologia não avança, e *os materiais continuarão empoeirados nos depósitos ou sendo descritos por estrangeiros*. Aqui, o leitor, ocupando a posição de interpretante, não projeta uma imagem da ciência como um todo, tampouco de todos os cientistas, mas de alguns pesquisadores de uma área específica - a Paleontologia, lugar de onde se sente autorizado a falar. Embora estando a sua fala determinada por esse lugar, o autor dessa carta não se identifica plenamente com o discurso da Paleontologia. Assim como na seqüência anterior, aqui também a edição da revista intervém com suas marcas "(...)" para produzir um efeito de homogeneidade ao discurso, ou melhor, ao dizer do leitor.

Na SD4, o leitor, ocupando a posição de interpretante e a função-autor ao mesmo tempo, responde a uma reportagem, assinada por um cientista, sobre a Semana da Arte Moderna, acusando o autor de praticar o *ufanismo*. Fala do lugar de um Brasileiro, que se encontra nos Estados Unidos. E, por estar determinado por tal lugar social, sente-se autorizado a fazer determinadas afirmações, como estas: *é*

imprescindível reconhecer que a ciência de "lá" é maior e melhor que a ciência "daqui", sob qualquer parâmetro de comparação(...). Isso não significa que os cientistas brasileiros sejam incompetentes ou menos inteligentes. Ora, ao fazer tais afirmações, o leitor está projetando à ciência brasileira uma imagem notadamente inferior à ciência que se pratica fora daqui, principalmente nos Estados Unidos. Uma imagem que vem ao encontro da imagem dominante da ciência tradicional, que imita os padrões americanos. A seguir, como uma forma de justificar tal imagem atribuída à ciência daqui, projeta uma imagem dos cientistas brasileiros, igualando-os aos americanos, isto é, os pesquisadores daqui não são melhores nem piores do que os pesquisadores de fora, podendo ser tão *competentes* e *inteligentes* quanto os americanos. Esses movimentos de resistência só são possíveis porque o leitor está ocupando a posição de interpretante e assumiu a função-autor. Assim, sustenta e se responsabiliza pelo seu próprio dizer. Logo, julga-se autorizado a projetar tais imagens e a produzir determinadas afirmações.

É preciso ressaltar que entre a imagem atribuída à ciência e a atribuída aos cientistas brasileiros, há uma marca de intervenção (...) dos editores da revista. Algo do texto do leitor foi cortado, silenciado pela edição da revista, o que demonstra uma maneira de homogeneizar os sentidos para que os efeitos não sejam diferentes dos pretendidos pela revista. Afinal, a CH tem uma imagem de um veículo de comunicação, comprometido com o saber e com a ciência, a zelar. Aí, nesse espaço intervalar, proporcionado pela intervenção da marca da revista no texto (...), cada leitor pode produzir diferentes gestos interpretativos. Podemos ler, por exemplo, que o autor da carta continuava produzindo uma série de enunciados para explicar a valorização da ciência americana em detrimento da ciência brasileira. Ou, ainda, que ele produzia enunciados que comprometiam a imagem da revista. Enfim, trata-se de um espaço intervalar, marcado por um silêncio que significa. É também entre os limites do dito e do não-dito que produzimos sentido(s) para um discurso. Observamos esse mesmo funcionamento de um intervalo/de uma lacuna, marcado por um gesto de administração dos sentidos da revista, em mais dois outros

momentos da seqüência. Tal gesto, no entanto, não impede que os sentidos deslizem e que o silêncio signifique, embora os editores da revista tenham a ilusão que dominam esse dizer.

Para finalizar a carta, o leitor reforça o seu posicionamento contra o ufanismo, afirmando que *valorizar o nacional por puro e simples ufanismo representa abdicar do que é fundamental em atividades como a ciência: a autocrítica*. Acrescenta assim uma nova imagem à ciência - a autocrítica. E quem é ufanista não possui autocrítica, uma característica fundamental à ciência. Desse modo, o leitor, ao produzir um movimento de desidentificação com o dizer da revista, posicionando-se contra o ufanismo, identifica-se imediatamente com outros saberes, que revelam uma posição anti-ufanista, eu diria.

Na SD5, o leitor, sob o efeito e determinação de um lugar social (possivelmente, de um pesquisador), assume a função-autor e critica um artigo sobre "Democracia, evolução e caos", assinado pelo cientista Alneu Lopes. Ocupando a posição de interpretante, afirma que tal artigo *causou-lhe estranheza*, apontando para o fato de que o autor teria praticado uma *salada-de-frutas científica*. Sustenta o seu posicionamento citando outros autores e projetando à ciência uma imagem de seriedade, de cuidado. Afinal, o cientista que não possui tais características, pode ser acusado de *praticar ciência sem fatos*. Portanto, é preciso clareza sobre a teoria escolhida e os fatos que a envolvem, e muita seriedade para se praticar ciência. O leitor produz, assim, um movimento de resistência, desidentificando-se com o dizer do referido cientista e, conseqüentemente, não se identificando também com o discurso da CH.

Encontramos entre os leitores de Ciência Hoje pesquisadores, cientistas e muitos professores. Embora eles nem sempre se identifiquem como tal, ao ler as suas cartas, é possível perceber que falam sob o efeito de um lugar social, o qual determina o(s) seu(s) dizer(es) enquanto autores. Temos, assim, em muitos momentos, cientistas dialogando com outros cientistas, o que justifica, mais uma vez, a imagem que a CH tem que sustentar aos seus leitores, bem como o fato de a

edição da revista tentar controlar, administrar determinados sentidos. Por isso, observamos, ao compararmos com as SDs do domínio 1, que a presença da imagem da ciência oscila entre a imagem dominante da ciência tradicional, que é a que predominante, e a imagem de uma ciência de uma área específica, por exemplo, a paleontologia. Além disso, também observamos que, na maioria das seqüências analisadas desse domínio (Revista Ciência Hoje), predomina um movimento de desidentificação do leitor com o autor do discurso da revista, o que não é tão freqüente no domínio 1 (revista Superinteressante).

Então, assumindo a função de autor, o sujeito-leitor da Ciência Hoje assume a responsabilidade pelo seu dizer e passa a ocupar não mais a posição de interpretado, mas sim a posição de interpretante, a partir da qual opera movimentos de resistência em relação ao discurso da revista. Portanto, a imagem de leitor ideal e de um discurso homogêneo não se sustenta mais aqui. Tanto o sujeito-leitor **real** quanto o seu discurso estão atravessados pela dispersão e pela heterogeneidade.

Ao finalizarmos as análises, é importante retomarmos a concepção de leitura que apresentamos no início do presente capítulo para melhor percebermos as inter-relações entre a teoria e as análises.

Se tomarmos a leitura como uma prática social, o discurso-outro vai ser inerente à tal prática, já que o autor do texto se constitui e é constituído por aquele que o lê - o leitor. E o texto é a materialidade que abriga essas diferentes vozes, que permite esse diálogo do autor com o leitor. Conforme nos afirma Birman, na epígrafe que abre este capítulo, *a leitura é o outro da escritura, condição de possibilidade de sua materialidade na ordem do sentido. A produção do sentido implica a apropriação do texto pelo leitor, que imprime a sua singularidade na experiência da leitura* (1996: 34). E, no caso do discurso de Divulgação Científica, para que o leitor possa imprimir a sua singularidade nessa experiência de leitura, é preciso que ele interaja com o texto da revista, seja através da construção do efeito-leitor, seja pela sua inscrição numa função própria - a de autor das cartas de leitores. Dessa forma, o leitor do DCC

oscila entre o **leitor virtual** e o **leitor real**, ocupando, respectivamente, as posições de **interpretado** e de **interpretante**.

Durante as análises, pudemos perceber o quão profícuo foi o diálogo com a psicanálise, principalmente para que pudéssemos pensar nas **posições de interpretado e interpretante**, ocupadas pelo sujeito-leitor do DDC, ao imprimir seu gesto de interpretação ao texto que está lendo, (des)construindo sentidos. Se, na psicanálise, essas posições estão atravessadas pelo simbólico e pelo desejo, na Análise de Discurso, elas também sofrem determinações do ideológico e das relações de poder, mas não deixam de produzir movimento de resistência.

Na posição de interpretado, o leitor é projetado, discursivamente, pelo jornalista ou pelo cientista enquanto leitor modelo, ideal, numa dimensão imaginária; logo, sem espaço para resistir. Ele é interpelado à construção de sentidos produzidos pelo sujeito-autor no processo da escrita. Por isso, é **virtual**. Já, na posição de interpretante, o leitor inscreve-se numa função própria - a de autor, produzindo movimentos de resistência em relação à construção de sentidos imposta pelo jornalista ou pelo cientista ao texto do DDC. Portanto, agora ele é **real** já que passou a ocupar a posição de quem antes projetava-lhe uma imagem, um efeito. Todo esse jogo, não só de imagens mas também de efeitos de sentido, que se constrói nessa perspectiva de leitura é atravessado pelos efeitos de alteridade do sujeito, tanto do leitor quanto do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações finais? Conclusão? Independente da escolha do título para essa etapa final (nem sempre tão final assim), sinto que essa é uma tarefa difícil, nem sempre cômoda ao analista de discurso, ao contrário dos cientistas tradicionais, que sustentam a imagem dominante da ciência que vimos projetada ao longo desse trabalho e para os quais as conclusões são a chave do conhecimento científico. E não é cômoda porque o analista de discurso trabalha justamente com aquilo que escapa da ordem da ciência, buscando, não produzir verdades, mas entender os efeitos dessas verdades, analisando o funcionamento daquilo que falha, que produz equívoco. Em outras palavras, o analista de discurso vai buscar o seu objeto de pesquisa naquilo que pode ser considerado, pela ordem da ciência, a NÃO-CIÊNCIA.

Então, inscrevendo-me na posição de analista de discurso, fui buscar, para desenvolver o presente trabalho, um objeto de estudo que, ao mesmo tempo, se inscreve na ordem da ciência e da não-ciência: o discurso de Divulgação Científica. Será isso possível? Talvez não a um cientista ortodoxo, tradicional. Já, para um analista de discurso, além de possível, trata-se de um objeto bastante instigante e complexo. Assim, sei que não esgotei todas as interrogações, todos os lapsos acerca do assunto pesquisado, mesmo porque a plenitude e as verdades universais são apenas ilusórias no fazer da prática discursiva científica, mas observei alguns funcionamentos e apontei alguns caminhos. Para tanto, percorri uma trajetória, a qual gostaria de retomar nesse momento para destacar os pontos essenciais.

E essa trajetória inicia justamente com a concepção de ciência e seus deslocamentos sociais. Importa destacar que, retomando alguns dos conceitos de ciência, percebi que a concepção dominante/tradicional é a que busca verdades universais e que se pretende neutra e objetiva. Ao contrário disso, parto de um conceito de ciência como prática social e discursiva, atravessada pelo histórico e pelo ideológico. Sendo assim, a verdade, a neutralidade e a objetividade são

tomadas apenas enquanto efeitos dessa prática. E tais efeitos também fazem parte da constituição do discurso de Divulgação Científica, já que a ciência é o seu discurso fundador. Ou, em outras palavras, é o ponto de partida, o discurso fonte do DDC. Por isso, o discurso da ciência sempre vai ressoar no discurso de divulgação, o qual se constitui como um discurso próprio, mas que não rompe com o discurso científico.

O jornalista, ao produzir o discurso de Divulgação Científica, desloca os saberes da ordem da ciência, assim como recorta elementos da ordem do senso comum, e os inscreve num espaço discursivo próprio, que está marcado por determinadas condições de produção, o qual chamei de **espaço discursivo intervalar**. Intervalar porque abriga, em seu interior, diferentes ordens de saberes: a ordem da ciência, a ordem da mídia e a ordem do senso comum. As fronteiras da FD em que esse discurso se inscreve são porosas, esbucaradas, lacunares, por isso, permitem que se instalem aí os intervalos semânticos entre as diferentes ordens já mencionadas. Trata-se, portanto, de uma FD extremamente heterogênea, onde se inscrevem vários dizeres, várias vozes, algumas até contraditórias, bem como diferentes lugares discursivos e diferentes posições-sujeito. E o que considerei como elemento regulador das fronteiras dessa FD foi o olhar que a mídia lança sobre a concepção de ciência. Por isso, a denominei **FD do discurso midiático de Divulgação Científica**, já que é a mídia, em última instância, quem determina o que da ciência deve ser divulgado ao grande público, ou seja, o que é relevante para se transformar em notícia e “vender”. Assim, se, no discurso científico, a ciência atuava como instância de poder produzindo efeitos de verdade, na divulgação científica, é a mídia quem assume essa instância de poder, atuando como um mecanismo administrador dos sentidos do DDC e produzindo, por sua vez, efeitos de homogeneidade e neutralidade. A mídia constrói uma espécie de modelo de compreensão para os sentidos, embora tente mascarar isso ao seu leitor. Mas, ao contrário do que pretende a mídia, o discurso de Divulgação Científica é constitutivamente heterogêneo e atravessado pelo ideológico.

Verifiquei esse mecanismo de atuação da mídia, sobretudo, nas análises que realizei acerca das imagens projetadas à ciência. Ainda que sob uma trama complexa de diferentes imagens, há uma imagem que é dominante e predomina nas antecipações feitas tanto pelo jornalista quanto pelo próprio cientista. Qual seja: a imagem da ciência como algo que supõe seriedade, provas, que produz verdades, que é neutra e objetiva. Eis a construção do mito da ciência régia, destituída de sujeito, do histórico e do ideológico. E a mídia atua fortemente na construção desse mito, administrando os sentidos vindos tanto da ciência quanto do senso comum. Então, aquela mesma imagem de ciência que é construída na academia pelos cientistas, e legitimada socialmente, emerge aqui no discurso de Divulgação Científica com o aval da mídia que, obviamente, está afetada pela instituição ciência.

E o sujeito desse discurso, o jornalista, deve então se movimentar entre essas diferentes ordens, estando afetado/determinado tanto pelo poder/pela verdade da ciência quanto pelo poder/pela verdade da mídia. Dessa forma, busca formas de se subjetivar para garantir o seu “espaço” nesse discurso. Entre essas formas de subjetivação, estão as posições-sujeito e o que eu chamei de **lugar discursivo**.

O jornalista, ao deslocar os saberes da ordem da ciência e estando afetado pelo lugar social que ocupa, inscreve-se no **lugar discursivo de jornalista científico** e, a partir desse lugar, ocupa diferentes posições-sujeito. Então, o lugar discursivo está no entremeio da forma e da posição-sujeito. E é o modo como o sujeito do discurso vai se relacionar com a forma-sujeito histórica que vai determinar a posição-sujeito que ele vai ocupar. Assim, observamos, durante as análises, que o jornalista, inscrito no lugar discursivo de jornalista científico, vai ocupar três diferentes posições-sujeito: **a de incorporação do discurso científico; a de aderência ao discurso científico e a de aderência ao discurso do cotidiano**. Portanto, quando o jornalista mobiliza a modalidade do *como se*, apagando as marcas do discurso da ciência e enunciando como se fosse o próprio cientista, ele ocupa a posição de incorporação. Já, quando recorta elementos do

discurso científico, marcando no fio do discurso a presença desse discurso-outro, o jornalista ocupa a posição de aderência ao discurso científico. E a posição de aderência ao discurso do cotidiano pode estar imbricada tanto com a posição de incorporação quanto com a posição de aderência ao discurso científico, produzindo um efeito de aproximação do leitor. Ainda que nem sempre o discurso do cotidiano esteja marcado na formulação do discurso quando o jornalista ocupa essa posição, restam vestígios de que determinados elementos de saberes foram recortados da ordem do senso comum e trazidos ao discurso de divulgação. E, para que eu pudesse pensar essas diferentes posições, a noção de discurso-outro de Bakhtin foi bastante importante.

Além do lugar discursivo de jornalista científico, no domínio 2 (Ciência Hoje), o jornalista também vai se inscrever no **lugar discursivo de editor** e ocupar as mesmas posições-sujeito que citei acima. No entanto, percebi que nesse domínio a posição-sujeito de aderência ao discurso do cotidiano é pouco representativa, o que atribuí ao fato de, na revista Ciência Hoje, haver um controle maior dos sentidos, uma preocupação maior em sustentar uma imagem de um veículo comprometido com a verdade da ciência, talvez mais do que com o entendimento do leitor. Eis, mais uma vez, a mídia atuando com sua rede complexa de poder.

Também o cientista é sujeito desse discurso, quando publica matérias na Ciência Hoje, o que não acontece na revista Superinteressante. Assim, o cientista também se inscreve num lugar discursivo próprio - **o de cientista divulgador**. E, a partir desse lugar, ocupa a posição-sujeito de **legitimação do discurso de divulgação**, quando tem seu lugar discursivo projetado pelo jornalista na revista Superinteressante, e a posição de **identificação com o discurso científico**, quando assina matérias na revista Ciência Hoje. A posição de legitimação interage com as posições-sujeito ocupadas pelo jornalista, uma vez que o lugar discursivo do cientista, na revista Superinteressante, é construído pelo jornalista, que traz a voz do cientista para o seu discurso, atribuindo-lhe uma autonomia, que é justamente a de legitimar o seu dizer, o discurso jornalístico. Tanto a posição-sujeito de

legitimação do discurso de divulgação quanto a de identificação com o discurso da ciência produzem efeitos de sentido próprios; no entanto, o efeito próprio de autoria só se produz na posição de identificação com o discurso da ciência. O fato de operar, sob o lugar discursivo do cientista, só uma posição-sujeito em cada domínio nos aponta para os efeitos de determinação impostos pela ciência enquanto instituição comprometida com a verdade do conhecimento, além, é claro, das próprias determinações da mídia. Portanto, quando trabalhamos com o lugar discursivo do cientista, a heterogeneidade é mais controlada. Tenta-se, ainda que ilusoriamente, produzir um efeito de homogeneidade ao discurso, o que vem ao encontro dos efeitos de neutralidade e verdade.

E ainda resta o sujeito-leitor, ponto final da minha trajetória. Para analisar esse sujeito, que é o outro necessariamente implicado na escritura do texto de Divulgação Científica, recorri às cartas de leitores de ambas as revistas. Nas análises dessas cartas, pude verificar a construção de um **leitor real**; já, nas análises das matérias publicadas por jornalistas, examinei a construção de um **leitor virtual**, através do efeito-leitor. Trabalhando, então, com essas duas categorias, observei que o leitor-virtual ocupa a posição de **interpretado**, enquanto o leitor real ocupa a posição de **interpretante**. Interpretado porque lhe é projetado um sentido, a partir do modelo de leitor “ideal”. Já, na posição de **interpretante**, o leitor produz sentidos próprios ao discurso que leu, projeta imagens ao jornalista e às revistas, assumindo uma função própria - **a de autor**. O sujeito-leitor se inscreve nesse discurso também pela forma do discurso do cotidiano; no entanto, é o que tem menos possibilidades de resistir e de se subjetivar, assim como é o que menos determina, pelos menos em termos de instâncias de poder, a constituição do discurso de Divulgação Científica. De qualquer forma, ele participa sim dessa constituição, uma vez que o leitor é sempre o outro da escritura, um dos responsáveis pelo efeito de alteridade presente em todo e qualquer discurso.

Enfim, o discurso de Divulgação Científica se caracteriza como um espaço discursivo intervalar, justamente por ser um discurso extremamente heterogêneo,

que abriga em seu interior intervalos de diferentes ordens de dizeres, os quais, por sua vez, mobilizam diferentes vozes e diferentes sujeitos, formando uma complexa rede discursiva. E foi numa tentativa de penetrar nessa rede, ou melhor, nos intervalos, nos furos, nas lacunas dessa rede que produzi o presente trabalho. Analisei, ao longo da minha trajetória, diferentes funcionamentos; produzi, a partir deles diferentes gestos de interpretação, na tentativa de chegar à outra margem do rio, como diz Saramago no texto abaixo:

“... Há quem leve a vida inteira a ler sem nunca ter conseguido ir mais além da leitura, ficam pegados à página, não percebem que as palavras são apenas pedras postas a atravessar a corrente de um rio, se estão ali é para que possamos chegar à outra margem, a outra margem é que importa, A não ser, A não ser que esses tais rios não tenham duas margens, mas muitas, que cada pessoa que lê seja, ela, a sua própria margem, e que seja sua, a margem a que terá de chegar.” (SARAMAGO, José. *A Caverna*. Companhia das Letras, p. 77)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline (1982). “A encenação da comunicação no discurso de divulgação científica”. Trad. brasileira de Claudia Pfeiffer. In: _____. *Palavras Incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998, p. 107 - 131.

_____. (1985). *Dialogisme et vulgarisation scientifique*. **DISCOSS n° 1**, 1985, p. 117 - 122.

_____. *Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)*. Trad. brasileira de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. **Cad. Est. Ling. N° 19**, Campinas, SP, jul./dez. 1990, , p. 25 - 42.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 10ª ed. brasileira, São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. “O discurso em Dostoievski”. In: *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981, p 157 - 239.

_____. “O enunciado, unidade da comunicação verbal”. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 289 - 326.

_____. “O plurilingüismo no romance”. In: *Questões de literatura e estética*. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 107 - 133.

BIRMAN, Joel. *Por uma estilística da existência: sobre a psicanálise, a modernidade e a arte*. São Paulo: Editora 34, 1996.

BRAGA, William Dias. *O Deus secular da ciência e seu filho discurso: a legitimação do saber científico na mídia*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação - ECO, UFRJ, 1996.

BUENO, Wilson da Costa. *Jornalismo científico: conceito e funções*. **Ciência e Cultura**, Vol. 37, n° 9, setembro de 1985, p. 1420 - 1427.

CALDAS, Graça. “Comunicação, educação e cidadania: o papel do jornalismo científico”. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.) *Produção e circulação do conhecimento: política, ciência, divulgação*. Vol. 2, Campinas, SP: Pontes, 2003, p. 73 - 80.

CARRION, Rejane M. M. *Decisão racional e diálogo: da epistemologia à genealogia*. **Inst. Filos. Ci. Hum., N° 13**, Porto Alegre, 1985, p. 50 - 59.

CHALMERS, Alan F. *O que é ciência, afinal?* Trad. brasileira de Raul Fiker. 1ª ed., 4ª reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 2000.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Um modelo de divulgação da ciência*. **INTERCOM - Revista Brasileira de Comunicação**, ano XIII, nº 62/63, 1990, p. 129 - 134.

CLARK, Katerina & HOSQUIST, Michael. *Mikhail Bakhtin*. Trad. brasileira J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ; Campinas, SP: Pontes, 1991.

_____. *A celebração do outro na constituição da identidade*. **Organon**, vol. 17, nº 35. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2003, p. 142 - 156.

COURTINE, Jean-Jacques & MARANDIN, Jean-Marie. *Quel objet pour l'analyse du discours?* **Materialités discursives**, Lille: Presse Universitaires, 1981.

COURTINE, Jean-Jacques. *Analyse du discours politique*. **Langages** nº 62, Larousse: Paris, juin 1981, p. 21 - 33.

_____. *Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours*. **Philosophiques**, vol. IX, número 2, octobre 1982.

ERBOLATO, Mário L. *Informações científicas no noticiário dos jornais*. **COMUNICARTE**, ano I, 1982, p. 117 - 127.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & Diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar edições, 2003.

FOUCAULT, Michel (1969 a). *A arqueologia do saber*. Trad. brasileira de Luiz Felipe Baeta Neves. 5ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. (1969 b). *O que é um autor?* 2ª ed., Vega: Passagens, 1992.

_____. (1970). *A ordem do discurso*. Trad. brasileira de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 7ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____. *Microfísica do poder*. 15ª ed., Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

GALLO, Solange Leda. *Discurso da escrita e ensino*. 2ª ed., Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1992.

_____. *O que é textualização?* Florianópolis: texto mimeografado, 1998.

_____. *A prática da textualização ou o triângulo dos efeitos simultâneos.* Florianópolis, 1999.

GRANGER, G.-G. *A ciência e as ciências.* São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos.* São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo. “A ciência entre as políticas científicas e a mídia”. In: _____ (org.). *Produção e circulação do conhecimento: estado, mídia, sociedade.* Vol 1, Campinas, SP: Pontes Editores, 2001, p. 73 - 79.

_____. “O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica”. In: _____ (org.). *Produção e circulação do conhecimento: estado, mídia, sociedade.* Vol 1, Campinas, SP: Pontes Editores, 2001, p. 13 - 20.

_____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação.* Campinas, SP: Pontes, 2002.

HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso.* Trad. brasileira de Maria Fausto P. de Castro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes.* Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

_____. (2000 a). “A fragmentação do sujeito em Análise do Discurso”. In: INDURSKY, Freda & CAMPOS, Maria do Carmo. *Discurso, memória e identidade.* Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000, p. 70 - 81.

_____. (2000 b). *Reflexões sobre a linguagem: de Bakhtin à Análise do discurso.* In: **Línguas e instrumentos lingüísticos.** Nº 4 e 5. Campinas - SP: Pontes editores, dez/99 a jun/00, p. 69 - 88.

KUHN, Thomas S. “Lógica da descoberta ou psicologia da pesquisa?” In: LAKATOS, Inre & MUSGRAVE, Alan (orgs.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento.* São Paulo: Cultrix, editora da Universidade de São Paulo, 1979, p. 5 - 62.

LAKATOS, Inre. “O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica”. In: LAKATOS, Inre & MUSGRAVE, Alan (orgs.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, editora da Universidade de São Paulo, 1979, p. 109 - 237.

LEVI, Renato. *O jornalismo como disciplina científica*. **INTERCOM** - Revista Brasileira de Comunicação, Vol XVI, nº 2, 1993, p. 163 - 167.

MACHADO, Roberto. “Por uma genealogia do poder”⁰. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 15ª ed., Rio de Janeiro: edições Graal, 2000, p. VII -XXIII.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3ª ed., Trad. de Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes/Editora da Unicamp, 1997.

_____. *Termos-chave da análise do discurso*. 1ª reimpressão. Trad. de Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

MARQUES DE MELO, José. *Os atuais desafios do jornalismo científico*. **INTERCOM** - Revista Brasileira de Comunicação, ano VII, nº 51, 1984, p. 43 - 50.

_____. *Quando a ciência é notícia - estudo comparativo da cobertura científica na imprensa diária do Rio de Janeiro e de São Paulo*. **INTERCOM** - Revista Brasileira de Comunicação, nº 57, 1987, p. 23 - 35.

MORELLO, Rosângela. “Do cultural ao civilizado: quando o conhecimento nos transporta”. In: GUIMARÃES, Eduardo (org). *Produção e circulação do conhecimento: política, ciência e divulgação*. Vol 2., Campinas, SP: Pontes Editores, 2003, p. 21 - 28.

NUNES, José Horta. “Discurso de divulgação: a descoberta entre a ciência e a não-ciência”. In: GUIMARÃES, Eduardo (org). *Produção e circulação do conhecimento: estado, mídia e sociedade*. Vol. 1, Campinas, SP: Pontes Editores, 2001, p. 31 - 40.

OLIVEIRA, Fabíola de. *Jornalismo Científico*. São Paulo: Contexto, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista: discurso de confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

_____. (1996 a). *Discurso e leitura*. 3ª ed., São Paulo: Cortez, Campinas: ed. da Unicamp, 1996.

_____. (1996 b). *Interpretação: leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4ª ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

_____. *Do sujeito na história e no simbólico*. **Escritos** n° 4. Campinas, SP: publicação do Laboratório de Estudos Urbanos Nudecri/LABERURB, maio, 1999, p. 17 - 27.

_____. “Os efeitos de leitura na relação discurso/texto”. In: VALENTE, André (Org.) *Aulas de português: perspectivas inovadoras*. 2ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 151 - 158.

_____. (2001 a). “Identidade lingüística escolar”. In: SIGNORINI, Inês (org.) *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. 2ª reimpressão. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2001, p. 203 - 212.

_____. (2001 b). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3ª ed., Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. (2001 c). “Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana”. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *Produção e circulação do conhecimento: estado, mídia, sociedade*. Vol. 1, Campinas, SP: Pontes Editores, 2001, p. 21 - 30.

_____. (2001 d). *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. “A leitura proposta e os leitores possíveis”. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *A leitura e os leitores*. 2ª ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2003, p. 7 - 24.

PÊCHEUX & FUCHS (1975). “A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas”. In: GADET & HAK (org.). *Por uma análise automática do discurso*. 3ª ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p. 163 -252.

PÊCHEUX, Michel (1967). Sob o pseudônimo de Thomas Herbert. *Observações para uma teoria geral das ideologias*. Trad. brasileira de Carolina M. R. Zuccolillo, Eni P. Orlandi e José H. Nunes. **RUA**, nº 1, Campinas, 1995, p. 63 - 89.

_____ (1969). “Análise automática do discurso (AAD-69)”. In: GADET & HAK (org.). *Por uma análise automática do discurso*. 3ª ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p. 61 - 161.

_____ (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____ (1982). *Delimitações, inversões, deslocamentos*. Trad. brasileira de José Horta Nunes. **Cad. Est. Ling.**, nº 19, Campinas, jul./dez, 1990, p. 7 - 24.

_____ (1983). “Análise de discurso: três épocas”. In: GADET & HAK (org.). *Por uma análise automática do discurso*. 3ª ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p. 311 - 318.

_____ (1988). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. brasileira de Eni Orlandi. 2ª ed., Campinas: Pontes, 1997.

PFEIFFER, Claudia Regina C. *Que autor é Este?* Dissertação de mestrado. Campinas, SP: IEL/UNICAMP, 1995.

PINTO, Céli R. Jardim. *Com a palavra o sr. Presidente Sarney: o discurso do plano cruzado*. São Paulo: Hucitec, 1989.

POPPER, Sir Karl. R. *Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária*. Trad. de Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1999.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. “O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical?” In: SIGNORINI, Inês (org.) *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. 2ª reimpressão. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2001, p. 21 - 45.

RICKES, Simone Moschen. *A escritura como cicatriz*. **Educação & Realidade**, Nº 27, Porto Alegre: jan/jun, 2002, p. 51 - 71.

SERCOVICH, Armando. “Los procesos discursivos y el registro imaginario: iconicidad, teoría semiótica y psicoanálisis”. In: _____. *El discurso, el psiquismo y el registro imaginario. Ensaïos semióticos*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1977, p. 13 - 54.

SERRANI, Silvana M. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. *Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso de divulgação científica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. *Cidade e discurso: paradoxos do real, do imaginário, do virtual*. **Rua**, Campinas, 4, 1998, p. 39 - 54.